



# DESAFIOS E APLICAÇÕES EM BIBLIOTECONOMIA

ORGANIZADO POR  
ALEXANDRE OLIVEIRA DE MEIRA GUSMÃO

A Internet possibilitou o surgimento de um novo modelo de comunicação científica, baseado no compartilhamento em rede e no acesso livre à informação científica em tempo real.



VIRTUAL BOOKS EDITORA

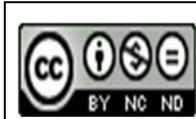
# DESAFIOS E APLICAÇÕES EM BIBLIOTECONOMIA

Organizado por  
Alexandre Oliveira de Meira Gusmão



Virtual Books Editora

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei no 9.610, de 19/02/1998.



Esta obra está licenciada nos termos da Licença Creative Commons Atribuição NãoComercial-SemDerivações, podendo a obra ser compartilhada por download desde que atribuídos crédito aos Autores, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.

#### CONSELHO EDITORIAL

Editor-chefe: Jaime Mendonça

Conselheira Editorial: Suziete Batista Soares Gusmão

Conselheira Editorial: Rita Virginia Moro

Assistente editorial: Evane Machado

#### Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

D442

Desafios e aplicações em Biblioteconomia / organizado por Alexandre Oliveira de Meira Gusmão. Belo Horizonte: Virtual Books, 2022.  
190 p.; il.

Edição em formato ebook PDF

ISBN: 978-65-5606-306-5

1. Administração de biblioteca. 2. Marketing cultura. 3. Biblioteca pública. 4. Repósitórios digitais. 5. Diretórios digitais. 6. ROAR. 7. OPENDOAR. 8. Serviço de referência. 9. Biblioteca universitária. 10. Fake news. 11. Busca de informação. 12. Necessidade de informação. 13. Comportamento informacional. 14. Universidade Federal de Rondonópolis. 15. História (Curso de graduação). 16. Biblioteca Pública Manoel Severino da Silva. 17. Revitalização da biblioteca. 18. Gestão eletrônica de documento. 19. Fundo documental do Fórum da Comarca de Passos, MG. 20. Responsabilidade socioambiental. 21. Mercado de trabalho. 22. Empregabilidade. 23. Bibliotecários. 24. Biblioteconomia. 25. Universidade Federal de Mato Grosso. I. Freitas, Pâmela Maria de. II. Leite, Jeriel Dione. III. Alves, Marizalva Basília. IV. Francisca Filha, Maria Rosa. V. Beltrão, Evérito Antonio. VI. Silva, Maria Guimarães da. VII. Silva, Maria Jucélia de Oliveira. VIII. Santos, Alan Fernandes dos. IX. Silva, Leila Teresinha Richtic. X. Anjos, Benvina Alves da Silva dos. XI. Dantas, Nilva Pereira. XII. Sousa, Maria Eloides Ferreira de. XIII. Cunha, Camila Neves. XIV. Ribeiro, Jheny Kassia Teixeira. XV. Santos, Joseana Barbosa dos. XVI. Beirigo, Charles Eusébio. XVII. Rocha, Káthia dos Santos. XVIII. Sousa, Celia Alves de. XIX. Gusmão, Alexandre Oliveira de Meira.

CDD 02

CDU 02

Livro publicado pela  
VIRTUAL BOOKS EDITORA - livros impressos e e-books.

<http://www.virtualbooks.com.br>

Fone / WhatsApp (37) 99173-3583 - capasvb@gmail.com



VirtualBooks Editora

# APRESENTAÇÃO

O domínio da leitura e compreensão dos textos científicos, das técnicas de pesquisa e de sistematização para produção de novos conhecimentos devem ser aspectos inerentes aos egressos de nível superior. Esses egressos estão principiando no mundo da pesquisa científica, da aquisição de experiência e sabedoria. E, a pesquisa é vista como um instrumento de mediação entre o ensino e a aprendizagem, que pode promover autonomia e pensamento crítico e reflexivo do acadêmico. Ademais, o investimento na iniciação à pesquisa científica permite aos discentes e egressos: a) desenvolver novas técnicas de estudo; b) melhorar o aprendizado; c) conquistar amadurecimento acadêmico; d) agregar valor ao currículo profissional e; e) almejar crescimento profissional.

Desse modo e compreendendo que os Desafios e Aplicações em Biblioteconomia estão em constante sintonia com os anseios da sociedade, esta coletânea inclui artigos de pesquisas originariamente apresentados como Trabalho de Conclusão de Curso de egressos do curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Mato Grosso e da Universidade Federal de Rondonópolis. A escolha dos participantes deu-se pela similaridade e proximidade com o tema central desta coletânea e com o enfoque aplicado à Biblioteconomia e Ciência da Informação em suas diversas instâncias.

Professor Doutor Alexandre Oliveira de Meira Gusmão



# SUMÁRIO

1 FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS BIBLIOTECÁRIAS Pâmela Maria de Freitas	7
2 MARKETING CULTURAL E BIBLIOTECAS PÚBLICAS Jeriel Dione Leite Marizalva Basília Alves Maria Rosa Francisca Filha	22
3 O BRASIL NOS DIRETÓRIOS ROAR E OPENDOAR Evérito Antonio Beltrão Maria Guimarães da Silva Maria Jucélia de Oliveira Silva Alan Fernandes dos Santos	31
4 SERVIÇO DE REFERÊNCIA EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS Leila Teresinha Richtic Silva	60
5 REFLEXÕES SOBRE O CONTROLE DA SOCIEDADE PELAS FAKE NEWS COMO ESTRATEGIA DE “ILUSÃO DA VERDADE” Benvina Alves da Silva dos Anjos Nilva Pereira Dantas Maria Eloides Ferreira de Sousa Camila Neves Cunha	77
6 COMPORTAMENTO DE BUSCA DA INFORMAÇÃO DE ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS Jheny Kassia Teixeira Ribeiro	103
7 REVITALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MANOEL SEVERINO DA SILVA Joseana Barbosa dos Santos	116
8 PROJETO MEMÓRIA DIGITAL: GESTÃO ELETRÔNICA DO FUNDO DOCUMENTAL DO FÓRUM DA COMARCA DE PASSOS, MG Charles Eusébio Beirigo	129
9 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS Káthia dos Santos Rocha	148
10 MAPEAMENTO SOBRE A EMPREGABILIDADE DO EGRESSO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFMT Celia Alves de Sousa	173



## 1

# FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS BIBLIOTECÁRIAS

Pâmela Maria de Freitas

Bacharel em Biblioteconomia - Universidade Federal de Mato Grosso

## 1 INTRODUÇÃO

A administração estratégica é o conjunto de decisões usado para formular e implantar estratégias que fornecerão um ajuste competitivo superior entre a organização e seu meio ambiente de modo a alcançar as metas organizacionais. Preocupasse em identificar: Quem são os concorrentes? Quem são os clientes? O que a organização pode mudar? Respostas que ajudam os gestores a adotarem as melhores escolhas sobre o posicionamento da organização.

Para isto põe-se em execução uma estratégia que é um plano de ação que prescreve a alocação de recursos e outras atividades para lidar com o ambiente, alcançar uma vantagem competitiva e atingir metas organizacionais. Uma vantagem competitiva coloca a organização em destaque em relação as outras e fornece uma margem distinta para satisfazer as necessidades de um consumidor no mercado. Os gestores tomam decisões e desempenham atividades diferentes do que fazem seus concorrentes, contudo, para permanecerem competitivos desenvolvem estratégias que focam nas competências essenciais e desenvolvem sinergia e criam valores para os consumidores. Os gestores estratégicos costumam pensar em três níveis diferentes de estratégia (SLACK, 1997), sendo elas:

- a) estratégia a nível corporativo - é o nível preocupado com a questão: em que negócio estamos? Refere-se a organização como um todo, a combinação de unidades de negócios e linhas de produtos que formam a entidade corporativa e a ela relaciona-se a aquisição de novos negócios, adições ou desinvestimentos de unidade de negócios, fabricas ou linhas de produtos;
- b) estratégia a nível de negócios - diz a respeito a cada unidade de negócio ou linha de produto dentro da organização, está relacionada com a questão: como competimos? Ela foca na unidade de negócio e foca nos consumidores e se refere a direção e a extensão de pesquisa e desenvolvimento de mudanças de produtos, ao desenvolvimento de novos produtos, equipamentos e instalações, e a expansão ou contratação das linhas de produtos e serviços;
- c) estratégia a nível funcional - refere aos departamentos funcionais mais importantes dentro da unidade de negócios, está preocupada com a questão: como vamos sustentar a estratégia em nível de negócios? Diz respeito a todos os principais departamentos da organização. Ela envolve todas as principais funções, incluindo finanças, pesquisa de desenvolvimento, marketing e produção.

Na definição das estratégias não podemos esquecer de realizar uma avaliação da situação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à Organização. As forças são característica positivas internas que uma organização pode explorar para alcançar suas metas de desempenho. As fraquezas são características internas que podem inibir ou restringir o desempenho da organização. As oportunidades são características do ambiente externo que tem o potencial de ajudar a organização a alcançar ou exceder as suas metas estratégicas. As ameaças são características do ambiente externo que podem impedir a organização de alcançar suas metas estratégicas. Porter (1989) argumenta que as forças competitivas que interferem na definição das estratégias organizacionais são:

- a) novos ingressantes potenciais: Em geral a tecnologia da *Internet* tornou mais fácil a entrada de um setor industrial em novas companhias, reduzindo a necessidade de elementos da organização como uma equipe de vendas, ativos físicos como prédio, e maquinário ou acesso ao fornecedor e canais tradicionais de vendas existentes;
- b) poder de barganha dos compradores: A *Internet* desloca o poder para os consumidores finais sobre produtos e serviços e concorrentes. Por exemplo um consumidor que compra um carro pode reunir extensas informações sobre várias opções como preço de carros novos no atacado ou valor médio de veículo usado;
- c) poder de barganha dos fornecedores: O impacto da *Internet* nesta área tanto pode ser positivo quanto negativo, isto é, a aquisição pela web tende a dar um poder maior para uma companhia sobre fornecedores, mas a web também dá aos fornecedores um maior número de consumidores. Contudo, de forma geral a web tende a aumentar o poder de barganha dos fornecedores;
- d) ameaça de produtos substitutos: O poder de produtos alternativos ou substitutos para um produto da companhia pode ser afetado por mudanças no custo ou em tendências como o aumento na consciência sobre saúde que irão refletir a lealdade do comprador. A *Internet* criou uma ameaça maior a novos substitutos, possibilitando que novas abordagens satisfizessem as necessidades dos consumidores. Por exemplo, a oferta de passagens de avião de custo baixo na *Internet* prejudicou as tradicionais agências de viagem e;
- e) rivalidade entre os concorrentes: Ela é influenciada pelas quatro forças citadas anteriormente. Com nivelamento da força da *Internet* e informações sobre a tecnologia tornou-se mais difícil para muitas empresas encontrar meios para se distinguir dos seus concorrentes o que intensifica a rivalidade.

No ambiente competitivo o processo de implantação e controle de estratégia, necessita levar em consideração (PORTER, 1989):

- a) liderança: Capacidade de influenciar as pessoas à adotarem novos comportamentos necessários para implantação da estratégia. Usa persuasão, motiva seus funcionários, modela a cultura/valores. Uma parte importante da implantação da estratégia é construir o consenso na organização e devem acreditar na nova estratégia e ter um forte compromisso para realizar a visão e as metas;
- b) desenho estrutural: Refere-se a questão como centralização verso descentralização, o desenho das tarefas dos cargos e a tecnologia de produção da organização. Requer fazer mudanças na estrutura organizacional tal como acrescentar ou mudar posições, reorganizar equipes, redesenhar cargos ou mudar a responsabilidade dos gestores e da prestação de contas;
- c) recursos humanos: A função dos recursos humanos é recrutar, selecionar, treinar, transferir, promover e demitir funcionários para alcançar metas estratégicas. Novas estratégia envolve mudança, o que naturalmente gera alguma resistência. Treina-los pode ajudá-los a entender

o propósito e a importância de novas estratégias ou a desenvolver habilidades e os comportamentos necessários e;

- d) sistema de informação de controle: Incluem sistemas de recompensa, incentivos em pagamentos, orçamentos para alocação de recursos, sistema de tecnologia da informação e regras de organização, políticas e procedimentos. Os gestores e os funcionários devem também ser recompensados por aderirem a nova estratégia e torná-la um sucesso.

As bibliotecas públicas compreendidas como organizações sem fins lucrativos necessitam que seus gestores desempenhem várias funções administrativas, as quais permitem alcançar os objetivos propostos para a Instituição. As bibliotecas públicas enquanto organizações públicas sem fins lucrativos, são criadas e estabelecidas pelo governo municipal ou estadual e mantidas com fundos públicos. A prestação de serviços da biblioteca pública como atividade governamental exige obediência à legislação e uma estrutura de gerenciamento que seja responsiva tanto em termos de implementação da legislação e de políticas, como também em satisfazer as necessidades dos cidadãos a quem os serviços são prestados.

Segundo o conceito clássico, desenvolvido por Henri Fayol (FAYOL, 1970), o gestor é definido pelas suas funções no interior da organização: é a pessoa a quem compete a interpretação dos objetivos propostos pela organização e atuar, através do planejamento, da organização, da liderança ou direção e do controle, a fim de atingir os objetivos organizacionais. O gestor é responsável por desenvolver os planos estratégicos e operacionais que julga mais eficazes para atingir os objetivos propostos, concebe as estruturas e estabelece as regras, políticas e procedimentos mais adequados aos planos desenvolvidos e, por fim, implementa e coordena a execução dos planos através de um determinado tipo de comando (ou liderança) e de controle.

Por sua vez, a gestão organizacional é o ato de planejamento de todas as ações que contribuem para o pleno funcionamento de um sistema, o que resulta na efetivação de tarefas, metas e/ou objetivos gerais. Nada mais é do que a administração de um negócio, empresa ou organização, com o objetivo de alcançar metas e conquistar resultados positivos e rentáveis.

Para fazer gestão organizacional o gestor precisa entender quais são os elementos e os direcionadores que vão ajudar a alcançar o objetivo, não basta ter apenas conhecimento técnico, porque o conhecimento técnico pode te motivar a empreender e até num curto prazo ter algum resultado, mas se o desejo for de ter longevidade e lucratividade, é muito importante entender de gestão empresarial, porque gerenciar é cumprir metas com o time executando as ações com eficiência e eficácia.

O bibliotecário-gestor da biblioteca, que corresponde ao bibliotecário no posto de administrador da biblioteca será daqui para a frente tratado como gestor da biblioteca, ele tem uma função vital na defesa dos valores das bibliotecas públicas como parte integrante de uma infraestrutura internacional, nacional e local. Ele deve promover a biblioteca pública para políticos e para a

comunidade a fim de garantir que estejam cientes da importância da biblioteca pública e para atrair fundos adequados para sua manutenção e desenvolvimento.

Há de se garantir que as autoridades governamentais sejam informadas sobre novas ações que possam impactar os serviços públicos da biblioteca de fornecimento de acesso à informação e de incentivo à leitura. O gestor da biblioteca é responsável pela motivação dos funcionários e por trazer energia, vitalidade e força aos serviços da biblioteca e a seus funcionários. O gestor também desempenha uma função fundamental no gerenciamento das instalações físicas e na garantia de que o uso mais eficaz seja feito dos recursos e de adoção das novas tecnologias de informação e comunicação. Contudo, quais as funções administrativas que um bibliotecário-gestor deve desempenhar?

O gestor da biblioteca deve, sempre que possível, garantir que a biblioteca assuma uma função ativa e positiva na estrutura corporativa da organização-mãe e na comunidade local. Desse modo, adota-se por objetivo geral apresentar as funções administrativas que um bibliotecário-gestor deverá desempenhar em uma biblioteca.

## **2 FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS PRIMÁRIAS**

As funções básicas de um administrador e neste caso específico de um bibliotecário-gestor, são o planejamento, organização, a direção e o controle, as quais serão descritas a seguir. O Planejamento é a função administrativa que determina antecipadamente quais os objetivos a serem atingidos e como se deve fazer para alcançá-los, trata-se de uma ação futura em que define onde se pretende chegar, o que deve ser feito, quando, como e em que sequência. No planejamento existem três níveis distintos: o planejamento estratégico, o tático e o operacional, sendo que o planejamento estratégico é a longo prazo tendo seus efeitos e consequência estendidos a vários anos pela frente, ele se preocupa em atingir os objetivos em nível organizacional e é definido pela cúpula da organização e corresponde ao plano maior ao qual todos demais estão subordinados (THOMPSON JR; STRICKLAND III, 2004).

O planejamento tático abrange cada departamento ou unidade da organização, sendo que suas ações são projetadas para o médio prazo, geralmente exercício anual. Envolve cada departamento, abrange recursos específicos e preocupa-se em atingir os objetivos departamentais. É definido no nível intermediário em cada departamento da empresa. O planejamento operacional é projetado a curto prazo e preocupa-se com alcance de metas específicas. É definido no nível operacional para cada tarefa ou atividade (THOMPSON JR; STRICKLAND III, 2004).

O planejamento das ações da biblioteca garante que (MARQUES, 2018):

- a) a biblioteca responda às necessidades da comunidade;
- b) o corpo diretivo, a gerência e a equipe compreendam o que a biblioteca está tentando alcançar;
- c) os fundos comunitários sejam gastos de maneira eficaz e responsável;

- d) a continuidade do serviço seja mantida, independentemente das mudanças de pessoal e de governantes;
- e) a biblioteca expanda as expectativas da comunidade à medida que novos serviços são desenvolvidos e;
- f) a biblioteca seja capaz de responder efetivamente às mudanças.

O gestor deve ter acesso direto e envolvimento com o conselho ou comitê de usuários, o qual deve ser diretamente corresponsável pelos serviços da biblioteca. Além de promover reuniões formais, deve haver contatos informais regulares entre o gestor da biblioteca e os membros do corpo diretivo da organização-mãe, e eles devem ser mantidos bem-informados sobre os serviços da biblioteca e dos planos de ações atuais e futuros (BERNARDINO, 2018).

O termo “organização” aqui referido pode assumir vários significados, sendo que em geral, ele se refere a uma entidade social, porque é constituída por pessoas, significa empreendimento humano moldado e intencionalmente constituído para atingir determinados objetivos. As organizações podem ser lucrativas ou não-lucrativas e podem ser visualizadas sob mais dois aspectos: organização formal e organização informal (SCHULTZ, 2016).

Organização formal é a organização baseada na divisão de trabalho racional que especializa órgãos e pessoas em determinadas atividades, é uma organização formalizada oficialmente. A Organização informal é a organização que emerge espontânea e natural entre as pessoas que ocupam posições na organização formal a partir dos relacionamentos humanos com os ocupantes do cargo. Forma-se a partir das relações de amizade e do surgimento de grupos formais.

Todas as organizações dependem do planejamento que consiste em: a) determinar as atividades específicas necessárias ao alcance dos objetivos planejados (especialização); b) agrupar as atividades em uma estrutura lógica (departamentalização) e; c) designar as atividades específicas por posições e pessoas (cargos e tarefas) (SCHULTZ, 2016).

A função administrativa denominada de “Organização” refere-se ao ato de organizar e estruturar processos e recursos para atingir metas e melhoria da produtividade. Desta maneira, organizar o ambiente de trabalho consiste em: a) dividir o trabalho, determinando as atividades específicas necessárias em prol do atingimento dos objetivos – podendo chamar de especialização; b) agrupar e ajustar as atividades em uma estrutura lógica, facilitando a execução das atividades cotidianas – podendo chamar de departamentalização; c) organizar pessoas e funções – colocar a pessoa certa na atividade certa, organizando cargos, atividades e diminuindo a desmotivação da equipe (SCHULTZ, 2016).

A função organização pode ser estruturada em 3 níveis: global, departamental e operacional. No nível global, o processo de organizar se dá de maneira sistêmica, já no departamental e operacional, de maneira específica por departamento/cargo/atividade. Podemos utilizar da Organização como ferramenta para tomada de decisões, pois ela possibilita maior agilidade quando necessito de uma informação/documento (CHIAVENATO, 2004).

Um ambiente organizado é melhor compreendido, visualizado e transparente, pois permite que os processos sejam realizados de maneira segura (principalmente quando se cria um checklist de documentos ou passos necessários para se desenvolver determinada tarefa), facilitando não apenas o trabalho do gestor, que tem facilitada a missão de fiscalizar, como o do colaborador, que possui um norte mais exato para executar a atividade.

Os objetivos da instituição são os resultados futuros que se pretende atingir, são alvos que se pretendem alcançar dentro de um certo espaço de tempo aplicando recursos disponíveis ou possíveis e podem ser visualizados em uma hierarquia que vai desde os objetivos globais da organização até os objetivos operativos ou operacionais que envolvem simples instruções para a rotina cotidiana. Os desdobramentos dos objetivos da empresa podem ser fixados em suas políticas, nas diretrizes, metas, programas, procedimentos, métodos e normas, sendo que são amplos e genéricos.

A função Direção constitui a terceira função administrativa sendo que a função dela é acionar, e dinamizar a empresa. Ela está relacionada com a ação e atuação sobre os recursos humanos da empresa. A função está diretamente relacionada com a maneira pela qual os objetivos devem ser alcançados. Assim a direção reflete as relações interpessoais dos administradores em todos os níveis de organização e seus subordinados (CHIAVENATO, 2004).

A função Controle constitui a quarta função administrativa e está direcionada a assegurar que a obtenção dos resultados que foi planejado, organizado e dirigido se ajustem tanto quanto possível aos objetivos previamente estabelecidos. O controle consiste fundamentalmente em um processo que guia a atividade exercida para um fim previamente determinado como monitorar desempenho, comparar desempenho com padrões, adotar a ação corretiva para assegurar os objetivos desejados (CHIAVENATO, 2004).

### **3 FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS SECUNDÁRIAS**

O gestor da biblioteca dispôr também das funções administrativas secundárias, as quais podem ser divididas por áreas, de acordo com suas características e especialização. Entre elas podemos citar as funções: a) financeira; b) materiais; c) recursos humanos; d) sistemas; e) mudanças; f) ferramentas.

#### **Função financeira**

A função financeira é de vital importância para garantir que a biblioteca opere de maneira eficiente (com desempenho ideal), econômica (com custo mínimo) e eficaz (com benefício máximo). Para atingir esses objetivos, o bibliotecário deve (MARQUES, 2018):

- a) procurar formas de melhorar os níveis de financiamento do governo nacional, estadual ou local ou de outras fontes

- b) preparar planos de negócios de 3 a 5 anos com base nos planos de longo prazo da biblioteca, incluindo lances para os fundos necessários
- c) alocar fundos para apoiar as atividades identificadas na declaração de política da biblioteca e com base nas prioridades previamente determinadas
- d) estabelecer parcerias, quando apropriado, para compras cooperativas para maximizar o uso dos fundos disponíveis
- e) realizar custos baseados em atividades para determinar o custo de atividades e programas e facilitar o planejamento futuro
- f) manter uma política para a renovação sustentável de plantas e equipamentos
- g) avaliar e implementar técnicas automatizadas, sempre que apropriado, para melhorar a eficiência e a eficácia
- h) introduzir sistemas que garantam que todo o pessoal responsável por qualquer parte do orçamento seja totalmente responsável pelas despesas dos fundos pelos quais é responsável
- i) melhorar a produtividade e eficiência da equipe
- j) desenvolver estratégias para identificar fontes alternativas de apoio financeiro.

### **Função materiais**

Um elemento importante de controladoria do orçamento de uma biblioteca é a despesa com materiais e serviços da biblioteca. O gestor da biblioteca deve garantir que os fundos sejam gastos adequadamente e de acordo com as prioridades acordadas da biblioteca e que os materiais e serviços sejam mantidos e disponibilizados para que possam beneficiar ao máximo o cliente da biblioteca (SILVA; CALDAS, 2016).

O gestor da biblioteca deve garantir que as redes de cooperação sejam desenvolvidas e mantidas nos níveis nacional, regional e local, para garantir o acesso ideal às TIC e aos serviços cooperativos. Isso permite que uma gama muito ampla de recursos seja trazida ao cliente em nível local. O gestor da biblioteca também deve desenvolver parcerias eficazes de trabalho com outras organizações da comunidade, beneficiando a biblioteca e seus clientes e o parceiro. Exemplos incluem escolas, museus e arquivos, outros departamentos governamentais locais e organizações voluntárias. Essas parcerias confirmam o papel da biblioteca pública no centro da atividade da comunidade (BERNARDINO; SUAIDEN; SUAIDEN, 2017).

### **Função recursos humanos**

A equipe da biblioteca é um elemento vital dos recursos da biblioteca e os salários da equipe são normalmente a maior parte do orçamento da biblioteca. É muito importante que a gerência da equipe seja sensível, consistente e baseada em princípios sólidos para que a equipe trabalhe com mais eficiência e com altos níveis de motivação e satisfação no trabalho. A seguir, são apresentados elementos importantes da gestão da equipe (BERNARDINO; SUAIDEN; SUAIDEN, 2017):

- a. procedimento equitativo para a nomeação de funcionários. As especificações de trabalho e de pessoa devem ser elaboradas antes da publicação de uma postagem. As entrevistas devem

ser conduzidas de maneira justa para todos os candidatos. As nomeações devem basear-se apenas na competência profissional, julgamento e adequação ao cargo e não devem ser prejudicadas por outros fatores.

- b. boa comunicação entre funcionários em todos os níveis. Os gestores devem revisar os sistemas de comunicação interna regularmente para garantir que a equipe esteja bem-informada sobre as políticas e procedimentos do serviço da bibliotecas.
- c. oportunidade para a equipe participar do desenvolvimento de políticas e procedimentos operacionais. Na iniciativa deve ser incentivada a se fazer o melhor uso das habilidades e da experiência do pessoal. Ao trazer a equipe para o processo de tomada de decisão, eles sentirão que são responsáveis pelas políticas e procedimentos do serviço. Os princípios da ação afirmativa também podem ser adotados.
- d. garantir que haja oportunidades disponíveis para treinamento de equipe e desenvolvimento de carreira.

### Função sistemas

Para fazer o uso mais eficaz dos recursos, a biblioteca pública exigirá uma variedade de sistemas, por exemplo, de gestão da biblioteca, de comunicações internas e acesso on-line à Internet entre outros (BERNARDINO, 2018). O gestor da biblioteca deve garantir a introdução de sistemas apropriados, utilizando pessoal especializado para seu desenvolvimento, sempre que necessário. Os funcionários devem receber treinamento adequado no uso de tais sistemas, cuja eficácia deve ser revisada regularmente (SILVA; CALDAS; OPPENHEIM; BURNETT, 2017).

### Função mudanças

Em comum com muitas outras organizações, as bibliotecas públicas estão passando por um período de mudanças sem precedentes e contínuas, como resultado do rápido desenvolvimento da tecnologia da informação e das mudanças sociais e demográficas. Isso apresenta enormes desafios para a biblioteca pública, pois o fornecimento de informações é uma de suas principais funções (SILVA; CALDAS, 2016). Também apresenta desafios aos gestores e funcionários para garantir que as mudanças possam ser introduzidas com a máxima eficácia e o menor estresse possível na equipe e na organização. Os gestores de bibliotecas devem estar cientes dos problemas decorrentes de mudanças contínuas e fundamentais e estabelecer métodos para lidar com eles (PALLETA; SILVA; AUGUSTO; SILVA, 2015).

Os gestores das bibliotecas devem estar cientes das inovações dentro e fora da Biblioteconomia, que provavelmente terão um impacto no desenvolvimento dos serviços. Eles devem reservar um tempo para ler e estudar, a fim de prever o efeito das mudanças, particularmente tecnológicas, na forma futura do serviço. Eles também devem garantir que os formuladores de políticas e outros funcionários sejam mantidos informados sobre as previsões de desenvolvimentos futuros (MARQUES, 2018).

O gestor da biblioteca, responsável pelo serviço público das bibliotecas tem a responsabilidade final pelo serviço, em conjunto com o corpo diretivo. No entanto, todos os funcionários da biblioteca são responsáveis pelos recursos da biblioteca, sejam eles materiais, funcionários ou instalações da biblioteca, têm uma função gerencial, e isso deve ser reconhecido pelo gestor da biblioteca e pelo membro da equipe em questão (PRADO, 1992). Eles devem receber e orientar o treinamento gerencial e participar do desenvolvimento de políticas da biblioteca sempre que possível. A responsabilidade gerencial deve ser delegada ao pessoal em um nível inferior apropriado. Devem ficar explícitas quais responsabilidades estão sendo delegadas e o mecanismo de geração de relatórios para os gestores seniores (PRADO, 1992).

O pessoal deve receber treinamento para capacitá-lo a assumir novas responsabilidades. Um sistema planejado de delegação faz o melhor uso das habilidades e da experiência de uma ampla gama de funcionários e oferece oportunidades para o desenvolvimento profissional (BERNARDINO, 2018). Também aumenta a quantidade de pessoas envolvidas no desenvolvimento e operação do serviço da biblioteca, melhora a satisfação com o trabalho e, prepara os funcionários para a promoção quando surgirem oportunidades (PALLETA; SILVA; AUGUSTO; SILVA, 2015).

### **Função ferramentas**

Uma ampla variedade de ferramentas de gerenciamento pode ser usada em uma biblioteca pública. Sua relevância dependerá de vários fatores, como por exemplo: o contexto cultural, o tamanho e o caráter do serviço, o estilo de gerenciamento em outros departamentos da mesma organização, a experiência e o financiamento disponíveis. São ferramentas importantes para as bibliotecas públicas em praticamente qualquer situação (MARQUES, 2018): a) análise ambiental; b) análise das necessidades da comunidade; c) monitoramento e avaliação e; d) medição de desempenho. Explicadas a seguir

### **Análise ambiental**

Os profissionais de marketing geralmente definem o ambiente interno como o "microambiente". Esse ambiente interno deve trabalhar em parceria com o ambiente externo. Quanto mais consciente a organização estiver desse relacionamento, mais proativa poderá responder à mudança (SILVA; CALDAS; OPPENHEIM; BURNETT, 2017). O ambiente em que a biblioteca reside e os materiais e serviços que ela oferece afetam, em última análise, os usuários finais que são os clientes da biblioteca. O ambiente maior que é construído sobre as forças fora do controle da biblioteca é chamado de ambiente externo ou "macroambiente".

As forças externas podem se originar nos níveis local, regional, nacional ou internacional. Essas forças incluem o estado da economia; as características geográficas e a infraestrutura; competição; restrições e questões legais e políticas; desenvolvimento tecnológico de compromissos; a mídia; recursos naturais; e as condições sociais e culturais em constante mudança (PALLETA; SILVA; AUGUSTO; SILVA, 2015).

### Análise das necessidades da comunidade

Para fornecer serviços que atendam às necessidades de toda a comunidade, a biblioteca pública deve estabelecer a extensão dessas necessidades. Conforme as necessidades e expectativas mudam, esse processo precisará ser repetido em intervalos regulares, talvez a cada cinco anos (SILVA; CALDAS; OPPENHEIM; BURNETT, 2017). Uma avaliação das necessidades da comunidade é um processo no qual a biblioteca coleta informações detalhadas sobre a comunidade local e suas necessidades de biblioteca e informação. O planejamento e o desenvolvimento de políticas baseiam-se nos resultados dessa avaliação e, dessa maneira, é possível obter uma correspondência entre serviços e necessidades. Em alguns países, a preparação de uma avaliação das necessidades da comunidade é um requisito legislativo da autoridade local. As informações a serem coletadas incluirão (BARRETO; PARADELLA; ASSIS, 2008):

- a. informações sociodemográficas sobre a comunidade local, por exemplo, perfil de idade e sexo, diversidade étnica, nível educacional
- b. dados sobre organizações da comunidade, por exemplo, instituições educacionais, centros de saúde, hospitais, estabelecimentos criminosos, organizações voluntárias
- c. informações sobre negócios e comércio na localidade
- d. a área de captação da biblioteca, ou seja, onde os usuários da biblioteca vivem em relação à biblioteca
- e. padrões de transporte na comunidade
- f. serviços de informação fornecidos por outras agências da comunidade.

Esta não é uma lista exaustiva e mais pesquisas seriam necessárias para estabelecer quais informações são necessárias para formar uma avaliação das necessidades da comunidade em cada situação (SILVA; CALDAS; OPPENHEIM; BURNETT, 2017). Contudo, o princípio de preparar um perfil da comunidade, que permitirá ao bibliotecário e ao corpo diretivo planejar o desenvolvimento e a promoção de serviços de acordo com as necessidades da comunidade, é importante, independentemente do contexto local. A avaliação deve ser complementada por consultas regulares ao cliente para estabelecer quais serviços da biblioteca e de informação o público deseja, em que nível e como julga os serviços que recebe. O trabalho de pesquisa é uma habilidade especializada e, quando houver recursos disponíveis, será obtido um resultado mais objetivo se a pesquisa for realizada por uma organização externa (PALLETA; SILVA; AUGUSTO; SILVA, 2015).

## Monitoramento e avaliação

À medida que o serviço de biblioteca avança em direção a seus objetivos, o gerenciamento deve ser responsável em termos de controle financeiro e monitoramento e avaliação das atividades da biblioteca (PRADO, 1992). A gerência deve monitorar continuamente o desempenho do serviço de biblioteca para garantir que as estratégias e os resultados operacionais atinjam os objetivos estabelecidos. As estatísticas devem ser coletadas ao longo do tempo para permitir a identificação de tendências (SILVA; CALDAS, 2016). As necessidades da comunidade, pesquisas de satisfação e indicadores de desempenho são ferramentas valiosas para monitorar as realizações da biblioteca. Técnicas devem ser desenvolvidas para medir a qualidade dos serviços prestados e seu impacto na comunidade. Todos os programas e serviços devem ser avaliados regularmente para verificar se são aprovados pela comunidade (MARQUES, 2018) e inclui avaliar se a biblioteca:

- a. alcança os objetivos e metas declaradas da biblioteca;
- b. fornece de maneira efetiva e regular seus produtos e serviços;
- c. atende às necessidades da comunidade;
- d. atende às novas necessidades;
- e. necessita de melhoria, nova direção ou redefinição;
- f. se possui os recursos adequados para executar suas ações e;
- g. tem uma relação custo-benefício adequada aos interesses da comunidade.

Os procedimentos e processos que operam na biblioteca também exigem avaliação e revisão constantes para aumentar a eficiência e a eficácia. Uma avaliação e auditoria externas também são valiosas para garantir a prestação de contas à comunidade atendida e aos financiadores.

## Medição de desempenho

A medição de desempenho tem sido usada em bibliotecas públicas há alguns anos. Medições ou indicadores de desempenho são estabelecidos para medir a entrada nas bibliotecas, ou seja, os recursos dedicados a serviços completos ou particulares e a saída: o que é alcançado como resultado da atividade que está sendo realizada (BARRETO; PARADELLA; ASSIS, 2008). Por exemplo, o estabelecimento de um serviço de consulta para clientes exige a entrada de pessoal, materiais, equipamentos e espaço físico (PALLETA; SILVA; AUGUSTO; SILVA, 2015). O resultado é o número de consultas recebidas, o número satisfeito, o nível de uso dos recursos e o uso de outros serviços, por exemplo, o serviço de reserva, resultante da atividade original. Essas medidas podem ser comparadas a cada ano para verificar se a eficácia do serviço da biblioteca está melhorando.

Nos últimos anos, uma medida adicional tornou-se padrão para muitas bibliotecas, a medida de resultado. Uma medida de resultado é uma medida necessidade de mudança (ou falta de mudança) no bem-estar de uma população definida de clientes. Por exemplo, uma biblioteca pode fornecer

serviços de assistência e tutoria para os alunos da escola. A medida de entrada incluiria o número de livros ou tutores disponíveis, o resultado seria o horário de aulas ou livros circulados e a medida de resultado seria o nível de melhoria das notas escolares do aluno ou a percepção do aluno sobre o aumento do conhecimento.

A tecnologia computacional torna a medição de desempenho uma tarefa mais simples e permite que modelos sofisticados de uso de biblioteca sejam estabelecidos e usados no desenvolvimento de serviços. A medição de desempenho pela controladoria deve ser um processo planejado realizado com consistência durante um período. Informações adicionais sobre os indicadores de desempenho da biblioteca podem ser encontradas na ISO 11620: 2008 Informações e documentação. Indicadores de desempenho da biblioteca.

Outra maneira de obter uma indicação útil do sucesso de um serviço de biblioteca é comparar as principais medidas de entrada e saída com outras bibliotecas públicas de tamanho e características semelhantes. Isso geralmente é conhecido como marcação de referência e é um complemento útil para as medições de desempenho realizadas internamente.

A disponibilidade de informações confiáveis sobre desempenho é uma ferramenta necessária para avaliação e melhoria da eficiência, eficácia e qualidade do serviço via medição de desempenho. A elaboração de estatísticas relacionadas a recursos, equipe, serviços, circulação, atividades etc. fornecerá dados para planejamento, demonstram responsabilidade e auxiliam na tomada de decisões gerenciais e esses indicadores devem ser mantidos atualizados (BERNARDINO; SUAIDEN; SUAIDEN, 2017).

Os seguintes indicadores-chave de desempenho podem ser usados para avaliar e monitorar a consecução dos objetivos da biblioteca (BARRETO; PARADELLA; ASSIS, 2008):

- a. empréstimos per capita;
- b. total de visitas per capita à biblioteca;
- c. participação como porcentagem da população;
- d. empréstimos por item, ou seja, recursos de rotatividade;
- e. consultas de referência e de referência eletrônica per capita;
- f. empréstimos por hora de abertura;
- g. número de acessos a serviços eletrônicos e outros materiais não impressos;
- h. visitas ao site;
- i. dados comparativos, por exemplo, de materiais impressos e não impressos;
- j. materiais descarregados, podcasts;
- k. reserva de espaços para reuniões;
- l. registrantes x registrantes ativos;
- m. número de itens colocados em espera e porcentagem dessas solicitações preenchidas a partir da coleção.

Indicadores de recursos (MARQUES, 2018):

- a. estoque total per capita
- b. fornecimento de computadores de acesso público on-line per capita.

Indicadores de recursos humanos:

- a) proporção de funcionários equivalentes a tempo inteiro (ETI) e população
- b) proporção de profissionais e população
- c) proporção da equipe equivalente em tempo integral (ETI) para qualquer indicador de uso da biblioteca.

Indicadores qualitativos (SILVA; CALDAS; OPPENHEIM; BURNETT, 2017):

- a) pesquisas de satisfação do cliente
- b) consultas satisfeitas.

Indicadores de custo (MARQUES, 2018):

- a. custos unitários de funções, serviços e atividades;
- b. custos de pessoal por funções, por exemplo, livros processados, programas;
- c. custos totais per capita, por membro, por visitante, por ponto de serviço etc.

Indicadores comparativos:

- a. comparar dados estatísticos com outros serviços de bibliotecas relevantes e comparáveis, internacionalmente, nacionalmente e localmente.

Além da coleta e análise das estatísticas dos serviços de entrada e saída, as necessidades não declaradas dos clientes em potencial devem ser estabelecidas por meio de pesquisas de mercado, incluindo o uso de grupos focais e pesquisas com a comunidade (BERNARDINO; SUAIDEN; SUAIDEN, 2017).

Em locais onde estatísticas populacionais confiáveis não estão disponíveis, torna-se mais difícil desenvolver indicadores de desempenho confiáveis. Pode-se usar os totais estimados da população, a comparação dos custos com as estatísticas de clientes e visitantes e a comparação com outras bibliotecas com características semelhantes.

### 3 CONCLUSÃO

O gestor da biblioteca precisa de conhecimentos, habilidades e atitudes para juntamente com sua equipe, alcançar os objetivos pretendidos. A realização dos objetivos ocorre através do somatório dos esforços e dedicação de cada gerente e sua equipe. Para o gestor desempenhar a função gerencial, são necessárias competências que vão além dos conhecimentos e habilidades técnicas específicas do trabalho gerenciado

Todas as funções dos processos gerenciais estão interrelacionadas e não podem ser ignoradas. Os processos gerenciais projetam e mantém um ambiente no qual os funcionários, trabalhando juntos em grupos, realizam objetivos selecionados de maneira eficiente. E, os gerentes executam as principais

funções de processos gerenciais; planejamento, organização, direção e controle. Mas, dependendo das habilidades e da posição em nível organizacional, o tempo gasto em cada função será diferente.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Angela Maria; PARADELLA, Maria Dulce; ASSIS, Sônia. Bibliotecas públicas e telecentros: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social. *Ciência da Informação*, v. 37, n. 1, p. 27-36, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1219>. Acesso em: 17 maio 2021

BERNARDINO, M. C. R. Gestão do conhecimento e empoderamento: construção de uma política de atuação local da biblioteca pública cearense. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., Londrina, 2018. *Anais...* Londrina: ANCIB, 2018. 20p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102699>. Acesso em: 17 maio 2021.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José; CUEVAS-CERVERÓ, Aurora. Auditoria e gestão da imagem para a biblioteca pública: aplicação da teoria da Gestált em bibliotecas públicas de Madrid. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., João Pessoa, 2015. *Anais...* João Pessoa: ANCIB, 2015. 20p. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2886/39.%20AUDITORIA%20E%20GEST%C3%83O%20DA%20IMAGEM.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 maio 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações: edição compacta. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1970.

FREITAS, Pâmela Maria de. **Funções administrativas na prática bibliotecária**. Rondonópolis, 2020. 32f. TCC (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Rondonópolis, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rondonópolis, 2020.

MARQUES, Maria Beatriz. A biblioteca pública no século XXI: modernizar, transformar ou renovar? O caso da Região Intermunicipal de Aveiro. **Páginas a&b**: arquivos e bibliotecas; 3ª série, n. 5, p. 22-57, 2016. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/1470/1264>. Acesso em: 17 maio 2021.

PALLETA, F. C.; SILVA, J. A.; AUGUSTO, M. S.; SILVA, Y. C. P. Gestão da qualidade em bibliotecas públicas. **Ciência da Informação em Revista**, v. 2, n. 2, p. 17-28, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36374>. Acesso em: 17 maio 2021.

PORTER, Michael. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. 16. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PRADO, H. A. **Organização e administração de bibliotecas**. São Paulo: T. A. Queiroz. 1992.

SCHULTZ, Glauco. **Introdução à gestão de organizações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SILVA, R. C.; FORMENTINI, R. Gestão de bibliotecas públicas híbridas em prol do desenvolvimento de comunidades. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 10, n. 3, p. 76-83, 2016. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/14610>. Acesso em: 17 maio 2021.

SILVA, Rafaela Carolina; CALDAS, Rosângela Formentini; OPPENHEIM, Charles; BURNETT, Simon Matthew. Gestão em bibliotecas públicas no contexto híbrido: um estudo comparativo de bibliotecas híbridas do reino unido e do brasil em prol do desenvolvimento de comunidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., Marília, 2017. **Anais...** Marília: ANCIB, 2017 20p. Disponível em: [http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII\\_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/29/1229](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/29/1229). Acesso em: 17 maio 2021.

SLACK, N. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 1997.

THOMPSON JR, Arthur A.; STRICKLAND III, A. J. **Planejamento estratégico**: elaboração, implementação e execução. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

## 2

# MARKETING CULTURAL E BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Jeriel Dione Leite

Marizalva Basília Alves

Maria Rosa Francisca Filha

Bacharéis em Biblioteconomia - Universidade Federal de Mato Grosso

## 1 INTRODUÇÃO

O marketing cultural pode ser uma ferramenta fundamental do planejamento estratégico de uma instituição. Sua função é difundir e fixar uma determinada marca, produto ou serviço sob a percepção de interação da instituição com as atividades culturais. Atualmente, muitas empresas e personalidades se valem desta ferramenta, reconhecendo que evidencia responsabilidades sociais e que muitas ações não pertencem exclusivamente ao Estado.

Para as empresas, nos diversos segmentos, os desafios são múltiplos e usar a estratégia competitiva vinculada ao marketing cultural permite agregar valor a determinada marca, ao mesmo tempo em que contribui para o progresso da cultura. Para os cidadãos, transmite e incentiva a imagem de que o uso de determinados produtos e serviços proporciona o progresso da sustentabilidade no conjunto social. O marketing cultural para os profissionais de comunicação, marketing, relações públicas e biblioteconomia, entre outros, apresenta-se como um campo de trabalho em franca expansão. Na equação essencial do marketing, de contrapesar a rentabilidade da empresa com o contentamento e desejos dos seus consumidores, foram introduzidos dois novos componentes: o bem-estar social e cultural. Esses componentes são a base do conceito de marketing social e marketing cultural.

Trabalhar para o bem-estar no âmbito social e cultural passa a fazer parte do negócio. Nesse intuito a cultura é a região da variedade. Não há princípios ou conjugações de princípios, que uma marca necessita demonstrar que não tenham conexão com o campo cultural. Nesta perspectiva a ação norteadora deste capítulo é compreender como a melhoria da estrutura de aporte a cultura pode ser apresentada como instrumento para propiciar retorno positivo na imagem institucional das empresas

que investem em cultura e como os profissionais do Marketing e da Biblioteconomia são capazes de explorar este mercado?

Para isto, adota-se por objetivo geral apresentar as condições sobre as quais o marketing cultural e seus proventos estratégicos podem ser apresentados como instrumento para propiciar retorno positivo na imagem institucional de instituições patrocinadoras que investem em cultura e servir de estímulo e orientação para que as equipes das bibliotecas públicas conquistem novos patrocinadores.

Para alcançar o objetivo geral foram abordadas as seguintes temáticas: a) contextualização de gerenciamento de projetos culturais; b) importância e influência da cultura; c) evidência de estratégias de marketing e comunicação; d) caracterização do marketing cultural no âmbito da biblioteca pública.

A temática concede uma contextualização quanto à utilização do marketing cultural pelas bibliotecas públicas para conquistar novos patrocinadores, em prova de que o marketing cultural não se restringe somente a oferta do lucro imediato, mas a ajudar a empresa a ter um diferencial de mercado sob a concorrência e ficar mais próxima do público-alvo.

A metodologia que foi usada, assim como, o embasamento presente neste trabalho, é derivada de um estudo descritivo baseado em pesquisa bibliográfica. O estudo bibliográfico ou de fonte primária é a que interessa a este trabalho e trata-se da verificação da bibliografia já publicada em livros e revistas, digitais ou impressas (LAKATOS; MARCONI, 2001).

## **2 GERENCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS**

A gestão de projetos culturais permeia alguns campos teóricos, que dizem respeito a indústria cultural e a economia. Compreende-se que a indústria cultural designa o fazer cultural e artístico sob a lógica da produção industrial capitalista, ou seja, como o fazer sistêmico das propriedades culturais, inseridas como itens pelas indústrias (HORKHEIMER; ADORNO, 2006).

Historicamente, na Europa e nos Estados Unidos, no final do século XIX e início do século XX, deu-se o início dessa indústria enquanto companhia capitalista que resultou na padronização e na racionalização das formas culturais, e este processamento, por sua vez, atrofiou a capacidade da pessoa de julgar e comportar-se de uma forma avaliativa e autônoma (THOMPSON, 2009).

A partir deste entendimento pode-se observar que a indústria cultural foi se adequando aos métodos capitalistas e estudando as relações sociais para compreender como as formas de expressões humanas, de necessidades simbólicas, materiais e desejos afetam as estruturas sociais. Para a partir daí criar produtos para a economia, seguida de ações elaboradas pelas relações humanas, que por sua vez, possuem como estrutura um sistema de trocas de recursos, de forma a ter acesso ao que foi produzido

pelo trabalho humano, as estruturas teóricas da indústria cultural em sua aplicabilidade tornaram possível a gestão de projetos culturais.

Os projetos culturais, em sua essência, partem de contextos sociais, históricos e culturais, para que possam ser preconcebidos. A gestão de projetos culturais é compreendida como uma ferramenta de trabalho, o princípio distinto da coerência de mercado.

A gestão de projetos culturais é formada pela elaboração do conceito e aplicabilidade de uma ideia. Esta ideia precisa ser desenvolvida de modo a entregar sua perspectiva, missão, princípios, propósito, pretexto, cronograma de disposição, orçamentos de compras, contratações de serviços, progresso de atividades de comunicação e marketing, entre outros processos que compõem a estrutura de um projeto.

As disposições culturais (conjunto de regras, incorporadas de maneira inconsciente pelos indivíduos, as quais perpassam os domínios éticos, estéticos, cognitivos e físicos) trabalham com os seres humanos, com seus sonhos, desejos, aspirações e, especialmente, com sentimentos e sonhos (BOURDIEU, 2007). Dessa maneira, a humanização nas relações existentes em um âmbito cultural, seja de relações com o público interno, externo ou virtual, é impreterivelmente decisiva para o sucesso de uma organização.

As gestões de projetos culturais utilizam essas premissas para desenvolver suas metas e o marketing cultural usufrui destas metas e do conceito de trabalho de cada projeto, como parâmetros na elaboração de caminhos assertivos para posicionar e diferenciar o produto ou serviço no mercado. Dessa forma, é possível descrever que a execução da gestão de projetos culturais não está ileso à coerência aplicada ao mercado da indústria cultural.

### **A Importância e influência da cultura**

Os processos de inserção no conjunto social e a procura pela conformidade e progresso social fazem parte das principais preocupações a respeito da validade do marketing social e do cultural. Porque, conforme argumenta Santos (2000), a Cultura é uma construção histórica, seja como concepção ou dimensão do processo social e, diz respeito a todos os aspectos da vida social.

O governo, o mercado e a sociedade debatem constantemente qual precisa ser a função social de uma empresa perante o conjunto social na qual ela está inserida (SANTOS, 2000). Fazer laços, acompanhar o conjunto social, avaliar suas práticas, princípios e fazeres são passos para o sucesso de qualquer organização que pensa em seu futuro. É fundamental que a manifestação da função social da empresa como ente do conjunto social, seja clara e acessível. Para isto, várias delas investem em ações de responsabilidade social e no marketing social, bem como investem nos esportes e no marketing esportivo, porém em menor dimensão investem em Cultura e em marketing cultural.

Crenças, artesanatos, arquiteturas, práticas alimentares, música, festas, danças, tradições populares, a arte e a literatura definem a cultura peculiar de um indivíduo, mas não precisa ser reduzida somente a esses aspectos, vai além, traz significados e princípios para o conjunto social. A cultura ultrapassa as dimensões da vida particular, relacionando-se com os processos de sociabilidade e sua imagem em sociedade (BOTELHO, 2001).

O investimento em Cultura se remodela cada vez que os negócios ganham novos entendimentos, desafios, explicações, perspectivas e contornos. E, exatamente dessa mesma forma, os bibliotecários precisam ter a percepção de que a biblioteca também é um produto de bem cultural que pode auxiliar a promover a imagem de uma instituição patrocinadora via investimento em marketing cultural. Para Reis (2003) o marketing cultural é uma estratégia utilizada pelas empresas para que, por meio de patrocínios a projetos culturais, agreguem valores à suas marcas. Podendo ser implantado por projetos de:

- a) apoio: é um patrocínio secundário frente ao oferecido pelo principal patrocinador.
- b) colaboração: costuma referir -se ao fornecimento de produtos ou serviços através do esquema de permuta.
- c) promoção: mais voltado aos meios de comunicação, refere-se à diversas formas de promoção do projeto em si.

## 2.1 Estratégias Envolvas no Marketing e na Comunicação

De acordo com Kotler (2000), as empresas precisam do marketing para promover a troca entre as empresas e as pessoas, utilizando um conjunto de práticas que identificam e satisfazem as necessidades de um mercado-alvo, através da apresentação de produtos e serviços ofertados pela empresa, gerando o lucro para esta e a satisfação das necessidades do público.

O marketing atua a nível de microambiente e macroambiente. No macroambiente estão todos os fatores que podem influenciar a organização, e que estão diretamente fora de seu controle, enquanto no microambiente detecta-se todos os fatores que são internos à organização e influencia diretamente a organização.

O marketing de acordo com as especificidades de seus clientes pode ser: direto, indireto, esportivo, cultural, social, de relacionamento, endomarketing, de nicho, de fidelização, *outbound* marketing, *inbound* marketing, marketing de conteúdo, promocional, guerrilha, proximidade, mobile, performance, multinível, afiliados e marketing de B2B.

Em uma campanha de marketing, de acordo com Chetochine (2006), a empresa utiliza-se de em um conjunto de meios de comunicação para alcançar todo o impacto possível. Após a necessidade do cliente ser identificada deve-se despertar o desejo de aquisição dos produtos ou serviços nos clientes, inserindo o produto/serviço em seus contextos de utilização e seus benefícios e vantagens.

Kotler (2000) argumenta que o composto de comunicação de marketing é formado por cinco modelos de comunicação, a saber: propaganda; promoção de vendas; relações públicas e publicidade; vendas pessoais; e marketing direto. Para exploração pelos bibliotecários vamos nos deter nas bibliotecas enquanto: a - pontos de propaganda; b - pontos de promoção de vendas e; c - ponto de relações públicas e publicidade.

A propaganda representa qualquer maneira remunerada de apresentação e promoção impessoais de ideias, produtos e serviços por um agente publicitário identificado. Enquanto a Promoção de vendas representa uma diversidade de incentivos de curto prazo para estimular a experimentação ou a aquisição de um produto ou serviço.

As atividades de promoção de vendas contemplam a promoção de eventos especiais, tais como conferências, exposições, seminários, concursos, competições, passeios e patrocínio de acontecimentos esportivos e culturais para realçar novos produtos ou outras atividades e alcançar o público-alvo. As ações de Relações públicas e publicidade estão afetas ao sortimento de programas confeccionados para a promoção ou proteção da imagem de uma instituição ou de seus produtos e o encanto dessas ações.

Reconhecendo que é necessário interligar os pontos de coincidência e as diferenças entre relações públicas e marketing, Kunsch (2003) argumenta que ambas as áreas exercem utilidades fundamentais nas organizações, no entanto, cada uma possui trabalhos distintos. As relações públicas identificam os públicos, suas reações, percepções e pensam em técnicas comunicacionais de relacionamentos de acordo com os confrontos sociais e o local institucional; supervisionam e coordenam programas de comunicação com públicos; preveem e gerenciam conflitos e crises que quiçá passam as organizações. Enquanto o marketing visa atingir o mercado, baseia-se em modelos de concorrência para atingir metas econômicas; sugestionar o público-alvo e persuadir os clientes/consumidores; identificar e produzir mercados para os produtos e serviços; coordenar e supervisionar os programas de comunicação mercadológica para fazer e preservar os produtos e serviços.

Corroborando com esta opinião, Yanaze (2004), argumenta que, o auxílio proporcionado pelas relações públicas à organização para que ela atinja suas metas mercadológicas é permanente e caracterizado pelo mútuo conhecimento das duas áreas. Não se restringindo somente a sanar os conflitos entre a organização e seus públicos. O planejamento e a continuidade de atividades que propiciam a afinidade e a comunicação entre as partes constituem-se similarmente em metas de relações públicas.

Dentro dessas estratégias, há três utilidades: a) comunicar, no qual chama a atenção e frequentemente oferece informações que são capazes de levar o consumidor ao produto; b) incentivar, no qual é unido um tipo de provocação ou colaboração valiosa para o consumidor; e c) seduzir, que se constitui em um método para que seja feita a aquisição de certo produto ou serviço.

## 2.2 O Marketing Cultural no Âmbito da Biblioteca Pública

As bibliotecas públicas pertencem a um setor do conjunto social chamado de terceiro setor e estão constantemente sob grande ameaça, e necessitam persuadir a clientela a utiliza-las sem despende incentivos financeiros.

Para que as bibliotecas públicas sobrevivam, é preciso reavaliar suas abordagens de produtos e serviços, conquanto devam atender a qualquer um que a procurem. Contudo a ausência de recursos financeiros e de investimento público torna inviável uma instituição não rentável se acerta às constantes mudanças tecnológicas e de necessidades dos usuários. Falta até o básico, e neste caso o básico são livros atualizados.

Os bibliotecários, que de fato querem ser mais responsivos às necessidades e desejos de seus usuários, insistem mesmo diante do descaso governamental e a ausência de recursos financeiros em melhorar a satisfação do público em relação à biblioteca e eficazmente atingir suas metas, mas fariam bem em perquirir fora do tradicional em apresentar a biblioteca pública como ponto de publicidade tanto para o governo quanto para a iniciativa privada.

Como uma organização não rentável financeiramente e obviamente sem fins lucrativos, onde o produto básico é um conceito intangível conhecido por ‘informação’, à primeira vista parece que as bibliotecas não contêm nada em comum com as indústrias e empresas comerciais. Não obstante, um exame da bibliografia administrativa, revela que o corpo de entendimento administrativo das organizações lucrativas, pode ser em várias instâncias, assimilado e absorvido com grande rendimento pelas bibliotecas públicas. Uma destas áreas é o marketing, ou mesmo, um produto de bem cultural para o marketing cultural e destinado a melhorar a imagem de outras instituições patrocinadoras (indústria e comércio) e dos governos.

A questão não é mais se os conceitos e técnicas de marketing são capazes ou não de serem aplicadas a uma gestão mais eficaz de produtos e serviços em organizações não lucrativas, porém efetivamente, qual é a área, classe e eficiência de análoga mudança. Em relação ao marketing cultural, tem-se instruído aos bibliotecários obter modelos mais apropriados da correlação entre suas atividades profissionais, as necessidades de suas comunidades e as potencialidades para as instituições patrocinadoras, sem se ater aos incentivos fiscais ou a propor a utilização deles.

Segundo Reis (2003), o marketing cultural é toda ação de marketing que usa a cultura como veículo de comunicação para difundir o nome, produto ou fixar imagem de uma instituição patrocinadora sem que a cultura seja a atividade-fim da empresa. Reis (2003) expõe que os objetivos do marketing cultural são:

- a) criar uma comunicação direta com o público-alvo;
- b) atrair, manter e treinar funcionários;
- c) estabelecer relações duradouras com a comunidade.

- d) reforçar ou aprimorar a imagem corporativa ou de marca.
- e) manter ou incrementar o conhecimento da marca ou da empresa.
- f) potencializar o composto de comunicação da marca.

O marketing cultural pode ser utilizado com a função de melhorar tanto a imagem das bibliotecas quanto de uma instituição patrocinadora. Para isto, as formas mais usuais desse apoio são o patrocínio e o mecenato. Os quais são:

[...] extremamente alavancadores de muitas de nossas combatidas atividades culturais. A notável e decrescente participação do Estado em áreas vistas como não prioritárias, a exemplo da cultura, abre espaço para que a iniciativa privada tome a dianteira em um processo de inexorável aproximação com a comunidade na qual se insere (REIS; SANTOS, 1996, p. 25).

Job (2004) argumenta que o marketing cultural converte organizações sem fins lucrativos como: museus, salas de concerto, escolas, hospitais, bibliotecas e universidades em produtos de bens culturais que passam a se valer do marketing cultural para sobreviverem através de parcerias com instituições patrocinadoras (com fins lucrativos).

Almeja-se o investimento em marketing cultural sob a mesma perspectiva do marketing esportivo, onde uma empresa (instituição patrocinadora) investe em um time de futebol ou de qualquer outro esporte como forma de se aproximar de um público ou de uma comunidade. Assim, buscasse por meio da Biblioteca Pública uma identidade pessoal entre cliente e empresa patrocinadora, ligando-se não apenas de forma comercial aos seus clientes, mas também de forma afetiva utilizando a cultura e a Biblioteca como ponte para esta conexão.

O conceito de biblioteca enquanto produto de bem cultural para o marketing cultural aplica-se tanto ao segmento de produtos, quanto ao de serviços. Porém, esta perspectiva e consequentes aplicações são novas. É neste setor que as bibliotecas estão inseridas. Não falamos da aplicação do marketing pelas bibliotecas para conquistar ou cativar cliente e, sim da biblioteca como um produto de bem cultural que pode ser explorado para melhorar a imagem ou reputação de instituições patrocinadoras.

Para tanto, a biblioteca enquanto um bom produto de marketing apresenta-se como ferramenta capaz de melhorar a imagem e a determinação de laços do patrocinador com o conjunto social, e ao mesmo tempo, atraindo e retendo clientes potenciais e reais para si e para seus patrocinadores. Daí tem-se a informação e o conhecimento como recurso e o marketing como ferramenta para impulsionar o relacionamento da instituição patrocinadora com o conjunto social.

Bibliotecários, perante a consolidação das tecnologias de informação e comunicação, estão cada vez menos sendo exigidos como técnicos de catalogação e classificação e cada vez mais como gestores e como mediadores de informação e de leitura, ou seja, trabalho mais intelectual do que braçal,

proativos, procurando constantemente se capacitarem e com foco no utente, entre outras características.

Na perspectiva deste capítulo, o bibliotecário enquanto gestor da biblioteca deverá vender a imagem da biblioteca para uma instituição patrocinadora como fator de competitividade, de envolvimento com a sociedade, de valorização da cultura e do saber, bem como de preocupação com a formação intelectual de gerações futuras.

Para isto deverá procurar profissionais do marketing que possuem a *expertise* do negócio para desenvolver a concepção do projeto e a validade da vinculação da imagem das bibliotecas, pela colaboração educativa que ela comporta e sua natureza transformadora no âmbito social, pelas quais as pessoas tornam-se sujeitos da cultura e adquirem novas competências.

A intenção da atuação cultural da biblioteca é produzir o processamento de instrução, fornecendo meios para que as pessoas sejam criativas, criadoras e façam suas próprias escolhas, ou seja, tenham autonomia no processo de aquisição de novas competências, para que possam dominar as novas formas de relações que se estabelecem hoje em dia entre o homem em seu ambiente sociocultural. Neste ambiente, a imagem da biblioteca deve ser apresentada como elemento que se identifica com o comportamento social da instituição patrocinadora.

A cultura como produção material, imaterial e subjetiva de um conjunto social é a referência que fundamenta a biblioteca pública, onde a atuação pode intervir a partir da acumulação de mais conhecimentos até a produção de novos conhecimentos (JOB, 2004).

A cultura é assimilada pelo marketing cultural, que se apropria daqueles princípios para agregá-los a uma determinada marca ou produto. Há um realce básico entre os dois conceitos, que precisa ser considerado mais não impossibilita a sua conexão. Enquanto a cultura traduz as generalidades constituintes da identidade, reflete a infinita personalidade humana para a associação e para a circulação de experiências e ideias, o marketing cultural sintetiza o processamento de manifestação de ideias para fazer trocas que satisfaçam as metas dos indivíduos e companhias. Dessa forma, são capazes de ser estabelecidos vínculos eficazes entre marketing, cultura e bibliotecas públicas (JOB, 2004).

### 3 CONCLUSÃO

A exposição das perspectivas de marketing cultural concede uma extensão muito maior sobre a perspectiva de cada indicação. Enaltecendo de forma efetiva e expressa um comportamento novo por parte do bibliotecário, estimulando dessa forma, uma apreensão abundantemente completa e diferente sobre a tradicional perspectiva de utilização do marketing.

## REFERÊNCIAS

- BOTELHO, ISAURA. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr. 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 maio 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- CHETOCHINE, G. **Marketing: sua marca na boca do cliente**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.
- LEITE, Jeriel Dione; ALVES, Marizalva Basília; FRANCISCA FILHA, Maria Rosa. **Utilização do marketing cultural pelas bibliotecas públicas para conquistar patrocinadores culturais**. Rondonópolis, 2020. 25f. TCC (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Rondonópolis, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rondonópolis, 2020.
- JOB, R. C. Vendem-se bibliotecas: estratégias de marketing cultural utilizadas pelas bibliotecas públicas do RS. **Em Questão**, v. 10, n. 2, p. 449-465, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/11290>. Acesso em: 17 maio 2021.
- KOTLER, P. **Administração em marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- KUNSCH, M.M.K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.
- MAXIMIANO, A.C.A. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2008.
- REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing cultural e financiamento da cultura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- REIS, Ana Carla Fonseca; SANTOS, Rubens da Costa. Patrocínio e Mecenato: ferramentas de enorme potencial para as empresas. **Rev. adm. empresas**. [online]. v. 36, n. 2, p. 17-25, abr./jun. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v36n2/a04v36n2.pdf>. Acesso em 17 maio 2021.
- ROSA, A. J. S. A prática de ação cultural em bibliotecas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 14, n. 2, p. 372-381, 2009. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/675>. Acesso em: 17 maio 2021.
- SANTOS, J.L. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SILVA, M. C. S. Marketing em bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15. 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: CRUESP, 2008. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4216>. Acesso em: 17 maio 2021.
- THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- YANAZE, M.H. **Relações públicas e marketing**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

# 3

## O BRASIL NOS DIRETÓRIOS ROAR E OPENDOAR

Evérito Antonio Beltrão

Maria Guimarães da Silva

Maria Jucélia de Oliveira Silva

Alan Fernandes dos Santos

Bacharéis em Biblioteconomia - Universidade Federal de Mato Grosso

### 1 INTRODUÇÃO

A Internet possibilitou o surgimento de um novo modelo de comunicação científica, baseado no compartilhamento em rede e no acesso livre à informação científica em tempo real, gerando mudanças de paradigmas e fazendo com que as sociedades científicas revizassem suas práticas, as formas de armazenar e disseminar a informação (CASTRO, 2006). Concomitante a isto tem-se início aos debates e incentivo ao movimento de acesso livre (Open Access) à informação científica e ao modelo de arquivos abertos (Open Archives).

O modelo de publicação Open Access (OA) é uma forma alternativa de disseminação da produção acadêmica [...] Busca-se tirar o proveito máximo das tecnologias de informação e de comunicação, em constante evolução, visando a ampliar o compartilhamento [gratuito] da informação e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento científico. (CARVALHO; TRAVASSOS; COELI, 2013).

Conforme explicação de Kuramoto (2006):

O modelo Open Archives [Iniciative] é um conjunto de padrões, protocolos e ideais para o estabelecimento de interoperabilidade entre dois ou mais repositórios digitais.

O conceito de Open Archives se refere literalmente a um ambiente digital para guarda, preservação e uso de documentos científicos e acadêmicos eletrônicos (e-prints) de uma instituição ou área temática do saber, que são disponibilizados à consulta pública na modalidade de acesso livre e que não foram submetidos a uma revisão por pares ou que estão em um processo de pré-impressão (preprint papers). Esta perspectiva é obtida a partir da leitura dos documentos da Convenção de Santa Fé de 1999 (OPEN, 2001). Esse ambiente digital que se entende, mas que não foi expresso pelo termo Open Archives passou a ser entendido como um repositório digital comumente referenciado também como Repositório Institucional (RI), termo pelo qual também será referenciado neste trabalho.

O Repositório Institucional é um sistemas de informação que servem para armazenar, preservar, organizar e disseminar amplamente os resultados de pesquisa de instituições de ensino e de pesquisa, faz uso do auto-arquivamento por parte dos pesquisadores de seus trabalhos acadêmicos. Utiliza para sua implantação de softwares denominados de sistema para construção de repositórios institucionais digitais. Os softwares mais utilizado são o DSpace, o EPrints, o WEKOe o Bepress.

Open Archives Iniciative se refere à Open Archives e por analogia à coleção de arquivos digitais abertos (um Archives é um repositório digital que reuni o acervo documental de uma instituição) e aos repositórios digitais, nomenclatura adotada para expressar a reunião do acervo de documentos de uma instituição no ambeinte digital e desenvolvidos por cientistas e acadêmicos para cientistas e acadêmicos, constituindo-se em “fóruns privilegiados para difusão de resultados e debates científicos, é um exemplo da gradativa mudança de paradigma na comunidade científica [...]”(MACHADO, 2006, p. 16).

Melis (2013) argumenta que os RI não se prestam à aquisição e ao armazenamento de documentos externos e sem cunho científico. “É um tipo de biblioteca digital, mas a recíproca nem sempre é considerada verdadeira, [...] [porque] os RI possuem propriedades que distinguem com clareza seu caráter específico” (CROW, 2002 apud MELIS, 2013, p. 23).

As universidades e institutos de pesquisa foram incentivados a adotar a filosofia do acesso livre à informação científica e conseqüentemente criar repositórios digitais que podem ser construídos de diferentes formas e com diferentes propósitos para permitir o acesso livre à informação científica, seguindo um protocolo para coleta de metadados e que gerenciam coleções de informação científica e acadêmica digital certificada.

No Brasil o movimento de acesso livre à informação científica e o modelo de arquivo aberto se consolida por intermédio de iniciativas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) representadas pelo lançamento em abril de 2002 do projeto da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Em agosto de 2004 o IBICT lança o projeto da Biblioteca Digital Brasileira (BDB) com financiamento da FINEP e metas iniciais para: 1 - desenvolvimento e implantação de uma interface integrando diversas bases de dados e bibliotecas digitais; 2 - implantação do Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE - BDTD); 3 - implantação do Dialogo Científico (DICI - EPRINTS); 4 - implantação do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER - OJS); 5 - implantação do Sistema Online de Acompanhamento de Conferências (SOAC) e posteriormente ; 6 - implantação do Sistema para Construção de Repositórios Institucionais Digitais (DSpace); 7 - implantação do Sistema para Construção de Bibliotecas Virtuais Temáticas (BVT) e; 8 - Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital - CARINIANA.

Considerando que a dispersão dos repositórios pelo mundo era e ainda é grande e como solução para realizar o controle e recenseamento dos repositórios, bem como estabelecer princípios e

técnicas para integração dos repositórios digitais foram desenvolvidos alguns projetos de plataformas digitais para registros de repositórios, também conhecidas como diretórios de repositórios, dentre eles destacamos: 1 - Registry of Open Access Repositories (ROAR); 2 - Directory of Open Access Journals (DOAJ); 3 - Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR); 4 - Repository 66 e; 5 - Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

Diante do progresso das ações de implantação dos repositórios digitais e os impactos advindos das mudanças causadas pelo avanço do acesso livre, em 12 de fevereiro de 2020 haviam cadastrados na plataforma ROAR o quantitativo de 4725 repositórios e no OpenDOAR haviam cadastrados 5296 repositórios, neste cenário, como se caracteriza a presença do Brasil nestas plataformas?

O desenvolvimento de iniciativas de implantação de bibliotecas digitais e especificamente de repositórios institucionais tem como objetivo promover o desenvolvimento do acesso livre, minimizar as barreiras financeiras que impedem o acesso à informação científica, socializar o acesso ao conhecimento e, proporcionar acessibilidade e visibilidade às pesquisas e aos pesquisadores.

O Brasil participa, desenvolve e monitora iniciativas similares pelo mundo e a cada dois anos, é realizado um evento dedicado a esse tema, fruto de parceria firmada entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, e o Ministério da Ciência e Tecnologia de Portugal, que se realiza, alternadamente, em Portugal e no Brasil.

Considerando as premissas norteadoras dos modelos Open Access e Open Archives, dos repositórios digitais, do ROAR e do OpenDOAR, adotou-se como objetivo geral a caracterização da presença do Brasil no ROAR e no OpenDOAR. Enquanto os objetivos específicos foram contextualizar o surgimento dos repositórios digitais institucionais de livre acesso, apresentar a estruturação de diretórios de repositórios digitais e, contextualizar as iniciativas brasileiras de livre acesso à informação científica.

Quanto aos procedimentos metodológicos tem-se uma pesquisa bibliográfica com base em obras que tratam sobre a temática e quanto aos objetivos tem-se uma pesquisa descritiva, realizada por intermédio de tabulação de dados coletados no Portal do ROAR e do OpenDOAR entre 10 e 14 de fevereiro de 2020.

## **2 REPOSITÓRIOS DIGITAIS DE LIVRE ACESSO**

Os repositórios digitais (RDs) são bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática. Os RDs armazenam arquivos de diversos formatos. Ainda, resultam em uma série de benefícios tanto para os pesquisadores quanto às instituições ou sociedades científicas, proporcionam maior visibilidade aos resultados de pesquisas e possibilitam a preservação da memória científica de sua instituição (IBICT, 2018).

Os repositórios digitais constituem uma das estratégias propostas pelo Movimento de Acesso Aberto (open access) para promoção da literatura científica de forma livre e sem custos de acesso. É crescente o número de repositórios institucionais e temáticos criados pelo mundo (IBICT, 2018). Os objetivos de um repositório digital são:

- a) oferecer um ponto de acesso único à produção científica de uma instituição ou área temática;
- b) aumentar a visibilidade e o impacto do trabalho de maneira consistente, tanto à nível regional e global;
- c) garantir a preservação permanente e segura da propriedade intelectual a longo prazo, em formato digital;
- d) proporcionar estatísticas detalhadas de uso das publicações da instituição ou área temática.

Quanto à extensão dos repositórios, ela pode ser: a) temática: quando trata da produção científica de um ramo do conhecimento específico ou; b) institucional: quando trata da produção científica do total de uma determinada instituição. Quanto à tipologia das coleções disponíveis no repositório ela pode ser: a) monodocumentais (monocoleção) quando lidam apenas com uma tipologia documental, por exemplo, possuem apenas artigos científicos, possuem apenas relatórios etc. ou; b) multidocumentais (multicoleção) quando reúnem vários tipos de documentos: teses e dissertações, artigos de periódicos, artigos de eventos, livros e capítulos de livros, todos no mesmo repositório.

Considerando a administração os repositórios podem ser: “consorciados, fruto da cooperação entre instituições variadas; centralizados com administração do repositório concentrada em um único local; descentralizados com administração distribuída entre várias instâncias da organização; e governamentais com repositórios mantidos por organizações ligadas ao Estado”. (SOBRAL; SANTOS, 2017, p. 157).

De acordo com Leite (2009) os repositórios digitais são destinados ao tratamento, armazenamento, disseminação e preservação de documentos acadêmico-científicos e lidam exclusivamente com a produção intelectual de uma instituição ou área temática, em ambiente digital.

No começo da década de 1990, mais especificamente em 1991, em Los Alamos National Laboratory (LANL), nos Estados Unidos, um grupo de pesquisadores desenvolveu a primeira iniciativa de repositório digital para abrigar os artigos científico que não foram publicados em periódicos científicos com revisão por pares, denominado ArXiv. Logo após a criação do ArXiv diversas iniciativas de repositórios começaram a surgir em todo o mundo bem como a percepção da necessidade de haver um modelo de interoperabilidade para integrar esses repositórios.

O sucesso da experiência do ArXiv e o surgimento de diversos repositórios “dificulta ao usuário o acesso integrado ao conjunto de informações existente nesses diversos repositórios, dado que ele é obrigado a conhecê-los, tendo que acessar, individualmente, cada um deles, para fazer uma mesma consulta.” (OLIVEIRA; CARVALHO, 2011, p. 5).

Em julho de 1999, foi realizada em Santa Fé, Novo México uma reunião da Open Archives Initiative, ou seja, uma reunião com “os responsáveis por esses repositórios para buscar uma solução de interoperabilidade para integrá-los e facilitar aos usuários o acesso ao acervo de informação neles registrados.” (OLIVEIRA; CARVALHO, 2011, p. 5).

Decorrente da reunião da Open Archives Initiative, realizada em Santa Fé, Novo México, de 21 a 22 de outubro de 1999 foi assinada a Convenção de Santa Fé. Esta convenção foi aprovada por unanimidade por todos os participantes da reunião, que representavam organizações que mantinham ou planejavam arquivos de documentos eletrônicos destinados ao acesso aberto e organizações interessadas em fornecer serviços, como interfaces de pesquisa ou vinculação de citações, com base nos dados desses arquivos (OPEN, 2001).

A Convenção de Santa Fé propôs soluções que viabilizassem a interoperabilidade entre as iniciativas de repositórios digitais de e-prints, apresentando uma estrutura técnica e organizacional simples para apoiar a interoperabilidade básica entre os arquivos de impressão eletrônica, da qual se originou o Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH) (OPEN, 2001).

A Open Archives Initiative tem suas raízes nos movimentos de acesso livre à informação científica e dos repositórios digitais institucionais (RI), ainda hoje, desenvolve e promove padrões de interoperabilidade que visam facilitar a disseminação eficiente do conteúdo (OPEN, 2001).

O Protocolo da Iniciativa Arquivos Abertos para Coleta de Metadados (OAI-PMH) é um mecanismo de baixa barreira para a interoperabilidade do repositório. Os provedores de dados são repositórios que expõem metadados estruturados via OAI-PMH. Os provedores de serviços fazem solicitações de serviço OAI-PMH para coletar esses metadados. OAI-PMH é desenvolvido pela Open Archives Initiative (OPEN, 2001).

Em 2002 tem-se o lançamento do Budapest Open Access Initiative (BOAI), este movimento “definiu duas estratégias básicas, ambas baseadas no uso do protocolo Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH).” (COSTA, 2006, p. 41).

Essas duas estratégias pretendiam dá visibilidade à produção científica e são conhecidas como: auto-arquivamento ou via verde (green road) e de periódicos eletrônicos de acesso livre conhecida como via dourada (golden road). De acordo com a BOAI (2002 apud TOMAÉL, 2008, p. 127) essas estratégias:

[...] são viabilizadas por intermédio da implementação de dois modelos: 1) golden road, baseado no sistema tradicional de comunicação científica, fundamentado na revisão pelos pares (peer-review), ou seja, os periódicos científicos de acesso aberto (OAJ - Open Archives Journals); 2) green road, baseado no autoarquivamento, em repositórios, de pre-prints ou de pós-prints, neste último caso, depositados com autorização das editoras.

As duas estratégias trazem grandes benefícios, principalmente para os autores de artigos científicos, pois publicam os resultados de suas pesquisas como forma de ampliarem a visibilidade de

seus trabalhos e para que assim possam ser citados em publicações de outros pesquisadores. Quando o acesso a um artigo é feito mediante pagamento de assinaturas, essa prática por vez mostra-se como um problema decorrente da restrição do número de pessoas que podem obter o acesso às publicações, causando prejuízo tanto para o autor que não terá a visibilidade desejada quanto para outros pesquisadores que por não terem acesso aos periódicos científicos pagos, deixam de utilizar trabalhos que poderiam conter dados relevantes para suas pesquisas.

A iniciativa do acesso aberto promove maior acessibilidade às informações científicas e proporciona o aumento da visibilidade das pesquisas científicas em âmbito nacional e internacional, e permite afirmar que essas duas estratégias são fatores de extrema importância por propiciar os alicerces conceituais e conteudistas para a construção de repositórios digitais (RI) e proporcionar a ruptura do modelo de comunicação científica ainda vigente.

A filosofia direcionada à comunicação científica proposta pelas vias verde e dourada vai além da coleta para inserção do conteúdo, identificação e armazenamento dos documentos, propondo um serviço de informação científica em um ambiente digital e interoperável dedicado ao gerenciamento da produção intelectual de uma instituição e seu compartilhamento mundial.

As duas iniciativas têm por objetivo minimizar as barreiras que impedem o livre acesso à informação científica, principalmente a resultante de pesquisa que obteve financiamento público, além de visar à socialização do acesso ao conhecimento. Nesta perspectiva, Leite (2009, p. 29) afirma que:

Um repositório institucional conjuga aspectos da comunicação científica formal e informal. Um dos argumentos dessa abordagem reforça que o conhecimento científico não é produzido exclusivamente a partir daquilo que já foi avaliado e é publicado formalmente, mas também daquilo que é veiculado informalmente, tornando mais flexível, portanto, a comunicação científica.

Nesta perspectiva, os repositórios institucionais são vistos como uma ferramenta com capacidade de coletar, identificar, classificar, armazenar, preservar, gerenciar, pesquisar, recuperar, distribuir informações e proporcionar acesso livre a toda produção científica de uma determinada instituição, construídos com base na iniciativa dos arquivos abertos e no modelo de acesso livre à informação.

O aperfeiçoamento das TIC que facilitou a disseminação e acessibilidade da informação, e a criação de barreiras associadas aos elevados valores cobrados por parte das grandes editoras que controlavam o mercado das publicações científicas foram fatores decisivos para o surgimento do Movimento do acesso livre - Open Access Movement (OAM) - referente às publicações científicas. (GOMES; ROSA, 2010, p. 155).

Os repositórios institucionais têm conquistado um importante espaço no modelo da comunicação científica contemporânea, emerge como uma nova ferramenta de divulgação da ciência, e têm sido reconhecidos pelos diversos atores da comunidade científica, principalmente pelas

universidades, que percebem uma nova possibilidade para ampliar a visibilidade das pesquisas desenvolvidas no ambiente acadêmico.

Neste cenário, a preservação digital, definida por Sayão (2007), como o conjunto de estratégias e protocolos devidamente formalizados que visam à manutenção do banco de dados e dos objetos digitais disponibilizados, é um fator que merece atenção por parte da equipe que administra o repositório institucional, inclusive com a elaboração de um plano de contingências, porque o ambiente digital está exposto a potenciais fatores e agentes que representam ameaças e são causadores de danos digitais, além de que a própria desatualização da infraestrutura tecnológica é um risco constante à continuidade de qualquer acervo digital.

O plano de preservação digital compõe as ações de planejamento da segurança de informação. Sayão et al. (2009, p. 43) definem a segurança de informação como: “a capacidade do sistema de atender aos requisitos de segurança da instituição e assegurar a integridade física dos estoques de conteúdos digitais e intervenções e acessos indevidos”.

Para saber mais sobre o tema recomendamos a leitura do artigo “Preservação digital em repositórios institucionais: práticas na região Sudeste do Brasil” de Weitzel e Mesquita (2015) e da dissertação “Contingência de risco: uma questão de segurança em preservação digital” de Andrade (2018).

### **As Políticas institucionais de informação para os repositórios**

A política institucional de informação é um conjunto de decisões para orientar as atitudes referentes à gestão da informação na instituição e permitir alcançar a perpetuação dos registros e a confiabilidade dos usuários. Quando relacionadas aos repositórios institucionais, Silva (2008, p. 3), argumenta que “As políticas de informação para Repositórios Institucionais são fundamentais para a definição de diretrizes que dizem respeito, principalmente, a aspectos técnicos, da instituição e da comunidade envolvida da qual o repositório será destinado”. É orientado pelo estabelecimento de políticas para o desenvolvimento e gerenciamento das coleções, além de definir características como tipos de documentos que serão armazenados.

Vargas (2008) argumenta que as políticas do RI são decisões adotadas durante o planejamento e a implantação do RI, determina os tipos de materiais e conteúdos que poderão ser inseridos, as coleções que serão criadas, os direitos e as responsabilidades dos envolvidos, os deveres da biblioteca no processo, os tipos de acesso, quem incluirá arquivos, decisões sobre privacidade, preservação, metadados, edição do material, direitos autorais, entre outros aspectos relevantes.

Na fase de definição do projeto de um repositório institucional é necessário estabelecer uma abordagem de atuação, a qual Leite (2009) denomina de rígida e flexível. A abordagem de atuação a

ser adotada deve estar de acordo com as funções que a instituição espera que o RI atenda, por isso é imprescindível que os responsáveis pelo seu planejamento e implantação avaliem as vantagens e desvantagens de cada abordagem.

A abordagem rígida preconiza a disseminação da comunicação científica formal também conhecida como literatura branca, representada pelos livros e principalmente por artigos científicos, que passaram por um processo de avaliação pelos pares. Enquanto a abordagem flexível preconiza a disseminação da comunicação científica formal e informal. A comunicação científica informal também conhecida como literatura cinzenta, é constituída de acordo com Gomes; Mendonça; Souza (2000, p. 97) pelas “dissertações, teses, publicações governamentais, preprints papers, comunicações em eventos, relatórios técnicos, relatórios de pesquisa, e outros documentos de publicação restrita”.

Em geral, os sistemas para construção de repositórios institucionais digitais disponíveis para implantação possuem um modelo de organização flexível, porém é importante que a flexibilidade não implique na inserção de qualquer documento produzido em âmbito acadêmico no RI.

Para que um determinado sistema para construção de repositório institucional digital possa atender as necessidades da instituição e de seus usuários faz-se necessário que após o estabelecimento de uma abordagem, haja o estabelecimento de uma política de funcionamento do repositório institucional antes da sua implantação, essa política deve ser baseada na cultura da instituição, e de acordo Tomaél e Silva (2007) deve prever os aspectos relativos a:

- a) responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório;
- b) conteúdo proposto e implementado;
- c) aspectos legais relativos a documentos e licenças de softwares;
- d) padrões adotados;
- e) diretrizes para preservação digital;
- f) política e níveis de acesso;
- g) sustentabilidade e financiamento do repositório.

A política não é apenas o caminho para exercer a autoridade, mas é também uma arte para alcançar o consenso corporativo (STRASSMANN, 1994). Uma política de informação cobre os objetivos, diretrizes, práticas e intenções organizacionais que servem para fortalecer as decisões locais.

O OpenDOAR criou uma ferramenta para que os responsáveis por repositórios institucionais possam formular e divulgar as políticas de funcionamento dos mesmos, preenchendo um formulário eletrônico formado por uma série de caixas de seleção que apresenta todas as opções de políticas fundamentais, sendo rapidamente selecionadas. Essa ferramenta possui uma estrutura que o usuário pode vislumbrar os aspectos de cada categoria de política e definir quais devem inferir para construção de uma política adequada. Entretanto, faz-se necessária apenas uma ressalva a essa ferramenta, refere-se às categorias de política de marketing e gerenciamento, que não têm seus aspectos plenamente contemplados. A ferramenta constitui-se em um instrumento importante para auxiliar a construção e

publicação de políticas de funcionamento de RI, atentando, ainda, para aspectos relevantes das políticas de funcionamento de repositórios que não foram mencionados nas diretrizes prévias de cada diretório.

Um repositório institucional necessita de várias ações para alcançar sua sustentabilidade e funcionamento. Por se tratar de um projeto institucional, o RI envolve várias áreas e com isso o trabalho se torna coletivo (AMANTE, 2014). Nesta perspectiva a inclusão da Biblioteca no processo de desenvolvimento do RI, é caracterizado pela expertise e qualificação dos seus funcionários e a confiança da comunidade (TOMAÉL; SILVA, 2007). A visão do gestor do repositório e da própria instituição é fundamental para o avanço do acesso aberto e os bibliotecários são os profissionais adequados para gerenciar o RI e a qualidade do conteúdo digital.

Em estudo realizado por Di Foggi e Furnival (2013), com bibliotecários de instituições de ensino superior no Brasil, verificou-se que a maioria deles já teve algum contato com o tema através de blogs, sites, fóruns e literatura científica, porém, nenhum deles teve uma disciplina específica sobre o tema na graduação à sua época. Atualmente o conhecimento para a gestão dos RI já não são adquiridos fora dos muros da graduação. Os cursos de Biblioteconomia reconhecendo a importância do *open archives*, do *open access* e dos repositórios institucionais já incorporaram estas temáticas em seus planos de ensino. Porém é necessário o contínuo aprendizado dos bibliotecários, principalmente dos profissionais a frente do RI, através da participação em cursos, treinamento, eventos e outros espaços que favoreçam a troca de experiências e o entendimento deste movimento global em prol do acesso livre à informação científica.

O modelo dos arquivos abertos (*open archives*), o movimento pelo acesso livre (*open access*) e a proliferação dos repositórios digitais e dos portais de periódicos científicos apresentam diversas alternativas para obter acesso à produção científica aos pesquisadores radicados em qualquer parte do mundo. Conseqüentemente, induziram a criação de diretórios de repositórios digitais e periódicos científicos, os quais serão tratados no próximo tópico.

### **3 OS DIRETÓRIOS DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS**

Os diretórios de repositórios institucionais são plataformas digitais para registros de repositórios que identificam e descrevem repositórios institucionais, ajudando os investigadores a selecionar o repositório adequado para pesquisar ou depositar dados, apoiando igualmente a ação de financiadores, bibliotecas e organizações de ciência.

Em geral, os diretórios de repositórios listam apenas os repositórios acadêmicos de acesso aberto e não têm interface para realizar pesquisas diretamente nos metadados dos repositórios. O cadastro no diretório não requer detalhes completos do repositório. Os diretórios cadastram os

repositórios de acordo com sua abrangência, resultando em uma série de benefícios para sociedade. Dentre os diversos diretórios, pode-se citar: 1 - Registry of Open Access Repositories (ROAR); 2 - Directory of Open Access Journals (DOAJ); 3 - Directory of Open Access Repositorio (OpenDOAR); 4 - O Repository 66 e; 5 - Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

O Registry of Open Access Repositories (Registro de Repositórios de Acesso Aberto) (ROAR) (<http://roar.eprints.org/>) é um diretório para registro de repositórios acadêmicos de acesso livre criado em 2004 com financiamento do Joint Information Systems Committee (JISC) e mantido pela Universidade de Southampton, no Reino Unido, e faz parte da rede EPrints.org.

O DOAJ (Directory of Open Access Journals) (Diretório de Revistas de Acesso Aberto) (<https://doaj.org/>), o qual surgiu a partir de discussões na primeira Conferência Nórdica sobre Comunicação Acadêmica em 2002 e foi lançado em 2003 na Universidade de Lund, na Suécia, com 300 revistas de acesso aberto para estabelecer e manter o DOAJ (HEDLUND; RABOW, 2009) e continuou a fazê-lo até janeiro de 2013, quando a transferência da responsabilidade pela operação e desenvolvimento do DOAJ passou para o Infrastructure Services for Open Access (IS4OA). O Open Society Institute financiou vários projetos relacionados ao acesso aberto após a Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste e o DOAJ era um desses projetos (CRAWFORD, 2011).

O IS4OA foi fundado em 2012 no Reino Unido como uma empresa de caridade sem fins lucrativos pelas defensoras de acesso aberto Caroline Sutton e Alma Swan (INFRASTRUCTURE, 2012) e opera o DOAJ e o Open Citations Corpus. O DOAJ usa a definição de acesso aberto da Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste para definir os direitos exigidos aos usuários, para isso a revista deve ser incluída com direitos de ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou vincular aos textos completos dos artigos, ou usá-los para qualquer outra finalidade legal (DIRECTORY, 2020i). O objetivo do DOAJ é "aumentar a visibilidade, acessibilidade, reputação, uso e impacto de periódicos de pesquisa científica e acadêmica de qualidade, com revisão por pares e acesso aberto" (DIRECTORY, 2020a). Em 16 de fevereiro de 2020, o banco de dados continha 14.292 revistas de acesso aberto e 4.640.153 de artigos científicos e acadêmicos cobrindo todas as áreas da ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais e humanidades.

O terceiro diretório é o Directory of Open Access Repositories (Diretório de repositórios de acesso aberto) (OpenDOAR) (<https://v2.sherpa.ac.uk/opensoar/>) é outro serviço de registro de repositórios acadêmicos de acesso livre, foi criado 2005 financiado pelo Joint Information Systems Committee (JISC) e hospedado na Universidade de Nottingham no Reino Unido, em conjunto com a Universidade de Lund, na Suécia, atualmente, faz parte de um grupo de serviços desenvolvidos pelo SHERPA (Securing a Hybrid Environment for Research Preservation and Access).

O quarto repositório citado é o Repository 66 (Rep66) (<http://maps.repository66.org/>) foi criado em 2007 por Stuart Lewis, da Universidade de Auckland, Nova Zelândia, e "integra os dados do ROAR

e do OpenDOAR à plataforma Google Maps, localizando repositórios globalmente e disponibilizando os outputs numa interface georreferenciada, e ainda discriminando os repositórios por tipo de software adotado” (MURAKAMI; FAUSTO, 2013, p. 187), mas está desatualizado desde abril de 2014.

Finalizando a apresentação de diretórios tem-se o Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) (<http://projeto.rcaap.pt/>), também conhecido como Diretório Luso-Brasileiro de Periódicos e Repositórios de Acesso Livre que registra repositórios e revistas científicas de Acesso Aberto disponibilizadas em Portugal e no Brasil, foi criado e promovido pela UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento em 2008 e operacionalizado desde 2012 pela Computação Científica Nacional (FCNN) a qual é uma unidade da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT).

#### **4 PARA MELHOR CONHECER O ROAR E O OPENDOAR**

Considerando o objeto de estudo, há necessidade de se ater ao detalhamento do ROAR e OpenDOAR. Ambos os diretórios foram lançados entre 2004 e 2005 e financiados pelo Joint Information Systems Committee (JISC) do Reino Unido. Não são coincidências, são frutos de uma política de Estado que investe em educação, ciência, tecnologia e inteligência competitiva como elemento propulsor da economia.

A Inteligência Competitiva (IC) é uma ação proativa de monitorar, captar e organizar informações relevantes sobre o comportamento da concorrência, mas também dos clientes e do mercado como um todo, analisado tendências e cenários, e permitindo um melhor processo de tomada de decisão no curto e longo prazo (FULD, 2007, GOMES; BRAGA, 2017).

Através da IC, os fragmentos de informação provenientes de diferentes fontes são processados de maneira estratégica permitindo antecipar-se às tendências de mercado, propiciando a evolução do negócio em comparação com os concorrentes. Com a utilização da Inteligência Competitiva, tem-se reais condições de antecipar, detectar e avaliar ameaças e oportunidades e definir qual será a estratégia competitiva (MUÑOZ CAÑAVATE, 2012).

As ações de financiamento de projetos para estruturar diretórios de repositórios institucionais e de periódicos científicos por parte do Joint Information Systems Committee atendiam ao interesse nacional de Inteligência Competitiva do Reino Unido bem como aos interesses da comunidade internacional em dispor de uma plataforma digital capaz de identificar e descrever repositórios, e auxiliar a selecionar o repositório adequado para pesquisar ou depositar dados.

O Registry of Open Access Repositories (ROAR) foi criado em 2004 para manter a lista de sites GNU Eprints que é o software que a Universidade de Southampton designou para facilitar o auto-arquivamento, mais tarde se tornou um registro geral de repositórios de acesso aberto, que fornece uma poderosa interface OAI- PMH. Atualmente, é mantido por Tim Brody, da Universidade de

Southampton. Os repositórios são indexados e recuperáveis a partir de pesquisa por país de origem, software que usam e no tipo de documento que hospedam.

De cada repositório, o ROAR fornece as seguintes informações: o link para a página do repositório, gráficos estatísticos, o número de registros e a porcentagem deles em texto completo, dados técnicos sobre os metadados e o protocolo com o qual ele trabalha e a data de registro. Para se registrar no ROAR, deve ser feito o acesso na seguinte URL: <http://roar.eprints.org/cgi/register> (Figura 1).

Figura 1: Criação de conta no ROAR.

**Registry of Open Access Repositories**

Home About Search Search Content Browse

Login New Entry Create Account  Search

### Create Account

You need to register in order to be able to submit records to the registry.

As a registered user you will be able to manage your records, up to the point of submitting them for Editorial Review. If the review is successful your record will be added to the registry, if it is unsuccessful it will be returned to you with editorial comments.

In addition to managing your records a registered user can set up alert options, so that email notifications are sent when new items are placed in the registry.

Please complete the details on this page to register with Registry of Open Access Repositories.

If you have already registered but have forgotten your username or password, [click here](#) to set a new password.

**Captcha Challenge:**  I'm not a robot  reCAPTCHA  
Privacy - Terms

**Name:**

Title	Given Name / Initials	Family Name
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

**Email address:**

**Password:**

Password:

Re-type Password:

[Help and more information.](#) The Registry of Open Access Repositories is hosted by the [School of Electronics and Computer Science](#) at the [University of Southampton](#).



Fonte: <http://roar.eprints.org/cgi/register>.

Para adicionar um novo repositório, é necessário se registrar para uma conta no ROAR e depois de registrado, clique em Nova entrada (Figura 2). Na sequência será apresentada a página para registro do novo repositório (Figura 3). O ROAR oferece diversos filtros de pesquisa, não sendo necessário um cadastro para acessar e pesquisar. Os usuários podem fazer pesquisa por diretório, título, descrição, tipo de material no repositório, país, software, assunto e outras alternativas úteis para usuários desenvolver pesquisa personalizadas (Figura 4).

Figura 2: Registro de novo membro no ROAR.

← → Não seguro | roar.eprints.org/cgi/roar\_register

## Registro de repositórios de acesso aberto

Casa Sobre Procurar Pesquisar Conteúdo Squeaky toy

Conectado como Usuário 12665 | [Gerenciar entradas](#) | [Nova entrada](#) | [Perfil](#) | [Pesquisas salvas](#) | [Sair](#)  [Procurar](#)

### Registro

Você se registrou com o nome de usuário [@hotmail.com](#).

Para adicionar um repositório ao registro, clique em [Nova Entrada](#).

[Ajuda e mais informações](#). O Registro de Repositórios de Acesso Aberto é realizado pela [Escola de Eletrônica e Ciência da Computação](#) da [Universidade de Southampton](#).

eprints

Fonte: <http://roar.eprints.org/cgi/register>.

Figura 3: Página para inclusão de novo diretório no ROAR.

← → Não seguro | roar.eprints.org/cgi/users/home?screen=NewEPrint&\_action\_create=1

## Registry of Open Access Repositories

Home About Search Search Content Browse

Logged in as User 12665 | [Manage Entries](#) | [New Entry](#) | [Profile](#) | [Saved searches](#) | [Logout](#)  [Search](#)

### Edit item: UNSPECIFIED #15767

Details → Description → Subjects → Other → Deposit

[Save and Return](#) [Cancel](#) [Next >](#)

Thank you for taking the time to suggest a new entry for the Registry of Open Access Repositories. Creating a new entry involves several steps. Fill in the information you know on each page and then click Next >. If you don't know something, don't worry, only fields marked with a star are required. When you have finished click Deposit to submit your record for editorial review. If you don't have all the information required click save and return which will save the record in your Manage Entries screen. Fields marked with a star (\*) must be completed before you submit.

**Home Page**

The URL of a page describing the repository (e.g. its home page).

**OAI-PMH Interface**

The URL of the repository's Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting interface. This will be used to track record counts. This should be the base URL of your OAI interface, do not include any arguments.

E.g. <http://myrepo.org/cgi/oai>

1.

2.

3.

[More input rows](#)

[Save and Return](#) [Cancel](#) [Next >](#)

[Help and more information](#). The Registry of Open Access Repositories is hosted by the [School of Electronics and Computer Science](#) at the [University of Southampton](#).

eprints

Fonte: [http://roar.eprints.org/cgi/users/home?screen=NewEPrint&\\_action\\_create=1](http://roar.eprints.org/cgi/users/home?screen=NewEPrint&_action_create=1).

Figura 4: Página de pesquisa do ROAR.

**Registry of Open Access Repositories**

Home About Search Search Content Browse

Login | New Entry | Create Account

Advanced Search

Don't panic! Just leave the fields you don't want to search blank. [Click here for a simple search.](#)

Search Reset the form

**ROAR ID:**

**Home Page:** all of

**OAI-PMH Interface:** all of

**Registry:**

OpenDOAR  
 Celestial  
 ROARMAP

Any of these

**Title:** all of

**Description:** all of

**Repository Type:**

Research Institutional or Departmental  
 Research Multi-Institution Repository  
 Research Cross-institutional  
 e-Journal/Publication  
 e-Theses  
 Database/A&I Index

Research Data  
 Open and Linked Data  
 Learning and Teaching Objects  
 Demonstration  
 Web Observatory  
 Other

**Birth Date:**

**Country:**

Africa  
 ....Algeria  
 ....Angola  
 ....Benin  
 ....Botswana  
 ....Burkina Faso  
 ....Burundi  
 ....Cameroon  
 ....Cape Verde  
 ....Central African Republic  
 ....Chad  
 ....Comoros

Other  
 Afghanistan, Islamic State of  
 Aland Islands  
 Albania  
 Algeria  
 American Samoa  
 Andorra, Principality of  
 Angola  
 Anguilla  
 Antarctica  
 Antigua and Barbuda  
 Argentina

Any of these

**Software:**

ARNO  
 Bepress  
 CDS Invenio  
 ContentDM by OCLC  
 DigiBIB  
 Lightfoot  
 DVA  
 DOKS  
 DSpace  
 EDDC  
 EPrints  
 Equella

**Subjects:**

A General Works  
 ...AC Collections, Series, Collected works  
 ...AI Indexes (General)  
 ...AM Museums (General), Collectors and collecting (General)  
 ...AS Academies and learned societies (General)  
 ...AZ History of Scholarship The Humanities  
 & Philosophy, Psychology, Religion  
 ...B Philosophy (General)  
 ...BC Logic  
 ...BD Speculative Philosophy  
 ...BF Psychology  
 ...BH Aesthetics

Any of these

**Record Count:**

**Exemplar:** No Preference

**Retrieved records must fulfil:** all of these conditions

**Order the results:** number of records

Search Reset the form

[Help and more information.](#) The Registry of Open Access Repositories is hosted by the [School of Electronics and Computer Science](#) at the [University of Southampton](#).

Fonte: <http://roar.eprints.org/cgi/search/advanced> .

O OpenDOAR, é um diretório de repositório institucional de acesso aberto, uma iniciativa para facilitar o acesso universal à literatura científica, prestigiado internacionalmente por repositórios acadêmicos de acesso aberto, mantendo uma lista abrangente e autorizada de repositórios institucionais e baseados em diversos assuntos, contendo arquivos criados também por agências de financiamento como os Institutos Nacionais de Saúde nos EUA ou o Wellcome Trust no Reino Unido e na Europa (Figura 5).

As informações necessárias para os registros de repositórios são: nome do repositório, url do repositório, instituição a qual o repositório está vinculado, url da instituição, cidade, país, localização, nome e e-mail do gestor do repositório, descrição e/ou observação sobre o repositório, software utilizado, url oai, url das políticas do repositório, nome e e-mail, caso a pessoa que esteja submetendo o registro e não seja a gestora do repositório, dedicados às publicações científicas.

Segundo o site do OpenDOAR, os critérios para recusar um cadastro são:

- a) site repetidamente inacessível;

- b) não ser um repositório e sim um portal de periódicos;
- c) não conter documentos de acesso aberto;
- d) conter apenas as referências bibliográficas do documento ou remeter à links externos;
- e) ser um catálogo de uma biblioteca; requerer login para acesso ao documento, mesmo que este login seja gratuito;
- f) ser uma base de dados proprietária ou uma revista que requer assinatura.

Figura 5: Página inicial do OpenDoar.



Fonte: <https://v2.sherpa.ac.uk/opendoar/>.

O OpenDOAR oferece uma diversidade de filtros de pesquisa não sendo necessário um cadastro para acessar e pesquisar, porém para efetuar o registro de repositórios é necessário apenas algumas informações. Após o registro do repositório, uma equipe verifica as informações registradas, assim que cumpridos os critérios estabelecidos, o cadastro é adicionado ao diretório, caso esteja faltando algo o registro é removido (Figura 6).

Figura 6: Página de sugestão de novo diretório para o OpenDoar.

Fonte: <http://sherpa.ac.uk/forms/new-repository.php?service-identifler=opendoar2> em 16 fev. 2020.

Os usuários podem fazer pesquisa no OpenDOAR por local, tipo, material que eles possuem e outras medidas úteis para usuários que desejam encontrar documentos de pesquisa originais, e também provedores de serviços de terceiros, como mecanismos de pesquisa ou serviços de alerta, que precisam de ferramentas fáceis de usar para desenvolver serviços de pesquisa personalizados para atender comunidades de usuários específicas (Figura 7).

Figura 7: Página de pesquisa do OpenDoar.

Fonte: <https://v2.sherpa.ac.uk/cgi/search/repository/advanced> em 16 fev. 2020.

## 5 O BRASIL NOS DIRETÓRIOS ROAR E OPENDOAR

Historicamente, o Brasil marcou presença no movimento de acesso livre (Open Access) à informação científica e no modelo de arquivos abertos (Open Archives), através do Movimento Acesso livre ao Conhecimento do Instituto Brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o qual assumiu em âmbito nacional as ações voltadas para a implantação de repositório nas instituições de ensino e pesquisa, com intuito de promover o desenvolvimento de recursos e infraestrutura de informação científica e tecnológica no Brasil para a criação de repositórios institucionais.

O IBICT vem acompanhando a iniciativa dos arquivos abertos desde o ano 2000. O instituto criou o laboratório de tecnologias da informação -LTI- para o estudo e avaliação de softwares e ferramentas para o desenvolvimento de serviços e produtos de bibliotecas digital. (MORENO; LEITE; MÁRDERO ARELLANO, 2006)

Aderindo à iniciativa brasileira referente ao acesso livre, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) implantou no ano de 2000 O Portal de Periódicos da CAPES

que atende 194 universidades públicas e privadas, centros de pesquisa e órgãos governamentais, permitindo o acesso gratuito a cerca de 13 mil publicações e 126 bancos de dados, sendo seis deles bases mundiais de patentes, fazendo com que o Brasil se destacasse mundialmente. Outras iniciativas que contribuíram para o crescimento do Acesso Livre foram: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, o Portal SciELO, o Portal OASISBR (Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto) e o Diretório Diadorim (Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas brasileira).

Os repositórios brasileiros (RI) estão associados a evolução das funções das bibliotecas universitárias (BU) enquanto depositórias da produção científica institucional, coletando e preservando principalmente as teses e dissertações.

### **Distribuição dos repositórios nos diretórios roar e opendoar por ano de criação**

Para início de análise há de se expor que na página de navegação Home do diretório ROAR há o registro de 4725 repositórios aptos para exportação. Na mesma página, quando selecionada a aba Graphical Analysis e as opções Group-by Field = Country e Graphic Type= Table se obtém 4622 repositórios registrados.

Na seleção da aba de navegação Search que remete para Advanced Search e selecionando todas as opções do Repository Type foi identificada a frequência de 4833 repositórios registrados e aptos para exportação. Na mesma página e quando selecionada a aba Graphical Analysis e posteriormente as opções Group-by Field = Country e Graphic Type= Table obtiveram-se a frequência de 4596 repositórios registrados.

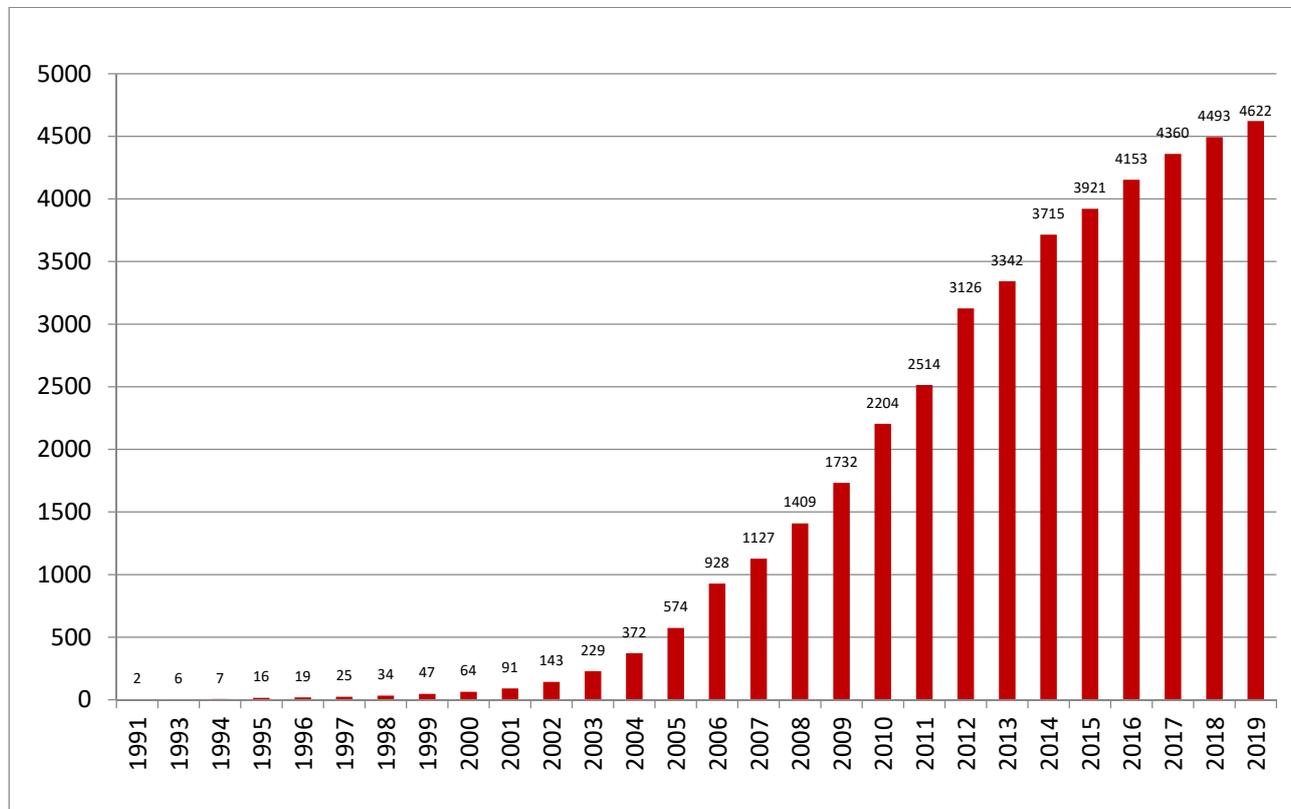
O resultado divergente entre a aba Home e Search do ROAR provavelmente deve-se ao fato de que a aba Home faz a indicação de todos os repositórios registrados no ROAR (4622) enquanto a aba Search indica todos os repositórios registrados e ativos no momento da consulta (4596).

Quanto à pesquisa no diretório OpenDoar, foi realizada a identificação da frequência total de repositórios registrados por intermédio de pesquisa na aba Advanced Search e seleção de todas as opções da caixa de seleção Content Types a qual remete para a existência de 5313 repositórios registrados.

Em relação à especificação da quantidade de repositórios registrados no ROAR, a Figura 8 apresenta que houve um crescimento mundial de 167% na frequência de repositórios registrados no ROAR e que foram criados entre 2010 e 2019, passando de 1732 repositórios em 2010 para 4622 repositórios em 2019. O ROAR foi implantado e começou a registrar os repositórios em 2004, contudo observa-se que 229 tem data de criação entre 1991 e 2003, época em que o ROAR nem existia.

As datas referentes a esses 229 diretórios não indicam a data de registro no ROAR, mas sim a data de implantação do serviço de curadoria e preservação da memória institucional em sua instituição.

Figura 8 - Acumulado de diretórios registrados no ROAR por data de criação.

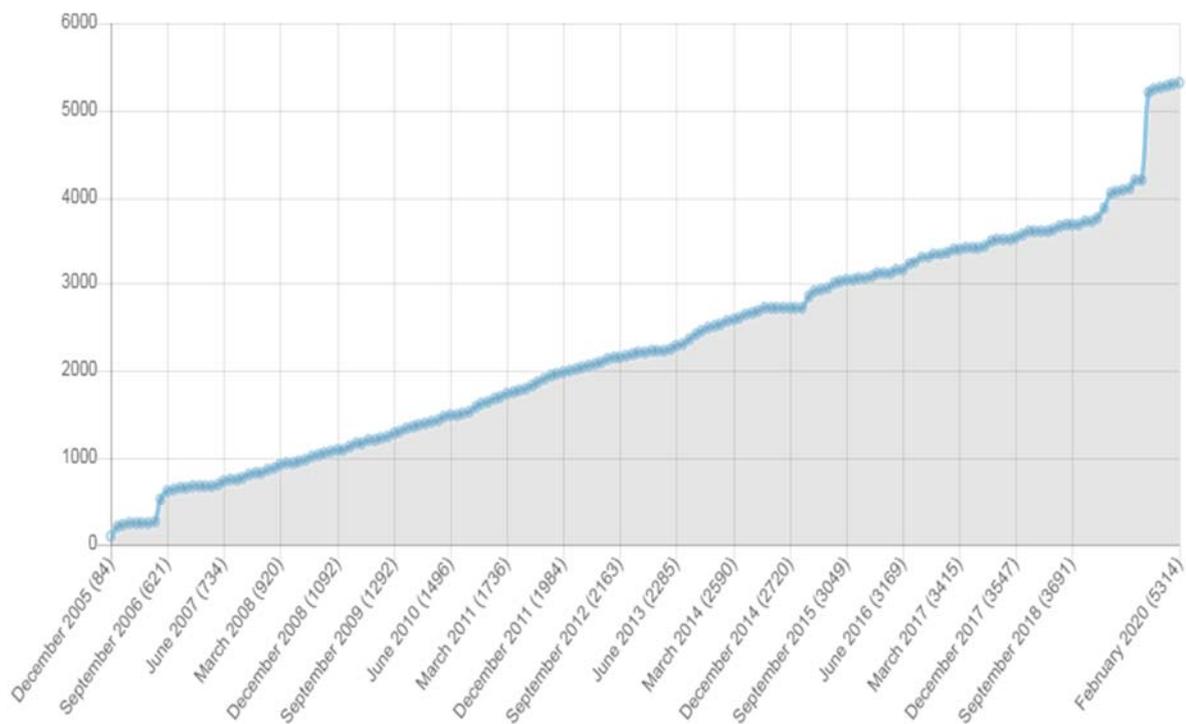


Fonte: [http://roar.eprints.org/cgi/roar\\_graphic?cache=3985779](http://roar.eprints.org/cgi/roar_graphic?cache=3985779).

Quanto aos repositórios registrados no OpenDOAR, a Figura 9 indica que houve um crescimento mundial de 95,37% na frequência de repositórios registrados no OpenDOAR e criados entre dezembro de 2014 à fevereiro de 2020, passando de 2720 repositórios em março de 2014 para 5314 repositórios em 2020. Realizando a comparação entre junho de 2010 (1496 repositórios) a fevereiro de 2020 (5314 repositórios) o crescimento de registros foi de 255,21%.

O OpenDOAR foi implantado e começou a registrar os repositórios em 2005, contudo observa-se que 84 repositórios têm data de criação anterior a dezembro, época em que o OpenDOAR nem existiam. As datas referentes a esses 84 diretórios não indicam a data de registro no OpenDoar, mas sim, a data de implantação do serviço de curadoria e preservação da memória institucional em sua instituição.

Figura 9 - Histórico acumulado de diretórios registrados no OpenDoar por data de criação.

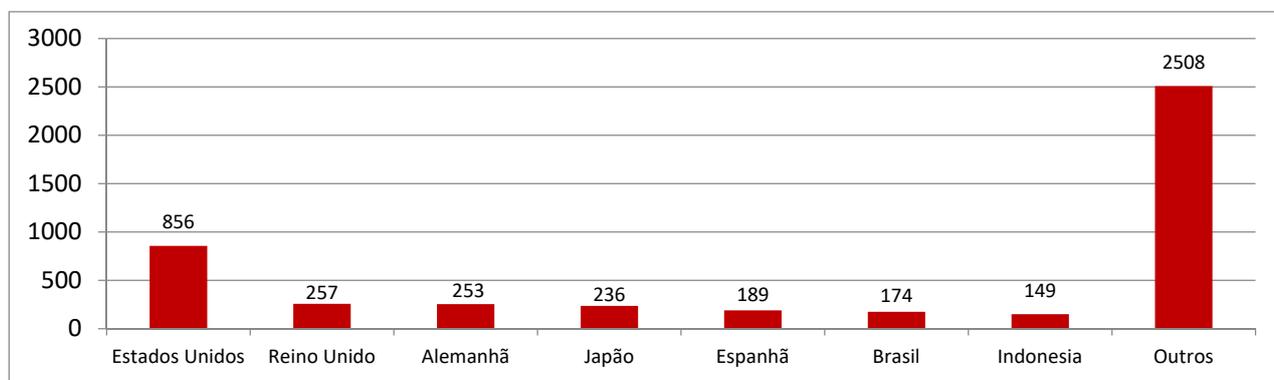


Fonte: [https://v2.sherpa.ac.uk/view/repository\\_visualisations/1.html](https://v2.sherpa.ac.uk/view/repository_visualisations/1.html)

### Distribuição dos repositórios registrados no roar e openoar por país

Em relação à especificação da quantidade de repositórios registrados no ROAR por país, identifica-se por intermédio da aba Home e da opção Any Country a existência de repositórios institucionais registrados de 107 países no ROAR. Os países com maiores frequências de repositórios institucionais registrados foram: Estados Unidos com 856 repositórios, Reino Unido com 257 repositórios, Alemanha com 253 repositórios, Japão com 236 repositórios, Espanha com 189 repositórios, Brasil com 174 repositórios e Indonésia com 149 repositórios (Figura 10).

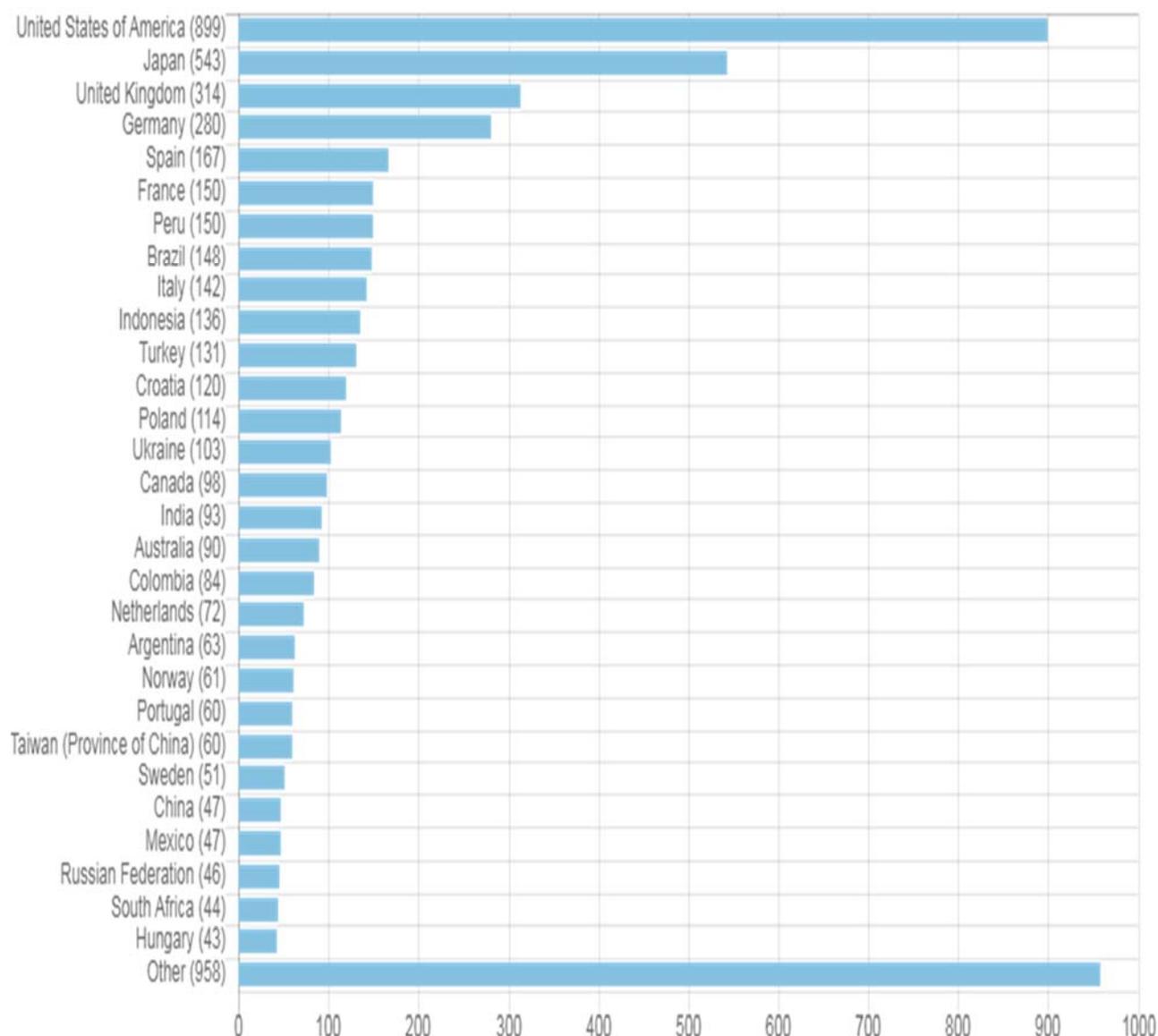
Figura 10 - Países com maior frequência de repositórios registrados no diretório no ROAR.



Fonte: Pesquisa direta em <http://roar.eprints.org/>.

Quanto aos repositórios registrados no OpenDOAR por país, identifica-se por intermédio da aba Search e posteriormente em Advanced Search com marcação na caixa de seleção Countries e Regions a existência de repositórios institucionais registrados de 100 países no OpenDOAR. Os países com maiores frequências de repositórios registrados foram: Estados Unidos com 899 repositórios, Japão com 543 repositórios, Reino Unido com 314 repositórios, Alemanha com 280 repositórios, Espanha com 167 repositórios, França com 150 repositórios, Peru com 150 repositórios e Brasil com 148 repositórios registrados (Figura 11). A representação por continente fica assim representada: África com 218 repositórios, Americas com 1641 repositórios, Ásia com 1220 repositórios, Europa com 2111 repositórios e Oceania com 112 repositórios registrados.

Figura 11 - Países com maior frequência de repositórios registrados no diretório no OpenDOAR.



Fonte: Pesquisa direta em <https://v2.sherpa.ac.uk/opendoar/>.

O Brasil ocupa a sexta posição, com 174 repositórios, entre os países com repositórios registrados no ROAR e a oitava posição no ranking do OpenDOAR, com 148 repositórios registrados. Estas frequências são irrisórias diante da quantidade de universidades e faculdades municipais, estaduais, federais e privadas, além das instituições de pesquisa existentes no Brasil.

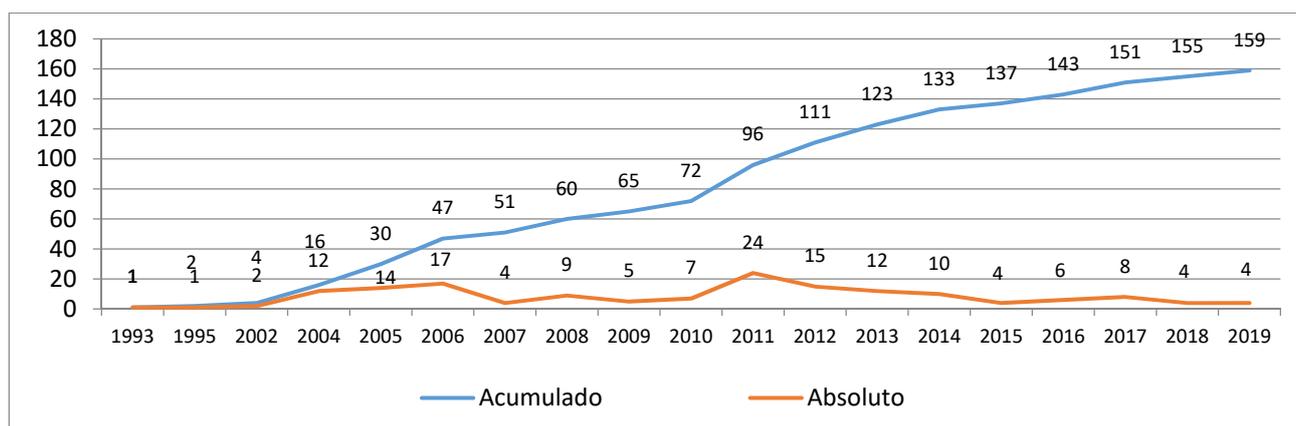
Como relatado por Marra (2014) há poucos RI brasileiros cadastrados nos diretórios internacionais e no diretório do mantido pelo IBICT. A Autora sugere que instituições que possuam RI cadastrem os mesmos nos diretórios “voltados ao acesso aberto, visto que essa ação favorecerá o aumento da visibilidade da instituição e da ciência brasileira.” (MARRA, 2014, p. 341).

Marra (2014) também sugere que o IBICT solicite às “instituições beneficiadas com os kits tecnológicos a inserção, dentro de um prazo legal, de seus dados nos diversos diretórios” como o ROAR, OpenDoar, Diretório Luso-Brasileiro de Repositórios e Revistas de Acesso Aberto, ROARMAP e Diretório IBCT.

### Distribuição dos repositórios brasileiros nos diretórios roar e opendoar por ano de criação

Quanto a dinâmica de registro dos RI brasileiros nos diretórios internacionais, as Figuras 12 e 13 apresentam respectivamente a evolução anual de RI registrados no ROAR e OpenDOAR de acordo com a data de criação do repositório institucional e não de acordo com a data de inclusão do registro no diretório.

Figura 12: Repositórios brasileiros registrados no ROAR.



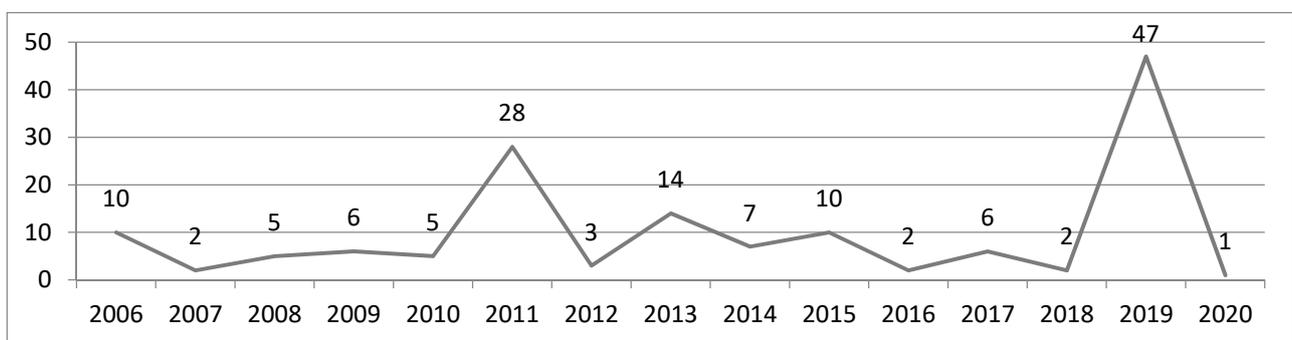
Fonte: Pesquisa direta em <http://roar.eprints.org/>.

O início da implantação de repositórios no Brasil é consequência do início do projeto da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e da disponibilização pelo IBICT do Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE - BDTD) abril de 2002. No período de 2002 a 2006 há o registro de criação de 45 repositórios registrados no ROAR e 10 no openDOAR.

Considerando os dados do ROAR, nesta fase inicial de criação dos RI, apenas 20% dos repositórios estão cadastrados no openDOAR caracterizando uma preferência pelo ROAR e uma lacuna no OpenDOAR.

O próximo período mais expressivo corresponde aos anos de 2009 a 2013, é possível identificar o registro de 63 repositórios no ROAR (Figura 12) enquanto no openDOAR há 56 repositórios registrados (Figura 13). Neste período houveram as chamadas públicas FINEP/PCAL/XBDB para apoio a projetos de implantação de repositórios institucionais, as quais contemplaram 57 instituições. Porém há relatos de que as chamadas públicas permitiram a “distribuição de 80 kits tecnológicos” (MEDEIROS, 2013, p. 73).

Figura 13: Repositórios brasileiros registrados no OpenDOAR.



Fonte: Pesquisa direta em <https://v2.sherpa.ac.uk/opensoar/>.

O cenário brasileiro é marcado pelas iniciativas do IBICT em apoiar e consolidar o movimento de acesso livre à informação e o modelo de arquivos aberto. Weitzel (2019, p. 109) apresenta algumas dessas ações:

- a) Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (OASIS.BR - <http://oasisbr.ibict.br>) - reúne títulos de revistas científicas e repositórios brasileiros;
- b) Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (DIADORIM - <http://diadorim.ibict.br>) - é uma iniciativa similar ao Projeto SHERPA/ROMEo;
- c) Diretório Luso-Brasileiro (<http://diretorio.ibict.br>) - reúne as fontes de informação científica de acesso aberto produzidas por Brasil e Portugal;
- d) Portal do Livro Aberto em C&T (<http://livroaberto.ibict.br>) - reúne as publicações oficiais em ciência, tecnologia e inovação do país.
- e) La Referencia: Rede Federada de Repositórios Institucionais de Publicações Científicas.

O IBICT em convênio a FINEP também lançou vários editais de chamada pública para apoiar projetos de implantação de repositórios institucionais. De acordo com KURAMOTO (2010, p. 66) e Baggio (2016) relatam que em dezembro de 2008 há o lançamento do Edital FINEP/PCAL/XBDB N. 001/2009 o qual foi revogado e substituído pelo Edital FINEP/PCAL/XBDB N. 002/2009 que contemplavam a distribuição de oitenta ‘kits tecnológicos’ porém foram contempladas “vinte e sete Instituições de Ensino Superior (IES) e/ou institutos de pesquisa, além de outras seis instituições

escolhidas para participar do projeto piloto”. (ROSA, 2009, p. 243). Em seguida foi lançado o edital FINEP/PCAL/XBDB N. 003/2009 e mais sete instituições foram contempladas. Em 2012 é lançado o Finep/BDB nº 001/2012 que visava apoiar as instituições públicas de ensino e pesquisa para implantação de repositórios institucionais. Desse edital mais 17 instituições foram contempladas (SARAIVA; AMARO, 2012).

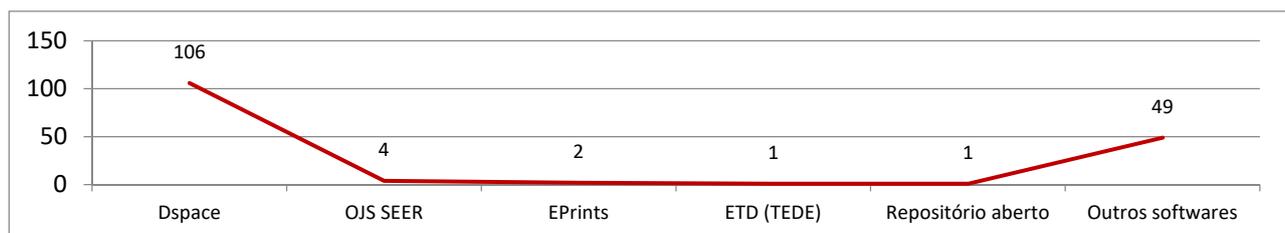
Nesse sentido, faz-se necessário mencionar a importância das políticas nacionais e institucionais para a criação e o povoamento de repositórios, uma vez que são essas políticas que garantirão o depósito das publicações científicas originadas nessas instituições, consolidando o acesso aberto em nível nacional e proporcionando maior visibilidade à produção científica das instituições brasileiras (CHALHUB; BENCHIMOL; GUERRA, 2012; Murakami; Fausto, 2013).

### Softwares para construção dos repositórios brasileiros cadastrados nos diretórios roar e opendoar

Em relação ao software adotado para construção do repositório, o DSpace foi o software predominante tanto nos repositórios registrados no ROAR quanto no OpenDOAR (respectivamente Figura 14 e Figura 15). O segundo software mais utilizado no Brasil pelos repositórios registrados no ROAR e OpenDOAR foi o OpenJournal System (OJS). No cenário internacional, conforme pesquisa no ROAR e no OpenDOAR, em primeiro lugar aparece o DSpace, seguindo pelo EPrints.

Na sequência entre os softwares têm-se vários outros sistemas de construção de repositório: Sistemas de publicação eletrônica de teses e dissertações (ETD e TEDE), Drupal, Nou-Rau, Maxuel, URLib, entre outros.

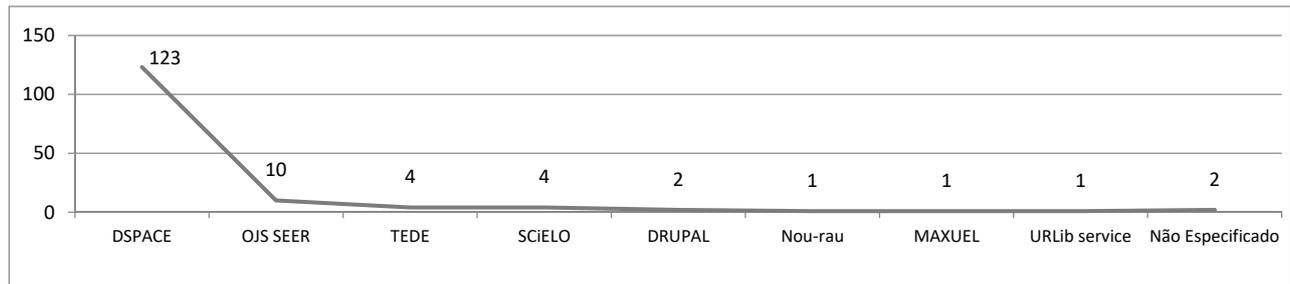
Figura 14: Softwares dos Repositórios Brasileiros no ROAR.



Fonte: Pesquisa direta em <http://roar.eprints.org/>.

Os softwares para construção e gestão de uma publicação periódica eletrônica (OJS, SEER, Scielo entre outros) não são projetados para serem repositórios institucionais e nem a reunião destes em um portal se constitui como um repositório, cuja definição e objetivo já foram apresentados anteriormente neste artigo. Contudo o ROAR e o OpenDOAR aceitam o cadastramento destes portais de periódicos, os quais seriam adequadamente inseridos no Directory of Open Access Journals (DOAJ) ou similares.

Figura 15: Softwares dos Repositórios Brasileiros no OPENDOAR

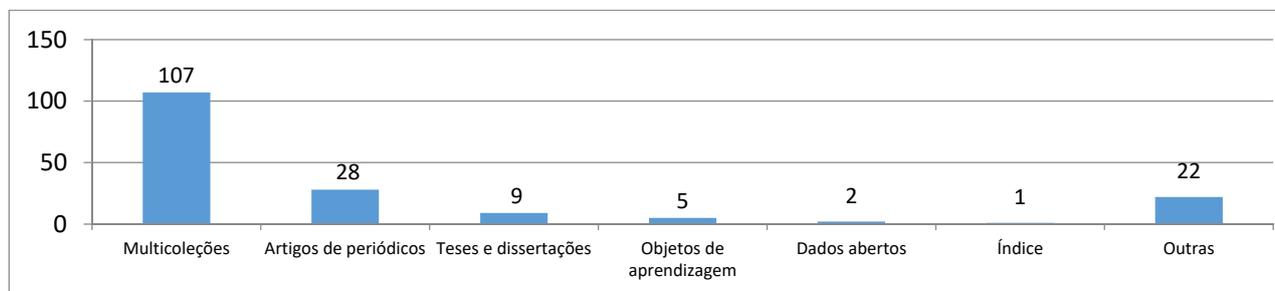


Fonte: Pesquisa direta em <https://v2.sherpa.ac.uk/opendoar/>.

### Especificação das coleções dos repositórios brasileiros cadastrados nos diretórios roar e opendoar

Em relação às coleções disponíveis nos repositórios, as Figuras 16 e 17 apresentam as situações respectivamente no ROAR e o OpenDOAR. O diretório ROAR possui o cadastro de 159 repositórios brasileiros, sendo que 107 repositórios são de multicoleções, 28 repositórios são de periódicos científicos, 9 de teses e dissertações, 5 de objetos de aprendizagem, 2 de dados abertos, 1 de índice de base de dados e 22 são constituídos por outras coleções não especificadas. No cenário mundial do ROAR em primeiro lugar têm-se as multicoleções, seguida das coleções de teses e dissertações e em terceiro lugar as coleções de periódicos científicos.

Figura 16: Coleções dos Repositórios Brasileiros Cadastrados no ROAR

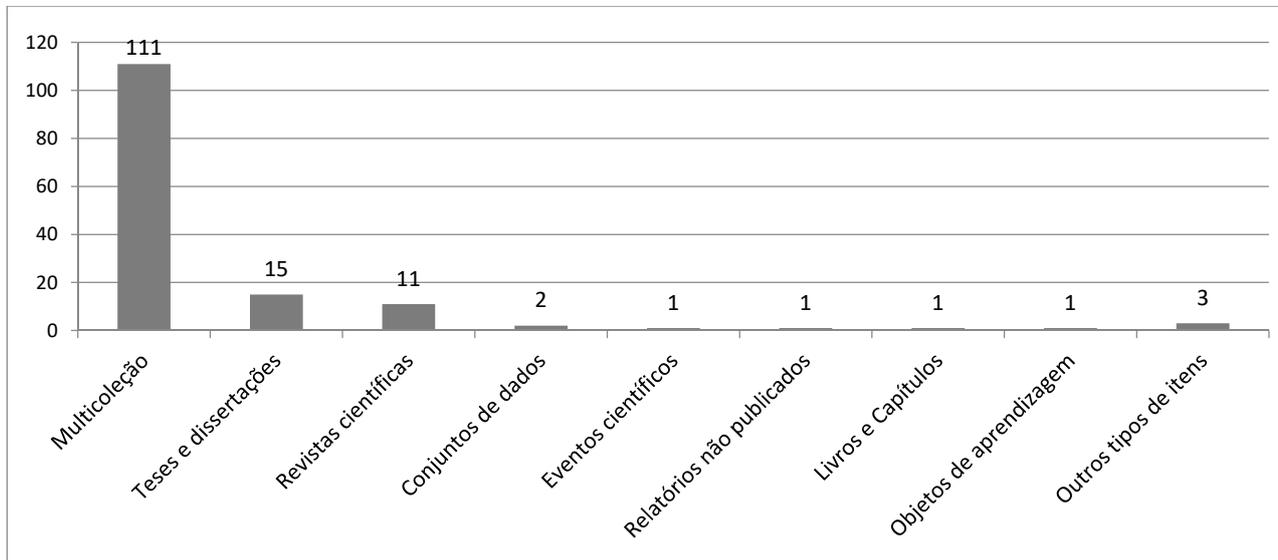


Fonte: Pesquisa direta em <http://roar.eprints.org/>.

O diretório OpenDOAR possui o cadastro de 159 repositórios brasileiros, sendo: 111 de multicoleção, 15 de teses e dissertações, 11 de revistas científicas, 2 de conjuntos de dados, 1 de evento científico, 1 de relatórios não publicados, 1 de livros e capítulos, 1 de objetos de aprendizagem e 3 de outros tipos de itens. No cenário mundial do OpenDOAR em primeiro lugar têm-se as multicoleções, seguida das coleções de teses e dissertações e em terceiro lugar as coleções de periódicos científicos, situação idêntica à do Brasil.

Em ambos os diretórios, ROAR e OpenDOAR, há o predomínio de repositórios brasileiros com multicoleções, como decisão de racionalizar os esforços de gestão e manutenção, tendência seguida mundialmente em ambos os diretórios.

Figura 17: Coleções dos Repositórios Brasileiros Cadastrados no OPENDOAR



Fonte: Pesquisa direta em <https://v2.sherpa.ac.uk/opendoar/>.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a Internet a comunicação entre pesquisadores passa a dispor de novo modelo estruturado no *open access* e no *open archives*, com um processo de editoração e publicação menos dispendioso e demorado, beneficiando a dinâmica científica. Diversas instituições brasileiras têm se dedicado à criação de repositórios digitais de acesso aberto à produção científica com a consequente disseminação e conscientização do Movimento de Acesso Livre à informação científica.

A quantidade de repositórios institucionais e temáticos criados pelo mundo está crescendo e no Brasil, este crescimento foi acelerado pelo projeto IBICT e pelas chamadas públicas do FINEP/PCAL/XBDB, que possibilitaram a implantação de mais de 80 repositórios institucionais em diversas universidades e instituições de pesquisa.

Os Diretórios de repositório de acesso aberto, têm como intuito facilitar o acesso universal à literatura científica, mantendo uma lista abrangente e autorizada de repositórios digitais baseados em um diversidade de coleções de documentos. No mundo, os dois principais diretórios são o ROAR e o OpenDOAR.

Nestes dois diretórios o Brasil mantém posição de destaque, no ROAR o Brasil é o sexto país em quantidade de repositórios registrados, enquanto que no OpenDOAR o Brasil ocupa a oitava colocação. Os softwares para construção de repositórios institucionais seguem a tendência

internacional e o mais utilizado é o Dspace. Quanto a definição das coleções, há a opção de construção de repositórios institucionais de multicoleções, também seguindo tendência internacional.

Há diversos repositórios existentes no Brasil que não estão registrados em diretórios nacionais e internacionais, indicando o desconhecimento dos administradores dos repositórios da existência daqueles diretórios e da necessidade de solicitar o cadastramento do repositório nos diretórios. Desse modo, sugerimos que seja reservado espaço junto às páginas de divulgação do IBICT e de outras instituições para a divulgação da necessidade de cadastrar o repositório nos diretórios nacionais e internacionais de repositórios de acesso aberto.

Os repositórios institucionais são alternativas eficazes para que as instituições universitárias e de pesquisa promovam a disseminação de sua produção científica baseadas em novo modelo de comunicação científica, não se trata de rejeitar o sistema estabelecido, mas agir em consonância com a missão institucional de preservação e divulgação da produção científica.

A pesar de não haver nenhuma análise sobre as características das instituições mantenedoras dos repositórios institucionais, coletamos dados que mostram que, as universidades públicas brasileiras, por meio de suas estratégias, são as instituições que mais têm implementado repositórios digitais e adotado políticas institucionais de acesso livre à informação científica, proporcionando maior visibilidade aos resultados de suas pesquisas, bem como, a preservação da memória científica institucional que possibilita o desenvolvimento social.

## REFERÊNCIAS

AMANTE, Maria João. O bibliotecário como gestor do conhecimento: o caso dos repositórios. **Rev. Eletron. de Comun. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 243- 254, jun. 2014.

ANDRADE, João Paulo Moraes de. **Contingência do Risco: uma questão de segurança em preservação digital**. 2018. 175f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30625>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BAGGIO, Cláudia Carmem. **Análise das políticas de informação dos repositórios institucionais das Universidades Federais do Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174712>. Acesso em: 15 fev. 2020.

CARVALHO, Marília Sá; TRAVASSOS, Claudia; COELI, Cláudia Medina. Acesso livre. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 213-215, fev. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2013000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000200001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22 fev. 2020.

CASTRO, Regina C. Figueiredo. Impacto da Internet no fluxo da comunicação científica em saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. spe, p. 57-63, ago. 2006. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102006000400009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000400009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 fev. 2020.

COSTA, Sely M. S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, ago. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652006000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22 fev. 2020.

COSTA, Sely. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006. Disponível em: . Acesso em: 04 jul. 2011.

CROW, R. **The case for institutional repositories: a SPARC position paper**. Washington: SPARC, 2002. 27 p. Disponível em: [http://sparc.arl.org/sites/default/files/media\\_files/instrepo.pdf](http://sparc.arl.org/sites/default/files/media_files/instrepo.pdf). Acesso em: 06 fev. 2020.

DI FOGGI, Rafael Antonio; FURNIVAL, Ariadne Chloe Mary. Mapeamento e análise das percepções associadas ao acesso aberto à literatura científica com bibliotecários e profissionais da informação de universidades públicas federais e estaduais do Brasil. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, ed. esp., p. 75-94, jul./dez. 2013.

DIRECTORY of Open Access Journals. **About DOAJ (Directory of Open Access Journals)**. United Kingdom, 2020. Disponível em: <https://doaj.org/about>. Acesso em: 22 mar. 2020.

DIRECTORY of Open Access Journals. **Information for publishers**. United Kingdom, 2016. Disponível em: <https://doaj.org/publishers>. Acesso em: 22 fev. 2020i.

FULD, Leonard M. **Inteligência competitiva: como se manter à frente dos movimentos da concorrência e do mercado**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Gomes, E., & Braga, F. **Inteligência competitiva em tempos de big data - analisando informações e identificando tendências em tempo real**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

GOMES, Maria João; ROSA, Flávia (Org.). **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/259308641\\_Repositorios\\_institucionais\\_democratizando\\_o\\_acesso\\_ao\\_conhecimento](https://www.researchgate.net/publication/259308641_Repositorios_institucionais_democratizando_o_acesso_ao_conhecimento). Acesso em: 22 fev. 2020i

GOMES, Sandra Rebel; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Literatura cinzenta. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeanette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p. 97-103.

INFRASTRUCTURE Services for Open Access. **Future plans for the development of the DOAJ**. England, 2012. Disponível em: <https://is4oa.org/2012/12/18/future-plans-for-the-development-of-the-doaj/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

KURAMOTO, H. Repositórios digitais: implantação de repositórios institucionais em universidades e instituições de pesquisa do Brasil: do projeto ao processo. In: GOMES, M. J.; ROSA, F. (Org.). **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/616/3/Repositorios%20institucionais.pdf>. Acesso em 15 fev. 2020.

KURAMOTO, Hélio. **O modelo Open Archives: como funciona?**. In: Blog do Kuramoto. 2006. Disponível em: <https://kuramoto.wordpress.com/2006/09/23/o-modelo-open-archives-como-funciona/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília,DF: IBICT, 2009. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4841>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MACHADO, Murilo Milton. **Open archives: panorama dos repositórios**. 2006. 101f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30370229.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MEDEIROS, S. A. **Política pública de acesso aberto à produção científica**. 2013. 259f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Lavras, Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública, Lavras, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/1080>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MELIS, Maria Fernanda Mascarenhas. Os critérios para cadastramento no OpenDOAR e os repositórios institucionais lusobrasileiros. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 4, p. 20-33, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/69268>. Acesso em: 22 mar. 2020.

MORENO, Fernanda Passini; LEITE, Fernando César Lima; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Acesso livre a publicações e repositórios digitais em ciência da informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11, n. 1,p. 82-94, jan./abr. 2006.

MUÑOZ Cañavete, Antonio. **Recursos de información para la inteligencia competitiva: una guía para la toma de decisiones**. Gijón: TREA, 2012. 416p.

OPEN Archives Initiative. **The Santa Fe Convention for the Open Archives Initiative**. Santa Fe, New Mexico, 2000. Disponível em: [http://www.openarchives.org/sfc/sfc\\_entry.htm](http://www.openarchives.org/sfc/sfc_entry.htm). Acesso em: 15 fev. 2020.

ROSA, F. G. M. G. Implantação do repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: uma política de acesso à produção científica. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: política, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 231-247. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao\\_repositorio\\_web.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf) . Acesso em: 10 fev. 2020.

SARAIVA, R.; AMARO, B. 10 Anos de acesso aberto no mundo lusófono. In: CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA SOBRE ACESSO ABERTO (CONFOA), 3., Lisboa, 2012. **Anais...** Lisboa, 2012. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/ConfOA/10-anos-de-acesso-aberto-no-mundo-lusfono>. Acesso em: 25 fev. 2020.

SAYÃO, L. F. Conservação de documentos eletrônicos. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P.; ROCHA, C. R. A. (Org.). **Conservação de acervos**. Rio de Janeiro: Mast, 2007. p. 181- 204. (Mast Colloquia; 9). Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/275030905\\_Conservacao\\_de\\_documentos\\_eletronicos](https://www.researchgate.net/publication/275030905_Conservacao_de_documentos_eletronicos). Acesso em: 10 fev. 2020.

SAYÃO, Luis Fernando et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em:

[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao\\_repositorio\\_web.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf) . Acesso em: 10 fev. 2020.

SENA, Nathália Kneipp. Open archives: caminho alternativo para a comunicação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 71-78, Dec. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a07v29n3.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

SILVA, Fernando Ferraz. A implantação de repositório institucional na academia de polícia militar do estado de Goiás. **REBESP**, Goiânia, v.1, n. 1, p. 5-15, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/76/30>. Acesso em: 18 fev. 2020.

SOBRAL, Renato Machado; SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos. Repositórios institucionais digitais de informação científica: implementação com o software DSpace como solução técnica. **Prisma.com** (Portugal), n. 35, p. 152-184, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71919>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

STRASSMANN, Paul A. **The politics of information management: policy guidelines**. Connecticut: Information Economics Press, 1994.

TAMMARO, A.M.; SARELLI, A. **A biblioteca digital**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 30, jan. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326>. Acesso em: 08 fev. 2020

TOMAÉL, Maria Inês (Org.). **Fontes de informação na Internet**. Londrina: EDUEL, 2008.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Enacib, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5-142.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5-142.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

VARGAS, G. M. **Repositórios institucionais em universidades: estudo de relatos de casos**. 2008. 81f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22714>. Acesso em: 10 fev. 2020.

WEITZEL, Simone da Rocha; MESQUITA, Marco Aurélio Alencar de. Preservação digital em repositórios institucionais. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 181-196, maio 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3618>. Acesso em: 25 fev. 2020.

# 4

## SERVIÇO DE REFERÊNCIA EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Leila Teresinha Richtic Silva

Bibliotecária - Universidade Federal de Mato Grosso

### 1 INTRODUÇÃO

Muitos bibliotecários e gerentes de bibliotecas têm investigado as necessidades de informações dos seus usuários e as percepções que estes têm acerca dos serviços e produtos oferecidos pelas bibliotecas. Inovação e criatividade tornaram-se palavras de ordem para se pensar uma estruturação de mudanças em bibliotecas com a intenção de melhor adequar-se ao que seus clientes/usuários necessitam.

As bibliotecas universitárias, especificamente, têm à disposição ferramentas capazes de automatizar quase todos os seus serviços, facilitando e agilizando a gestão da informação, a qual é um elemento essencial para a produção de novos conhecimentos. Compreendendo este fenômeno os bibliotecários estão atuando da melhor forma possível para atender aos seus clientes/usuários.

Diversos modelos são desenvolvidos com a intenção de verificar a qualidade dos serviços, levando em consideração o usuário como foco principal desta avaliação. Neste sentido, os bibliotecários têm investido em qualificação e avaliação de suas equipes de trabalho.

Qualidade e serviço estão atrelados, na medida em que devem permitir alcançar a satisfação dos clientes reais e potenciais. Contudo, a excelência dos serviços e a qualidade deles estão diretamente ligadas as estratégias usadas por muitas organizações para obterem vantagem competitiva no mercado.

Os estágios extracurriculares e curriculares realizados na Biblioteca Regional da Universidade Federal do Mato Grosso permitiram-me como discente do curso de Biblioteconomia conhecer melhor o funcionamento de uma biblioteca universitária e seus serviços e produtos de informação.

Inserida nesse ambiente, de julho de 2010 a julho de 2012, esta pesquisadora teve a oportunidade de realizar um estágio extracurricular na Biblioteca Regional da Universidade Federal do Mato Grosso - Campus Universitário de Rondonópolis -, e, nessa ocasião, pôde conhecer melhor como é tratado os serviços e produtos de informação dentro de uma biblioteca universitária.

Diante disso, floresceu a curiosidade em conhecer mais detalhadamente o setor de referência e os serviços e produtos oferecidos no mesmo, situação essa que fundamentou a escolha deste tema. Considerando que a biblioteca é a principal base de informação da universidade, colaborando com o tripé ensino, pesquisa e extensão, torna-se relevante a apresentação dos serviços de referência prestados por uma biblioteca universitária.

Assim, adota-se por objetivo geral apresentar os serviços e produtos de referência disponíveis em uma biblioteca universitária e contribuir para a disseminação dos mesmos. Os objetivos específicos foram:

- a) apresentar o setor de referência de uma biblioteca universitária;
- b) identificar e descrever os serviços de referência executados em uma biblioteca universitária;
- c) identificar e descrever os produtos de referência disponíveis em uma biblioteca universitária.

Para isto, adotou-se o método descritivo como estratégia de abordagem. Quanto ao método de procedimento adotou-se a modalidade estudo de caso; na delimitação do tipo de pesquisa, quanto aos objetivos, adotou-se uma revisão de literatura; quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica com consulta a livros, periódicos e anais de eventos.

Os procedimentos metodológicos são detalhados a seguir:

1º Procedimento - levantamento bibliográfico observando a pertinência do documento em relação ao tema desta pesquisa em:

- a) Fontes Primárias: livros, periódicos, dissertações e/ou teses, e outros documentos semelhantes;
- b) Fontes Secundárias: base e banco de dados;

2º Procedimento - Leitura, interpretação e análise das informações;

3º Procedimento - Exame dos elementos fundamentais derivados da literatura;

4º Procedimento - Estruturação da revisão de literatura.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

As bibliotecas universitárias são instituições que têm a missão de dar suporte informacional a toda comunidade acadêmica e a sociedade, direcionada às pesquisas e à formação acadêmica. Assim, ela se torna o cerne de toda a universidade, dando suporte informacional às atividades científicas, educacionais, tecnológicas e culturais, contribuindo, desse modo, para o crescimento da instituição e de toda a sociedade onde ela está inserida.

Para Oliveira (2011 p.37), “a finalidade desse tipo de biblioteca é atender às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores e alunos universitários”. Por sua vez, Silva e Araújo (2009, p. 26) enfatizam que:

A biblioteca universitária tem por finalidade atender às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores e alunos universitários. Ela deve atuar como verdadeiro centro de documentação, divulgando, por vários meios, os documentos que compõem o seu acervo.

Diante disso, podemos verificar que a definição de biblioteca universitária, para os autores citados acima, é praticamente o mesmo: colocam a biblioteca como sendo o centro das pesquisas e estudos de toda a comunidade universitária. Dessa maneira, entendemos a sua importância no meio acadêmico e percebemos o estimado valor que devemos dar à sua existência, porquanto é através dela que podemos aperfeiçoar os nossos conhecimentos.

Fonseca (2007, p. 53), argumenta que o objetivo da biblioteca universitária é fornecer infraestrutura bibliográfica e documental aos cursos, pesquisas e serviços mantidos pela universidade. Dentro dessas perspectivas, podemos entender o porquê e o para quê valorizar tanto o bom funcionamento de uma biblioteca universitária. Para Fiabani (2005, p.29):

Ela deixou de ser apenas um acervo de informações da Universidade, para se transformar em uma peça valiosa no planejamento das mudanças da mesma. Ou seja, a universidade dos dias atuais, que tem o ensino como a sua principal matéria-prima, deve ter consciência de que a biblioteca precisa destacar-se como a prioridade em suas estratégias de investimentos.

Para que isso ocorra com sucesso, toda biblioteca universitária necessita de um bom gestor e infraestrutura para gerar serviços e produtos satisfatórios para seus clientes/usuários, que são o foco principal de toda biblioteca universitária e, principalmente, para a universidade onde ela está inserida.

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, e a inserção desse aparato tecnológico nas bibliotecas universitárias nas últimas décadas, os produtos e serviços disponibilizados por elas vêm melhorando continuamente. Isso tudo facilita tanto a gestão da informação quanto tornam as bibliotecas mais ágeis na execução do atendimento ao cliente em um menor tempo e com maior qualidade.

A inclusão digital veio para ajudar e, ao mesmo tempo, causa bastantes revoluções nas bibliotecas, pois a maioria delas foi projetada para estantes e livros. Contudo, não contavam com um avanço tão rápido das tecnologias de informação e comunicação, tornando-se obsoletas no quesito instalações físicas por não possuírem suporte de instalação elétrica suficiente. O que é um problema simples se torna em um complexo.

Outro exemplo está relacionado aos de clientes que necessitam ligar seus notebooks e simplesmente não encontram tomadas suficientes para isso, é um pequeno detalhe, mas que na verdade se torna um problema desagradável para o gestor da unidade de informação resolver.

De acordo com Michael (1987 apud CUNHA, 2000, p.78):

[...] a automação de bibliotecas pode apresentar dois desafios para o planejamento do espaço físico. O primeiro é caudado pelo fato de que muitos prédios foram concebidos para dar suporte a sistemas que não utilizam muitos equipamentos e,

como consequência, não possuem os sistemas de comunicação, elétrico e de iluminação requeridos para apoiar os modernos programas informacionais. O segundo é que essas instalações foram projetadas para serem utilizadas durante várias décadas sem grandes alterações.

Dessa maneira, os administradores passam a observar com mais cuidado o que deve ser feito para adaptar suas instalações às novas e constantes mudanças que vem ocorrendo no mercado, para assim dar melhor suporte informacional aos seus clientes. Nesse contexto, podemos afirmar que a inclusão digital dentro das bibliotecas foi uma das melhores ações que poderia ter acontecido, tornando-as ágeis e impondo melhor apresentação do trabalho do bibliotecário.

A gestão de serviços oferecidos pelas bibliotecas hoje é um dos assuntos mais abordados. É fundamental e necessário ter uma concepção de prestação de serviços orientada ao cliente, fazendo uso das tecnologias da informação com foco direcionado e específico aos clientes, tanto internos quanto externos.

É importante conhecer quem são os clientes e quais são as suas necessidades para haver uma maior interação entre o fornecedor e o usuário da informação. Com o rápido avanço das tecnologias e à medida que a informação assume uma importância cada vez maior, os clientes passam a ser mais exigentes, para isso há a necessidade de constantes avaliações e análises dos serviços e uma maior interação entre biblioteca e usuário.

Vergueiro e Carvalho (2000 apud SANTOS, 2003, p.87) argumentavam que:

As bibliotecas universitárias precisam criar, definir e / ou reestruturar as práticas de trabalhos e métodos gerenciais que passem a responder de maneira rápida e eficiente às demandas da sociedade na qual estão inseridas, bem como às características e necessidades específicas de seus usuários.

Dentro dessa proposta de reestruturação dos serviços e produtos ofertados e executados, pode-se incluir a capacitação da equipe que atende a biblioteca. Contudo, para que isso aconteça sem maiores problemas, o bibliotecário-gerente da biblioteca deve se preparar para se adaptar às situações mutáveis, trabalhando de forma ativa e flexível com a capacitação da equipe dessa unidade de informação.

Existe uma preocupação do bibliotecário em gerir pessoas e recursos tecnológicos, porque ele deve estar em constante atualização com estes conhecimentos para melhor desempenhar seu trabalho e oferecer serviços de qualidade aos seus clientes/usuários.

De acordo com Belluzzo (1995 apud ALVES, 2004,p.42), “A capacitação pode solucionar sérios problemas, pois atualmente é importante promover serviços de qualidade para a satisfação dos usuários, a função de um sistema de formação em serviço é uma das estratégias mais modernas da ciência administrativa”. Neste cenário, o setor de referência de uma biblioteca é um dos principais interlocutores entre a biblioteca e seus clientes, e sua organização é apresentada a seguir.

## O Serviço de referência

Não podemos confundir de maneira alguma o setor de referência com serviço de referência dentro de uma biblioteca, porque são duas coisas bem distintas uma da outra: o setor de referência é lugar em que ficam as obras como periódicos, jornais, dicionários e outros materiais; e o serviço de referência é o serviço de atendimento feito aos clientes pelo bibliotecário, a partir do momento que o cliente entra na biblioteca, passando por vários setores. Para Whitaker (apud GROGAN, 2001 p. 8):

A finalidade do serviço de referência e informação é permitir que as informações fluam eficientemente entre as fontes de informação e quem precisa de informações. Sem que o bibliotecário aproxime a fonte do usuário, esse fluxo jamais existirá ou só existirá de modo ineficiente.

De acordo com Grogan (2001), os processos de referência seguem uma sequência de etapas, as quais são apresentadas a seguir:

- a) o problema: o processo é iniciado com um problema que atrai a atenção de um usuário;
- b) a necessidade de informação: explicitação do problema pelo usuário seja por necessidade de conhecer e compreender, seja por curiosidade ou qualquer outro motivo;
- c) a questão inicial: o usuário formula a questão e solicita auxílio do bibliotecário; inicia-se o processo de referência, que compreende duas fases: a análise do problema e a localização das respostas às questões;
- d) a questão negociada: o bibliotecário solicita esclarecimentos sobre a questão inicial para atender satisfatoriamente a necessidade do usuário;
- e) a estratégia de busca: o bibliotecário analisa minuciosamente a questão, identificando seus conceitos e suas relações, para traduzi-la em um enunciado de busca apropriado à linguagem de acesso ao acervo de informações; a seguir, são escolhidos os vários caminhos possíveis para o acesso às fontes específicas para responder a questão apresentada;
- f) o processo de busca: estabelecimento de estratégias flexíveis que comportem mudança de curso para otimizar a busca;
- g) a resposta: para a maioria dos casos será encontrada uma resposta, porém isso não constitui o fim do processo, pois a resposta encontrada pode não ser a esperada;
- h) a solução: o bibliotecário e o usuário devem avaliar se o resultado obtido é suficiente para finalizar o processo de busca.

De acordo com Dias e Pires (2005) as solicitações dos usuários em uma unidade de informação podem ser classificadas como:

- a) questões simples (factuais): sobre fatos, acontecimentos, definições etc.; são simples e diretas e podem ser respondidas rapidamente mediante buscas bibliográficas dentro da biblioteca;
- b) questões complexas: apresentam dificuldade de recuperação, podendo ou não ser respondidas com fontes bibliográficas ou outros recursos disponíveis na organização ou mesmo fora dela; refere-se às questões que demandam busca e pesquisa para fornecimento de uma resposta mais complexa, requerendo do profissional competência para lidar com as técnicas de manuseio da informação e conhecimento da área do assunto da pergunta.

Por isso, acreditamos que o serviço de referência é uma atividade de monitoramento de tudo que o cliente precisa para realizar suas pesquisas e seus trabalhos acadêmicos. Esse setor fica a cargo

de um profissional bibliotecário e dos demais colaboradores que auxiliam os clientes da biblioteca. Eles são responsáveis pela negociação com os clientes, investigando o que realmente precisam e fornecendo-os as informações de uma maneira ágil e precisa.

Silva e Araújo (2009, p.87), afirmam que: “o serviço de referência tem por finalidade, entre outras, orientar, informar e disponibilizar ao usuário, no menor tempo possível, todos os serviços da biblioteca.” Dessa maneira, o serviço de referência apresenta-se como uma importante ação realizada pela biblioteca, pois por meio dela é que na maioria das vezes o bibliotecário pode dar direção e suporte ao cliente.

É indispensável um atendimento de qualidade feito por profissionais treinados e capacitados para desenvolver um serviço de referência dentro de uma unidade de informação. No Quadro 1 são apresentados alguns serviços e produtos de referência normalmente oferecidos nas bibliotecas universitárias. Assim, podemos otimizar mais o tempo do usuário dando direção e orientação a ele, e como disse Ranganathan (2009 apud TARGINO, 2010, p. 122), na sua 4ª lei “poupe o tempo do leitor”. Pois o bibliotecário de referência é simplesmente o elo entre o cliente e os recursos informacionais da biblioteca.

Quadro 1 – Serviços e Produtos de Referência

Serviços	Produtos
Visita Orientada	Serviços de Alerta
Consulta Local	Sumários Correntes
Orientação ao usuário	Boletins informativos
Levantamento Bibliográfico	Disseminação Seletiva da Informação (DSI)
Pesquisa bibliográfica	
Treinamento	
Empréstimo entre Bibliotecas	
Comutação bibliográfica	
Orientação de Normalização Bibliográfica	
Catálogo na Fonte	

Fonte: Compilação da Autora.

O bibliotecário de referência precisa ter conhecimento minucioso das fontes de informação disponíveis; estar inteirado dos assuntos atuais e de cultura geral; orientar como usar o sistema e fazer a busca de material na base de dados; orientar como os clientes vão encontrar o material no acervo, mais precisamente nas estantes; qual é o tipo de material que encontram na hemeroteca; quais os materiais disponíveis no acervo, explicar quais documentos podem ser emprestados e quais documentos estão disponíveis apenas para consulta local; ter capacidade de comunicar-se com eficiência; ter consciência profissional para aceitar ou recusar uma questão.

## 2.1 SERVIÇOS DE REFERÊNCIA

A seguir apresentaremos alguns serviços de referência dispostos nas bibliotecas universitárias.

### Visita orientada

O Setor de Referência oferece o serviço de visita orientada que permite ao usuário conhecer a distribuição do espaço físico, os recursos que a biblioteca oferece, bem como normas e procedimentos para sua utilização, ou seja, é a apresentação de todas as dependências da biblioteca, indicando os setores e respectivas destinações, bem como o que há disponível e a utilidade dos serviços.

Os clientes devem conhecer todas as dependências e se inteirar de como usar os serviços da biblioteca: acervo, laboratório de informática, as normas e regras da biblioteca, entre outras ações. Segundo Silva e Araújo (2009 p.91-92): “É importante conhecer os objetivos e os horários da biblioteca como um todo; as seções que possuem horários diferenciados; os serviços que são oferecidos; a abrangência do acervo; sistema de classificação adotado; como estão arrançadas as publicações nas estantes”. Essas explicações são elementos importantes para um bom atendimento ao usuário.

Normalmente, a visita orientada é realizada com turmas que ingressaram recentemente na instituição e pessoas que estão visitando a biblioteca pela primeira vez, a fim de instruí-los a utilizarem os serviços e produtos disponíveis na biblioteca. Essas visitas vêm a contribuir para a execução das pesquisas dos acadêmicos e no bom atendimento que a biblioteca presta a todos da comunidade. A mesma orientação que é dada para as novas turmas também será direcionada aos novos professores e técnicos que ingressam na instituição.

Nas visitas orientadas com os professores e os técnicos serão apresentando todos os setores e os serviços oferecidos a eles dentro da biblioteca. Para que isso aconteça a visita será previamente agendada pelas coordenações dos cursos junto ao bibliotecário gerente. Accart (2012, p. 33) argumenta que: “Toda instituição deve preocupar-se com sua imagem perante o público. O serviço de referência, por desempenhar várias funções (recepção, orientação, informação, pesquisa de informações, capacitação dos usuários etc.), é o primeiro ponto de contato com o usuário e representa a instituição.” Desse modo, percebemos que: “o usuário é considerado, portanto, como um elemento fundamental da política global da instituição, sendo colocado em seu centro: discussões, estudos e consultorias permitem melhor focar suas necessidades” (ACCART, 2012, p.113).

## Consulta local

Os materiais de referência não circulam, estando, por isso, disponíveis apenas para consulta local. Desse modo é possível a leitura presencial ou o empréstimo especial das obras que compõem a coleção de referência, a qual engloba os índices, normas técnicas, dicionários, diretórios, manuais, enciclopédias, glossários, atlas, catálogos, entre outros documentos. Os materiais de referência são armazenados em estantes localizadas em área especial a eles reservada, e em geral são identificados pela sigla REF. Silva e Araújo (2009 p.91) indicam que: “As obras de referência têm características especiais. Para ter acesso ao seu conteúdo é preciso conhecer sua estrutura e seu manuseio. O pessoal de referência deve conhecer bem essas publicações para poupar o tempo dos usuários e ensinando-o a utilizar melhor essas obras.”

A coleção de referência faz uma combinação de materiais em suporte de papel e em suporte digital, e pode também aparecer no formato de uma lista complementar de vínculos para fontes eletrônicas, como certas obras de referência como os dicionários ou as enciclopédias que oferecem uma versão em linha. (ACCART,2012, p. 58)

## Orientação ao usuário

A orientação ao usuário é feita a partir do momento em que o cliente/usuário adentra a biblioteca, passando pela recepção e direcionando-se a seção de referência, em que terá a ajuda de um bibliotecário treinado e habilitado para desenvolver essa função, apto a aconselhar sobre o que ler ou fornecer informações (HUTCHINS,1973) relacionadas a um determinado tema.

A orientação para o usuário é uma abordagem global no seio da instituição, mais que um objetivo, que uma cultura, que uma promessa ou que um slogan publicitário. A orientação para o usuário é uma estratégia que afeta o conjunto da instituição e seus serviços, com um modo de organização particular (ACCART, 2012, p. 33).

Complementarmente, o cliente/usuário poderá receber orientação de como fazer a busca aos materiais de suas pesquisas, tanto no sistema quanto nas estantes dos acervos. Esta ação é importante por quê:

A biblioteca atende diariamente a vários tipos de usuários em busca da informação desejada: aquele que sabe o que quer e onde encontrar – esse, na sua maioria, nem passa pela Seção de Referência – aquele que sabe o que quer, mas não sabe onde ou como encontrar; e aquele que apesar de saber o que necessita tem dificuldade de expressar o que está buscando (SILVA; ARAÚJO, 2009, p. 89).

Accart (2012, p. 122) esclarece que “o importante é estar atento aos usuários: olhar e ouvir sem deixar de andar, para não dar impressão de fiscalização. Não hesitar em perguntar ao usuário se gostaria de uma ajuda, de uma orientação, etc.”

## Levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico é uma pesquisa no acervo da própria biblioteca e em bases de dados nacionais e internacionais que recupera bibliografias sobre o assunto desejado. Pode ser solicitado por usuários da Biblioteca, por meio de formulário próprio, disponível no link da Biblioteca ou na seção de referência da Biblioteca. O resultado da pesquisa pode ser gravado em CD ou enviado por e-mail.

Além de preparar e registrar levantamentos bibliográficos sobre determinado assunto a fim de atender a um pedido urgente, o trabalho de referência numa biblioteca ou departamento especializado poderá incluir a manutenção contínua de registros e resumos da bibliografia corrente em determinados campos. (HUTCHINS, 1973, p. 256). [...] O bibliotecário que conhece os interesses especializados de seus leitores poderá economizar-lhes tempo precioso fazendo levantamentos e resumos do material pertinente, excluindo o que não tiver importância. (HUTCHINS, 1973, p. 257).

## Pesquisa bibliográfica

A Pesquisa Bibliográfica é um serviço que oferece acesso à base de dados bibliográficos de periódicos nacionais e estrangeiros. Entretanto, a pesquisa é realizada pelo próprio usuário com orientação do pessoal da Seção de Referência. Nessa perspectiva, é importante observar que: “Os profissionais incumbidos da capacitação devem possuir competências pedagógicas, conhecer perfeitamente os instrumentos de pesquisas bibliográficas e de informações, saber orientar-se entre os recursos disponíveis” (ACCART, 2012, p.126).

Em praticamente todas as bibliotecas universitárias é disponibilizado este serviço e as mesmas fornecem treinamento aos usuários para que estes utilizem as bases de dados disponíveis na Internet na busca de material que complemente ou supra suas necessidades de informação. Silva e Araújo (2009, p. 94) argumentam: “Mesmo que os usuários tenham recebido um treinamento, ou ainda instruções de pesquisa facilitadas, é importante que o pessoal de referência esteja sempre pronto para auxiliar os usuários a consultar as bases de dados disponíveis e a operar o sistema adotado pela biblioteca.”

## Treinamento

Programa de capacitação dos usuários (alunos, professores, colaboradores e pesquisadores) através de treinamentos para utilização dos principais serviços, para pesquisas em bases de dados (CAPES, Web of Knowledge, Science Direct etc.) e sobre as normas da ABNT para apresentação de trabalhos acadêmicos. Geralmente, os treinamentos são oferecidos, em datas preestabelecidas, e

podem ser treinamento: a) individual ou em grupos de até três pessoas; b) treinamento e grupos acima de três pessoas ou turmas de alunos.

- a) treinamento individual ou em grupos de até três pessoas - a demonstração das bases é feita individualmente ou com até três pessoas pelos bibliotecários da seção. O horário é agendado, pelos mesmos, de acordo com as necessidades do usuário. Havendo disponibilidade, o atendimento poderá ser feito no momento da solicitação.
- b) treinamento em grupos acima de três pessoas ou turmas de alunos - é agendado um horário para o treinamento com o grupo solicitante. São demonstradas as bases que atendem a todos os integrantes do grupo. Neste tipo de treinamento somente os solicitantes permanecem no local para serem treinados. Geralmente a demonstração para turmas de alunos deve ser solicitada pelo professor da disciplina ou por um aluno representante.

Esse treinamento fica a cargo de um bibliotecário de referência ou de sua equipe treinada e capacitada para exercer essa função diante de seus clientes/usuários, assim como nos mostra Accart (2012, p. 145), o bibliotecário “aqui desempenha plenamente seu papel de mediador e de formador junto ao usuário. Ele é a interface indispensável entre a demanda explícita de informação e instrumentos de pesquisa diversos e às vezes complexos”. Neste aspecto, há de se considerar também que: “Uma biblioteca é um organismo em crescimento - o bibliotecário deve controlar esse crescimento, verificando qual a informação que está sendo usada, através de estatísticas da consulta e empréstimo. Decorre da explosão bibliográfica que exige atualização das coleções e previsão do crescimento da área ocupada pela biblioteca.” (RANGANATHAN, 2009), p. 241).

### **Empréstimo Entre Bibliotecas**

É um serviço que permite localizar e obter livros, dissertações, teses e periódicos em outras Instituições do Brasil ou exterior, pelo correio tradicional, com as despesas pagas pelo usuário ou também em meio eletrônico. Accart (2012, p. 147) argumenta que: “Algumas bibliotecas, principalmente universitárias, fazem o empréstimo de livros entre si, mas isso ocorre de modo independente, sem um órgão que coordene essas iniciativas e gerencie o atendimento ao usuário.”

Em geral, as bibliotecas fornecem empréstimo entre bibliotecas para instituições previamente cadastradas em seu sistema de administração. Accart (2012, p. 146), indica que: “Conforme as dimensões da instituição, o serviço de referência também desenvolve uma atividade de empréstimo entre bibliotecas, embora exista uma tendência de isso vir a diminuir por causa da implantação de coleções de documentos digitais em linha.”

## Comutação bibliográfica

A comutação bibliográfica é um serviço que permite obter cópias de documentos técnico-científicos publicados em revistas, teses, anais de congressos, existentes no acervo das principais bibliotecas do país. Este tipo de serviço pode ser solicitado através do preenchimento de cadastro específico.

O serviço de comutação bibliográfica mais conhecido e utilizado no Brasil é o COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) ele também é um dos serviços de fornecimento de documentos mais conhecidos no meio acadêmico, pois esse serviço é mais utilizado em bibliotecas universitárias. Todas as bibliotecas cadastradas no sistema COMUT podem disponibilizar este serviço para seus clientes/usuários. OLIVEIRA (2011, p.83) explica que: “Cerca de 1.420 bibliotecas cadastradas podem solicitar documentos disponíveis em bibliotecas-base, as quais são selecionadas em função da qualidade e da abrangência de seus acervos. Utiliza como subsídio para seu funcionamento, a base de dados da rede CCN.”

## Orientação de normalização bibliográfica

Serviço de orientação na elaboração de referências bibliográficas e dicas para normalização de trabalhos técnico-científicos utilizando como padrão as normas editadas pela ABNT, entre elas a NBR 6023 que estabelece os elementos e orienta a elaboração de referências bibliográficas; a NBR 6027 que estabelece os requisitos para apresentação de sumário de documentos; a NBR 6028 que estabelece os requisitos para redação e apresentação de resumos; a NBR 10520 que especifica as características exigíveis para apresentação de citações em documentos, entre outras.

## Catálogo na fonte

A Catálogo na fonte é aquela ficha catalográfica que acompanha o livro. Localiza-se impressa no verso da página de rosto e é feita quando o respectivo livro ou outro documento bibliográfico está em fase de impressão. A elaboração da ficha catalográfica é realizada a partir de dados extraídos do original de livros, teses e publicações periódicas que serão publicadas pela comunidade universitária da qual a biblioteca faz parte.

Catálogo na fonte objetiva a padronização dos dados descritivos, a criação e atualização das bibliografias de cada país, a atualização mais rápida dos catálogos; a melhoria na qualidade da catalogação uniformizada além de identificar a autoria da obra (BARBOSA, 1978).

## O Serviço de referência virtual

O serviço de referência virtual é mais uma das ferramentas que vieram para auxiliar e tornar ágil a prestação de serviços de referência dentro de uma unidade de informação. Isto foi e ainda é um grande avanço e uma revolução que só veio a agregar valores aos serviços bibliotecários.

Desde os idos de 1950, com a adoção de novas tecnologias, as bibliotecas passam por profundas mudanças. O aparecimento do computador permitiu a confecção de listas bibliográficas e outras atividades de natureza gerencial e, nos meados de 1960, os países desenvolvidos já produziam bases de dados bibliográficos consultadas à distância. No entanto foi com o desenvolvimento da Internet, a partir da década de 90 do século passado, que se percebe grande avanço na área. (MARCONDES; MENDONÇA; CARVALHO, 2006, p. 176).

Portanto, cada vez mais as bibliotecas aderem a esse serviço, uma vez que ele diminui o tempo que os clientes/usuários levariam para obter as informações que necessitam. Nesse sentido, podemos esclarecer que: “o serviço de referência virtual dá ênfase ao aspecto tecnológico, o que é um fator atraente tanto para os profissionais da informação quanto para os usuários cada vez mais conectados à Internet”. (ACCART, 2012, p. 163).

O serviço de referência virtual é tido como um prolongamento do serviço de referência presencial, embora possa ser tratado como um serviço à parte. Cada vez mais atrai bibliotecas e outros serviços de informação (públicos e às vezes privados) que nele veem um excelente meio para estarem presentes na Internet e garantirem sua promoção, numa atividade de marketing. Das inúmeras vantagens que proporcionam uma das mais evidentes é o contato direto com o usuário e a possibilidade de antecipar suas necessidades em matéria de informação tendo em vista as questões apresentadas. (ACCART, 2012, p.163).

Paul Otlet, no ano de 1934, um homem muito além do seu tempo, já previa a evolução das tecnologias:

Os serviços de referência virtuais, ou pelo menos a distância, e a consulta de informações em telas de computadores, a fim de responder a perguntas feitas por telefone. Os serviços de referência presenciais ou virtuais são instrumentos de pesquisa à disposição dos usuários. É difícil prever o rumo que tomará a evolução do comportamento dos usuários da Internet ou da pesquisa de informação com mecanismos de busca. As bibliotecas, os serviços de documentação e os arquivos devem se posicionar como fontes de informação e pesquisa nas redes de informação. O serviço de referência virtual é uma das respostas que essas instituições podem oferecer em oposição aos mecanismos de busca generalistas, com sua pletera de informação, com sua dificuldade de encontrar a informação ‘boa’, pertinente e confiável. (OTLET, 1934 apud ACCART, 2012, p. 4).

Atualmente, podemos constatar que a Internet está sendo considerada uma das ferramentas mais utilizadas e que está em constante crescimento, facilitando aos clientes/usuários a busca e acesso às informações atualizadas independentes de onde elas estejam.

A web representa uma mudança de paradigma radical com relação aos serviços bibliotecários. Ela proporciona um ambiente informacional amplo, global, de alcance

nunca visto pelos antigos serviços bibliotecários, acostumados a trabalhar num ambiente delimitado, com uma comunidade de usuários identificável, restrita e até mesmo, conhecida pessoalmente. No novo ambiente, numa escala mundial, os usuários podem ter acesso a diferentes recursos, independentes de sua localização física. (MARCONDES; MENDONÇA; CARVALHO, 2006, p. 175).

Assim, o bibliotecário pode explorar, ou seja, criar, inovar serviços e produtos de referência na sua biblioteca, utilizando-se dos mecanismos disponíveis na Internet, oferecendo meios para manter contato personalizado com os clientes/usuários e valorizando suas coleções, da qual é divulgador.

Os profissionais da informação que tomam este caminho têm a possibilidade de oferecer um serviço de referência virtual simples ou mais elaborado: são inúmeras variantes, dependendo do tipo de público ao qual se destinam dos recursos técnicos e financeiros que a instituição planeja investir em tal projeto. (ACCART, 2012, p.164).

Dentro dessas perspectivas, podemos entender que o serviço de referência virtual é um dos meios mais eficazes de se obter informações rápidas e de qualidade nos dias atuais, torna-se uma grande inovação que veio a somar dentro de uma unidade de informação voltada a gerir conhecimento e disponibilizar conteúdo no menor tempo possível.

## **PRODUTOS DE REFERÊNCIA**

A seguir apresentaremos alguns produtos de referência dispostos em algumas bibliotecas universitárias.

### **Serviços de alerta**

A cada ano surgem novos serviços de disseminação da informação. As novas tecnologias abrem novos horizontes, até quem não tinha acesso aos recursos tecnológicos foram tocados por essa onda de criatividade. O serviço de alerta é uma das ferramentas utilizadas para estabelecer um vínculo duradouro com o cliente/usuário, e ao mesmo tempo, chamar sua atenção para novidades de potencial interesse.

Os serviços de alerta oferecidos pela biblioteca podem variar de uma compilação de bibliografias seletivas à notificação do material recebido pela biblioteca, confecção e distribuição de resumos dos assuntos específicos e de interesse para o usuário. (SANTOS; SILVA; RAMOS, 2010, p. 8).

Mais que isso, a função do alerta é “cutucar”, é mexer com o usuário, pois há na vida profissional de todos nós uma situação de necessidade de informação não dita e indefinida, que não estamos verdadeiramente procurando, mas que, se chegar bem filtrada, seletiva e sem trabalho, será sempre bem-vinda. Este é o espaço do serviço de alerta.

Diante deste cenário, convém ressaltar a importância dos serviços de alerta, que são desenvolvidos pelas bibliotecas com o objetivo de chamar a atenção da comunidade real ou potencial, para as informações existentes dentro ou fora das mesmas. Estes podem ser gerais e/ou individuais, e o processo de execução pode ser manual ou automatizado. (STRONG, 2004, p. 46).

### Sumários correntes

Os sumários correntes consistem na divulgação dos sumários de periódicos em circulação e adquiridos pela biblioteca. Consiste na elaboração de lista dos sumários das revistas de periódicos científicos para a divulgação e informação dos materiais novos recebidos pela biblioteca.

Essa divulgação é feita para que os clientes/usuários se certifiquem dos materiais específicos de cada área do conhecimento que estão dispostos para o uso na biblioteca. Normalmente essa lista é divulgada na *homepage* da biblioteca, podendo ser acessado por todos os clientes/usuários assim que tiverem necessidades de informação segura e de qualidade.

### Boletins informativos

Os boletins informativos normalmente são usados para informar as novidades adquiridas pela biblioteca, enviados por correio eletrônico, também podem ser enviados por SMS, MMS ou outros tipos de comunicação eletrônica. As instituições usam esse produto para comunicar as novidades e informações julgadas úteis. Este tipo de comunicação pode ser útil para manter atualizados todos àqueles que tenham algum vínculo com a instituição.

É igualmente encarada como uma forma simples e corriqueira de fazer publicidade, marketing da própria biblioteca uma vez que, quem a recebe se registrou livremente na lista de destinatários e quer receber informações não específicas sobre a organização, uma forma simples de manter-se informado. No fornecimento dessas informações a biblioteca pode divulgar palestras, eventos, cursos, seminários realizados na biblioteca e na própria instituição.

Este tipo de serviço pode ainda servir como base de estudos levando em consideração que a organização terá dados sobre tendências, comportamentos e gostos de todos os seus clientes.

### Disseminação seletiva da informação (DSI)

O objetivo essencial de uma biblioteca é atender seus usuários, mas se estes não fazem uso, todo o investimento para a manutenção e consolidação do acervo cai por terra. Por meio da DSI podemos conhecer os reais interesses bibliográficos do usuário, o que proporciona planejar melhor a

utilização do acervo, aprimorar os recursos, identificar as áreas que precisam ser reforçadas com a aquisição de materiais e divulgar os serviços da biblioteca, construindo assim uma melhor imagem dela.

A DSI é um instrumento de seleção e disseminação de informação que atua na questão de conhecimento de organização com arquivos, bibliotecas, entre outras instituições que lidam com a informação. Além disso, tem como vantagens facilitar a dinâmica e a produção contínua do conhecimento aumentando o interesse do usuário pelo acervo (SANTOS; SILVA; RAMOS, 2010, p. 2).

A inserção do serviço de DSI numa biblioteca exige planejamento e a execução de etapas que contribuem e determinam o bom cumprimento da ação, tais como: identificação dos usuários reais e potenciais e seus perfis de interesse, definição da abrangência dos assuntos do acervo, identificação das fontes produtoras de informação, conscientização e divulgação.

Desse modo, pode-se propor o desenvolvimento da DSI. Contudo, deve-se primeiramente determinar o público-alvo que irá receber as informações, a fim de traçar o perfil do usuário que será atendido, estabelecendo uma base de interesses específicos para cada tipo de público. Com os perfis estabelecidos, iniciar o fornecimento das referências bibliográficas de acordo com os padrões estabelecidos.

A identificação das fontes produtoras de informação é muito importante para o planejamento de implantação do serviço de DSI, pois permite determinar e relacionar os assuntos ou publicações de interesse dos usuários, e onde obtê-los.

Portanto, a DSI tem como objetivo reunir a literatura corrente e anunciá-la de forma seletiva para os usuários, falando assim em personalização da biblioteca, criando um filtro personalizado, rápido e seguro do assunto de interesse de seu usuário, indicando o maior número de itens dentro do seu acervo e facilitando a busca das informações. (SANTOS; SILVA; RAMOS, 2010, p. 3).

A conscientização diz respeito ao estímulo de dois elementos principais do ciclo da informação, ou seja, tanto para quem produz como para quem consome a informação ofertada pela biblioteca. Já a divulgação faz referência a estimular os clientes/usuários a consultar o acervo da biblioteca, não apenas através da DSI, mas diversificando seus instrumentos e formas para difundir e apresentar o conteúdo do seu acervo à comunidade.

No âmbito da Biblioteconomia, disseminar é levar ao conhecimento do usuário os documentos novos recebidos pela biblioteca, ou, em sentido, mais amplo, divulgar entre os leitores as publicações relevantes e atuais para que possam, através da atualização constante, aprimorar o seu desempenho em suas atividades profissionais. (STRONG, 2004, p. 5).

Desse modo, podemos entender que:

Um sistema ideal de DSI é aquele que, além da notificação corrente individual, fornecem também estatísticas que permitem tomar certas decisões de grande valia, como: política de aquisição, política de descarte, propriedades de tradução, etc. O sistema deve contar com os recursos necessários para fornecer ao usuário, imediatamente a sua requisição, os textos completos que foram referenciados na notificação. (STRONG, 2004, p. 23).

Portanto a Disseminação Seletiva da Informação nos mostra que nenhuma biblioteca pode abrir mão desse produto de referência, que se torna tão importante quanto útil para o desenvolvimento dos trabalhos bibliotecários e a interação com a comunidade acadêmica.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar o quão importante são os serviços e produtos de referências ofertados nas bibliotecas universitárias, que se tornaram uma via de mão dupla fortalecendo os vínculos da comunidade acadêmica com a sociedade em que está inserida.

Podemos ressaltar, também, a importância do serviço de referência dentro de uma unidade de informação. Sem ele fica complicado atender sua clientela como realmente merece ou como uma biblioteca de qualidade pode primar pelo bom desenvolvimento dos serviços e produtos de referência.

Dentro dessa proposta, podemos entender e não deixar de comentar sobre o quão importante é o bibliotecário com a visão de um educador atuando dentro da biblioteca. Os bibliotecários têm um papel fundamental dentro desse processo como mediadores dos serviços e produtos de referência ofertados nas bibliotecas universitárias aos seus clientes/usuários de uma maneira geral. Portanto, espera-se ter colaborado com a apresentação dos serviços e produtos de referência disponíveis em uma biblioteca universitária para a disseminação e a implantação dos mesmos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCART, Jean-Philippe. **Serviço de referência**: do presencial ao virtual. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Brinquet de Lemos/Livros, 2012.

ALVES, Roberta Caroline Vesú. A gestão de pessoas em unidades de informação: a importância da capacitação no uso de tecnologias. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v.4, n.2, p. 32-51, 2004. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/79> Acesso em: 18 maio 2021.

BARBOSA, A. P. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG Brasilart, 1978.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2015. Institui a Política Nacional de Bibliotecas. Brasília: Senado Federal, 2015. 21p. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=587357#:~:text=Este%20projeto%20de%20lei%2C%20destinado,%C3%A0s%20fontes%20da%20cultura%20nacional>. Acesso em: 07 abr. 2021.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.1, p. 71-89, jan./abr.2000.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Fontes de informação**: um manual para cursos de graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. São Carlos: Edufscar, 2005. 105 p.

FIABANI, Keila Joanês. **Serviço de referência em bibliotecas universitárias do estado de Santa Catarina: medidas de satisfação do cliente/usuário.** Florianópolis: UDESC, 2005. 53 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia: Gestão da Informação) - Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <https://referenciabiblioteca.wordpress.com/a-percepcao-do-bibliotecario/medida-de-satisfacao-do-usuario/>. Acesso em: 07 abr. 2021.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia.** Prefácio de Antônio Houaiss. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2007. 152 p.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência.** Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001. 196 p.

HUTCHINS, Margaret. **Introdução ao trabalho de referência em bibliotecas.** Tradução de Ada Maria Coaracy. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

MARCONDES, Carlos Henrique; MENDONÇA, Marília A.; CARVALHO, Suzana M. Serviços via web em bibliotecas universitárias brasileiras. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n.2, p. 174-186, mai./ago., 2006.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca com um capítulo referente à propriedade literária.** 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

RANGANATHAN, S. R. **As Cinco Leis da Biblioteconomia.** Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009. 336 p.

OLIVEIRA, Marlene de (org). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 139 p.

SANTOS, Ana Ligia Feliciano dos; SILVA, Neuman Barbara da; RAMOS, Renata Maria da Silva. Uma proposta para o uso de um serviço de DSI na biblioteca do magistado escritor. **Documentação e Memória TJPE**, Recife, v.2, n.3, p. 1-10, jan./dez. 2010. Disponível em: [https://www.tjpe.jus.br/documents/97401/105940/1\\_Ana\\_Ligia\\_Neuman\\_Renata\\_Maria\\_Uma\\_prop\\_p\\_uso\\_de\\_servico\\_DSI\\_na\\_BME.pdf/ab09c487-6995-4b80-8cbf-6cd00c2be715](https://www.tjpe.jus.br/documents/97401/105940/1_Ana_Ligia_Neuman_Renata_Maria_Uma_prop_p_uso_de_servico_DSI_na_BME.pdf/ab09c487-6995-4b80-8cbf-6cd00c2be715) . Acesso em: 07 abr. 2021.

SANTOS, Luciano Costa; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; VARVAKIS, Gregório. Gerenciando processos de serviços em bibliotecas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 85-94, maio/ago., 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652003000200010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652003000200010&script=sci_abstract&tlng=pt) . Acesso em: 07 abr. 2021.

SILVA, Divina Aparecida da; ARAÚJO, Iza Antunes. **Auxiliar de biblioteca: técnicas e práticas para formação profissional.** 6. ed. Brasília: Thesaurus, 2009. 165 p.

STRONG, Renata Mônica Requião. **Implementação do serviço de disseminação seletiva da informação na biblioteca do tribunal da justiça do estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: [http://www.tjrj.jus.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=ff6cf418-ae98-47d1-9e9a-77807314ce8a&groupId=10136](http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=ff6cf418-ae98-47d1-9e9a-77807314ce8a&groupId=10136)>. Acesso em: 18 fev. 2013.

TARGINO, Maria das Graças. Ranganathan continua em cena. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39 n. 1, p.122-124, jan./abr., 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1291> . Acesso em: 07 abr. 2021.

## 5

## REFLEXÕES SOBRE O CONTROLE DA SOCIEDADE PELAS FAKE NEWS COMO ESTRATEGIA DE “ILUSÃO DA VERDADE”

Benvina Alves da Silva dos Anjos

Nilva Pereira Dantas

Maria Eloides Ferreira de Sousa

Camila Neves Cunha

Bacharéis em Biblioteconomia - Universidade Federal de Mato Grosso

### 1 INTRODUÇÃO

A sociedade ver-se diante de um novo desafio derivado da revolução tecnológica e da rapidez de transmissão da informação que se espalha a uma velocidade inquestionável em todo o mundo, denominada de *fake news*, tratada pela UNESCO como “atos de fraude pelo que são - como uma categoria particular de informação falsa em formas cada vez mais diversas de desinformação, inclusive em formatos de entretenimento como memes visuais.” (UNESCO, 2019, p. 7).

A disseminação e compartilhamento de conteúdo informacional falso, mentiroso, de informação incorreta, desinformação e má informação pelas mídias sociais, por usuários comuns, podem causar sérios danos à vida da vítima de *fake news* divulgadas de forma irresponsável e podem dar origem a ações de responsabilidade civil pelo ato ilegal cometido.

Enquanto que a era da pós-verdade pode ser vista como uma era de ação na qual a verdade é mascarada, a verdade real é passada como algo distorcido, manipulado por interesses e emoções, e se torna uma nova verdade, mas não como verdadeira (ARENDDT, 1998).

Embora o termo "*fake news*" pareça novo, um artigo assinado por Nicholas O'Shaughnessy, Professor de Comunicação da Queen Mary University of London, na plataforma History News Network em dezembro de 2017 expõe como as *fake news* eram amplamente utilizadas na máquina de propaganda nazista. O artigo aponta que casos como a influência da propaganda russa nas eleições americanas, onde anúncios e contas falsas foram criados para espalhar pontos de vista polarizadores sobre questões como imigração, raça ou direitos dos gays, não são novidade. E que a propagação de

*fake news* no controle da agenda de notícias também foi usado com consequências devastadoras pelo Terceiro Reich há mais de 80 anos.

O'Shaughnessy (2017) argumenta que de Napoleão a Putin, muitos regimes usaram a propaganda como uma ferramenta do governo. No regime de Hitler, entretanto, a propaganda não era simplesmente uma ferramenta, mas o próprio meio de dominação da população pelo governo.

O Ministério da Propaganda, chefiado por Joseph Goebbels, tratava de teatro, cinema, imprensa e rádio, e seu objetivo era glorificar a imagem do Führer, denegrir a imagem do inimigo e impedir a possível propagação de outras ideologias através da censura. Assim, o antissemitismo, o arianismo e o cientificismo profético tornaram-se a base do discurso nazista e levaram a população da época a mergulhar em uma realidade construída pelas autoridades do regime (ARENDDT, 1998).

Na Alemanha nazista, a desinformação e as mentiras deliberadamente organizadas eram uma parte estabelecida e bem integrada da metodologia de controle e poder. Hoje, a desinformação patrocinada visa sabotar a noção de verdade objetiva. Assim como a Doutrina Gerasimov (cujo nome vem de seu inventor, General russo Valery P. Gerasimov) postula que táticas encobertas, como trabalhar através de intermediários, se tornarão cada vez mais importantes, a ciberinterferência, como alegado nas eleições americanas, é uma forma antiga e insidiosa de propaganda (O'SHAUGHNESSY, 2017). Com base no cenário contemporâneo, surge a indagação como se propaga a aceitação das Fake News nos dias atuais?

Desse modo adota-se por objetivo compreender o fenômeno Fake News, para isto define-se por objetivos específicos: a) identificar o compromisso do jornalismo com a sociedade; b) definir o que são as fake news; c) discernir o comportamento do mercado das fake news; d) caracterizar o controle da sociedade pela “ilusão da verdade”; e) assinalar a conformação da pós-verdade nas relações sociais.

Na parte metodológica, este trabalho foi concebido sob o ponto de vista da abordagem como uma pesquisa qualitativa, quanto à natureza tem-se uma pesquisa básica, quanto aos objetivos tem-se uma pesquisa descritiva e quanto aos procedimentos tem-se uma pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de fontes que incluem livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica é um procedimento exclusivamente teórico, compreendida como a junção, ou reunião, do que se tem publicado sobre determinado tema (FONSECA, 2002).

## **2 O COMPROMISSO DO JORNALISMO**

Assistir um telejornal na televisão ou ler um jornal impresso pela manhã são costumes corriqueiros na contemporaneidade, mas nem sempre foi assim, conseguir informação já foi uma tarefa bem mais árdua. Conforme Bernardo e Leão (2013) o mais antigo jornal do ocidente foi a Acta Diurna, uma publicação romana criada pelo Imperador Júlio Cesar por volta de 69 a.C com o objetivo de

manter a população romana informada dos fatos sociais, políticos e militares ocorridos no império, este jornal era escrito sobre grandes placas brancas, usualmente de madeira ou pedra, que eram expostas em locais públicos para que a população letrada pudesse ler.

Explica Bernardo e Leão (2013) que na China já havia jornais escritos à mão com a tradicional escrita chinesa desenhada sobre papel de seda, verdadeiras obras de artes cujas mais antigas versões são datadas como sendo do VIII d. C. Mas, esses jornais embora cumprissem com a função de informar, estão longe de serem semelhantes aos jornais contemporâneos, especialmente porque não eram publicações diárias, dado o trabalho que era necessário para produzi-los e também porque em tais épocas somente nobres, aristocratas e sacerdotes tinham acesso, tendo em vista que a maioria da população era analfabeta, destacam os autores.

Todavia, a existência da preocupação com a circulação de informação relevante à sociedade denota como a mesma é valiosa ao ser humano, e mesmo desejada por este. Foi a prensa de papel inventada por Johannes Gutenberg, em 1477, século XV, que propiciou o advento do jornalismo moderno, a partir de então foi possível imprimir livros e documentos em maior escala, e os primeiros jornais começaram a surgir, sendo muito populares entre comerciantes pela divulgação de informações mercantis, uma vez que aquele foi o século das grandes navegações, explica Souza (2007).

Mas, os comerciantes não eram os únicos interessados na informação. Os jornais foram muito populares na Europa medieval e renascentista, prossegue Souza (2007), havendo além de publicações impressas, muitos manuscritos jornalísticos sensacionalistas que até mesmo satirizavam fatos sociais e políticos da época, e tinham um grupo de leitores certos que se divertiam e se informavam com tais publicações, fato muito importante em uma época onde não havia os meios modernos de comunicação, apenas livros, jornais, pinturas, gravuras, desenhos e o chamado “boca a boca” da informação que sempre existiu ao longo da história humana, afinal a comunicação é uma necessidade inata da espécie.

Perles (2005) destaca que a comunicação sempre foi um dos fatores mais relevantes da história humana, sua compreensão relaciona-se diretamente com aspectos como a fala, linguagem, relações humanas, estabelecimento de relações de poder, relações interpessoais e também ao desenvolvimento das tecnologias, da técnica e da cultura, uma vez que as diferentes populações humanas sempre buscaram métodos tecnicamente mais elaborados e eficazes de comunicar-se e fazer registros, para isso desenvolveram a escrita bem como criaram o papel e outras superfícies para escrever.

Após a invenção da imprensa, o jornalismo se desenvolveu com maior intensidade, e no nascimento da era industrial, no século XVII, explica Morel (2008), a publicação de livros e jornais crescia exponencialmente. Foi neste momento que a atividade do jornalista como profissão começou a surgir e foi igualmente nas universidades europeias nos séculos XVII e XVIII que os primeiros cursos de formação em jornalismo foram criados, formando assim os primeiros jornalistas modernos.

O que era uma necessidade prática dos governos antigos, como o de Roma e da China, de informar suas populações, se tornou posse da população comum e tomou os mais variados rumos possíveis. Morel (2008) comenta que a evolução dos jornais trouxe inovações comunicativas, neste contexto muitos jornais passaram a ter enfoque político, defendendo ou criticando governos, criaram-se paulatinamente colunas e informativos para vários leitores, os temas tradicionais da sociedade como política e guerra eram ainda tratados, mas os jornais desenvolveram sessões de moda, sessões de humor, sessões de esportes, e conforme a sociedade foi se modernizando a diversidade das informações veiculadas se multiplicou.

Silva (2010) destaca que as invenções do rádio e da televisão, e sua popularização durante o século XX, mudaram para sempre os rumos da comunicação jornalística, a informação que antes era periódica, passou a ser diária com a invenção dos jornais impressos na Europa do século XV em diante. Modernizou-se em som, imagens, cores e movimento, para se tornar infinitamente mais veloz e dinâmica com o advento das novas comunicações na era do rádio, da televisão e da Internet e das novas tecnologias. Nas palavras de Souza (2007, p. 4):

A imprensa possibilitou que o ritmo da comunicação se intensificasse. O telégrafo, uma realidade na metade do século XIX, permitiu a acumulação de tecnologia para o surgimento de novas mídias. Esta foi a semente para que o rádio pudesse se desenvolver. [...] em 1928, os elementos básicos da difusão já haviam se estabelecido nos Estados Unidos: as estações estavam integradas em redes nacionais competitivas que controlavam a distribuição dos programas, e o lucro era conseguido principalmente pela venda de tempo aos que queriam fazer publicidade.

O jornalismo enquanto profissão tal qual se conhece, elenca Silva (2010), começou a despontar propriamente no século XIX, onde já haviam alguns cursos de formação na área, em universidades conceituadas e a necessidade de propagar informação crescia exponencialmente conforme o mundo adentrava na era do progresso científico e da democracia. Deste modo, a atividade do jornalismo cresceu no século XIX e se consolidou no século XX, tanto pelos jornais impressos quanto pelo rádio, e quando a televisão se tornou popular em meados de 1950, na Europa e América do Norte, o jornalismo logo adentrou as telas em som, imagem e posteriormente cores. Traquina (2005, p.34) comenta:

O jornalismo como conhecemos hoje na sociedade democrática tem suas raízes no século XIX. Foi durante o século XIX que se verificou o desenvolvimento do primeiro *mass media*, a imprensa. A vertiginosa expansão dos jornais século XIX permitiu a criação de novos empregos neles; um número crescente de pessoas dedicava-se integralmente a uma atividade que, durante as décadas do século XIX, ganhou um novo objetivo - fornecer informação e não propaganda.

Neste contexto, o jornalismo assume um papel preponderante na sociedade, e as diversas instituições sociais, especialmente governos, passam a ter de lidar com a repercussão que seus atos terão nas manchetes dos jornais do dia seguinte. Esportes, crimes notórios, escândalos com pessoas

públicas, focadas com celebridades, tudo, do mais fútil ao mais útil conteúdo, vira notícia. Conforme Perles (2005), a comunicação humana adquire assim um novo status na nova sociedade do consumo que se origina no século XIX e se consolida no século XX, e o jornalismo é parte indispensável deste processo comunicativo.

Conforme Silva (2012, p.01) “[...] a imprensa certamente tem uma grande atuação como agente histórico da sociedade, uma vez que os produtos da mídia são sempre caracterizados por elementos políticos, econômicos, culturais, sociais e mercadológicos”. Foi durante a consolidação do jornalismo no século XX, explica Silva (2010), que os valores que perpassam a profissão foram definidos, e os mesmos continuam válidos ainda hoje na era da tecnologia e da informação, destaca o autor, sendo eles: notícia, valor da informação, busca pela verdade, independência, objetividade e prestação de um serviço sério ao público.

É de especial importância o fato de que o jornalismo fornece informação e não propaganda, explica Silva (2010), pois isso coloca a notícia como obrigatoriamente tendo de ser baseada nos fatos e não em opiniões, o jornalista precisa informar o público do que realmente aconteceu, goste ou não do fato ocorrido, ele não está ali para fazer publicidade a favor ou contra qualquer coisa, não obstante, sabe-se que muitos veículos comunicativos não possuem esse caráter de neutralidade e conservam evidentes posicionamentos políticos, econômicos e sociais, sendo esse o caso em muitos países nos quais os jornais, e posteriormente a televisão, nasceram estatais ou continuam sendo pertencentes ao Estado, como é o caso da maioria dos países europeus, destaca o autor.

Neste contexto, Chalaby (2003) esclarece que o jornalismo se divide especialmente em duas escolas: a norte-americana e a europeia, e ambos possuem diferenças significativas entre si, dada a forma como o jornalismo se construiu em ambos durante seu processo histórico. Enquanto a primeira se construiu de forma mais independente, muitas vezes inclusive criticando o governo de forma livre e aberta, a segunda nasceu e se desenvolveu junto aos governos das nações europeias, principalmente no que tange ao jornalismo no rádio e televisão, assumindo assim um caráter menos neutro e mais opinativo, conforme evidentemente as opiniões predominantes entre aqueles que detinham o poder.

Assim, os ideais de um jornalismo neutro, independente, comprometido com a verdade, sem lados políticos definidos, que perpassam os valores da imprensa do ocidente são um produto da escola americana que só mais recentemente chegou a Europa, embora o velho mundo ainda conserve muito de seu caráter de jornalismo engajado e narrativo, nas palavras de Chalaby (2003, p.30):

O jornalismo é, não só uma descoberta do século XIX mas também uma invenção anglo-americana. Foi nos Estados Unidos, e em menor grau na Inglaterra, que foram inventadas as práticas e as estratégias que caracterizam o jornalismo. É também nestes países que a imprensa industrializada depressa se tornou um campo autónomo de produção discursiva. Outros países, como a França, importaram e adaptaram progressivamente os métodos do jornalismo anglo-americano.

E assim os jornais assumiram um papel cada vez mais preponderante na informação e na formação da opinião pública, destaca Silva (2010). Seu desenvolvimento durante o século XX foi notável, os jornais se tornaram palco de marcos históricos importantes, e trazer a informação em primeira mão a frente dos concorrentes se tornou uma questão proeminente conforme os noticiários foram se expandindo, pelos diversos canais televisivos, rádios, impressos e mais recentemente na Internet, destaca o autor.

Conforme Traquina (2005), o desenvolvimento dos jornais e telejornais, a criação de novos veículos comunicativos e informativos, bem como a função que tais veículos passaram a ocupar na sociedade, levou a uma corrida constante pela busca da informação, não bastava mais cumprir com seu papel de informar o público, era preciso trazer a notícia por primeiro, obter aquele furo de reportagem que os concorrentes jornalísticos não tinham, ou seja, o jornalista passou a ser cada vez mais exigido em sua profissão tendo de recorrer a diferentes estratégias para entregar a notícia de forma rápida, veloz e primeiro que os demais. Bernardo e Leão (2013, p.342) comentam:

O mercado da comunicação de massa incrementa a indústria da publicidade, e esta se torna o principal sustentáculo das empresas jornalísticas. Os jornais têm de vender e ampliar cada vez mais o seu público e, para isso, são utilizadas estratégias de comunicação. No entanto, essas estratégias se contrapõem constantemente à vertente educativa da imprensa e à função social do jornalismo de informar, educar e denunciar os abusos do poder público, das organizações e da sociedade de maneira geral, mas vão ao encontro do modelo industrial adotado pela imprensa na produção do jornal.

Portanto, advir de sua função primordial de informar o jornalismo se converte também em uma espécie de mercado da informação onde vender é imprescindível, ter leitores que comprem, assinem e leiam é indispensável. Conforme Oliveira (2014, p.585) esclarece:

Revelar um fato no instante em que ele acaba de acontecer, antes de qualquer outro jornal; ou o desvendar de um crime, resultado do esforço de um repórter persistente. As duas afirmativas possuem em comum características que pairam sobre a atividade jornalística. Na primeira, está presente a capacidade do veículo em “dar a notícia em primeira mão”; já a segunda, o talento do profissional.

Oliveira (2014), explica que essa característica ainda permanece nos jornais contemporâneos, mas na contemporaneidade existem outros fatores que precisam ser levados em consideração, como a Internet, os fatos transmitidos em tempo real nas mídias e as mudanças que isso provoca na linguagem jornalística e no fazer jornalístico. Agora os jornalistas precisam ser mais criativos, estar de prontidão, ir atrás da notícia onde quer que ela esteja, se possível chegar antes do acontecimento. Esse assunto é tratado em maiores detalhes no tópico a seguir.

## O Fazer jornalístico na contemporaneidade: um olhar sobre a notícia na era da informação

O século XX trouxe muitas inovações tecnológicas que influíram diretamente sobre os meios de comunicação e conseqüentemente sobre a forma de fazer jornalismo. O século XX viu nascer o rádio, a televisão e a Internet, viu surgir os computadores portáteis, os celulares, os *tablets* e outros dispositivos de tecnologia avançada que permitem o acesso e o compartilhamento de informações. Conforme Bernardo e Leão (2013, p.339), “antes presente apenas nos jornais impressos, o jornalismo foi ganhando espaço nas rádios, na televisão, nas revistas, nas assessorias de imprensa e, mais recentemente, na Internet”.

A Internet e as novas tecnologias mudaram muito a vida coletiva, antes era preciso esperar os jornais e revistas serem publicados, então esperar que fossem entregues pelos correios ou entregadores, para que aqueles que não dispunham de tais serviços era preciso ir até a banca mais próxima e adquirir um exemplar, atualmente embora os meios impressos ainda existam, a notícia ganhou a Internet nos mais diferentes sites, portais e redes sociais, não raro anônimos transmitem eventos em tempo real pelos serviços de vídeo ao vivo que algumas plataformas oferecem, ou então gravam o evento com o aparelho celular e em poucos minutos o vídeo já está na rede, este novo contexto, assevera Bernardo e Leão (2013), traz implicações diretas sobre o fazer jornalístico na contemporaneidade. Conforme Silva (2012, p.2):

A expansão do jornalismo começou no século XIX juntamente com a expansão da imprensa, mas conquistou maior espaço no século XX a partir do surgimento de novos meios de comunicação social, como o rádio e a televisão. Atualmente, no século XXI, vivemos uma nova revolução no jornalismo devido a Era da Informação e do Conhecimento, que exige uma série de novas transformações e adaptações dos antigos meios de comunicação ao mesmo tempo em que abre novas perspectivas como o jornalismo on-line.

Oliveira e Glanzmann (2010) destacam que o jornalismo se apropriou das inovações tecnológicas para se adequar aos novos tempos e manter-se como atividade competitiva, pois se assim não o fizesse não poderia competir em longo prazo com a velocidade de propagação da informação na Internet. Isso não significa que as formas tradicionais do fazer jornalístico tenham sido abolidas, mas sim que os profissionais do jornalismo precisaram se adaptar e interagir com as novas linguagens do mundo digital.

Costa Bisneto (2009) discute a questão ressaltando que o final do jornalismo por causa da Internet é um mito, o que realmente acontece neste cenário da era da informação são mudanças profundas e inevitáveis ocasionadas pela Internet e suas ferramentas, pleiteando um lugar de domínio junto a todas as mídias até então existentes, de forma que foi inevitável que os veículos comunicativos se adaptassem a esta nova era. A respeito da importância do jornalismo na contemporaneidade, Figaro (2014, p.24), declara “não morreríamos sem os jornalistas e sem o jornalismo. Mas, as relações sociais

construídas na modernidade passariam por profundas mudanças sem eles”. Segundo Tranquina (2005, p.53):

O impacto tecnológico marcou o jornalismo do século XIX como iria marcar toda a história do jornalismo ao longo do século XX até o presente, apertando cada vez mais a pressão das horas-de-fechamento, permitindo a realização de um valor central da cultura jornalística – o imediatismo. De novas edições dos jornais no mesmo dia à quebra da programação televisiva anunciada como boletins, novos avanços tecnológicos nas últimas décadas do século XX tornaram possível, de longa distância, atingir o cúmulo do imediatismo – “a transmissão direta do acontecimento”.

Como bem expressa Santos (2014), a profissão do jornalista tem estado em pauta devido as transformações que as novas tecnologias tem fomentado sobre a notícia e a informação, em tempos onde qualquer pessoa pode propagar informação na Internet, muitos profissionais acabam tendo de reinventar e mesmo buscar significado no que é que lhe torna jornalistas em um contexto onde não mais detém o poder sobre a propagação das informações ao público, visto que atualmente qualquer um com um equipamento midiático, como um celular, estando no local e na hora certa, pode acabar coletando e divulgando informações em primeira mão.

Assim, prossegue Santos (2014), os jornalistas buscam firmar sua identidade em meio a este novo contexto, e procuram na seriedade, na objetividade, no profissionalismo, no respeito ao nome que carregam e ao veículo para o qual trabalham, os elementos que os permitam sentir o pertencimento a uma classe jornalística comprometida com a divulgação da notícia, dos fatos e da informação como profissão, distinguindo-se dos milhares de anônimos que diariamente acabam veiculando notícias seja por imagem, áudio, texto ou vídeo na Internet.

Conforme Colodeti (2016) os jornalistas até mesmo recorrem às fontes anônimas como forma de conseguir furos de reportagem, obtendo assim imagens e vídeos em primeira mão para compor suas matérias, assim o material produzido pelo usuário comum quando cai nas mãos de um bom jornalista torna-se parte de algo maior, constitui-se em fonte primária de informação que integra junto aos outras fontes obtidas pelo profissional um quadro maior informando o público de modo mais detalhado ao mesmo tempo em que dialoga com o usuário comum das mídias online, demonstrando que o conteúdo produzido por ele tem valor e que os jornalistas estão dispostos a ouvir e dialogar quando compõe suas notícias, destaca o autor. Fígaro (2014, p.32), comenta a respeito do cotidiano da profissão na contemporaneidade:

Muitas vezes, o mesmo profissional se multiplica em empregos em redação e em assessoria. Nas coberturas de eventos e acontecimentos, encontram-se, entre os assessores, os antigos chefes de redação, profissionais de renome e experiência, que ajustam seu repertório profissional ao produto e/ou marca que passam a representar. As grandes empresas da indústria, dos serviços e do comércio contratam profissionais de renome para lhes representar na mídia e promover notícias sobre elas. São situações de embate discursivo difíceis de enfrentar, sobretudo, quando o jornalista da redação é um jovem, contratado muitas vezes como freelancer, aguardando uma boa oportunidade de estabelecer-se.

O jornalismo, como esclarecido no tópico anterior, também se converteu em um mercado, assim os profissionais que nele atuam precisam se manter competitivos, pois é necessário um grande dinamismo, criatividade e empenho para fazer uma carreira de sucesso na profissão do jornalismo. Bernardo e Leão (2013) destacam que neste contexto os jornalistas buscam diversificar suas fontes o máximo que podem, procuram sempre estar presente nos locais onde os fatos relevantes estão se passando, e disputam entre si mesmo as melhores matérias, as melhores fontes, tomando para tal diferentes estratégias que lhes permitam sempre estar um passo a frente dos concorrentes para sobreviver no mercado. Conforme Lopez (2010, p.18):

A digitalização dos processos comunicacionais implicou em mudanças substanciais na essência do trabalho do jornalista nos mais variados suportes. Todas as etapas, incluindo a coleta, o processamento e a transmissão dos conteúdos informativos passaram por uma reformulação devido às possibilidades ofertadas pelas tecnologias, pela difusão do acesso às tecnologias e às novas formas de fruição que a aproximação do público com as ferramentas propicia. Desta forma, observa-se que pensar a convergência passa a ser uma ação mais ampla, para além do determinismo tecnológico.

A velocidade e o dinamismo inerente da Era da Informação e da Tecnologia na qual a sociedade vive atualmente perpassam todos os mercados, e com o jornalismo não é diferente. Santos (2014), destaca que a função do jornalismo e principalmente as formas como a informação vem sendo tratada tem sido assunto muito debatido na contemporaneidade, existem demandas emergentes que não podem ser ignoradas pelos profissionais da área, a saber: a interatividade, instantaneidade e convergência midiática.

Assim sendo, não é que a profissão do jornalista esteja se tornando defasada ou que a humanidade não precise mais de profissionais e veículos especializados na divulgação da informação, pelo contrário, a informação é fator primordial para a vida coletiva e principalmente para as relações de poder vigentes, explica Colodeti (2016). Insere-se neste contexto a questão da competitividade entre os próprios veículos midiáticos. Como bem esclarece Traquina (2005), os jornais, sejam televisivos, impressos, no rádio ou mesmo as mídias online, são formas de comércio, são empresas que visam obter lucros e se manterem a frente da concorrência, a informação, a notícia é o produto que vendem e, como em qualquer outro contexto mercantil, buscam os profissionais que melhor possam lhe fornece as notícias, os furos, as imagens, vídeos, sons impactantes que vão colocar o jornal no topo entre leitores ou no primeiro lugar da audiência.

Ainda, sobre o fazer diário dos jornalistas na contemporaneidade, Santos (2014), chama atenção para algumas tendências importantes, como o crescimento da presença feminina na área e do trabalho em casa, assim muitos jornalistas atualmente são mulheres, e muitos trabalham remotamente de oito a dez horas por dia, ou mais, atuando para diferentes clientes por meio de contratos de trabalho precários

e até mesmo sem contratos, exercendo a profissão como *freelancer* e recebendo pela quantidade de conteúdo produzido, ou ainda por fotos e vídeos exclusivos.

Conforme Colodeti (2016), a forma clássica de fazer jornalismo é assim colocada em cheque, os jornalistas do século XXI precisam se adaptar aos novos contextos da notícia e a interatividade de linguagens, o profissional precisa estar apto a atuar em diferentes frentes da redação para veículos impressos ao dinamismo de uma chamada ao vivo na televisão ou ainda, na interação com os usuários comuns da Internet, bem como na formulação de uma nova linguagem jornalística adaptada ao contexto online, que seja fluida, dinâmica, dialogue com o internauta, faça parar seu olhar sobre a notícia veiculada, ao mesmo tempo em que ainda conserve seu caráter de seriedade e credibilidade que são imprescindíveis para que a notícia seja levada a sério.

Ao lado de todo esse panorama que acompanha a profissão do jornalismo na contemporaneidade, a relevância dos meios de comunicação, das mídias e da notícia para o funcionamento social segue em crescimento, como discute ChristofolletI, (2008a, p. 28):

Voltamos nossos sentidos aos meios de comunicação como se estes funcionassem como extensão de nossos próprios corpos. As lentes das câmeras são nossos olhos a distância; os microfones e gravadores, nossos ouvidos; tomamos como referências pessoais as impressões olfativas, tácteis e do paladar, captadas pelos repórteres. Enfim, acreditamos nos homens e mulheres que se dedicam a apurar os fatos e traduzi-los à sociedade, e confiamos no aparato tecnológico que dá suporte a esta atividade. Consciente ou inconscientemente, firmamos um pacto de confiança com a mídia, porque acreditamos que o jornalismo é uma forma de narrativa do presente que tem correspondência com o que entendemos por realidade.

Conforme Colodeti (2016), o que se passa com o jornalismo é uma tendência que acomete outras profissões com a precarização dos contratos de trabalho, flexibilização das leis trabalhistas, aumento de horas trabalhadas e da competitividade entre os profissionais, tudo isso aliado ao contexto das novas mídias digitais e da veiculação da informação em tempo real, o que exige do jornalista um maior empenho para ficar ativo e o obriga a ser mais produtivo para que possa ser competitivo e obter sua renda, afinal os jornalistas também são trabalhadores que precisam colocar comida em suas mesas e pagar suas contas como qualquer cidadão contemporâneo.

E nesta busca desenfreada por ser o melhor, por manter-se competitivo e conseguir um bom posto de trabalho, muitos jornalistas atuam no limite da ética, estes profissionais se deparam em suas profissões com contextos nos quais vivem verdadeiros dilemas de cunho ético e moral. Esse assunto é abordado em maiores detalhes no tópico a seguir.

### **3 AS FAKE NEWS**

As Fake News são compreendidas como "conteúdo falso ou enganoso apresentado como notícia e comunicada em formatos que abrangem comunicação falada, escrita, impressa, eletrônica e

digital", diversos autores argumentam que a definição de “notícia falsa” vide a ser aplicada estritamente para selecionar meios e ideologias e políticas falsas, com o intuito de desvirtuar eleições de seus objetivos principais (SC, 2021; BOBERG. et al., 2021; GELFERT, 2018).

As fake news também se referem a histórias fabricadas, as quais obtêm pouco ou nenhum fato verificável. Michael Radutzky (2018) da CBS 60 Minutes, disse que seu programa considera as notícias falsas como "histórias que provavelmente são falsas, têm enorme tração de apelo popular, os quais são consumidos pela cultura e estão chegando a milhões de pessoas", deve-se levar ao fato de que Radutzky argumenta que: “essas histórias não são encontradas apenas na política, mas também em áreas como vacinação, valores de estoque e nutrição”, são "invocadas por políticos contra a mídia para histórias de que não gostam ou para comentários de que não gostam".

Deve-se levar em consideração que as ideologias e motivações dos produtores das fake news são derivadas do propósito de gerar notícias falsas, as quais seu impacto vide ser de suma importância e relevância para o público que acredita na mensagem passada. Salienta-se que as fake news, em alguns casos, além de notícia falsa podem ser consideradas como uma sátira de notícias, que se utiliza do exagero e introduz elementos não factuais com a intenção de divertir ou demonstrar uma opinião. Alguns pesquisadores destacam que as notícias falsas podem ser distinguidas não apenas pela falsidade de seu conteúdo, mas também pelo caráter de sua circulação e recepção online (SC, 2021; RADUTZKY 2017).

As fake news são apresentadas como notícias, mas sem veracidade, com fontes elegíveis duvidosas, com o objetivo de prejudicar a reputação de uma pessoa, empresa ou entidade ou com intuito de beneficiar financeiramente seu produtor com a receita gerada pela publicidade enganosa realizada (BOBERG et al., 2021; JACK, 2017; SC, 2021; GELFERT, 2018).

Segundo Boberg et al., (2021) para o termo “fake news”, não existe uma definição fixa, sendo assim, aplicada de forma ampla a abranger qualquer tipo de público afim de fornecer uma informação falsa utilizando-se de mecanismos alheios de comunicação, sendo empregada para aplicar golpes em todos os tipos de públicos, geralmente com conteúdos desfavoráveis às perspectivas de interações interpessoais.

O termo “notícias falsas” diretamente ligada a fake news relaciona-se a relatórios, imagens e vídeos, dos quais são compartilhados para espalhar informações factualmente incorretas propositalmente com o intuito de parecerem autênticas à primeira vista, atraindo a atenção de um indivíduo específico ou público com a finalidade de chocar ou formar opiniões errôneas a respeito de um assunto específico. Notícias falsas podem ser criadas por indivíduos ou grupos que agem em seus próprios interesses ou de terceiros. A criação de desinformação geralmente é motivada por agendas pessoais, políticas ou econômicas.

Nos dias atuais, não é novidade que se ampliou a oportunidade dos cidadãos terem acesso à tecnologia da informação e à inclusão digital e a possibilidade de receber conteúdos informacionais, os quais aumentam a cada dia (BOBERG. et al., 2021).

Em uma era globalizada, os conteúdos informacionais são difundidos exponencialmente pelas redes sociais e aplicativos de mensagens, impulsionando a perspectiva de disseminar as fake news. Qualquer pessoa com um computador ou celular que possua acesso à Internet, pode facilmente ser atraído por fake news, às quais são responsáveis por gerar consequência de diversos tipos de dimensões, sendo prejudiciais as mais diversas vertentes: serviços do sistema financeiro, bancos online, e-mails com informações alteradas, ofertas de diversos tipos de produtos comprados na Internet através de “scams” pelo comércio eletrônico (BOBERG et al., 2021; ALLCOTT, 2017).

Devido ao fato de uma quantidade crescente de pessoas utilizar a Internet para manter-se informadas, assim como realizar o compartilhamento de postagens, artigos e vídeos em plataformas de redes sociais, existe a partir desse princípio, uma rápida proliferação e leitura de fake news, se tornando um componente vivenciado em rotinas digitais diárias pela sociedade, pelo simples fato da ocorrência da disseminação da desinformação decorrentes da falta de rotina de verificação da autenticidade das notícias (ALLCOTT, 2017).

A parte historiográfica das fake news, leva-se em conta que em períodos passados antes do século XXI, uma época de acesso escasso as redes de comunicações digitais e baseados em mídias impressas, já havia a propagação de fake news. No entanto, a prevalência delas aumentou com os avanços das tecnologias de informação e comunicação, principalmente com o surgimento das mídias sociais digitais, das redes sociais e aplicativos de comunicação (BURKHARDT, 2017, MENESES, 2018).

A rápida adoção das mídias sociais no século XXI levou a um aumento do compartilhamento de informações entre os usuários, assim como, um respectivo avanço da propagação das fake news, as quais passaram a se tornar um componente de nossas rotinas digitais diárias. A disseminação da desinformação, é em parte atribuída à falha das mídias sociais em verificar a autenticidade de uma notícia (conteúdo informacional), esta falha torna mais fácil o compartilhamento de imagens e vídeos aparentemente reais, os quais são habilmente manipulados por terceiros, gerando desinformação, a qual tem uma influência significativa na opinião pública e no discurso (BURKHARDT, 2017).

As disseminações de fake news por mídias sociais têm sido vistas como de grande impacto em diversas áreas do conhecimento, principalmente do setor financeiro, sendo comumente propagada por atores hostis, especialmente durante períodos de eleições (ALLCOTT, 2017; BOBERG. et al., 2021).

As fake news podem reduzir o impacto de notícias reais, ou até mesmo competindo seu espaço com elas devido ao fato de que as redes sociais e os aplicativos de mensagens conquistaram um grande

espaço entre os principais meios de comunicação, e têm o potencial de minar a confiança da cobertura da mídia tradicional (BOBERG. et al., 2021).

Hunt (2016) e Schlesinger (2017), argumentam que as *fake news* (notícias falsas) são uma forma de imprensa marrom que consiste na distribuição deliberada de desinformação ou boatos via jornal impresso, televisão, rádio, ou ainda online, como nas mídias sociais. Essas notícias são escritas e publicadas com a intenção de enganar, a fim de se obter ganhos financeiros ou políticos, muitas vezes com manchetes sensacionalistas, exageradas ou evidentemente falsas para chamar a atenção.

Berger (2019, p. 7) argumenta que “[...] ‘notícias’ significam informações verificáveis de interesse público, e as informações que não atendem a esses padrões não merecem o rótulo de notícias.” Daí a expressão notícias falsas “se presta a danificar a credibilidade da informação que de fato atende ao limiar de verificabilidade e interesse público – isto é, notícias reais.”

Ireton e Posetti (2019, p. 15) argumentam que *fake news* é hoje muito mais do que um rótulo para informações falsas e enganosas, disfarçadas e divulgadas como notícias. Tornou-se um termo emocional, armado para debilitar e depreciar o jornalismo. Por essa razão, os termos informação incorreta, desinformação e “desordem informacional”, como sugerido por Wardle e Derakhshan, são preferidos, mas não mandatórios.

Contudo, a expressão *fake news* passou a abranger e a aplicar-se à divulgação de conteúdo informacional falso ou duvidoso produzidos ou divulgados por sites noticiosos, mídias sociais, criação de perfis falsos, e sites visualmente semelhantes a sites conhecidos, os quais começam a difundir conteúdos falsos, o que vai se tornando cada vez frequente. Esse conteúdo informacional falso é denominado academicamente como informação incorreta, desinformação e má informação. Em ambos os casos são fraudes, mentiras intencionais, deliberada, produzidas para resultar em usuários ativamente desinformados por pessoas maliciosas.

Tradicionalmente, as notícias jornalísticas são produzidas e publicadas por fontes confiáveis, jornalistas e veículos de mídia que são obrigados a seguir rígidos códigos de prática. No entanto, a Internet possibilitou uma forma totalmente nova de publicar, compartilhar e receber informações e noticiosos (que se confundem com notícias) com muito pouca regulamentação ou padrões editoriais.

Por isso, considera-se que as *fake news*, *a priori*, são conteúdos informacionais que aparentam ser verdadeiros, em algum grau podem remeter a verdade ou remontar a situações verídicas para tentar se mostrar confiáveis. Por isso há de ser ter cuidado, porque as *fake news* não são apenas aquelas extremamente irônicas, que têm o intuito de serem engraçadas e provocar o leitor, elas buscam disseminar boatos e inverdades com informações que não estão 100% corretas sobre pessoas, partidos políticos, países, políticas públicas. Muitas vezes uma simples palavra modifica todo o conteúdo original e verídico, mas que sob intervenção de pessoas maliciosa e inescrupulosas alteram o sentido e servem

de arma política. Elas não vão aparentar ser mentira, ainda mais se acreditamos que elas podem ser verdadeiras - mas não são.

Normalmente, o objetivo de uma *fake news* é criar uma polêmica, uma ação destrutiva, em torno de uma situação, instituição, empresa, órgão jornalístico (rádio, jornal ou emissora de televisão) ou pessoa, contribuindo para denegrir sua imagem. Por ter um teor extremamente dramático, apelativo e polêmico, as *fake news* costumam atrair muita atenção das massas, principalmente quando estas estão desprovidas de senso crítico.

Com o advento das redes sociais e com a consequente facilidade de alcançar milhares de pessoas de uma vez, as *fake news* ganharam grandes proporções. Isso porque as pessoas têm muita necessidade de partilhar conteúdos, o que geralmente acontece por dois motivos: ou porque querem ser os primeiros a divulgar uma informação que suscitará escândalo, ou para se mostrarem cada vez mais presentes nas redes. Assim, muitos publicam conteúdos simplesmente por publicar, sem antes se preocupar em atestar a qualidade das informações.

#### **4 O MERCADO DAS FAKE NEWS**

Recapitulando, as *fake news* são compreendidas sob duas vertentes. A primeira como notícias intencionalmente produzidas para enganar os leitores, por possuírem dados falsos e redigidas por jornalistas e veículos de comunicação (principalmente jornais, mas também revistas e emissoras de rádio e TV) considerados sensacionalistas, ou seja, que buscam elevadas audiências e vendagem através da divulgação exagerada de fatos e acontecimentos, sem compromisso com a autenticidade e com transgressões da ética jornalística. A segunda vertente, quando produzida e compartilhadas por pessoas maliciosas, picaretas e mal-intencionadas, inclusive também por jornalista sob a mesma qualificação, em sites noticiosos, perfis falsos e verdadeiros, sites visualmente semelhantes a sites conhecidos, em empresas de jornal, rádio ou televisão, para difundir deliberadamente conteúdos falsos, conteúdos fraudulentos e mentiras.

Em ambos os casos as *fake news* abrangem e aplicam-se à divulgação de conteúdo informacional falso produzidos ou divulgados para atrair público e tornarem-se virais, em tonalidade que soem plausíveis para seu público-alvo, enganando-os a ponto de atrair visitantes e potencialmente transformar parte de seu público em novos propagadores de seu conteúdo. Elas atraem a atenção de vasta audiência, que acaba capturada pelas suas manchetes bombásticas ou sensacionalistas sem perceber que elas são inverídicas. Dessa forma, o *site* ou emissora recebe por anúncios em sua própria plataforma, ou dividem os ganhos de publicidade de sites de redes sociais que recompensam os grandes produtores de conteúdo, como o Facebook, o Google e o Youtube. Em segundo lugar, alguns desses sites, ou compartilhadores, têm objetivos ideológicos e publicam informações falsas para promover ou criticar

figuras públicas, como candidatos políticos ou personalidades famosas ou conquistar visibilidade nos feeds do Twitter (PAGANOTTI, 2018).

Mas, vale destacar que as pessoas comuns divulgam e reproduzem as informações falsas porque se colocam na posição de desprovidas de senso crítico de sua atuação nas mídias sociais (seja pelo fervor político ou por ingenuidade quando não têm consciência de que o estão fazendo); por considerar o prestígio de sua fonte direta para atribuir confiabilidade ao conteúdo; pelo desejo de ajudar alguém; por falta de verificação e; por objetivos políticos e ideológicos.

*Fake news* é um termo bastante propagado recentemente. Embora a manipulação do conteúdo não seja novo e já tenha sido estudado sob vários nomes, contudo a conscientização pública sobre elas aumentou nos últimos anos. Isso pode ser visto, por exemplo, em um aviso oficial do Fórum Econômico Mundial, que descreve as *fake news* como um “incêndio digital” e “risco global” para o nosso “mundo hiperconectado” (HOWELL, 2013).

As mídias sociais mudaram profundamente os comportamentos de consumo e produção de notícias, informação incorreta, desinformação, má informação, desfocando os contornos entre jornalistas éticos e produtores inescrupulosos de conteúdos. A mudança de um cenário de mídia dominado por jornalistas éticos que atuavam como guardiões de informações verídicas e confiáveis para um que se caracteriza por grandes quantidades de conteúdo gerado por produtores inescrupulosos de conteúdo e muitas vezes não qualificados diversificou as informações disponíveis, mas também simplificou a disseminação de notícias falsas. Essa informação falsa pode ser espalhada por contas controladas por seres humanos, bem como por máquinas geridas por algoritmos de softwares, chamados de “bots sociais”.

Parece haver duas motivações principais para fornecer *fake news*. O primeiro é pecuniário: artigos de notícias que se tornam virais nas mídias sociais podem gerar uma receita significativa de publicidade quando os usuários clicam no site original. Essa parece ter sido a principal motivação para a maioria dos produtores cujas identidades foram reveladas. A segunda motivação é ideológica. Alguns provedores de notícias falsas procuram promover candidatos que preferem e denegrir candidatos adversários. Destaque que *fake news* nada tem a haver com denúncias verdadeiras, críticas políticas ou exposição de pensamento divergente (MOSCOSO, 2020).

O quadro teórico que esboçamos acima sugere várias razões pelas quais as plataformas de mídias sociais podem ser especialmente propícias às *fake news*. Primeira razão, nas mídias sociais, os custos fixos de entrada no mercado e produção de conteúdo são extremamente pequenos. Isso aumenta a lucratividade relativa das estratégias de curto prazo e de pequena escala, muitas vezes adotadas pelos produtores de notícias falsas, e reduz a importância relativa de construir uma reputação de qualidade a longo prazo. Segunda razão, o formato das mídias sociais pode dificultar o julgamento da veracidade de um artigo. Terceira razão, as redes de amigos do Facebook, Twitter ou Whatsapp

são ideologicamente segregadas, nas “amizades entre pessoas que relatam afiliações ideológicas em seus perfis [no Facebook], a participação média de “amigos” com a ideologia oposta é de apenas 20% para liberais e 18% para conservadores” (BAKSHY, MESSING, ADAMIC, 2015 apud DIAS, ARRUDA FILHO, 2019, p. 8) “e as pessoas são consideravelmente mais propensas a ler e compartilhar artigos de notícias alinhados com suas posições ideológicas” (BAKSHY, MESSING, ADAMIC, 2015 apud MOSCOSO, 2020, p. 6) e acreditam nessas informações porque objetivam legitimar a sua orientação política” (MOSCOSO, 2020, p. 6).

Isso sugere que as pessoas que recebem notícias do Facebook (ou outras mídias sociais) são menos propensos a receber evidências sobre o verdadeiro estado do mundo que iria contrariar uma história ideologicamente alinhada, mas falsa, tornando mais difícil para os eleitores deduzir quais candidato que eles preferem (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017 apud DIAS, ARRUDA FILHO, 2019, p. 8).

Uma maneira de avaliar a importância das mídias sociais para os fornecedores de notícias falsas é medir a fonte de seu tráfego na *web*. A principal fonte de referência das mídias sociais são crescimento e o total de seguidores, seguida do *link* no *Feed* de notícias do *Facebook*, os *Trending Topics* do *Twitter*, os *Top Posts* e engajamento no *Instagram* e quantidade de seguidores inscritos no Canal e horas de visualização dos vídeos no *Youtube*. As mídias sociais são usadas como uma rede de propagação de notícias falsas e reais, utilizando a relação de re-publicação entre diferentes usuários que participam da circulação da mesma mensagem.

As plataformas de mídia social (*Facebook*, *Twitter*, *Instagram* etc.) e os aplicativos de mensagens *Whatsapp* e *Telegram* entre outros, tornaram-se o lar de milhões de *bots* sociais que espalham notícias falsas. De acordo com uma estimativa, em 2017, haviam 23 milhões de bots no *Twitter* (cerca de 8,5% de todas as contas), 140 milhões de bots no *Facebook* (até 5,5% das contas) e cerca de 27 milhões de bots no *Instagram* (8,2% das contas) (SALGE; KARAHANNA, 2016), são cento e noventa milhões de bots em apenas três plataformas de mídia social - mais da metade do número de pessoas que vivem em todo os EUA .

*Bots* é a abreviatura de *robot* (robô) - é um programa de software que executa tarefas automatizadas, repetitivas e pré-definidas. Os *bots* normalmente imitam ou substituem o comportamento do usuário humano. Por serem automatizados, operam muito mais rápido do que os usuários humanos. Eles realizam funções úteis, tais como serviço ao cliente ou indexação de motores de busca, mas também podem vir sob a forma de *malware* - usado para obter controle total sobre um computador.

Portanto, *bots* são algoritmos de computador (conjunto de etapas lógicas para concluir uma tarefa específica) que funcionam em *sites* de redes sociais *online* para executar tarefas de forma autônoma e repetitiva. Eles simulam o comportamento dos seres humanos em uma rede social: interagem com outros usuários e compartilham informações e mensagens. Devido aos algoritmos

subjacentes à lógica dos *bots*, os *bots* podem aprender com padrões de resposta ou valores de entrada como: responder a determinadas situações, ou seja, eles possuem inteligência artificial (IA).

A inteligência artificial permite que os *bots* simulem o comportamento dos usuários da *Internet* (por exemplo, padrões de postagem), o que ajuda na propagação de notícias falsas. Por exemplo, no *Twitter*, os *bots* são capazes de diversas interações sociais que os fazem parecer pessoas comuns. Eles respondem a postagens ou perguntas de outras pessoas com base em *scripts* que foram programados para usar. Eles procuram usuários influentes do *Twitter* (usuários do *Twitter* que possuem muitos seguidores) e os contatam enviando perguntas para serem notados e gerar confiança a partir deles e de outros usuários do *Twitter* que veem as trocas. Eles também geram debate publicando mensagens sobre tópicos populares - o *Twitter* sempre mostra aos usuários o que é tendência - procurando e repetindo informações sobre o tópico encontrado em outros sites. Sobre o assunto consultar: Bots Sociais: Como robôs podem se tornar pessoas influentes no Twitter? escrito por Messias, Benevenuto e Oliveira (2018), Robôs nas mídias sociais: uma análise sobre a gênese e o desenvolvimento do fenômeno social bots por Barbosa (2018) e O uso de bots sociais como ameaça à democracia escrito por Fornasier (2020).

### O Fenômeno das fake news e seus desdobramentos no contexto jurídico

Com a fusão das mídias na *Internet* explicitou-se uma diferença em relação aos demais meios de comunicação tradicionais existentes: a interatividade. (PEREIRA, 2018). A dinâmica criada por esta nova forma de comunicação proporciona amplas oportunidades de divulgação de informação e notícias através de uma rede informática, onde “a *Internet* se torna a plataforma mais eficiente e menos arriscada para a divulgação de más notícias” (PEREIRA, 2018, p. 205).

Com a facilidade de divulgação das *fake news* principalmente nos sites ancorados na *Internet* e a velocidade de sua propagação, principalmente na *Internet* através das redes sociais e aplicativos de mensagens e seu forte impacto na política, surge o debate sobre a necessidade de combatê-la sem prejudicar a liberdade de expressão da opinião pública no campo do direito penal (GOMES; MELO, 2013; LOBO; PAIXÃO; SILVA, 2018). Falconi e Sobreiro (2018) argumentam que:

Na sociedade moderna, a formação da opinião pública sobre conteúdo político-eleitoral vem sendo densamente influenciada pelos meios de comunicação de massa: informação e desinformação andam juntas numa velocidade intensa e, por vezes, não passível de controle, contribuindo para um analfabetismo funcional da notícia, ora guiado por interesses específicos manipulados, ora pela agregação de grupos ocasionada pelas mídias sociais. Nesse contexto, a liberdade de expressão em sentido amplo volta à pauta ao se verificar uma tendência de limitação das *fake news* vinculadas ao processo político, com uma limitação imediata levada à baila pelo Tribunal Superior Eleitoral, quanto do Legislativo, em projetos de lei na mesma temática. (FALCONI; SOBREIRO, 2018, p. 1).

A divulgação e propagação de “notícias falsas” ou informações falsas ou enganosas por qualquer meio de comunicação é internacionalmente conhecido como fenômeno maléfico a sociedade, porque as *fake news* têm por objetivo "chamar a atenção para informações enganosas ou obter vantagens políticas ou econômicas". (PEREIRA, 2018, p. 205). Esse fenômeno ganhou fama recentemente depois de ter aplicado na eleição presidencial dos Estados Unidos de 2016, quando Donald Trump foi eleito e do referendo do *Brexit*, que decidiu pela saída da Grã-Bretanha da União Europeia (LOBO; PAIXÃO; SILVA, 2018). Bem como na eleição presidencial do Brasil em 2018, quando Jair Bolsonaro foi eleito a partir de sua campanha calcada em *fake news* e que se propaga durante seu governo.

Trump propagou mentiras de sua opositora e do ex-presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, além de distorcer dados e informações. Já os partidários do Brexit disseminaram dados falsos sobre os impactos da saída do bloco na Grã-Bretanha. A vitória dos mentirosos surpreendeu o mundo e, a partir daí, começou um movimento de emergência para combater informações falsas sem, contudo, prejudicar as liberdades fundamentais do cidadão, como a liberdade de expressão, de imprensa e o direito ao acesso à informação (LOBO; PAIXÃO; SILVA, 2018, p. 150).

As *fake news* são conteúdos inverídicos, distorcidos ou fora de contexto que são espalhadas como notícias reais para promover, propositalmente, a desinformação do público e, geralmente são de natureza política, com o objetivo de influenciar a opinião pública para distorcê-la, para promover a desinformação de massa com base em conteúdos distorcidos, falsos e fora de contexto. (LOBO; PAIXÃO; SILVA, 2018). Stephanou (2018) questiona:

Como nos veremos no futuro, a partir dos documentos elaborados neste contexto e da necessidade de compreender a profundidade dos processos sobrepostos? Quais são os “efeitos reais” que parecem novos hoje em dia, no passado havia notícias falsas e “mentiras” semelhantes? Em vários trabalhos (1995, 2010, 2017), Robert Darnton examina com precisão os ancestrais do sensacionalismo e mentiras, em outros momentos, que ele diz datam de pelo menos tempos antigos, por volta do século VI, quando o historiador bizantino Procópio escreveu em segredo texto intitulado "Anedota", repleto de "notícias falsas" em relação a Darnton (2017), e prejudicou a reputação do imperador Justiniano e outros, da mesma forma que teria acontecido com o autor. na última eleição americana. (STEPHANOU, 2018, p. 3)

Também há relatos do uso de informações falsas nas eleições presidenciais russas na década de 1990. Durante aquele período, a política russa mudou constantemente e a quantidade de informações era muito limitada. Assim, a mídia televisiva foi uma grande força, e qualquer informação que se divulgava sobre questões políticas despertava enorme interesse público. Com o objetivo de atrair a atenção da população e divulgar informações que iam contra o atual governo na época, foi criada uma emissora de televisão preconceituosa contra alguns partidos políticos, causando mudanças significativas no cenário político russo, demonstrando assim a força política da nova Rússia. (PENA, 2018).

A divulgação de notícias e informações políticas no ambiente virtual são importantes, pois servem para atrair a atenção dos eleitores em uma disputa por mandatos políticos. O debate sobre a

veracidade das narrativas difundidas está relacionado à acessibilidade que o conteúdo pode atingir, pois “há cada vez mais reivindicações de verdade e há cada vez mais mentiras no que se refere a histórias políticas”. (DOURADO, GOMES, 2019, p. 2).

A existência de falsas narrativas sobre questões políticas é um fenômeno de igual importância para a própria política, pois é utilizado como meio de educar o eleitorado e formar a opinião da população de acordo com os participantes da corrida política. (DOURADO, GOMES, 2019).

Para compreender a proporção que o fenômeno acima adquiriu, destaca-se que “a verdade ou inverdade de uma história está, portanto, ligada à possibilidade de algumas narrativas reais expressarem ou não os acontecimentos verdadeiros a que se referem”. (DOURADO, GOMES, 2019, p. 5). Isso porque o verdadeiro sentido da expressão está relacionado à divulgação de notícias reais e mensagens voltadas para a notícia, como as políticas, que estão sempre no cerne das redes sociais. Estudos com dados da última eleição presidencial brasileira, em 2018, constataram que a divulgação de notícias como a “pesquisa de fraude” é facilitada pela divulgação de perfis nas redes sociais, ou seja, por meio dos meios digitais. E a partir da “comunicação de massa criada pela *Internet*, ajuda a difundir a mentira sobre certos temas que dão origem às várias investigações das chamadas câmeras de eco e bolhas ideológicas, hipóteses testadas mesmo sem consentimento” (DOURADO, GOMES, 2019, p. 23).

A disseminação massiva de notícias e informações falsas pela *Internet* levanta questões sobre a segurança das informações que circulam no ambiente virtual, a manipulação de dados e a complexidade de influência que essas informações têm na formação da percepção da ação coletiva, como a perspectiva e flexibilidade da ação coletiva. (MORONI, 2019).

## **5 O CONTROLE DA SOCIEDADE PELA “ILUSÃO DA VERDADE”**

A estruturação da Ilusão da Verdade parte do princípio de que as “pessoas tendem a avaliar como sendo verdade afirmações que elas já ouviram antes, mesmo que sejam falsas. Isso porque simplesmente soam mais familiares”. Contudo, “[...] a maior influência na decisão de um julgamento sobre uma afirmação ser verdadeira era justamente o fato de ela ser verdadeira” (STAFFORD, 2016, online). Mesmo utilizando dos diversos artifícios para iludir: “A repetição não conseguiu mascarar a verdade - com ou sem ela, as pessoas ainda tinham mais propensão a acreditar nos fatos do que nas mentiras” (STAFFORD, 2016, online). Porque nosso conjunto de ideias se detém a uma proposição ou premissa para acreditar que é verdade e evoluir à medida que ganhamos novas experiências (ROWLEY, 2007). “Isso mostra algo fundamental sobre a maneira como atualizamos nossas crenças: a repetição tem o poder de fazer algo parecer mais verdadeiro, mas não se sobrepõe ao conhecimento [e a experiência] (STAFFORD, 2016, online).

Uma sociedade organizada que não combate as *fake news* corre o risco de cair nas boas graças de um poder imoral, singular e centralizado que usa o caos para se tornar um falso messias, manipulando as pessoas em seus próprios interesses para beneficiar apenas a si mesmos e aos seus, mascarando o caos e vivendo do poder.

As *fake news* privam parte da sociedade de entender o que é verdade, isto também pode ser reconhecido pelo exemplo do nazismo, isto foi mostrado no final da Segunda Guerra Mundial quando as tropas aliadas chegaram aos campos de concentração de devastação maciça, e encontraram uma situação de desastre coletivo, milhares de pessoas famintas, doentes e mortas banalmente.

Mentir não é nada de novo na política e há muito tempo se fala sobre isso. Em um dos grandes clássicos da política, Maquiavel (2010, p. 105) argumenta que as pessoas "são tão simples e tão subservientes às necessidades imediatas que aquele que engana sempre encontrará aqueles que se deixam enganar". De fato, a mentira é sempre recorrente na política, e muitos estudiosos do discurso político têm procurado entendê-la como um ato discursivo inerente à natureza social humana. Neste sentido, Keyes (2004) argumenta que a mentira (ou engano) é parte integrante da constituição do *Homo Sapiens*, uma espécie de desenvolvimento cognitivo para a sobrevivência da espécie.

O problema de mentir no conceito de pós-verdade já aparece na morfossemântica do termo. É o uso da preposição "post" que indica antecipadamente a conexão pretendida com o conceito de verdade. O prefixo post deixou de significar apenas um tempo após um evento ou situação particular, mas sim algo que "pertencente a um tempo no qual o conceito específico se tornou irrelevante ou desimportante" (POST-TRUTH, 2016, online)

O prefixo não parece implicar logicamente nem um período de tempo após a verdade nem seu total descrédito. O que acontece é que o desejo do sujeito pela verdade, pelo menos por uma verdade que não seja a sua, é superado. Haveria, por assim dizer, uma certa falta de interesse por parte dos sujeitos em estabelecer um movimento heurístico de verificação dos fatos e verdades, uma vez que é melhor reter a convicção e a identidade do que a verificação completa. Assim, não há a preocupação de verificar as bases e fontes do conteúdo, uma vez que há sempre uma leitura pré-programada dos assuntos, o que é, naturalmente, tendencioso pelos eventos sociais.

A Joseph Goebbels, propagandista do regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial, é creditada a famosa frase: "Uma mentira repetida mil vezes se torna a verdade", indicando a relatividade, ou pelo menos a fragilidade, do conceito de "verdade". Entretanto, como observa Emediato (2016, p. 17), "as verdades, sendo relativas, dependem crucialmente dos domínios de sua confirmação". Desta forma, o autor identifica certos domínios e critérios, por exemplo: no domínio da ciência, os critérios são metodológicos e epistemológicos, e constituem as bases epistêmicas de validação e falsificação; no domínio do direito, são deontológicos; no domínio da religião, são "epifáticos e não verificáveis e, portanto, não falsificáveis [...]"; no domínio da política, as bases de validação são "ideológicas, o que

torna as verdades discursivas e retóricas". (EMEDIATO, 2016, p. 17).

Adolf Hitler usava conteúdos falsos para manipular as massas através da propaganda. Diante disso, a atitude daqueles líderes que se recusaram a reconhecer sua realidade foi considerada por muitos como absurda e, portanto, acabou sendo aceita como falsa. Esta situação foi referida como "hipernormalização". Em paralelo, Koyré (1945) chama a atenção para como a verdade e a falsidade são formuladas no contexto de regimes totalitários. Koyré (1945) analisa a mentira como um recurso importante nas relações políticas contemporâneas.

Em 1992, Steve Tesich usou pela primeira vez o termo "pós-verdade". Tesich ligou o caso Watergate (o escândalo que levou à renúncia do então presidente dos EUA, Richard Nixon) a eventos após a Guerra do Vietnã. Ele declarou na ocasião que o escândalo Watergate fez com que os americanos parassem de desejar más notícias. Não importava quão verdadeira ou importante fosse a criação da pós-verdade, desde que a pós-verdade fosse o que a população queria ler (KREITNER, 2016).

Durante doze anos o termo permaneceu desconhecido, até que em 2004 o escritor americano Ralph Keyes publicou seu livro *The Post-Truth Era: Desonestidade e Engano na Vida Contemporânea*. Em resumo, a pós-verdade ocorre quando as pessoas preferem acreditar em uma "verdade conveniente", desconsiderando fatos objetivos ou dando-lhes menos peso com base em algo em que acreditamos. A verdade torna-se secundária, sem intenção de divulgar fatos objetivos, apenas a versão que melhor confirma uma certa visão de mundo, independentemente do que seja a verdade (KEYES, 2004).

Seguindo esta perspectiva, Thomas Mann (MANN, 2009), um dos críticos alemães do totalitarismo, fez 58 discursos sobre liberdade e a luta contra o nazismo. Estes discursos foram gravados pela BBC e enviados para Londres, de onde foram transmitidos para a Alemanha. Apesar da pequena audiência, estes discursos tinham valor simbólico para a população devido à censura do regime alemão. Em seus discursos Mann (2009) criticou amplamente as realidades nazistas, apontando a população como cúmplice das atrocidades do regime, que por sua vez moldaram a imaginação pública, ocultando a verdade e apelando para o nacionalismo:

Mas as velas de Natal estão acessas. Gostaria de lhes perguntar como lhes parecem, sob a luz, os atos que seus líderes os fizeram cometer, como nação, nos últimos anos, os atos de violência desvairada e destruição dos quais eles os tornaram cúmplices intencionalmente, todas as atrocidades que acumulam em nome de vocês, a inexplicável miséria e o sofrimento humano que a Alemanha nazista, ou seja, uma Alemanha que não pode mais ser nem alemã, nem cristã, disseminou em torno de si mesma [...]. (MANN, 2009, p. 23)

No início da Guerra Fria - uma época de disputas estratégicas e conflitos mundiais entre os Estados Unidos e a União Soviética - os fatos não estavam sem seu impacto na realidade. A filósofa política alemã Hannah Arendt, em seu ensaio "Mentir na política" publicado no livro "Crises da

república”, descreve os mecanismos que o governo dos Estados Unidos usou para mentir sobre o que aconteceu durante a Guerra do Vietnã, o que é emblemático deste contexto. Antes da eclosão do conflito, o Presidente Lyndon Johnson disparou a imaginação pública sobre a importância da intervenção direta dos EUA no Vietnã, não esperando que isso custasse a vida de milhares de soldados e criasse um clima de descontentamento em casa (ARENDDT, 2013).

Neste sentido, os estrategistas de guerra utilizaram a persuasão como uma forma de evitar derrotas humilhantes à medida que o conflito avançava. Em outras palavras, eles persuadiram o mundo através de campanhas e argumentos anticomunistas a enfraquecer o moral do Vietcong (Frente Nacional de Libertação do Vietnã) e a não aceitar a derrota. A imagem dos EUA como grande potência tinha que prevalecer e a primeira perda de um presidente dos EUA durante uma guerra tinha que ser evitada. Neste contexto, Arendt (2013), tratando sobre a relação entre a verdade e a política, assinala que:

A veracidade nunca esteve entre as virtudes políticas, e mentiras sempre foram encaradas como instrumentos justificáveis nestes assuntos. (...) por um lado pela natureza da ação, e, por outro, pela natureza de nossa capacidade de negar em pensamento e palavra qualquer que seja o caso. (ARENDDT, 2013, p. 15).

Em diferentes momentos da história a narrativa dos fatos esteve sujeita a esta distorção e ela ainda é válida hoje. A construção da descrença na mídia jornalística tradicional, bem como o crescimento contínuo da influência das redes sociais como fonte de informação, tem contribuído para a prevalência da pós-verdade. Nas redes sociais, a palavra de um YouTuber que afirma que a Terra é plana, sem nenhuma evidência, apenas baseada em suas crenças pessoais, pode ter mais poder do que a palavra de um astrofísico da NASA que afirma que a Terra é redonda, e que tem fotos e documentos para provar suas afirmações. Este é um dos perigos que Andrew Keen adverte em seu trabalho - O Culto do Amador, onde ele questiona repetidamente a democratização da informação para um mundo onde qualquer um pode ser jornalista, mesmo sem a obrigação de se importar com a verdade (KEEN, 2009). Sakamoto (2016, p. 9) argumenta que: “[...] se por um lado democratiza a comunicação, por outro facilita a disseminação do conteúdo sem assumir a responsabilidade por ele”.

## 7 CONCLUSÕES

Baseado nos fundamentos teóricos da propaganda nazista e na identificação de casos atuais de aplicação de *fake news* como elemento de propaganda política, este estudo equipara o processo de aceitação da mentira vivida pelos alemães durante a Segunda Guerra Mundial com o atual cenário brasileiro, levando em conta que os discursos da direita brasileira com intenção de desinformação são criados e conseqüentemente baseados em um cenário de mentiras favoráveis a seu criador, ou seja, que as *fake news* transcendem períodos históricos.

Um exame da estrutura da propaganda nazista revela um forte uso do discurso fabricado que, em conjunto com os ideais do antissemitismo, do arianismo e do cientificismo profético, permitiram a existência e a manutenção de uma realidade, na qual os fatos reais eram desvalorizados à custa de mentiras que depois se tornam a "nova verdade" e levaram os alemães a acreditar nos ideais do regime nazista, a criação de uma falsa realidade pode ser identificada com a linguagem utilizada nas *fake news* e a considerável quantidade de comentários que reforçaram o conteúdo divulgado e que cada vez mais levaram a população à imersão em uma ideologia ditatorial e assassina, provocando uma perda de percepção e negação do real.

As fake news são tematicamente diversas, esforços foram e são realizados para criar uma estrutura persuasiva e atraente para encorajar os indivíduos a transmiti-las, de modo que se pode concluir que milhares de pessoas acreditam inquestionavelmente nas desinformações (mentiras) e se recusavam a verificar a veracidade do que é compartilhado, e em alguns casos até usam do discurso de ódio para defender violentamente as *fake news* e atacar indivíduos que tentam revelar a verdade. Assim, entende-se que a ligação entre o contexto da Alemanha nazista e o cenário da sociedade moderna brasileira revela a exploração da desinformação para obter e garantir o poder, e pela qual convencem os incautos a reconhecer os falsos discursos como verdade.

Atualmente, as mentiras são "permitidas" desde que satisfaçam as expectativas de um certo público que está determinado a divulgar este suposto fato até que se torne "a verdade". Neste sentido, O artigo **Art of the lie** apresenta a compreensão de que o prefixo "post" significa que uma vez que o suposto fato tenha sido divulgado, a verdade não é mais relevante (THE ECONOMIST, 2016). Desse modo, concebemos que as Fake News e a Pós-verdade estão diretamente relacionadas ao desejo de uma parcela da sociedade fugir ou desviar-se da realidade, de desejar parar de receber más notícias e criar uma realidade ficcional.

## REFERÊNCIAS

- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. **Social media and fake news in the 2016 election**. National Bureau of Economic Research. Cambridge, MA: 2017. DOI:10.3386/w23089
- ARENDT, Hannah. **Crises da república**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Companhia das Letras, 1998
- BAHIA, Flavia. **Direito constitucional**. 3. ed. Recife: Armador. 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Presses Universitaires de France. 1977.
- BENJAMIN, W. **Sobre a arte, técnica, linguagem e política**. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

BERNARDO, C. H. C.; LEÃO, I. B. Formação do jornalista contemporâneo: a história de um trabalhador sem diploma. **Revista Brasileira de História**, v. 33, n° 65, p. 337-358, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v33n65/14.pdf>>. Acesso em julho de 2021.

BOBERG. T.Q.; SVENJA F.; ECKRODT S.T. **Fake News**. The International Encyclopedia of Journalism Studies. Germany: University of Münster, 2021.

BRASIL. Constituição federal da republica de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em abril de 2021.

BURKHARDT J.M. History of fake news: combating fake news in the digital age. **Library Technology Reports**, v. 53, n. 8, p. 4-9, nov./dec. 2017. Disponível em: <https://journals.ala.org/index.php/ltr/article/viewFile/6497/8631>. Acesso em 04 jul. 2021.

CHALABY, J. O Jornalismo como invenção anglo-americana Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). **Media & Jornalismo**, v. 3, p. 29-50, 2003. Disponível em: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/n3-03-Jean-Chalaby.pdf>. Acesso em julho de 2021.

CHRISTOFOLETTI, R. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008

COLODETI, E. Jornalismo alternativo para o século XXI: um estudo sobre os sites Agência Pública e Ponte. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Comunicacao\\_ColodetiE\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Comunicacao_ColodetiE_1.pdf)>. Acesso em julho de 2021.

COMMUNICARE. **Goebbels e a propaganda nazista**. 2009. Disponível em: <<http://comunicare2009.blogspot.com.br/2009/02/groebbels-e-propaganda-nazista.html>>. Acesso em julho de 2021.

DOURADO, Tatiana; GOMES, Wilson. **O que são, afinal, fake news, enquanto fenômeno de comunicação política?** What are, in the end, *fake news*, as a phenomenon of political communication?.

EMEDIATO, Wander. **Dimensões e face da mentira no discurso político**. In: EMEDIATO, Wander (Org.). **Análises do discurso político**. Belo Horizonte: NAD/FALE, 2016.

FIGARO, R. Jornalismo e trabalho de jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI. **Revista Científica**, 2014. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002672767.pdf>>. Acesso em julho de 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GELFERT A. **Fake News: a definition. informal logic**. Special Issue: Reason and Rhetoric in the Time of Alternative Facts

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. Editora Atlas. São Paulo. 2006.

GOMES, J. P.; MELO, S. D. O poder midiático na esfera do Direito Penal: Repercussões de uma sociedade punitiva. **Revista Transgressões**, v. 1, n. 2, p. 66-84, jan. 2015.

GOMES, Luiz Roldão de Freitas. **Elementos da responsabilidade civil**. Rio de Janeiro. Renovar, 2000.

JACK, C. **Lexicon of lies: terms for problematic information**. Data & Society Research Institute. New York, NY. 2017.

- KEEN, Andrew. **O culto do amador: como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- KEYES, Ralph. **The Post-Truth Era: dishonesty and deception in contemporary life.** Nova Iorque: St. Martin Press, 2004.
- KOYRÉ, Alexandre. **The political function of the modern lie.** Contemporary Jewish Record. New York: 1945. Vol. VIII. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/193714879/The-Political-Function-of-the-Modern-Lie-Contemporary-Jewish-Record-Vol-VIII-1945>>. Acesso em: 05 ago. 2021.
- KREITNER, Richard. **Post-Truth and its consequences: what a 25-year-old essay tells us about the current moment. the nation.** New York. [2016]. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/post-truth-and-its-consequences-what-a-25-year-old-essay-tells-us-about-the-current-moment/>>. Acesso em: 06 jul. 2021.
- LOBO, Thaís de Melo; PAIXÃO, Alessandro Gonçalves da; SILVA, Marcos Ricardo da Silva. Os novos projetos de combate à *fake news* e os riscos à liberdade de expressão e de imprensa. **Revista Jurídica**, [s.l.], v. 18, n. 2, p.149-160, 29 nov. 2018. <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/3446>.
- LOPEZ, D. C. **Radiojornalismo hipermidiático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all News brasileiro em um contexto de convergência tecnológica.** São Paulo: Labcom Livros, 2010.
- MANN, Thomas. **Ouvintes alemães!: discursos contra Hitler (1940-1945).** São Paulo: Zahar, 2009.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** Tradução: Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.
- MARTINS, Gilberto Andrade; THEÓFILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- MENESES J.P. **Sobre a necessidade de conceptualizar o fenómeno das fake news** an Special Issue. Licensed under the Creative Commons. ISMAI - Instituto Universitário da Maia. 2018
- MÜLLER, Luiz. **Os 11 princípios do ministro da propaganda nazista, Joseph Goebbels.** 2017. Disponível em: < <https://luizmuller.com/2017/02/04/os-11-principiosdo-ministro-da-propaganda-nazista-joseph-goebbels/>> Acesso em julho de 2021.
- NIELSEN, R. K.; GRAVES, L. **News you don't believe: Audience perspectives on fake news.** News you dont believe audience perspectives fake news. 2017. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/>. Acesso em 04 jul 2021
- OLIVEIRA, C. F; GLANZMANN, J. H. Jornalismo na era da Web 2.0. **CES Revista**, v. 24, Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <[https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2010/06\\_COMUNICACAO\\_jornalismoaeradaweb.pdf](https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2010/06_COMUNICACAO_jornalismoaeradaweb.pdf)>. Acesso em julho de 2021.
- OLIVEIRA, H. M. G. Uma reflexão teórica sobre o furo de reportagem a partir da lógica de distribuição de conteúdos das agências de notícias nacionais no interior dos conglomerados de mídia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11 n. 2, jul/dez 2014. ISSN 1984-6924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/1984-6924.2014v11n2p584/28243>>. Acesso em julho de 2021.

- PENA, L. P. J. *Fake news: uma breve análise acerca de sua trajetória internacional, consequências políticas e perspectiva jurídica*. **Revista Dizer**, v. 3, n. 1, 2018.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2018
- PERLES, J. B. **Comunicação: conceitos, fundamentos e história**. BOCC, 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf>>. Acesso em julho de 2021.
- PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito digital**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- POST-TRUTH**. Oxford Dictionary. 2016. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/post-truth>. Acesso em: 01 ago. 2018.
- PRODANOV, Clber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª Edição. Novo Hamburgo: Feevale, 2013
- RADUTZKY M. **Fake news: o que são e como combatê-las**. Disponível em: <https://blog.juriscorrespondente.com.br/fake-news-o-que-sao-e-como-combate-las/>. Acesso em 04 jul. 2021
- ROWLEY, Anna. *Leadership therapy: inside the mind of microsoft*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.
- SAKAMOTO, Leonardo. **O que aprendi sendo xingado na Internet**. São Paulo: Leya, 2016.
- SC. **INSIGHTS**. The science of fake news. SOCIAL SCIENCE. A multidisciplinary effort. 2021. Disponível em: <http://pike.psu.edu/classes/ucas/2018-summer/p/science-fake-news-2018.pdf>. Acesso em 04 jul. 2021
- SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 34. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2010.
- SILVA, R. C. **História do Jornalismo: evolução e transformação**. Revista Temática, ano VIII, no 7, jul/2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/viewFile/23677/12984>>. Acesso em julho de 2021.
- SOUZA, D. P. *Trajетória Histórica do Jornal Empresa: das Origens aos Conglomerados de Mídia*. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, V Congresso Nacional de História da Mídia - São Paulo, maio/jun 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/Trajectoria%20Historica%20do%20Jornal%20Empresa%20das%20Origens%20aos%20Conglomerados%20de%20Midia.pdf>>. Acesso em julho de 2021.
- STAFFORD, Tom. 'Ilusão da verdade': a importância da repetição para o sucesso das mentiras. G1 MUNDO. Rio de Janeiro, 15 dez. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/ilusao-da-verdade-a-importancia-da-repeticao-para-o-sucesso-das-mentiras.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- THE ECONOMIST. **Art of the lie**. Disponível em: <<https://www.economist.com/leaders/2016/09/10/art-of-the-lie>>. Acesso em agosto de 2021.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular. 2005.

# 6

## COMPORTAMENTO DE BUSCA DA INFORMAÇÃO DE ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

Jheny Kassia Teixeira Ribeiro

Bacharel em Biblioteconomia - Universidade Federal de Rondonópolis

### 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou investigar como estava sendo o comportamento de busca de informação de alunos de graduação do curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Rondonópolis, como estes estudantes estavam fazendo suas pesquisas, em quais plataformas, ou até mesmo em quais locais, uma vez que as aulas remotas permitem estarem em qualquer cidade do País.

A busca por informação acadêmica pode ser feita em diversos locais, plataformas e formatos. Quando há uma necessidade de informação a ser suprida é preciso que haja também meios para chegar à resposta. É por meio desse ato de pesquisar que um indivíduo demonstra seu comportamento.

Nas universidades brasileiras precisa haver pelo menos uma biblioteca com acervo que supra as necessidades dos cursos e que ofereçam treinamentos para os usuários fazerem suas próprias buscas. Na Universidade Federal de Rondonópolis há a Biblioteca Central com acervo físico, porém em decorrência da pandemia de COVID-19 ela estava parcialmente aberta para empréstimo de livros e dezembro de 2020 os estudantes puderam contar com duas plataformas de livros digitais.

Surge deste fato a necessidade de compreender: 1 - Qual o comportamento de busca e uso da informação pelos discentes do curso de licenciatura em História? e 2 - Quais as plataformas digitais utilizadas por estudantes de graduação da UFR para fazerem suas buscas de informação?

Desse modo, o objetivo geral dessa pesquisa foi identificar o perfil de comportamento de busca e uso da informação dos discentes do curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Rondonópolis. Tendo como objetivos específicos:

1. descrever o contexto em que os estudantes da UFR estão inseridos;
2. identificar os mecanismos de busca da Informação e materiais para estudo;
3. traçar a utilização da biblioteca da UFR.

## 2 COMPORTAMENTO HUMANO NA VISÃO DA PSICOLOGIA

O comportamento de uma pessoa é desenvolvido no decorrer da vida, isso pode mostrar como irá estudar, trabalhar, se relacionar com outras pessoas além de suas características pessoais (personalidade), basicamente “pode-se entender o comportamento como a maneira de agir ou portar-se” (LEITE, 2020, p. 24).

A palavra comportamento é usada pela sociedade no dia a dia para descrever ações de pessoas, mas ela é também um objeto de estudo para a psicologia. Todorov (2019) argumenta que o comportamento está ligado a algo que acontece antes da ação, aquilo que a pessoa necessita fazer e só assim poderá exteriorizar:

Comportamento é a variável dependente da psicologia, o objeto de estudo a ser entendido/explicado. Salivar é comportamento, mas o cão saliva pelo que acontece antes? Se o menino corre porque foge e se o cão saliva porque viu sua ração temos o mesmo tipo de explicação para esses comportamentos? (TODOROV, 2019, p. 35).

Essa apresentação serve para mostrar que o comportamento está ligado não somente a uma necessidade do indivíduo, mas ao que acontece antes, em que salivar e correr, como no exemplo, precisou que algo acontecesse no ambiente para que a ação ocorresse.

Para Miltenberger (2020, p. 23) o modo como cada pessoa vive na sociedade é a ação decorrente de fatores externos, como o lugar que vive, as relações estabelecidas com outras pessoas e que assim forma a personalidade.

Na ciência do comportamento humano há a psicologia behaviorista que se preocupa em estudar como o ambiente externo age sobre o indivíduo e a psicologia cognitiva que estuda o que acontece internamente na pessoa. Para fins de se entender a psicologia do comportamento é preciso identificar algumas características (MILTENBERGER, 2020)

- a. o que as pessoas fazem e dizem?
- b. há como medir sua frequência?
- c. pode ser observado e portanto, relatado?
- d. o comportamento modifica o meio e as pessoas e que o contrário acontece podendo modificar o comportamento?
- e. pode-se haver o comportamento evidente ou oculto?
- f. em que evidente pode ser uma ação e oculto algo que não se vê, como o pensamento?

As características citadas por Leite (2020) são:

- a. observar e definir o comportamento, sua causa e consequência;
- b. precisa ser visto como parte apenas de um indivíduo;
- c. o ambiente interfere no comportamento;

d. interesse do indivíduo em modificar as causas que geram algum tipo de problema;

Enfim, a identificação dessas características é importante na Psicologia para o tratamento de doenças ou modificar um comportamento individual que atrapalha o dia a dia de uma pessoa.

### 3 COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

Comportamento organizacional está ligado ao indivíduo que forma um grupo de pessoas dentro de uma organização. Esses indivíduos sofrem influências do ambiente e influenciam no desempenho de tarefas na organização.

A preocupação do bem-estar do funcionário começou a ser estudada por “taylorismo, fordismo e a teoria de Fayol, grandes pensadores da administração” (CINTRA; DALBEM, 2016, p. 22), em que a jornada de trabalho é diminuída e há qualificação do trabalhador dentro da organização.

O comportamento organizacional não é uma ciência em si, mas é uma área que engloba outras disciplinas. A administração que é a área que estuda o comportamento organizacional, formava profissionais mais tecnicistas. Porém os problemas que surgiam nas organizações não estavam somente ligados a números, mas também decorrentes das pessoas que trabalham nela.

Diante disso, os estudos focam para o comportamento individual que cada pessoa possui. São personalidades inerentes de cada indivíduo que precisam se encaixar nos valores, morais e costumes da organização para que ela atinja seus objetivos.

Chiavenato (2021, não paginado) traz a ideia de que na vida profissional independente da carreira é preciso entender as interações dentro das organizações. “é preciso saber lidar com pessoas de diferentes personalidades e saber se relacionar e se comunicar com elas.”

- a. as características do comportamento organizacional, apontadas por Chiavenato, são voltadas para entender as relações estabelecidas na organização.
- b. é uma área aplicada em colocar em prática as ações de colaboradores para que eles se desenvolvam pessoalmente e assim a organização prospera.
- c. apesar de não ser uma ciência propriamente dita, o comportamento organizacional se baseia em métodos científicos.
- d. as organizações não são estáticas pois são pessoas que trabalham nelas, sendo assim o comportamento organizacional vem para estabelecer uma relação entre as duas.

## 4 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

A todo momento estamos buscando ou recebendo informações dos mais variados tipos e variadas fontes seja em plataformas digitais, bibliotecas, rádio, TV, com outras pessoas etc. A necessidade de obter informação pode ou não ser preenchida de forma satisfatória, também pode ou não ser uma necessidade real.

Lins citado por Cunha, Amaral e Dantes (2015), aborda o conceito de necessidade como algo que precisa existir para realizar as mais diversas tarefas, e que para um pesquisador, por exemplo, essa necessidade precisa ser proveitosa para desenvolver suas pesquisas, por isso a necessidade surge de modos diferentes para cada indivíduo.

Além disso, dizer que existe uma necessidade a ser suprida não quer dizer que as respostas vão ser satisfatórias, podendo até mesmo surgir outras necessidades ou sendo preciso executar outras buscar.

Quando há necessidade de informação ela se torna uma lacuna e na ação de buscar por respostas é onde o indivíduo mostra um comportamento de busca e uso da informação, sendo esse um dos objetos de estudo de pesquisadores da ciência da informação.

Para falar de comportamento informacional é preciso mostrar que inicialmente esse termo não existia, mas estava presente em tópicos de estudos de usuários.

Embora se observe no Brasil, nos últimos anos, a emergência de pesquisas intituladas Comportamento Informacional de Usuários, em geral tais investigações ainda são conhecidas como “estudos de necessidades”, contidos no tópico “estudos de usuários (GASQUE, 2010, p. 21).”

Os primeiros estudos não focavam em estudar os usuários real e potencial da biblioteca, mas em estudar o modo como os pesquisadores faziam pesquisas para que assim melhorassem os serviços e produtos da biblioteca. Para Wilson (apud SILVA et al, 2020) já se começava a ter uma preocupação em como os usuários utilizavam da informação em suas áreas. Além disso, o termo de estudos de usuários surge “em 1960 substituindo o conceito levantamento bibliográfico” (PINTO; ARAÚJO, 2019, p. 16).

Depois esses estudos como Wilson observou, começam a serem voltados para entender como surge a necessidade, como o usuário faz sua busca e usa a informação. Assim o comportamento informacional segundo Gasque (2010, p. 21) é oriundo de lacunas não respondidas dos estudos de usuários “constituindo uma evolução desses estudos.”

São os estudos de T. D. Wilson que começaram a ter um novo rumo para estudar o comportamento de indivíduos. Ele traz a ideia de que os estudos devem ser do campo de comportamento humano, pois estuda o cognitivismo do usuário, e assim ter o nome de comportamento

informacional. Se o usuário possui noção de que há uma necessidade a ser suprida, é onde ocorrerá a busca e uso (GASQUE, 2010, p. 22).

Ainda falando dos conceitos de Wilson nas definições de comportamento informacional, observa que todas elas estão centradas nas ações individuais do comportamento de usuários (WILSON apud SILVA et al, 2020):

- a) comportamento informacional: o modo como o usuário interage com os meios de informação; todas as ações, ou não, que um indivíduo realiza para buscar a informação
- b) comportamento de busca da informação: a ação de buscar não significa que ao final terá as repostas necessárias, podendo surgir outras;
- c) comportamento de pesquisa de informação: interação que o indivíduo faz consigo mesmo ao realizar a busca;
- d) comportamento do uso da informação: constitui o conjunto dos atos físicos e mentais e envolve a incorporação da nova informação aos conhecimentos prévios do indivíduo;

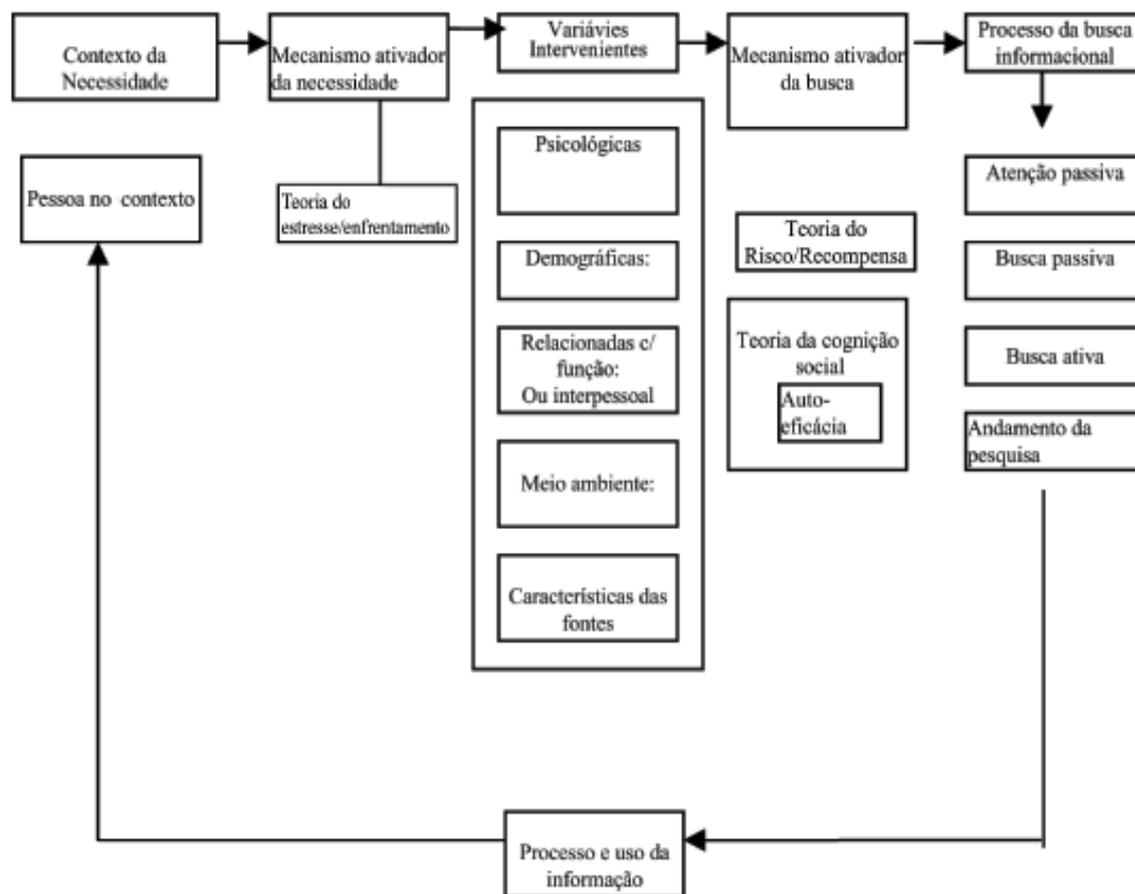
Para estudar e entender como se dá o comportamento informacional de um indivíduo, há modelos que não necessariamente precisam ser seguidos para explicar todas as etapas, mas podem ser usados como base para explicar o ambiente que o usuário pertence, “sem avançar em aspectos mais aprofundados que possibilitem a construção efetiva de um corpo teórico-conceitual” (SILVA et al, 2020, p. 5).

O primeiro modelo proposto por Wilson em 1981, traz a ideia de que a necessidade de informação não é inicial e que um usuário pode fazer buscas não só em sites mas também com outras pessoas (SILVA et al, 2020).

O segundo modelo aborda os aspectos de comportamento informacional mediante aos sistemas utilizados. Isso leva em consideração o ambiente, o papel social e o próprio indivíduo. No último modelo de Wilson é usado como base os modelos anteriores e traz a ideia de uma retroalimentação do sistema que é feita quando o usuário consegue as respostas esperadas (SILVA et al, 2020).

Nesse modelo de comportamento informacional revisado por Wilson e Walsh em 1996, é levado em consideração o indivíduo na sua busca pela informação. As formas que é encontrada a informação também é um ponto importante, já que podem servir como barreiras para a procura (busca) e processamento da informação. O indivíduo também é capaz de perceber sua necessidade para iniciar uma ação: a busca.

Figura 1: Modelo de comportamento informacional de T. D. Wilson revisado em 1996



Fonte: Martínez-Silveira e Oddone (2007, p. 123).

O modelo de Kuhlthau foi elaborado em 1991 para estudar o comportamento de busca e uso da informação (*ISP- Information Search Process*) em estudantes de graduação (COSTA; PIRES, 2014, p. 161). O seu modelo é considerado como uma abordagem construtivista, “em que o conhecimento não é visto como acabado, constituindo-se das interações do indivíduo com o meio pelo uso da linguagem (GASQUE; COSTA, 2010, p. 27).”

O modelo mostra o começo da busca pela informação, quando o indivíduo percebe que há uma lacuna a ser preenchida, com cada etapa dos estágios gerando um sentimento que leva a próxima. A necessidade de informação é vista como um estado de incerteza que pode causar ansiedade e falta de confiança. Mas a “incerteza é um estado natural, principalmente nas primeiras etapas do processo de busca de informação (GONZÁLEZ-TURUEL apud CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015, p. 107)”.

Figura 2: Processo de busca de informação de Carol Collier Kuhlthau em 1991

Estágios do ISP	Sentimentos com um a cada estágio	Pensamentos comuns a cada estágio	Ações comuns a cada estágio	Tarefa apropriada de acordo com o modelo de Kuhlthau
1. Início	Incerteza	Generalizados	Buscando informações gerais	Reconhecer
2. Seleção	Otimismo	-----	-----	Identificar
3. Exploração	Confusão / Frustração / Dúvida	-----	Buscando informações relevantes	Investigar
4. Formulação	Clareza	Específicos / Claros	-----	Formular
5. Coleta	Senso de direção / Confiança	Aumento do Stress	Buscando informações focadas	Coletar
6. Apresentação	Alívio / Satisfação ou Frustração	Focado	-----	Completar

Fonte: Kuhlthau (1991).

O destaque desse estudo é que não é levado em consideração os sistemas utilizados, mas os próprios usuários em que sua personalidade desencadeia um tipo de busca podendo ser diferente em cada pessoa.

Os estudos orientados pelo ponto de vista cognitivo reconhecem que as necessidades de informação ocorrem tanto no âmbito cognitivo quanto no sociológico. As pesquisas buscavam conhecer as características únicas de cada usuário e o processo cognitivo comum à maioria deles, abordando questões como categorização técnica, memórias de curto e longo prazos, estilos de aprendizagem, motivação, tipos de personalidades e fatores semânticos (HEWINS apud GASQUE; COSTA, 1990).

Nesse processo, pode ser desenvolvido meios de recuperar a informação fazendo com que, se a necessidade for suprida, altera o conhecimento podendo gerar outros. Além disso, o modelo pode ser aplicado em qualquer ambiente de pesquisa (COSTA; PIRES, 2014, p. 165) uma vez que o indivíduo pode encontrar soluções para resolução de problemas.

## 5. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de natureza aplicada que tem o objetivo de gerar conhecimento para dar uma resposta a um problema surgido, além de poder observar seus resultados. Quanto a abordagem a pesquisa é quantitativa, pois busca analisar dados obtidos em números e mostrá-los estatisticamente em porcentagem nas tabelas.

A pesquisa quanto aos fins para investigação científica quantitativa é identificada como descritiva. Sendo a pesquisa descritiva aquela que busca caracterizar e identificar opiniões de um determinado grupo que neste caso são os discentes do curso de graduação de História da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

A pesquisa de campo foi o meio utilizado para obtenção dos dados, neste quesito utilizou-se como instrumento de coleta de dados um formulário hospedado no Formulários Google contendo 8 perguntas fechadas, o qual foi enviado aos discentes do curso de História da UFR via WhatsApp

A aplicação aconteceu entre os dias 14 a 18 de junho de 2021. A opção de enviar o formulário por intermédio de um aplicativo de troca de mensagem se deu por meio da facilidade de a maioria dos estudantes usarem tal aplicativo para participar de grupos do próprio Curso. O link do formulário foi enviado para o Coordenador do Curso que repassou para o grupo dos estudantes.

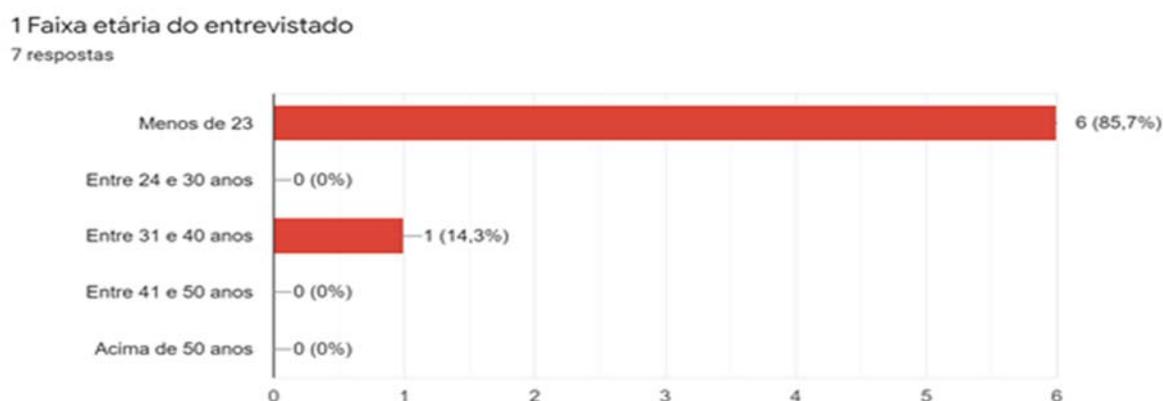
## 6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE

As análises estão divididas por categorias, de acordo com as características intrínsecas de cada pergunta, a saber: a) Perfil dos participantes; b) Busca da informação; c) Obtenção dos documentos para estudo; d) Utilização do acervo de livros da biblioteca. Iniciaremos a análise pela categoria Perfil dos participantes, sendo as demais analisadas na sequência.

### Perfil dos Participantes

Entre os sete participantes da pesquisa, detecta-se que seis (85,7%) possuem idade inferior a 23 anos e, apenas 1 participante (14,3%) tem idade entre 31 e 40 anos (Figura 3). Enquanto que a Figura 4 explicita que todos os participantes da pesquisa estavam residindo em Rondonópolis no momento da pesquisa.

Figura 3 - Faixa etária dos entrevistados

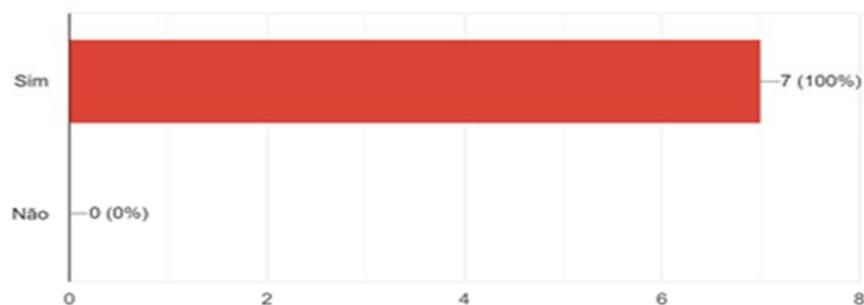


Fonte: Dados da Autora.

Figura 4 - Local de residências dos entrevistados

2 Você está residindo em Rondonópolis?

7 respostas



Fonte: Dados da Autora.

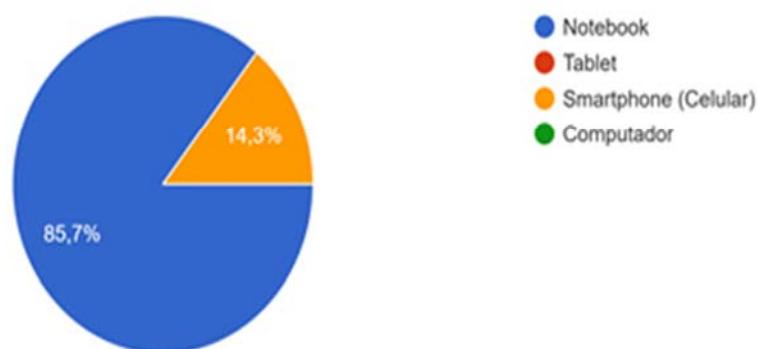
### Busca da Informação

Durante o período pandêmico a UFR ofereceu aulas remotas para os estudantes, as aulas eram online e os estudantes poderiam acessar de dispositivos móveis ou pelo computador. Na Figura 5 é indicado que a maioria dos estudantes acessavam as aulas pelo notebook (85,7%) e smartphone (14,3%).

Figura 5 - Dispositivos utilizados para as aulas remotas

3 Dispositivos utilizados para as aulas remotas?

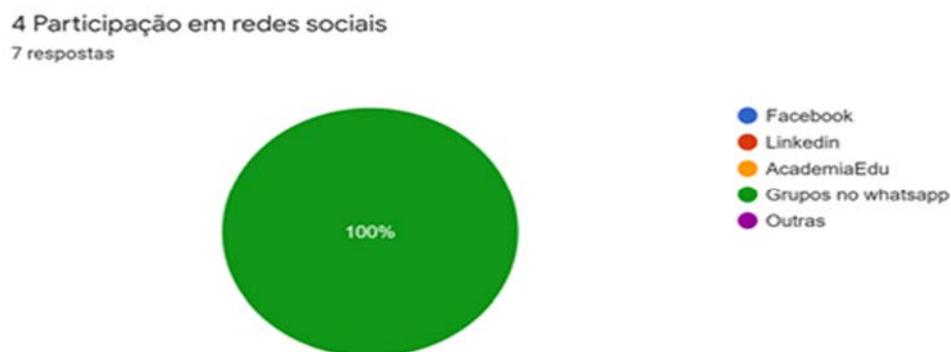
7 respostas



Fonte: Dados da Autora.

Quanto a participação em redes sociais, a Figura 6 preconiza que todos os estudantes utilizavam aplicativos de mensagens (100%), pois geralmente esse tipo de aplicativo possui facilidade de acesso e rápido tempo de visualização, leitura e resposta.

Figura 6 - Participação em redes sociais

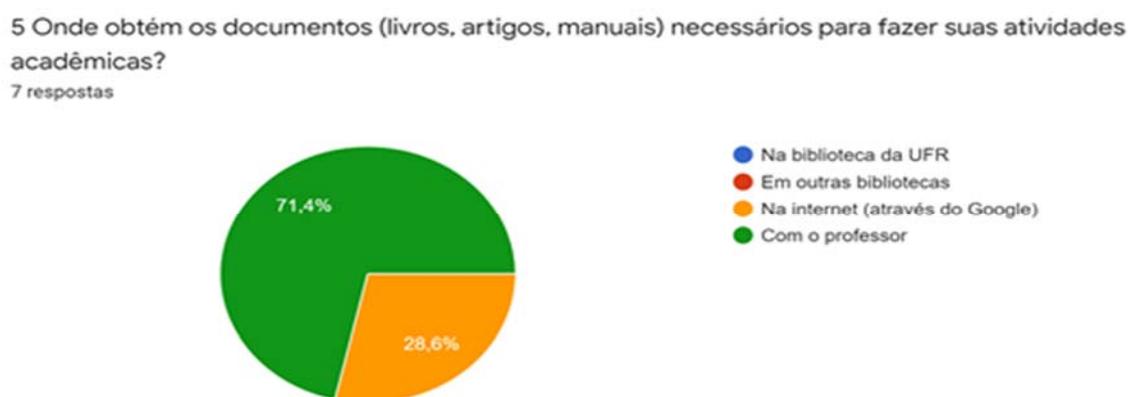


Fonte: Dados da Autora.

### Obtenção dos Documentos Para Estudo

A maioria dos entrevistados (71,4%), durante o período das aulas remotas obtiveram os documentos para estudos com o professor da disciplina, enquanto que 28,6%) obtiveram por meio de pesquisa na Internet (Figura 7). Durante o período de aula remota do ano letivo de 2020, a Biblioteca da UFR esteve aberta para atendimento de estudantes, mas com restrições, realizando apenas empréstimo e recebendo devolução de livros.

Figura 7 - Local de obtenção dos documentos para estudo



Fonte: Dados da Autora.

Identificamos que os documentos demandados pelos entrevistados em suas buscas na Internet para atender às necessidades informacionais foram: artigos apresentados em eventos e materiais didáticos no AVA ambas com 28,6% das indicações, enquanto que os periódicos da área; as teses e dissertações e os documentos avulsos na Internet obtiveram cada qual 14,3% das indicações (Figura 8).

Figura 8 - Documentos acessados na Internet

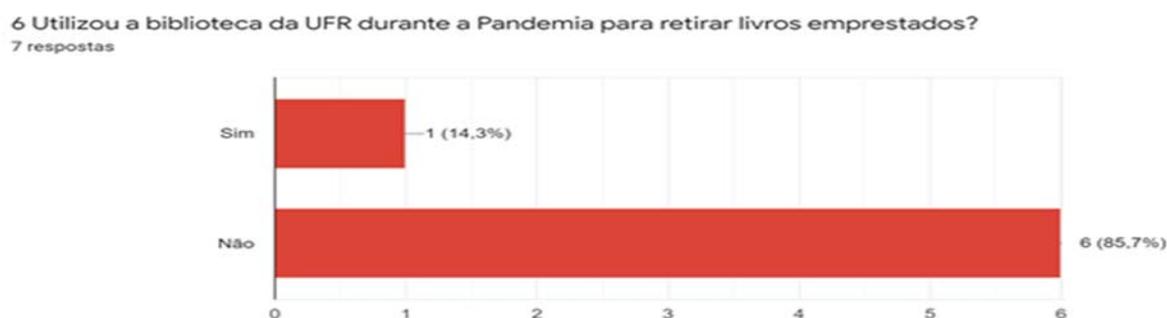


Fonte: Resultado da pesquisa.

### Utilização do Acervo de Livros da Biblioteca

Durante a pandemia e especificamente durante as aulas remotas o atendimento da Biblioteca da UFR ao público regular esteve suspenso por causa da pandemia de Covid-19, e os estudantes podiam apenas pegar livros emprestados e devolve-los em horários pré-determinados. Nesta situação, identifica-se a partir da Figura 9 que apenas um estudante (14,3%) utilizou a Biblioteca da UFR durante a pandemia para fazer empréstimo presencial de livro enquanto que seis (85,7%) estudantes não utilizaram a Biblioteca para realizar empréstimos presenciais.

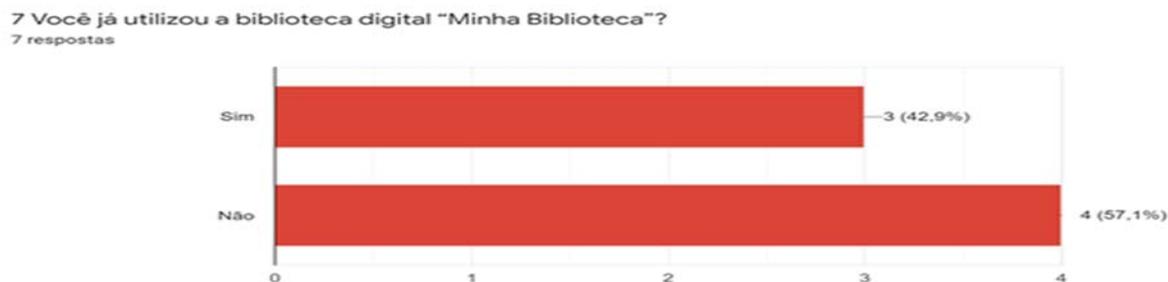
Figura 9 - Utilização da Biblioteca da UFR



Fonte: Dados da Autora.

Ciente e diante da baixa utilização da Biblioteca para efetivar empréstimos presenciais, em dezembro de 2020 a Biblioteca da UFR contratou o serviço de provedor de conteúdo Minha Biblioteca que é uma plataforma digital de livros e a partir de janeiro de 2021 contratou o serviço da Biblioteca Digital Saraiva (BDS). A partir daí, na Figura 10, detecta-se que apenas três entrevistados (42,9%) já acessaram e utilizaram os acervos das Minha Biblioteca ou da Biblioteca Digital Saraiva e, quatro entrevistados (57,17) ainda não utilizaram estes serviços digitais.

Figura 10 - Utilização dos acervos digitais de livros



Fonte: Resultado da pesquisa.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um total de cinquenta discentes cadastrados no WhatsApp da Coordenação do curso de História da UFR, apenas sete discentes concordaram em participar da pesquisa. Isso pode ter acontecido por vários motivos, como achar que o questionário tomaria muito tempo ou não querer responder.

Cabe ressaltar que talvez os estudantes ainda tenham dúvidas em relação à Biblioteca Virtual uma vez que a pergunta sobre os documentos buscados na Internet para atividades acadêmicas (Figura 8) há a opção de ebook, porém ninguém votou nesta opção.

A maioria dos discentes consegue os materiais de estudo com o professor. O fato de professores disponibilizarem esses materiais de estudo implica em uma baixa utilização do empréstimo físico de livros bem como na baixa frequência de utilização dos serviços de provedor de conteúdo Minha Biblioteca e Biblioteca Digital Saraiva.

No momento pandêmico em que se vive, é necessário utilizar os meios digitais para os estudos continuarem sem que haja maiores prejuízos de ensino e aprendizagem. Por isso é justificável que os estudantes, em sua maioria, não utilizem a biblioteca para retirar livros presencialmente, mas havia a opção de utilizar os ebooks disponibilizados pela Biblioteca da UFR e esta ação foi pouco explorada pelos discentes, provavelmente por desconhecerem o serviço.

Apesar de pouquíssimos participantes, pode-se traçar o perfil dos estudantes mostrando que estes precisam de mais orientação para utilizarem as plataformas dos serviços dos provedores de conteúdo Minha Biblioteca e Biblioteca Digital Saraiva.

## REFERÊNCIAS

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Atlas, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução ao comportamento organizacional. In: \_\_\_\_\_. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. 4. ed. São Paulo: GEN, Atlas, 2021.

CINTRA, Josiane; DALBEM, Eloísa. O indivíduo e a sociedade. In: \_\_\_\_\_. **Comportamento organizacional**. Londrina: Editora e distribuidora educacional., 2016.

COSTA, Elisângela Silva da; PIRES, Erik, André de Nazaré. O comportamento no processo de busca da informação por meio das tecnologias da informação e comunicação: um estudo de caso sobre os discentes da Faculdade de Biblioteconomia no Estado do Pará. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 3, p. 149-188, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/MvnbwcYydX9YmdxCpNgRGNd/?lang=pt>. Acesso em: 3 de jun. 2021.

CUNHA, Murilo Bastos; AMARAL, Sueli Angelica do; Dantas, Edmundo Brandão. **Manual de estudos de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

GASQUE, K. C. G. D.; COSTA, S. M. de S. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 1, 23 nov. 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1285>. Acesso em: 10 maio 2021.

LEITE, Luciano S. **Psicologia comportamental**. São Paulo: Érica, 2020.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha; ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 2, p. 118-127, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/KrG78hPcXjDbCyKLHWMcKNP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 maio de 2021.

MILTENBERGER, Raymond G. **Modificação do comportamento: teoria e prática**. São Paulo: Cengage, 2020.

PINTO, F. V. M.; ARAÚJO, C. A. V. Estudos de usuários: quais as diferenças entre os conceitos comportamento informacional e práticas informacionais? **Ciência da Informação em Revista**, v. 6, n. 3, p. 15-33, 2019. DOI: 10.28998/cirev.2019v6n3b. Acesso em: 6 maio 2021.

SILVA, F. S.; BARRETO, D. Q.; NUNES, J. V.; CAVALCANTE, L. E. T. d. Wilson e sua contribuição à ciência da informação: análise sobre o conceito de comportamento informacional. **Ponto de Acesso**, v. 14, n. 1, p. 2-19, 2020. DOI: 10.9771/rpa.v14i1.26610. Acesso em: 10 maio 2021

TODOROV, João Claudio. **Análise do comportamento: processos e procedimentos**. Brasília: TechnoPolitik, 2019. Disponível em: <http://technopolitik.com.br/files/TodorovColetanea.pdf>. Acesso em: 14 maio de 2021.

## 7

# REVITALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MANOEL SEVERINO DA SILVA

Joseana Barbosa dos Santos

Bacharel em Biblioteconomia - Universidade Federal de Mato Grosso

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou evidenciar o projeto de revitalização da Biblioteca Pública Municipal Manoel Severino da Silva, localizada no bairro Vila Operária, em Rondonópolis-MT. Por estar inserida no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Mato Grosso ela teve direito a receber os recursos previstos na lei 10.218/2014.

Diante da realidade vivida nas bibliotecas públicas e do sonho de torná-las modernas e atrativas para toda a comunidade, resultando no aumento da frequência dos usuários, na expansão do acervo literário, maior incentivo à leitura e proporcionando livros atualizados que contribuam para a formação de leitores, as bibliotecas públicas enfrentam diversos desafios como:

- a) falta de investimento;
- b) falta de profissionais qualificados
- c) desconhecimento a respeito do funcionamento de uma biblioteca como equipamento cultural; deixando a maioria da população com uma imagem negativa desse setor/serviço.

Na tentativa de mudar essa realidade, o Sistema Estadual de Bibliotecas de Mato Grosso (SEBPMT) criou em janeiro de 2017 o projeto REVITABIBLIOTECAS/MT, o qual objetivava estruturar, ampliar e melhorar o acesso à informação, livro, leitura e utilização dos espaços através da ativação, revitalização, modernização e ressignificação de 10 bibliotecas públicas no Estado de Mato Grosso, sendo a Biblioteca Manuel Severino da Silva uma delas.

A bibliotecária Waldinéia Pereira de Almeida coordenadora do Projeto, apontou que das 154 bibliotecas cadastradas no SEBPMT, aproximadamente 80% estariam desativadas ou em funcionamento precário com instalação insatisfatória e defasadas, pois não acompanharam as necessidades e demanda dos usuários, tanto em espaço físico, mobiliário, equipamentos tecnológicos, acervo e desenvolvimento de ações pertinentes a este equipamento (ALMEIDA,

2020). As necessidades de transformações da biblioteca pública foram evidenciadas em uma palestra da qual tive a oportunidade de participar. Na ocasião participei da revitalização da Biblioteca Manoel Severino da Silva, e a partir daí surgiu a indagação: **Como o projeto foi percebido pela comunidade?**

Desse modo, mediante as mudanças realizadas por meio do projeto de revitalização da Biblioteca Manoel Severino da Silva adotou-se por objetivo geral apresentar os impactos do **projeto de revitalização sob a percepção da comunidade**, para tanto, fez-se necessário adotar os seguintes objetivos específicos:

- a) apresentar a Biblioteca Manoel Severino da Silva, contextualizando os motivos que levaram à revitalização.
- b) compreender o que mudou na Biblioteca depois de ser revitalizada;
- c) avaliar a satisfação dos usuários em relação as mudanças feitas.

A necessidade de compreender as mudanças feitas na biblioteca é de interesse social, pois, se trata de um instrumento cultural que estava preste a fechar suas portas, já que a biblioteca estava esquecida pelo poder público e subsequentemente enfraquecida frente aos usuários e pouco frequentada pela comunidade. Contudo, ao ser revitalizada pelo SEBPMT justifica-se o interesse por esta temática na intenção de evidenciar essas mudanças, buscando compreender o grau de satisfação dos usuários e acompanhando possíveis novas revitalizações.

Para que a análise pudesse ser executada fez-se um levantamento documental a partir de materiais fornecidos pela coordenadora do SEBPMT e responsável pelo projeto Revitabibliotecas/MT, Waldinéia Ribeiro Almeida. O método de pesquisa documental se assemelha aos métodos de pesquisa bibliográfica, mas as fontes são bem diferentes. Diante disso, citam-se a seguir os documentos utilizados no desenvolvimento desta pesquisa: relatórios, e-mails, registros, formulários, documentos do projeto, os quais permitiram ter acesso ao passo a passo do projeto de revitalização da biblioteca. Também foram utilizadas como instrumento de coleta a aplicação de uma entrevista estruturado, aplicada à gerente da Biblioteca Manoel Severino da Silva, Senhora Valtuíra Moreira dos Santos, entrevistas estruturadas aplicadas aos usuários e uma entrevista estruturada aplicada à bibliotecária Waldinéia Ribeiro Almeida.

## **2 APRESENTAÇÃO DA BIBLIOTECA MANOEL SEVERINO DA SILVA**

O crescimento do bairro da Vila Operária em Rondonópolis-MT, e o surgimento de inúmeros bairros vizinhos, despertou a necessidade de uma biblioteca pública que pudesse atender a comunidade que ali reside. Assim, através da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT) foi

criada a Biblioteca Pública Municipal Manoel Severino da Silva no distrito da Vila Operária, fundada no dia 18 de abril de 1995, localizada na rua Filinto Muller N° 1.131, em Vila Operária na cidade de Rondonópolis, MT, com a finalidade de atender a demanda local e todos os munícipes. A Biblioteca foi denominada como “Manoel Severino da Silva” uma forma de homenagear um dos pioneiros da cidade, que ao deixar sua terra e constituir família em Rondonópolis, deu inúmeras contribuições a cidade, sempre lutando em prol de melhorias e crescimento no bairro Vila Operária, engajou-se em ações sociais da Igreja São Jose Operário e juntamente com o Padre Lothar foi participante ativo na Ação Social, viabilizando inúmeros projetos.

Manoel Severino da Silva foi também presidente do Conselho da Pastoral, presidente da APM (Associação de Pais e Mestres) da Escola 1º grau São José Operário, membro do Conselho Fiscal da Escola Daniel Martins de Moura e trabalhou no Centro Social João XXIII. Foi político e sempre procurou criar ações de inclusão para os necessitados. Silva faleceu, em 04 de fevereiro de 1984, foi vítima de uma doença de estômago, deixando a Vila Operária, parentes e amigos abalados com sua partida. Em reconhecimento ao seu legado e trabalho desenvolvido em Rondonópolis, autoridades viram a oportunidade de homenagear. Assim, o tornou patrono da biblioteca distrital de Vila Operária, a partir desse momento, a biblioteca passou a ser denominada de Biblioteca Pública Municipal Manoel Severino da Silva.

Atualmente o objetivo da biblioteca é oferecer serviços de consulta local e empréstimo de livros, orientação aos usuários na utilização do acervo, levantamentos bibliográficos, dentre outros. Na biblioteca existe uma seção disponível para empréstimo domicilia, por meio da realização de carteirinha de sócio-leitor. Nessa seção, entre as obras estão clássicos da literatura brasileira e estrangeira, como: poesias, romances, contos, entre outras obras.

O catálogo do acervo da Biblioteca está em processo de informatização e teve início no ano de 2014, e o link do catálogo online está disponível para os usuários no endereço eletrônico: (<http://www.rondonopolis.mt.gov.br/Bibliivre5/single/>), o objetivo é disponibilizar o catálogo para que os usuários possam realizar consultas aos registros bibliográficos das obras disponíveis para pesquisa e também empréstimo domiciliar. De acordo com a gerente da Biblioteca, o catálogo foi estruturado utilizando o software Biblivre e os usuários podem realizar a pesquisa bibliográfica de uma forma simples, diversos campos de recuperação de uma obra, permitindo ao usuário mais autonomia durante sua pesquisa no catálogo.

### **A Revitalização da biblioteca**

A princípio o projeto da revitalização da Biblioteca Manoel Severino da Silva foi pensado pela bibliotecária Marcela Tavares à época em que foi gerente da Biblioteca (2016 – 2019). Esta

bibliotecária buscou parcerias com o SEBPMT e com outra bibliotecária, Ana Heloísa (*in memória*), que no período estava aplicando um curso sobre o processo preparatório para este projeto.

As bibliotecárias mencionadas, encontraram vários percalços, sendo que, não obtiveram apoio por parte da gestão municipal. Neste mesmo período, as bibliotecas escolares enfrentaram outro problema, a Secretaria de Educação, alegando que as bibliotecas escolares poderiam ser comandadas por pedagogos, retirou todos os estagiários de Biblioteconomia das bibliotecas das escolas municipais em Rondonópolis. Desse modo, as bibliotecas sob administração municipal passaram por inúmeras dificuldades e nenhum apoio dos órgãos municipais, as bibliotecárias não conseguiram revitalizar a biblioteca naquele momento.

Contudo, a revitalização estava se tornando algo de extrema importância, pois, já apresentava em sua estrutura física inúmeras deficiências que deveriam ser repensadas e corrigidas, como por exemplo: a climatização da biblioteca, que não contava com aparelhos de ar condicionado, e o único ventilador que tinha não dava conta de refrescar/refrigerar o local e para os usuários utilizarem o espaço da biblioteca para suas pesquisas e estudos, a troca do telhado também já estava se fazendo necessária.

Outra necessidade observada na época diz respeito a rede de Internet wi-fi, uma exigência tão requerida pela comunidade, mas não tinha resposta por parte da gestão. A biblioteca era organizada de forma tradicional. As prateleiras eram altas e juntas, sem condições para que as pessoas com necessidades especiais se locomovessem pelo o acervo. Outro problema que precisava ser solucionado era o acúmulo de livros didáticos que não serviam para nenhum propósito. Desse modo, o desbaste já se fazia necessário. As imagens abaixo dão uma ideia de como era a biblioteca antes da revitalização.

A biblioteca precisava da revitalização tanto em sua estrutura física quanto no seu acervo, e também na parte externa. Mas, para tudo isso acontecer, necessitava de ação tanto da Prefeitura quanto da Secretaria Municipal de Cultura e da iniciativa privada. Desse modo, a gerente da Biblioteca, Marcela Tavares, conseguiu doações de livros do Rotary Club de Rondonópolis e doações de dois ar split por parte do Ministério do Trabalho em Rondonópolis. Com a mudança de gestão municipal e posse do Prefeito José Carlos (do Pátio) Junqueira de Araújo em janeiro de 2017, iniciou-se o mapeamento e diagnóstico situacional da Biblioteca Municipal Manoel Severino da Silva e adesão ao projeto Revitabibliotecas/MT.

Desse modo, houve início das atividades necessárias para execução do projeto, sendo que, o primeiro passo foi entrar em contato com o município (Prefeitura, Secretaria Municipal de Cultura, e gestores das bibliotecas que seriam contempladas), assim, solicitaram ao Prefeito da época a mobilização da equipe para auxiliar durante as atividades de revitalização do espaço, e

consequentemente agendaram a data para que a equipe técnica do SEBPMT revitalizasse os espaços da Biblioteca Municipal Manoel Severino da Silva (PROJETO REVITABIBLIOTECAS, 2017).

A intenção do Projeto REVITABIBLIOTECAS era ativar os espaços das bibliotecas, reestruturando-as fisicamente e iniciando a informatização do acervo, para isso, procurou entregar para cada uma das bibliotecas selecionadas um incentivo de 30 mil para aquisição de um kit de modernização.

De acordo com a gerente da Biblioteca, a revitalização foi bem aceita pela população, mas ultimamente quem mais utiliza a Biblioteca são alunos de escolas públicas que vão até ela para realizar seus trabalhos escolares. A Biblioteca sempre procura convidar as escolas para a visita de seus alunos e participarem de projetos que são aplicados em conjunto com outros profissionais. Entre os anos de 2019 a 2020 a Biblioteca passou por alguns percalços, e teve algumas fiações roubadas, portanto, no momento (2021) ela funcionava sem o conforto do ar condicionado.

Mesmo com a revitalização da biblioteca identifica-se que o acervo não está sinalizado em cores, as portas da biblioteca não são acessíveis aos portadores de necessidades especiais, não há piso tátil, nem computadores adaptados, entre outros.

Apesar da legislação, o cenário atual sobre acessibilidade nas bibliotecas públicas brasileiras não é nada animador, conforme garante Elisa Machado, coordenadora-geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Ela explica que nas últimas décadas houve o aprimoramento da legislação relativa à inclusão das pessoas com deficiências em espaços públicos e equipamentos culturais, mas a aplicação real delas ainda é pequena. (MACHADO, 2014).

Para sanar estes e outros problemas, de acordo com entrevista da gerente Valtuira Moreira dos Santos, a Biblioteca estava aguardando uma reforma geral do prédio, “só que como necessitamos de licitação e verbas, estamos tendo dificuldades para realizar esta reforma, pois o município alega estar sem condições financeiras no momento para realizar as pendências na estrutura” ? (SANTOS, 2020).

A gerente Valtuira Moreira dos Santos, da Biblioteca Municipal Manoel Severino da Silva, relatou que:

Depois da realização do projeto a biblioteca foi modernizada, houve mudanças nos mobiliários e ampliação no espaço aos usuários. Permitiu a comunidade PNE um melhor acesso ao acervo, pois a altura das prateleiras e computadores foram repensados para que os mesmos pudessem ter condições de acessá-los. No entanto, os usuários portadores de necessidades especiais frequentam bem pouco a biblioteca, acredito que essa baixa frequência dos PNEs na biblioteca Manoel Severino da Silva seja por conta de ter a biblioteca especializada para eles a “Louis Braille”. O prédio recebeu obras de reforma, com a troca de janelas, restauração dos banheiros, pintura e instalação de novos ventiladores. No momento há três aparelhos de computador, mas já foi realizada licitação para nova aquisição e a biblioteca aguarda a chegada de mais seis aparelhos. A maioria das aquisições de obras são por doações, recentemente a biblioteca ganhou uma coleção da história de Mato Grosso

doada pelo SEBPMT. Mas, ela está aguardando a chegada de 3.000 títulos que foram comprados recentemente. A Biblioteca recebeu aparelho de ar-condicionado para melhorar a climatização para que os usuários realizem suas pesquisas e estudos com tranquilidade. O espaço também foi repensado para o público infantil, que ganhou um cantinho especial com tapetes, mesas, cadeiras e puffs. No entanto, a biblioteca ainda tem um acervo bastante reduzido para esses usuários. A biblioteca ganhou, ainda, uma sala de inclusão digital equipada com cinco computadores e o serviço de Internet para os frequentadores interessados em fazer pesquisas e estudos. O acervo de cerca de sete mil livros está à disposição da comunidade de segunda a sexta-feira, no período das 7:00 às 18:00 horas”. (SANTOS, 2020).

Foram desenvolvidos vários projetos dentro: o entanto, nenhum deles contemplam a acessibilidade. A gerente Valtúira relatou também que depois da revitalização e com diversos projetos executados, dentre eles: “Projeto tarde divertida”, “Projeto formação humana e intelectual na biblioteca”, “Projeto um escritor na biblioteca”, a Biblioteca Municipal Manoel Severino da Silva foi uma das 108 bibliotecas selecionadas em todo o país para participar do programa Conecta Bibliotecas. O programa tem como objetivo aproximar a comunidade da biblioteca, atrair novos usuários e aumentar o público para formentar o espaço cultural, especialmente jovens em situação de vulnerabilidade social. Para Valtúira Moreira dos Santos o espaço cultural terá um papel importante na vida da comunidade, “com esse programa nós traremos os jovens de volta à biblioteca, onde participarão de atividades que ajudarão a inseri-los no mercado de trabalho” (SANTOS, 2020).

### **A Biblioteca Manoel Severino da Silva e a ausência do bibliotecário**

O bibliotecário é o profissional responsável pela organização, preservação e disseminação da informação. Zela pelo acervo e todos outros tipos de documentação que compõem a Biblioteca. Para que este profissional possa atuar em bibliotecas é preciso que ele tenha diploma expedidos por escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas (BRASIL, 1962).

As bibliotecas públicas localizadas em municípios com até dez mil habitantes e cujo o acervo não ultrapasse a 200 exemplares catalogados poderão funcionar sob a supervisão de um técnico em Biblioteconomia, mas, este, precisa da formação em Biblioteconomia, estar devidamente registrado no CRB (BRASIL, 1998).

Mesmo a legislação dispendo sobre essa área de atuação para o Bibliotecário, ainda há no Brasil, inúmeras bibliotecas sendo comandadas por profissionais pedagogos e outra formações técnicas, em muitas delas os gerentes que as comandam não possui uma formação acadêmica de Biblioteconomia, como é o caso da atual gerente.

Desse modo, a Biblioteca Municipal Manoel Severino da Silva não possui um profissional bibliotecário com formação acadêmica. A ausência de concurso público para este profissional ainda

é uma realidade muito forte no município de Rondonópolis, e isso contribui para a empregabilidade de profissionais que não são da área ou que muitas vezes estão lotados na biblioteca por desvio de função.

Contudo, nesta Biblioteca em particular, a gerente tem conhecimentos biblioteconômicos por ser discente do curso de Biblioteconomia, mas que ainda não o concluiu, só que o fato de ser uma estudante da área facilita a compreensão e a aplicabilidade das regras e normas que uma biblioteca deve seguir, outro fator importante é que a gerente da Biblioteca entende a importância de desenvolver projetos que tragam os usuários para a Instituição e promoção de ações literárias.

A presença de um bibliotecário dentro de uma biblioteca é de grande importância, sendo que, este é um intermediador informacional e cultural, sua função além de cuidar do espaço físico da biblioteca é também zelar pela comunidade na qual a instituição está inserida, promovendo o desenvolvimento cultural e ações que garantem maior visibilidade a biblioteca.

#### 4 AVALIAÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL MANOEL SEVERINO DA SILVA

No intuito de esclarecer a problematização levantada por este estudo: **Como o projeto foi percebido pela comunidade?** Procurou evidenciar via entrevista, a opinião dos frequentadores da Biblioteca Manoel Severino da Silva. O questionário foi aplicado a 9 usuários da biblioteca no dia 30 de outubro de 2017.

Quanto ao primeiro item: O que você achou da biblioteca depois que ela foi revitalizada? As respostas indicam satisfação, conforme transcrição das respostas, apresentadas a seguir:

“Achei muito bom, o acervo ficou com visibilidade, espaço maior”.

“A principal mudança foi na parte da acessibilidade para cadeirantes, fora isso a informatização do acervo que ainda não está pronto, mas é um ponto a ressaltar”.

“Na estrutura achei que ficou muito mais atraente, por enquanto a revitalização trouxe vida para aquele espaço”.

“Achei muito interessante, no tamanho dos moveis reduzidos, e o espaçamento para acessibilidade e a seleção de obras”.

“Eu achei que pouca coisa mudou. A estrutura ainda continua precisando de reparos, o acervo também precisa ser melhorado. Mas a iniciativa de mudança já é um bom começo”.

“Ela precisa de melhorias, não é uma biblioteca atraente ainda, mas poderia ser, só que para isso é preciso que as pessoas percebam a importância de uma biblioteca, enquanto as pessoas e os órgãos públicos não entenderem que a

biblioteca é um instrumento educacional e cultural, esse tipo de instituição infelizmente não será valorizada, logo, não terá recursos suficientes para melhorá-la”.

“Ela foi revitalizada? Não soube”.

“Participei da revitalização, e acho que já foi um grande passo, claro que ela ainda precisa de inúmeros reparos, como por exemplo: novos acervos, equipamentos próprios para as pessoas com necessidades especiais, mas o primeiro passo foi dado”.

“Gostei das mudanças, achei que o espaço ficou melhor, um diferencial que observei na biblioteca foi que agora tem um cantinho para as crianças, antes não tinha, o que era estranho porque a biblioteca sendo um lugar de fomentação da leitura deveria ter ao menos um cantinho para incentivar novos leitores, e nada melhor do que começar com as crianças”.

Quanto ao segundo item, relacionado ao objetivo da revitalização que era estruturar, ampliar e melhorar o acesso à informação, livro, leitura e utilização dos espaços. Foi indagado aos usuários: Você acha que esses objetivos foram alcançados? Novamente as respostas indicam satisfação e que os objetivos foram alcançados, conforme transcrição das respostas, apresentadas a seguir:

“Com Certeza. Sim”.

“Ainda não, pela falta de mão de obra e de equipamentos, não adianta revitalizar se não der o suporte adequado”.

“Sim. A principal mudança foi na parte da acessibilidade para cadeirantes, fora isso a informatização do acervo que ainda não está pronto, mas é um ponto a ressaltar”.

“No meu ver o que modificou e ficou bacana, as prateleiras que foram serradas ficando mais acessível. O que eu notei foi útil ”.

“Em parte. Acho que o espaço foi sim melhorado, mas quanto ao acervo e os projetos de leitura ainda não alcançaram o objetivo”.

“Acho que ainda não. O acervo ainda tem muito o que melhorar, a estrutura ainda não é a das melhores”.

“Não. Se o objetivo era melhorar tudo isso, a única coisa que ao meu ver teve mudanças significativas foi só no espaço mesmo, o resto ainda tem muito o melhorar, principalmente o acervo”.

“Eu acho que o objetivo ainda não foi totalmente alcançado, mas acredito que o projeto RevitaBibliotecasMT não irá parar por aí, acho que vão continuar as melhorias sim, e talvez quem sabe em um futuro bem próximo poderemos finalmente ter uma biblioteca completamente revitalizada, atraente”.

“Bom! Sendo estes o objetivo do projeto, eu acho que não alcançou ainda, as mudanças que aconteceram ainda não são o suficiente para dizer que esta biblioteca está totalmente revitalizada”.

O terceiro item pretendia coletar a opinião dos usuários quando aos resultados do processo de revitalização. Desse modo, foi indagado: Na sua opinião quais melhorias ainda devem acontecer na biblioteca?

“Colocar computadores para os usuários”.

“Precisa de mais pessoas para que os projetos saiam do papel e equipamentos para que eles possam trabalhar melhor”.

“Inserção de software que agilizem os trabalhos e alcance mais interagentes pelas redes sociais”.

“Orienta os técnicos em termo de receber doação, para ter o critério de recebe-los, e da autonomia aos estagiários estudante te biblioteconomia de realizar essa seleção”.

“Cabines de leitura individual, acervos mais atraentes, contação de histórias”.

“A biblioteca tem um pátio bem grande do lado de fora, poderiam utilizar esse espaço para ampliar o lugar e adicionar cabines de estudo, sala de informática para que a comunidade menos favorecida tivesse a oportunidade de vir até a biblioteca, acessar uma Internet e fazer suas pesquisas, pois não é todo mundo que tem computador em casa, e muito menos acesso à Internet. Outra mudança que eu gostaria de ver acontecendo na biblioteca é que ela poderia ser mais viva, um lugar com menos silêncio e mais barulho cultural, teatros, danças, saraus, podiam usar este espaço do pátio e fazer uma sala acústica, ela seria um ambiente descontraído, teria vida e ao mesmo tempo teria uma sala para aqueles que quisessem e precisassem estar em silêncio”.

“Com certeza ela precisa de livros. Gostaria de ter uma biblioteca que tivesse livros atraentes, e quando eu digo livros atraentes são livros de romance, contos, crônicas, novelas, terror, ficção científica. Enfim, gostaria de ter opção na hora de escolher um livro, mas ao invés disso eu percebo uma biblioteca entupida de livros didáticos, e muitas vezes esses livros nem dá para a gente usar porque já estão super desatualizados”.

“Eu gostaria de ver acontecendo mais projetos de contação de história. Tenho duas filhas e elas gostam de participar desse tipo de projeto, quando tem contação de história na escola elas chegam animadas, contando que a aula foi engraçada e divertida, se tivesse contação na biblioteca e se fosse divulgado para a comunidade acredito que muitas crianças iam gostar”.

“Livros novos. Principalmente para as crianças, podia ter uma brinquedoteca, e um bibliotecário só para essa função, trabalhar o lúdico com as crianças”.

O quarto item diz respeito a atualização do acervo. Sendo indagado: Durante a revitalização da Biblioteca o acervo foi atualizado. O que você acha do acervo atual? Ele supre suas necessidades? Justifique sua resposta.

“Tem um acervo bom, porém precisa adquirir livros mais atuais”.

“Sobre o acervo, ainda falta muita coisa a ser melhorada, dentre os equipamentos para que possam melhorar as atividades entra os livros mais atuais, os que lá estão são antigos”.

“Em parte tem atendido. Já a reformulação do acervo deveria ter sido feita com a participação dos usuários daquele espaço”.

“Sim, foi interessante a seleção do acervo para a retirar de livros velhos que não tinha utilidades, como enciclopédia e outros, que era recebido por doação quando eu estagiava, eu presencie bastante e pessoas doando livros velhos, enchendo pasteiras sem procura nenhuma isso foi ponto positivo”.

“Não. Não supre a necessidade de quem precisa fazer pesquisas para uma área específica. Como já disse antes o acervo precisa ser melhorado”.

“Não. O acervo ainda tem que ser melhorado”.

“Eu acho que não. Pelo menos ao meu ver acho que o acervo ainda é bem fraco, tem muito o que melhorar”.

“Não. Pois já fui atrás de livros que não encontrei lá, em algumas áreas do conhecimento o acervo é bem reduzido e ao menos para mim não supriu as minhas necessidades quando precisei”.

“Que o acervo precisa melhorar disso não há dúvidas, mas venho sempre aqui estudar para concurso, não tem tudo que eu gostaria de ter, mas ajuda muito”.

O quinto e último item diz respeito a solicitação de sugestões. Sendo indagado: Deixe sua sugestão sobre as melhorias que você gostaria de ver acontecendo na biblioteca.

“Ter mais interação com a comunidade, como o dia da cultura com filmes e contação de histórias”.

“Sugiro uma compra regular e periódica para manter o acervo atualizado e se não querem contratar que façam parcerias público privadas para que os projetos possam acontecer”.

“Atendimento; inserção do bibliotecário (a), valorização do profissional bibliotecário (a), investimentos financeiro e humano, melhorias nas estruturas física, incentivo a comunidade para utilização e participação na vida da biblioteca, utilização do espaço para eventos culturais, buscar parcerias

para compor as atividades da biblioteca, otimizar os espaços físicos da biblioteca, criar meios para incentivo a leitura, etc...etc...etc...”.

“Treinamento de seleção aos técnicos, autonomia aos estagiários da área, ampliação da estrutura do prédio, software para melhora o atendimento, aplicação da acessibilidade no geral que ainda e falho, entre outros”.

“Melhorias na estrutura, e no atendimento, funcionários que tem prazer em trabalhar em um centro de informação e que torna essa informação acessível”.

“Acho que deveria ter melhorias na estrutura, tem espaço ali do lado que dava pra ser ampliado, podiam construir mais salas, trazer crianças pra cá, contar histórias pra elas, enfim”.

“Pra mim teria que mudar praticamente tudo, desde a estrutura até o acervo, a gente vê lindas bibliotecas outros lugares, acho que merecíamos uma biblioteca bem bacana, amo ler, e fico triste de ver o quanto a leitura e o lugar que promove ela é tão esquecida pelo poder público”.

“Acho que teria que ter melhorias no acervo, melhores livros para as crianças”.

“Acho que precisava de mais livros para as crianças, e mais projetos para elas”.

Ao fim das indagações, detectou-se que por mais que haja melhorias na biblioteca ela ainda precisa continuar sendo revitalizada, identificou-se também que o projeto foi bem aceito pela comunidade, mas os usuários esperam que aconteçam mais melhorias.

Muitos gostariam de ver uma biblioteca dinâmica, animada, com projetos culturais e acervos que possam de fato atrair a comunidade para dentro da Biblioteca. A revitalização da Biblioteca precisa continuar avançando, e sabendo o quê a comunidade pensa e o quê ela espera da Biblioteca é essencial para que os projetos de revitalizações futuros possam ser pensados e executados com base no que os usuários esperam ver em uma biblioteca.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças que ocorreram na Biblioteca Manoel Severino da Silva decorrentes do projeto RivitaBibliotecaMT foram bem recebidas pela comunidade, mas ainda há muito o que melhorar. Há necessidade de atualização do acervo, de mais mobiliário novo, mais pontos de acesso à Internet e com maior velocidade, entre outras melhorias.

Quanto mais investimento a Biblioteca receber, mais condições ela terá de promover o acesso à leitura, Contação de história, entre outros projetos e materiais que permitam promover oficinas de teatro, sarau e diversas exposições.

## REFERÊNCIAS

- ACESSIBILIDADE em bibliotecas. **Revista Biblio Cultura Informativa**. Rio de Janeiro. a. 4, n. 2, fev. 2014. ISSN 2238-3336 versão online. Disponível em: <https://www.biblio.info/acessibilidade-em-bibliotecas/>. Acesso em: 10 de março de 2020.
- ALMEIDA, Waldinéia Pereira de. **Entrevista concedida a Joseana Barbosa dos Santos**. Rondonópolis, 4. fev. 2020.
- ALVES, Mário J. Mobilidade e acessibilidade: conceitos e novas práticas. **Industria e ambiente**, Maringá, PR, n. 55, p. 12-14, 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/40432097/Mobilidade\\_e\\_acessibilidade\\_conceitos\\_e\\_novas\\_pr%C3%A1ticas](https://www.academia.edu/40432097/Mobilidade_e_acessibilidade_conceitos_e_novas_pr%C3%A1ticas). Acesso em: 10 mar. 2020.
- AZEVEDO, Fabiano Cataldo. 200 anos da primeira biblioteca pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. **Perspectiva em ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.17, n.2, p. 2-25, abr./jun. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362012000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362012000200002). Acesso em: 05 de março de 2020.
- BARRETO, Tatiane Lima Menezes; COUTINHO, Isa de Jesus. Avaliação de acessibilidade em biblioteca pública no estado da Bahia: discussões e reflexões. **Revista Baiana de Terapia Ocupacional**, Salvador, v.1, n. 1, p. 57-65, dez. 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/307967324\\_AVALIACAO\\_DE\\_ACESSIBILIDADE\\_DA\\_BIBLIOTECA\\_PUBLICA\\_DO\\_ESTADO\\_DA\\_BAHIA\\_DISCUSSOES\\_E\\_REFLEXOES](https://www.researchgate.net/publication/307967324_AVALIACAO_DE_ACESSIBILIDADE_DA_BIBLIOTECA_PUBLICA_DO_ESTADO_DA_BAHIA_DISCUSSOES_E_REFLEXOES). Acesso em: 09 de março de 2020.
- BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm). Acesso em: 10 mar. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm). Acesso em: 09 mar. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Brasília, 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm). Acesso em: 08 de março de 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.674, 25 de junho de 1998**. Dispõe sobre o exercício da profissão do bibliotecário e determina em outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9674.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9674.htm). Acesso em 08 de março de 2020.
- MATO GROSSO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Mato Grosso. **Projeto Revita Bibliotecas MT**, Cuiabá, MT, 2017.
- MILANESE, Luiz. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê, 2002.
- PAULA, Sonia Nascimento; CARVALHO, José Oscar Fontanini de. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v.38, n. 3, p. 3, set./dez. 2009. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652009000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652009000300005). Acesso em: 08 de março de 2020.

SANTTOS, Valtuíra Moreira dos. **Entrevista concedida a Joseana Barbosa dos Santos.** Rondonópolis, 4. fev. 2020.

## 8

# PROJETO MEMÓRIA DIGITAL: GESTÃO ELETRÔNICA DO FUNDO DOCUMENTAL DO FÓRUM DA COMARCA DE PASSOS, MG

Charles Eusébio Beirigo

Bacharel em Biblioteconomia - Universidade Federal de Rondonópolis

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios enfrentados pelas instituições públicas ou privadas são referentes aos tratamentos dados aos documentos produzidos e a incessante dinâmica de suas tarefas, que acabam por gerar enormes acervos. Muito do que se é produzido se compõe de material orgânico; papel, que embora seja muito eficaz, também é um material passível à deterioração. Quando manuseado ou armazenado imprópriamente, o seu tempo natural de vida pode ser reduzido por conta de sua natureza frágil. Então, quanto maior a quantidade de documentos, maior a necessidade de uma gestão contínua desses documentos, afim de cumprirem com seus objetivos de forma eficaz. Os objetivos vão variar de acordo com a instituição e sua especificidade.

Para o escopo desse trabalho, enfatizamos o fundo documental do Fórum da Comarca de Passos, MG que está custodiado no Centro de Memória “Antônio Theodoro Grilo” localizado na Rua Sete de Setembro no Centro de Passos, atualmente intitulado de Palácio da Cultura, sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico da Cidade. Nesse acervo encontramos documentos que com o passar do tempo, adquiriram valor probatório e histórico, visto que, os seus conteúdos apresentam informações que reconstituem e comprovam atos realizados na região, servindo como elementos da construção da memória do povo mineiro. Contudo, assim como o tempo grava nas páginas desses documentos o legado de um povo, ele também traz desafios àqueles que tem o dever de cuidá-lo.

No que tange ao setor público, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) nos diz em seu art. 216, Inciso 2º: “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta quando dela necessitem”. Assim, compreendendo ao Poder Público e seus agentes a responsabilidade da gestão documental e a guarda de todo acervo documental produzido.

Partindo desse princípio, amparado pela Constituição e em diálogo com os responsáveis pelas Secretarias competidas a área, no início da Gestão Municipal do ano de 2021 do Prefeito Diego Oliveira, foi relatado o imenso desejo de se preservar e digitalizar a história documental desse Arquivo dadas a sua importância, uma vez que o mesmo não se encontra em um bom estado de conservação, acometido por vezes as intempéries climáticas, pragas, fungos, traças, mofo, páginas amareladas entre outros fatores externos decorrentes a gestões passadas da Prefeitura ou de acomodações irregulares para sua guarda.

Diante do exposto, surgiu a proposta da Prefeitura de Passos para execução do Estágio Curricular do curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR no Palácio da Cultura e a partir daí montar o projeto: Memória digital: gestão eletrônica do fundo documental do Fórum da Comarca de Passos, MG

Por se tratar de uma atividade que precisa ser bem fundamentada e registrada enquanto processo sistemático de aplicação, é cada vez mais comum a adoção das Tecnologias da Informação, em subáreas que incluem: informática, centros de computação, teleprocessamento, bancos e bases de dados, microfilmagem, digitalização e Internet.

Nesse sentido, no âmbito do estágio do curso em Biblioteconomia, despertou a inquietação de contribuir com a estruturação do Projeto Memória Digital: gestão eletrônica do fundo documental do Fórum da Comarca de Passos, MG, fazendo observações e apontamentos, identificando às necessidades da Instituição, uma vez que, a atribuição do profissional bibliotecário se insere em um contexto semelhante ao profissional arquivista, no que tange ao sentimento, preocupação e zelo pela preservação da informação produzida e, competindo a área técnica, ressaltamos que esses profissionais estão em um processo de constante evolução, utilizando de novas tecnologias para administrarem os centros de informação da melhor forma, afim de não caírem na obsolescência e assegurando o acesso à informação para a sociedade.

A partir desse breve panorama, este trabalho teve por objetivo geral apresentar um plano para digitalização e tratamento do fundo documental do Fórum da Comarca de Passos, MG que está sob custódia do Centro de Memória “Antônio Theodoro Grilo”. Os objetivos específicos são:

- a. contextualizar a formação do arquivo do Centro de Memória “Antônio Theodoro Grilo”;
- b. compreender o processo de gestão eletrônica de documentos.

A escolha por esse tema surgiu ao identificar durante o estágio na Prefeitura de Passos as dificuldades que a Instituição tem ao tratar do assunto e temendo a perda desse acervo histórico e patrimonial. E também por ter nascido nessa cidade, me vi na situação de poder contribuir a partir desse estudo de caso, para apontar e compreender esta temática. Para que a elaboração do plano de

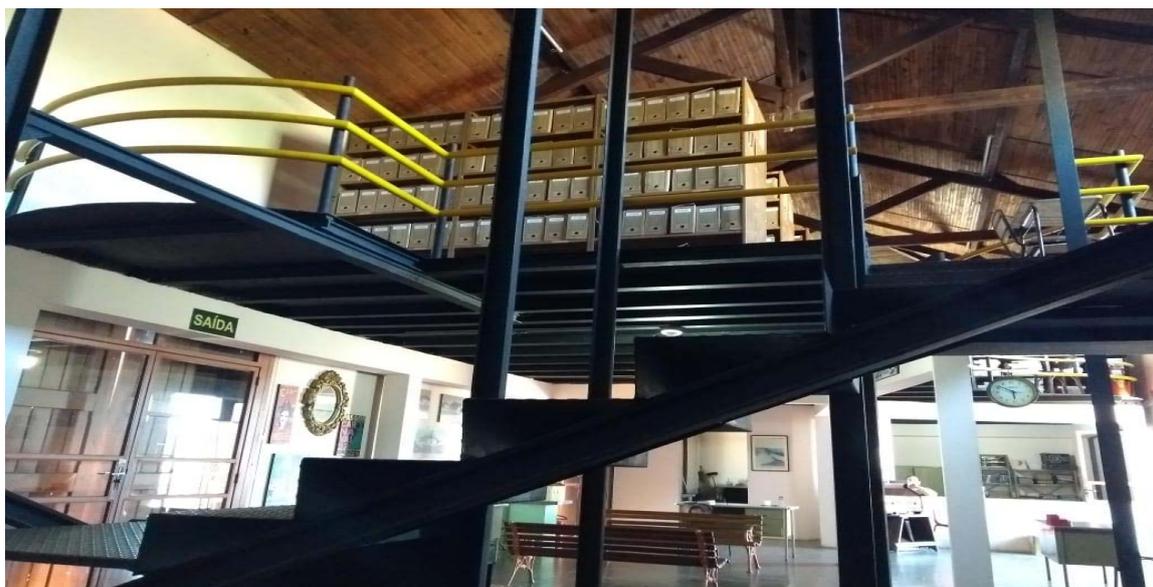
digitalização possa ser satisfatória, recorreremos a um estudo bibliográfico e documental sobre o acervo do arquivo do Centro de Memória.

Assim, diante da importância do assunto e observando que a Instituição ainda está bastante iniciante em relação a prática de gestão eletrônica de documentos, sob o viés patrimonial e sociocultural, e que deseja dar a esse acervo a importância que ele exige, decidimos executá-lo.

## **2 O ARQUIVO DO CENTRO DE MEMÓRIA “ANTÔNIO THEODORO GRILLO”**

Em agosto de 1994, com a missão de reunir, preservar e comunicar a memória histórica de Passos e da região que se insere, nasce o projeto; Estação Cultura e a implantação do Centro de Memória “Antônio Theodoro Grilo”, formalizado pelo Decreto nº93 de 1993. A ideia desse Projeto nasceu da administração pública da Cidade em decorrência do pouco que se havia feito para preservação da memória da história do Município e região, e com tal projeto prospectariam uma possível realidade de um centro de estudos acadêmicos.

Figura 1 - Fundo documental do Fórum custodiado no Palácio da Cultura



Fonte: imagem produzida pelo Autor.

Diante de tal imperativo, para o início do Projeto foi necessário um espaço adequado para reunir o acervo. Foi assim, que o complexo da antiga estação ferroviária foi o local escolhido para abrigar em seu leito esse acervo histórico. Após a restauração da antiga estação ferroviária o acervo permaneceu no Centro de Memória até fevereiro de 2021. A partir dessa data o acervo foi transferido para o Palácio da Cultura.

O Centro de Memória de Passos “Antônio Theodoro Grilo” foi instalado na antiga estação ferroviária de Passos, se constituiu da união do Arquivo do antigo Fórum que era responsável pela guarda e preservação de documentos como inventários e notícias-crimes com o quantitativo de 556 caixas-arquivos de documentos, e do Arquivo da Municipalidade que contém honrosos acervos de publicações e álbuns no qual se destacam; Álbuns de Sebastião Castejón (1900), Elpídio Vasconcelos (1920), Leonel Pretti (1936) e do Álbum do coletivo de 1984; e da História de Passos de Washington Álvaro de Noronha publicada pelo Prefeito José Figueiredo em 1969.

## 2.1 Diagnóstico da situação-problema

O local que abrigou o acervo, desde a sua primeira acomodação no ano de 1994, com o tempo foi sendo deixado de lado por aqueles que tinham a função de zelar e; a precarização do espaço da antiga estação ferroviária por viés político-administrativo se agravou pelo descaso público e privado em relação aos bens e patrimônio históricos do município.

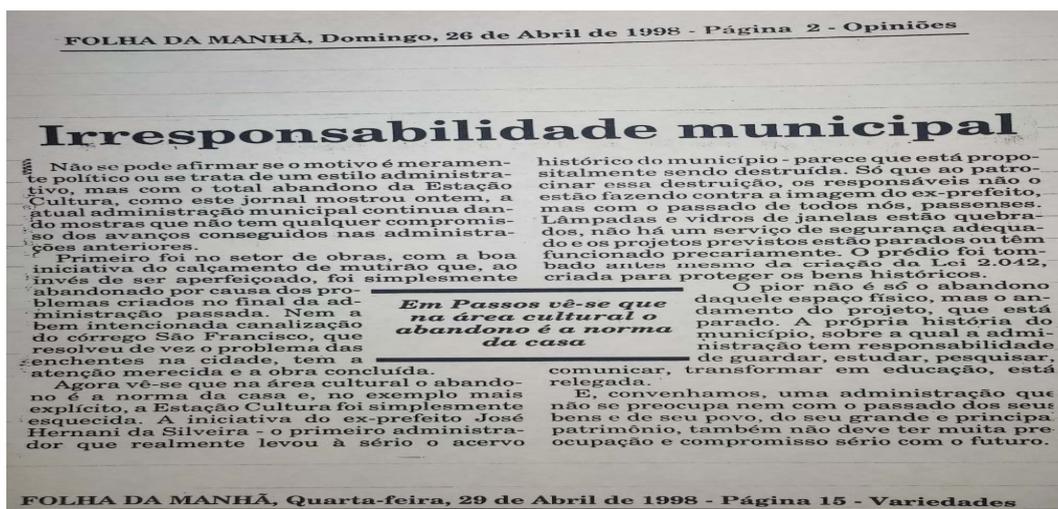
Figura 2 – Reportagem denunciando abandono da Estação Cultural.



Fonte: Jornal Folha da Manhã, 25 de abril de 1998, página 4, Cadernos Cidades.

O estado em que se encontrava o edifício impactava de forma direta na precarização da conservação do acervo abrigado, essa situação gerava uma prática funesta de esvaziamento da memória sociocultural da região, sujeitando os arquivos a deterioração por ação da chuva, acometimentos por traças, fungos e mofo.

Figura 3 - Reportagem denunciando irresponsabilidade municipal.



Fonte: Jornal Folha da Manhã, 26 de abril de 1998, página 2, Cadernos Opiniões.

Em decorrência dessa situação, que se agravava, uma diagnose imperiosa: a tomada de posição político-administrativa e a execução emergencial de ações para resguardo das heranças e tradições, desse modo, no ano de 2016, a administração pública reformou a “Estação Cultural”. Ainda que, com a restauração do local concluída, o acervo se encontrava em situação de vulnerabilidade em decorrência de duas décadas de abandono a qual foi sujeitada.

Figura 4 - Reportagem denunciando necessidade de restauração da Estação Cultural.



Fonte: Jornal Folha da Manhã, 26 de abril de 1998, página 2, Cadernos Opiniões.

Todo acervo documental se encontrava em estado físico em papel e atualmente a administração municipal se preocupa com eventual perda desse bem patrimonial. Desse modo, e em caráter emergencial, o acervo foi realocado para uma acomodação mais apropriada e atualmente está

acomodado em temperaturas ideais para sua preservação no Palácio da Cultura no centro da cidade de Passos, MG.

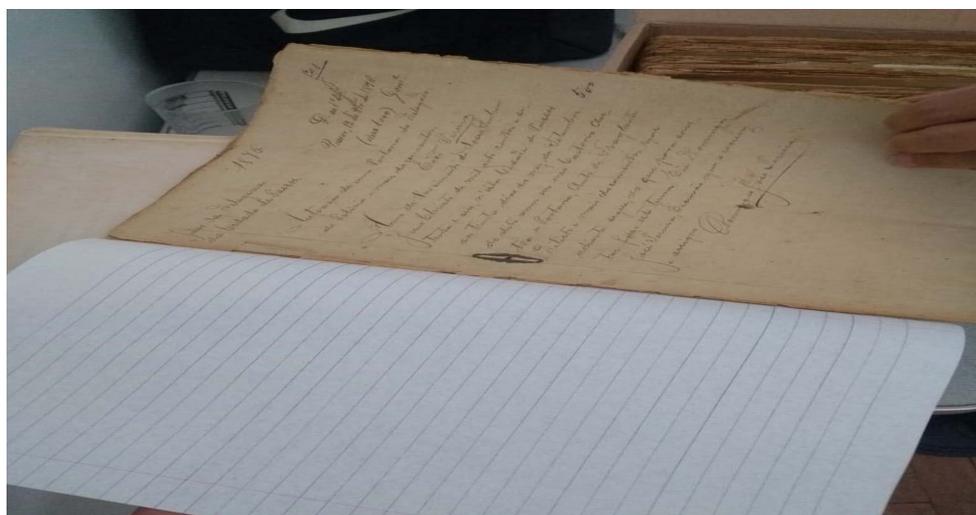
Figura 5 - Acondicionamento do fundo documental do Fórum no Palácio da Cultura.



Fonte: imagem produzida pelo Autor.

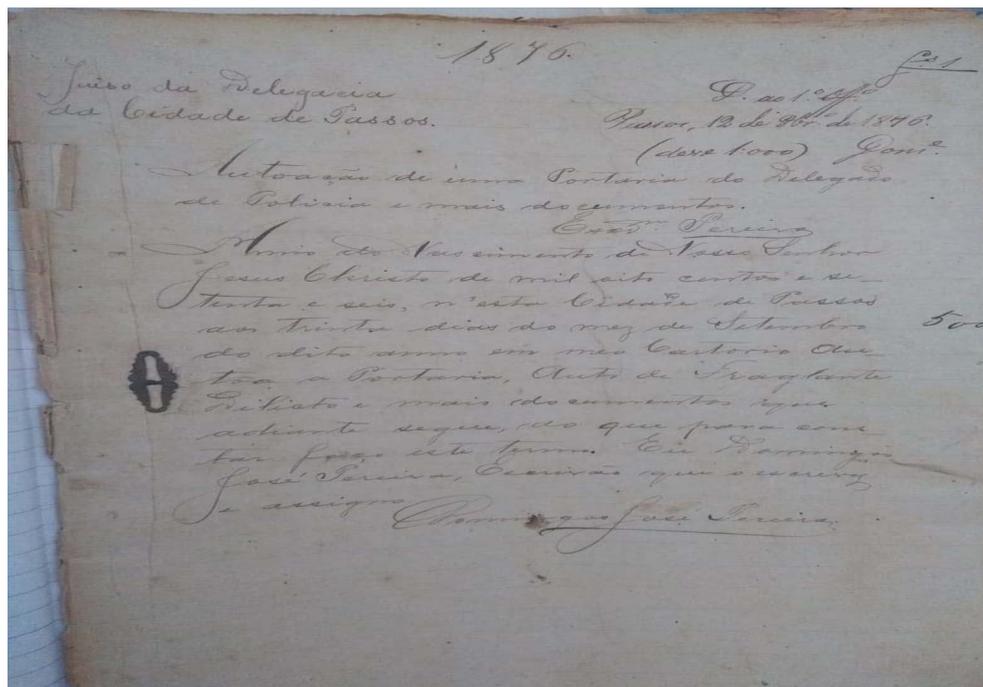
Contudo, ainda não é o suficiente, a necessidade de preservar essa documentação exige um trabalho de restauro para sua preservação na forma física, vista que nenhum reparo da deterioração foi executado, e pode demorar muito tempo para ser concluído. Nesse sentido, a tomada de decisão pela digitalização do acervo se torna uma opção a curto prazo cobijada pela Instituição, afim de preservar essa documentação em formato digital e assim a adoção de um sistema de Gestão Eletrônica Documental (GED) é a opção adequada para gestão e guarda da documentação digitalizada.

Figura 6 - Situação do fundo documental do Fórum no Palácio da Cultura.



Fonte: imagem produzida pelo Autor.

Figura 7 - Conteúdo de documento pertencente ao fundo documental do Fórum.



Fonte: imagem produzida pelo Autor.

### 3 GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS

Todo documento passa por um ciclo de fases, desde a sua criação ao destino final, que pode ser a sua eliminação ou a sua guarda permanente, ou seja, esses documentos têm um ciclo de vida. A tabela de temporalidade é um instrumento essencial à gestão desses documentos, pois define os prazos de guarda e a destinação dos documentos produzidos. Os documentos de um acervo podem ser: correntes, intermediários ou permanentes. A descrição desses documentos norteia atividades em seu manuseio, descarte ou salvaguarda.

As consequências de se produzir um acervo físico em grande escala sem um sistema eficaz para seu gerenciamento podem acarretar gastos e despesas desnecessárias para a Instituição. Outro desafio enfrentado sobre o acervo físico, está relacionado a sua segurança e preservação. Causas naturais ou o manuseio errado desse suporte físico pode influir na sua deterioração ou a perda do documento por completo, visto que esse material é orgânico, embora seja muito útil ele precisa de cuidados especiais para sua preservação.

Os riscos operacionais cometidos a esse acervo se dão também pela descentralização das informações, uma vez que, para buscar a informação desejada exige do usuário uma pesquisa de caráter exploratória manual nesse acervo, o que torna o processo trabalhoso e demorado.

Nesse sentido, observamos que a cultura de não-gestão da informação se torna um desafio enfrentado na hora de mexer com a papelada, podendo comprometer o espaço físico, consumir recursos importantes da organização, provocar a perda dos documentos que compõe o acervo.

Avaliando os pontos negativos é que, compreendemos que a gestão eletrônica documental atreladas a softwares e hardwares específicos, demonstra ser uma importante ferramenta de aplicação do processo sistêmico na instituição, gerindo documentos, sistematizando o armazenamento e a forma como são acessados pelos usuários e colaboradores e propiciando menos danos ao documento impresso em papel.

A gestão dos documentos em papel e seu registro em meio digital contribui também com a comunidade científica e a sociedade durante o processo de busca pela informação, propiciando a eliminação da necessidade de uma busca presencial ao acervo, uma vez que, e permite um amplo acesso e disseminação do acervo por meio digital, disponibilizar o acesso ao acervo documental e de seus instrumentos de pesquisa por meio de redes informatizadas que se interligam pela Internet. Com uma gestão de qualidade a Instituição consegue driblar os pontos negativos e facilita a dinâmica do controle do acervo institucional, preservando e proporcionando segurança ao arquivo.

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação, com a constante evolução das metodologias de armazenar e preservar a informação, o documento e o acervo, desenvolve estudos e adota novas tecnologias para atender a sociedade no processo de tratamento dos documentos produzidos. Uma dessas ferramentas é a gestão eletrônica de documentos (GED), que é um processo sistêmico, que utiliza de procedimentos e operações técnicas para criar e gerir documentos em sua plataforma digital durante seu ciclo de vida da melhor forma possível. A gestão de documentos, em seu sentido mais amplo, significa assegurar acesso pleno aos documentos e às informações necessárias à tomada diária de decisões e à garantia de deveres e direitos.

Segundo Bernardes e Delatorres (2008, p. 8), os objetivos da gestão de documentos são:

- a) assegurar o pleno exercício da cidadania;
- b) agilizar o acesso aos arquivos e às informações;
- c) promover a transparência das ações administrativas;
- d) garantir economia, eficiência e eficácia na administração pública ou privada;
- e) agilizar o processo decisório;
- f) incentivar o trabalho multidisciplinar em equipe;
- g) controlar o fluxo de documentos e a organização de arquivos;
- h) racionalizar a produção de documentos;
- i) normalizar os procedimentos para a avaliação, transferência, recolhimento, guarda e eliminação de documentos;
- j) preservar o patrimônio documental considerado de guarda permanente.

As atividades de gestão documental eletrônica envolvem procedimentos padronizados desde a criação ou recebimento do documento, seja ele físico, digital ou eletrônico, fazendo assim um acompanhamento durante o ciclo de vida desse documento, conduzindo para sua preservação ou até seu descarte e eliminação.

A GED também trabalha com a digitalização de documentos, que é um processo que consiste em converter documentos em papel para o ambiente digital. Para que essa ação seja desenvolvida é necessária uma tecnologia que garanta a qualidade dessa conversão, assegurando integridade e segurança do arquivo pelo tempo necessário, levando em consideração as regras regulamentadoras que norteiam esse processo, a fim de não ferir sua legalidade e autenticidade. Esse conjunto de técnicas são utilizados para; armazenar, localizar e recuperar informações existentes nos documentos, arquivos ou acervos das organizações.

Para Santos e Lima Filho (2010, p. 25) as atividades desenvolvidas pela Gestão Eletrônica de Documentos são relacionadas da seguinte forma:

- a) Produção de documentos - elaboração padronizada de tipo/séries documentais, implantação de sistemas de organização da informação e aplicação de novas tecnologias aos procedimentos administrativos.
- b) Utilização dos documentos - inclui todas as atividades de protocolo (recebimento, classificação, registro, distribuição, tramitação e expedição), todas as atividades de arquivo (organização e arquivamento, reprodução, acesso à documentação e recuperação de informações) e a gestão de sistemas de protocolo e arquivo, sejam ele manuais ou informatizados.
- c) Destinação de documentos - inclui uma das atividades mais complexas da gestão de documentos que é a avaliação. A avaliação se desenvolve a partir da classificação dos documentos produzidos, recebidos e acumulados pelos órgãos públicos ou empresas privadas, com vistas a estabelecer seus prazos de guarda e sua destinação final, garantindo a preservação de documentos de guarda permanente e a eliminação criteriosa de documentos desprovidos de valor probatório e informativo.
- d) Tramitação - estudo das instâncias de decisão, padronização e controle do fluxo documental (workflow).
- e) Organização e arquivamento - de acordo com os critérios definidos no Plano de Classificação.
- f) Reprodução - duas razões para a reprodução: 1. Reprodução visando a preservação do documento original de guarda permanente e, 2. Reprodução visando à substituição do documento em papel pelo microfilme. O documento em papel de guarda temporária poderá

ser eliminado e o microfilme deverá ser preservado pelo prazo indicado na Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo.

- g) Classificação - recupera o contexto de produção dos documentos, isto é, a função e atividade que determinou a sua produção e identifica os tipos/séries documentais.
- h) Avaliação - trabalho multidisciplinar que consiste em identificar valores para os documentos e analisar seu ciclo de vida, com vistas a estabelecer prazos para sua guarda e destinação (eliminação ou guarda permanente).

É atribuição do Arquivo como órgão central ser um órgão orientador, normatizador que norteia e elabora as tabelas de temporalidade para as atividades meio, fim e permanência dos documentos das secretarias, das atividades financeiras, de recursos humanos das mais diversas áreas competidas a Instituição, pois muito do que é produzido tem seu tempo de vida útil e na maioria das vezes seu destino final é a eliminação após seu prazo prescricional e após garantir acesso e direito em seu ciclo de vida.

### **3.1 Vantagens e benefícios da gestão eletrônica de documentos**

Não existe forma de preservação digital sem investimento. Investir em um software de preservação da informação arquivística é o que possibilita a criação de grandes repositórios institucionais gerenciáveis.

A adoção de tecnologias exige da instituição um investimento de recursos financeiros para ser aplicada. Em tempo de poucos recursos, praticar gestão documental é uma boa forma de gerar economia, evitando gastos com terceirizações ou digitalização de documentos que podem ser eliminados, ou seja, os documentos que são geridos por um sistema GED SIGAD já podem nascer classificados e auxiliam na avaliação para destino final do documento, contribuindo para evitar o desperdício de recursos pela Instituição.

Os sistemas GED SIGAD possuem vantagens e benefícios para a administração pública e privada porque pode permitir: redução de volume de papel; economia de recursos; atingir metas ambientais; facilitar a busca e recuperação da informação; permitir acesso controlado aos documentos; gerar relatórios; propicia agilidade em todo processo de gestão documental e; permite amplo acesso à informação.

Para Santos e Lima Filho (2010) as vantagens de se adotar a gestão documental na organização são: otimizar o espaço físico e diminuir o custo operacional, uma vez que a produção, tramitação, utilização e destinação dos documentos são executados de forma sistematizada. Assim, a implantação da gestão documental garante aos órgãos públicos e empresas privadas o controle sobre as informações

que produzem ou recebem, uma significativa economia de recursos com a redução da massa documental ao mínimo essencial, a otimização e racionalização dos espaços físicos de guarda de documentos e agilidade na recuperação das informações. Ao fazer gestão documental busca-se atender aos interesses imediatos do organismo produtor, de seus clientes ou usuários, e assegurar que os documentos indispensáveis à reconstituição do passado sejam definitivamente preservados. Aliado ao direito à informação está o direito à memória.

Segundo Conway (2001), ainda há um caminho longo no processo de avaliação quanto aos custos, técnicas e transferências de dados, e outros fatores para fazer dessa, uma aplicação praticável para o repositório ordinário.

À medida que os bibliotecários e arquivistas vêm experimentando as possibilidades das tecnologias de formação de imagem digital, o conceito de preservação tem assumido, no mínimo, três diferentes significados comentados por Conway (2001, p. 22):

- possibilitar o uso: para uma pequena série de documentos valiosos mas deteriorados, a tecnologia da imagem digital é possivelmente o único mecanismo de custo compatível capaz de viabilizar a disponibilização para a consulta;
- proteger o item original: a tecnologia da imagem digital pode ser usada para gerar uma cópia de alta qualidade do item original. Limitando o acesso a documentos valiosos, a formação de imagem digital torna-se um 'elemento de preservação', distinto de um 'elemento de acesso'. A ordem original de uma coleção ou livro é mantida, de modo semelhante às séries de imagens em microfilmes. Numa sequência linear. Sofisticados sistemas de indexação facilitam as buscas e minimizam a possibilidade de dano de uma coleção, provocada por verdadeiras 'expedições de caça' a documentos, publicados ou não. A preservação por intermédio de cópias digitais tem sido a mais sugestiva força motivadora nas bibliotecas e arquivos, conduzindo-as a experimentar as possibilidades proporcionadas pelos equipamentos e programas existentes;
- manter os objetos digitais: após a conversão do objeto original em cópias digitais, o desafio de proteger tais cópias da deterioração ou mesmo da destruição torna-se o novo foco do trabalho de preservação. Esta abordagem, atualmente denominada preservação digital, centraliza-se tipicamente na escolha de armazenamento, na expectativa de vida dos sistemas de formação de imagens digitais e na preocupação com a migração dos arquivos para futuros sistemas, de modo a garantir o acesso.

Silva (2001, p. 22) destaca outras vantagens das aplicações de um sistema de GED SIGAD:

- a economia de papel, já que os documentos estarão disponíveis em mídia eletrônica-digital, fazendo mínimo o uso de papel;
- a economia de espaço físico, pois um arquivo metálico de 4 gavetas, com capacidade de 22.000 documentos, pode ser facilmente acomodado em 1GB de espaço de disco. Um equipamento com capacidade para 186GB, ou 4 milhões de documentos, pode ser acomodado no mesmo espaço do arquivo metálico;
- a facilidade ao efetuar alguma consulta e redução do tempo de localização em grandes acervos, pois as consultas são feitas a partir de algumas palavras-chaves, retornando vários documentos referentes ao assunto desejado, evitando conteúdo sem ligação com o contexto da busca. Com o auxílio de um software de workflow, uma consulta muito pesada pode ter sua execução agendada para um período do dia em que o tráfego de rede não é muito grande, por exemplo;
- o aumento na integridade de arquivos, já que redundâncias seriam facilmente localizadas e tratadas;

- a alteração de qualquer documento só seria possível mediante a autorização do gerente do sistema dada ao usuário, que pode ser implementada de várias maneiras, como por exemplo, com o uso de senhas;
- a disponibilidade de um documento para vários usuários simultaneamente, que com o uso da tecnologia de redes, poderão fazer uso de um documento no mesmo momento;
- a fácil manutenção do acervo, pois o sistema assegura a organização do acervo em tempo integral, as revisões de documentos ficam muito mais fáceis e os gerentes de sistema poderão ter informações do estado de seu acervo a qualquer momento, sem ter que realizar pesquisas demoradas ou específicas;
- a diminuição de perdas por arquivamento errado, já que os documentos, antes de serem inseridos no acervo eletrônico, passam por uma classificação (indexação) que se baseia em vários aspectos do conteúdo do documento;
- a correção de erros e aumento de legibilidade de documentos. Alguns documentos de papel, podem já estar na forma de cópias fotográficas ou em deterioração. Os sistemas dispõem de software de correção de imagens, tornando documentos de má qualidade melhores depois de digitalizados e tratados.

#### **4 PLANO DE DIGITALIZAÇÃO**

Neste capítulo será apresentado o desenvolvimento da proposta, definindo os procedimentos de digitalização que devem ser realizados a fim de garantir o máximo de fidelidade entre o documento digitalizado e o documento original, levando em consideração suas características físicas, estado de conservação e finalidade de uso do arquivo digital.

O Plano de Digitalização visa apresentar a sugestão de implantação e execução da solução mais adequada, coesa e abrangente direcionada a digitalização da documentação de 556 caixas-arquivo e respectiva gestão eletrônica destes documentos do fundo documental do Fórum da Comarca de Passos, MG que está custodiado no Centro de Memória “Antônio Theodoro Grilo”.

Para alcance do objetivo geral faz-se necessário seguir e alcançar os seguintes objetivos específicos: definição de processos específicos e respectivas técnicas, produtos e serviços para digitalização dos documentos; identificação e definição das melhores técnicas de gestão de documentos e processos para o negócio; a padronização das metodologias a serem adotadas na gestão de documentos; e capacitação dos usuários na gestão de documentos, conforme técnicas da área.

A execução do Plano de Digitalização propiciará ao Município melhorar desde a dinâmica de gestão do fundo documental do Fórum da Comarca de Passos, até o atendimento aos clientes, propiciando: velocidade e precisão na localização de documentos; ilimitadas possibilidades de indexação e localização de documentos; melhor qualidade no atendimento ao cliente por proporcionar respostas rápidas e precisas; melhoria no processo de tomada de decisões; melhor aproveitamento de espaço físico; disponibilização instantânea de documentos (sem limitações físicas); evitar extravio ou falsificação de documentos; facilitação às atividades que envolvem colaboração entre pessoas e equipes.

Para iniciar são apresentadas as cinco fases necessárias para implantação do processo de digitalização: 1 - preparação, 2 - captura das imagens (digitalização), 3 - conferência, 4 - indexação e, 5

- finalização (gravação). Posteriormente são apresentados os recursos necessários e os riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas.

#### 4.1 Preparação

Todos os documentos das 556 caixas-arquivos devem ser preparados previamente, a fim de torná-los aptos à digitalização. Essa etapa engloba as seguintes atividades:

- a) conferir a autuação e a numeração das folhas, quando existente;
- b) quando possível desmontar o processo ou desencadernar o material;
- c) remover cliques, grampos ou qualquer elemento que prejudique o acesso do documento ao escâner;
- d) desamassar documentos dobrados ou amassados;
- e) verificar se há algum tipo de documento que difere do padrão A4 e folhas soltas;
- f) ordenar os documentos para digitalização, conferindo se todas as folhas estão na mesma direção.

Cada processo deve, preferencialmente, ser digitalizado em um único arquivo contendo todas as suas páginas, respeitando-se sempre o limite de tamanho do arquivo para upload no Sistema em uso. Caso o processo contenha mais de um volume, recomenda-se digitalizá-los em arquivos separados (um para cada volume). Os documentos avulsos devem ser digitalizados de forma individual.

#### 4.2 Captura da imagem

A captura consiste na conversão de um documento ou processo físico para imagem em formato digital, por meio da utilização de aparelho de escâner. Para que a imagem capturada seja apropriada para uso no processo eletrônico, faz-se necessário configurar o escâner de acordo com o tipo de documento a ser digitalizado, e os parâmetros de digitalização: resolução, modo de cor, formato de arquivo, necessidade de OCR, brilho e tamanho de arquivo. Devem ser digitalizadas também, quando houver, as capas e contracapas, bem como páginas sem impressão (frente e verso) quando contiverem numeração ou qualquer outra informação.

Antes de iniciar a digitalização deve-se seguir os parâmetros de digitalização e configurar o scanner para salvar o arquivo no formato PDF/A. Caso o arquivo digital já tenha sido salvo em PDF (simples), deve-se mudar o seu formato para PDF/A, o qual é mais confiável e adequado para o armazenamento e leitura após longos períodos de tempo. A conversão do PDF para o PDF/A pode ser realizada por meio das seguintes ferramentas: PDF Creator (gratuito) ou Adobe PDF.

### 4.3 Conferência

A conferência para o controle da qualidade deve ser realizada por quem efetuou a digitalização, a fim de verificar a fidelidade da imagem capturada em relação ao documento original, ou seja, se todas as páginas foram digitalizadas e estão legíveis. Além disso, deve-se avaliar se todas as imagens geradas a partir da digitalização estão de acordo com os padrões especificados nos parâmetros de digitalização – resolução, modo de cor, formato de arquivo, necessidade de OCR, brilho e tamanho de arquivo.

### 4.4 Indexação

Realizada a conferência das imagens capturadas, os documentos necessitam ser devidamente organizados para, então, serem inseridos no sistema de gerenciamento eletrônico de documentos.

#### 4.4.1 nomenclatura dos arquivos digitais

Os arquivos digitais devem receber nomes que os identifiquem e que facilitem a sua localização e pesquisa. Para isso, é fundamental que essa identificação seja sucinta, única e estruturada. Deve-se utilizar um padrão de nomenclatura que não permita existir no acervo dois arquivos com nomes iguais.

Dessa forma, recomenda-se a utilização da seguinte estrutura padrão de nomenclatura dos arquivos digitais:

- parte 1: espécie documental (sigla, conforme definição da unidade);
- parte 2: número do documento ou processo (NUP);
- parte 3: número do volume ou sequencial.
- parte 4: nome da unidade administrativa;
- parte 5: data de produção do documento (ano);

Para o processo que contenha um volume ou parte, recomenda-se nomear da seguinte forma:

Memorando 00658 GPref 2016

Carta convite 01603 SecAdm.DepCompras 2019

Nota de pagamento 20010086 SecFin.DepCont 2019

O processo que contenha mais de um volume ou parte, recomenda-se nomear da seguinte forma.

Concorrência Pública 00275 volume 1 SecAdm-DepCompras 2016

Concorrência Pública 00275 volume 2 SecAdm-DepCompras 2016

Tomada de Preço 00175 parte 1 SecAdm-DepCompras 2016

Concorrência Pública 00175 parte 2 SecAdm-DepCompras 2016

#### 4.5 Finalização

Nesta etapa, a documentação digitalizada deve ter seu trâmite físico para digitalização encerrado e ser reorganizada e arquivada, conforme procedimentos do Centro de Memória. Proceder posteriormente com a conferência e gravação do arquivo e armazenamento em um servidor próprio, com total segurança, possibilitando de forma prática e segura, consultar os documentos digitalizados de qualquer local, a qualquer hora, compartilhando informações, atendendo mais de um usuário simultaneamente e sem movimentação da documentação impressa.

Os documentos e processos físicos que foram digitalizados devem ser reorganizados e arquivados da seguinte forma:

a) Documentos avulsos

- acondicionar o documento em caixa-arquivo, observando a classificação arquivística;
- armazenar a documentação no arquivo do Centro de Memória.

b) Processos

- remontar o processo observando a ordem original dos documentos em cada volume;
- acondicionar o processo em caixa-arquivo, observando a classificação arquivística;
- armazenar a documentação no arquivo do Centro de Memória.

Quando necessário na confecção de relatórios proceder com a adoção das ações, a seguir especificadas:

1. identificação da unidade que realizou a digitalização;
2. quantidade de volumes e folhas do processo original em papel;
3. identificação da estratégia de digitalização utilizada:
  - a) todos os documentos do processo em papel foram digitalizados em arquivos separados e incluídos um a um no processo eletrônico;
  - b) todos os documentos do processo foram digitalizados em arquivo único;
  - c) apenas o último volume do processo foi digitalizado em arquivos separados e incluídos um a um no processo eletrônico;
  - d) apenas o último volume do processo foi digitalizado, em arquivo único;
  - e) todos os volumes foram digitalizados, um arquivo único para cada volume;
  - f) foi realizada uma seleção dos principais documentos do processo em arquivos separados, e apenas esses foram incluídos no processo eletrônico;
4. especificação do local e prazo onde o processo ficará armazenado até o envio para

devolução ao Arquivo Público.

#### 4.6 Estimativas referentes aos equipamentos para digitalização

Os equipamentos de digitalização serão adquiridos com as premissas de assegurar a autenticidade, a integridade, a disponibilidade, o acesso e a preservação de documentos arquivísticos digitais de longo prazo e de acesso contínuo, com o uso de padrões e normas emanadas por organizações e projetos nacionais e internacionais reconhecidos pela comunidade, e tendo como base a Cartilha de “Procedimentos para Digitalização de Documentos e Processos” apresentada pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Vinculada à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda.

Equipamentos para digitalização			
Item	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Scanner portátil profissional de alta definição, formato A3, 10 megapixels, câmera de focagem automática, digitalização de mesa, livro e documentos, idiomas, OCR, converte em PDF, TIFF, OCR pesquisável.	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Scanner 60 ppm / 120 ipm - Ciclo diário 6.000 páginas	2	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00
Notebook Intel core i5 8gb hd 1tb tela led de 15,6 polegadas.	2	R\$ 6.000,00	R\$ 12.000,00
<b>Total</b>			<b>R\$ 22.000,00</b>

#### 4.7 Software para a gestão eletrônica de documentos

O software para o gerenciamento eletrônico de documentos consiste em um sistema de armazenamento, organização e administração de documentos digitais ou digitalizados. São cinco os principais grupos de funcionalidades:

- a) Captura de documentos - envio ou importação dos arquivos.
- b) Organização - identificação dos documentos com um sistema intuitivo de navegação.
- c) Busca - encontra os documentos em buscas rápidas e precisas
- d) Gestão - compartilha arquivos, controla versões, limita o acesso, troca mensagens e recebe notificações sobre prazos ou outras informações.
- e) Automação de processos - livrar de tarefas repetitivas e desnecessárias.

Para atender as necessidades de digitalização e disponibilidade do fundo documental do Fórum da Comarca de Passos que atualmente é custodiado pelo Centro de Memória de Passos sugerimos o software SEEDDMS. O SeedDMS é um sistema de gerenciamento de documentos com código fonte

aberto e gratuito, possui uma interface de usuário fácil de usar baseada na web. É baseado em PHP e MySQL ou sqlite3 e roda em Linux, MacOS e Windows. Muitos anos de desenvolvimento a tornaram uma plataforma madura, poderosa e pronta para empresas, para compartilhar e armazenar documentos. Não há pagamento de taxas de licenciamento (ativação) ou de manutenção mensal, além de ser ilimitada a quantidade de usuários a serem cadastrados.

O Seed DMS deverá ser instalado em um dos servidores da Divisão de Processamento de Dados da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Passos, MG, o qual ficará responsável por sua implantação, customização e garantia da segurança digital.

#### **4.8 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas**

Os riscos recorrentes a implantação e consolidação do Projeto Memória Digital será a falta do recurso humano, a falta dos equipamentos para digitalização dos documentos, a falta da conectividade com o servidor, espaço de armazenamento insuficiente no servidor para arquivar os documentos digitalizados, falta de manutenção do sistema de gestão digital.

No caso de ausência de algum funcionário, a Secretaria de Cultura deve prover a nomeação de outro servidor e promover sua capacitação, para suprir as necessidades de consolidação e continuidade do Plano.

No caso de qualquer problema com computador; servidor de dados do sistema; scanner para digitalizar os documentos; computador para utilizar e acessar os dados do servidor; infraestruturas de rede de computador e manutenção do software, deverão ser providos consertos ou substituição por outros equipamentos ou softwares para não prejudicar o funcionamento das atividades.

#### **4.9 Execução e das entregas**

Há a estimativa da execução da digitalização das 556 caixas-arquivo no prazo de 36 meses. Para isto estimasse a digitalização e tratamento de 20 caixas-arquivo por mês.

#### **4.10 Equipe de trabalho**

O Projeto Experimental Memória Digital contará com a participação de um Bibliotecário e um estagiário contratados pela Prefeitura Municipal de Passos, MG. Bem como a equipe do Centro de Memória “Antônio Theodoro Grilo”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se a importância do fundo documental do Fórum custodiado pelo Centro de Memória de Passos, sugerindo a utilização de tecnologias disponíveis para gerência e preservação desse bem patrimonial na esfera pública.

Para nortear e executar as atividades para preservação e disseminação das informações que compõe o acervo é necessária entender a importância da valorização desse acervo. Sendo assim, sugeriu a digitalização e implantação de um sistema de gestão eletrônica de documentos (GED), como mecanismo de gerência e proteção da documentação desse Arquivo, aproximando o cidadão da informação arquivada. Mas para que esse mecanismo de gestão documental possa ser eficaz foi necessário entender a especificidade da Instituição para a sua possível aplicação.

Os resultados recorrentes do investimento perpassam mudanças na dinâmica de gestão do fundo documental do Fórum da Comarca de Passos sob custódia do Centro de Memória até a melhoria no atendimento aos clientes, propiciando: velocidade e precisão na localização de documentos; ilimitadas possibilidades de indexação e localização de documentos; melhor qualidade no atendimento ao cliente por proporcionar respostas rápidas e precisas; melhoria no processo de tomada de decisões; melhor aproveitamento de espaço físico; disponibilização instantânea de documentos (sem limitações físicas); evitar extravio ou falsificação de documentos; facilitação das atividades que envolvem colaboração entre pessoas e equipes.

## REFERÊNCIAS

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35111390/GESTAO\\_DOCUMENTAL\\_APLICADA\\_Ieda-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1629780318&Signature=F8gH6HFgnicWUgjk0KbPiXL8aJ0hedjjV9xPdIHsR9sdaKVEQzhfzfFGkCmjBvtjRTDUi-V1jYZbXQrTtjpBLqLIOjMrYSIRpctH-PK0nU0Hy2z-rxIhgXHp~esagvfMtrItMuAhMP0Xso4pAw9TTm-uIaBTO30lZbvibuVvz1BVSkCicEBhrFQxB08AX0W~OqJdOSDq6x4y0GEiIl-wFzY7E2F9e5~qF9-rg5Ks-ByDgcbk11fka02rRmcr7-QjFVObryJoDoq-If7Wcd8B4TZ32XWqYqTnU3XY~-v0V0Qy8Npq2kGYCWrng47xrQ181sAN-qjhyG0ErEzrbZPww\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35111390/GESTAO_DOCUMENTAL_APLICADA_Ieda-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1629780318&Signature=F8gH6HFgnicWUgjk0KbPiXL8aJ0hedjjV9xPdIHsR9sdaKVEQzhfzfFGkCmjBvtjRTDUi-V1jYZbXQrTtjpBLqLIOjMrYSIRpctH-PK0nU0Hy2z-rxIhgXHp~esagvfMtrItMuAhMP0Xso4pAw9TTm-uIaBTO30lZbvibuVvz1BVSkCicEBhrFQxB08AX0W~OqJdOSDq6x4y0GEiIl-wFzY7E2F9e5~qF9-rg5Ks-ByDgcbk11fka02rRmcr7-QjFVObryJoDoq-If7Wcd8B4TZ32XWqYqTnU3XY~-v0V0Qy8Npq2kGYCWrng47xrQ181sAN-qjhyG0ErEzrbZPww__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA). Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. Constituição. **Constituição Federativa da República do Brasil**. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp.html](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp.html). Acesso em: 05 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos. **Procedimentos para digitalização de documentos e processos**: cartilha. Brasília : MF/SE/SPOA/COGRL, 2017. 37 p. Disponível em:

<https://www.tcm.go.gov.br/portalmanuais/wp-content/uploads/2018/08/Cartilha-Digitaliza%C3%A7%C3%A3o-de-Documentos-Minist%C3%A9rio-da-Fazenda.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

CONWAY, P. **Preservação no universo digital**. Tradução José Luiz Pedersoli Júnior e Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/07/52.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L.; TAVARES, R. B. (Orgs.). **Comunicação da informação, gestão da informação e gestão do conhecimento**. Brasília: IBICT, 2018. 415 p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/1071>. Acesso em: 27 ago. 2021.

IRRESPONSABILIDADE municipal. *Jornal Folha da Manhã*, 2Passos MG, 6 abril 1998, Cadernos Opiniões, p. 2.

JÁ tombada, a Estação Cultura está abandonada. *Jornal Folha da Manhã*, Passos MG, 25 abril 1998, Cadernos Cidades. p. 4.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: IBICT, 2009. 120p.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática / Marilena Leite Paes**. - 3. ed. rev, ampl. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 116 páginas

RESTAURAÇÃO da Estação Cultura espera há anos por um projeto. *Jornal Folha da Manhã*, Passos MG, 26 abril 1998, Cadernos Opiniões, p. 2.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 158p.

SANT'ANNA, Marcelo Leone. Os desafios da preservação de documentos públicos digitais. *Revista IP*, v. 3, n. 2, p. 123-135, dez. 2001. Disponível em: < <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/02/desafios-da-preserva%C3%A7%C3%A3o-de-documentos-p%C3%BAblicos-digitais.pdf> >. Acesso em: 27 ago. 2021.

SANTOS, Amnyolga Conceição dos; LIMA FILHO, Edvaldo Alves de. **Gestão eletrônica de documentos: um estudo de caso na prefeitura municipal de Cruz das Almas**. Cruz das Almas, 2010. Disponível em: <http://131.0.244.66:8082/jspui/bitstream/123456789/930/1/02%20-%20MONOGRAFIA%20FINAL%20-%20Amnyolga%20e%20Edvaldo%20-%20GED%20-%20Estudo%20de%20Caso%20na%20Prefeitura%20de%20Cruz%20das%20Almas.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SILVA, Flávio Luiz D' Oliveira E. **Gerenciamento eletrônico de documentos (GED): natureza, princípios e aplicações**. Cuiabá, MT, 2001. Monografia (Graduação). Departamento de Ciência da Computação, Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, 2001. Disponível em: [http://www.taquara.rs.gov.br/download\\_anexo/GED.pdf](http://www.taquara.rs.gov.br/download_anexo/GED.pdf). Acesso em: 22 ago. 2021.

## 9

## RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Káthia dos Santos Rocha

Bacharel em Biblioteconomia - Universidade Federal de Mato Grosso

### 1 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NO ÂMBITO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

A responsabilidade ambiental vem conquistando maior atenção nos últimos anos em diferentes organizações da sociedade devido á maior conscientização mundial sobre a necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico, tecnológico, social e humano com a proteção e preservação do meio ambiente (TACHIZAWA, 2005). Desse modo, nos interessa discutir a temática no âmbito das bibliotecas Universitárias.

Ao tratar das Bibliotecas, enquanto organização social, é necessário que ela adote práticas de responsabilidade ambiental as quais podem melhorar vários aspectos da gestão organizacional e proporcionar melhoria no desempenho e sustentabilidade a longo prazo, tais como: Reduzir os impactos ambientais, minimizar os desperdícios na construção e reabilitação de edifícios, evitar o desperdício energético, gestão de resíduos, sólidos, logística reversa, emissões atmosféricas, consumo de água, aquisições sustentável.

A adoção dessas práticas poderia contribuir com o meio ambiente, agregar valor à imagem corporativa, motivar o público Interno, obter posição influente nas decisões de compra, obter vantagem competitiva, influenciar positivamente a cadeia produtiva, melhorar o clima e o processo organizacional.

As práticas de responsabilidade ambiental consideram a preocupação com a qualidade dos produtos e serviços e reflete sobre como minimizar os impactos ambientais decorrentes das atividades das bibliotecas, utilizando práticas de sustentabilidade ambiental, em três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

A adoção de ações de sustentabilidade pode garantir, a médio e longo prazo, melhores condições para o desenvolvimento da vida, para a proteção ambiental e de qualidade de vida para as futuras gerações. As questões a saber são: como minimizar os impactos ambientais decorrentes das

atividades das bibliotecas, utilizando práticas de sustentabilidade ambiental? Quais as práticas de sustentabilidade socioambiental que as bibliotecas estão aplicando?

Nos últimos 40 anos se iniciou uma conscientização mundial sobre a situação atual do planeta, o protocolo de Kyoto, a Agenda 21 dentre várias outras iniciativas, foram apresentadas com a finalidade de criar medidas para melhorar as áreas de desenvolvimento econômico e social da humanidade, para assim manter o planeta habitável para as gerações futuras. Com essas iniciativas, foram observadas a necessidades de conciliar desenvolvimento econômico, tecnológico, social e humano com as questões ambientais. E reportando-se às bibliotecas, que é uma organização social direcionada à preservação e construção de conhecimentos, que proporciona mudanças no cognitivo humano, algumas indagações surgem com relação às bibliotecas, uma delas é sobre a adoção de práticas de sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, o objetivo geral dessa pesquisa é identificar e discutir os impactos ambientais decorrentes das atividades das bibliotecas, utilizando práticas de sustentabilidade ambiental. E identificar quais são as práticas de sustentabilidade socioambiental que podem ser aplicadas pelas bibliotecas universitárias.

Para que as bibliotecas possam utilizar essas práticas é necessário conhecer e discutir sobre elas. Assim, para alcançarmos esse objetivo, definimos os objetivos específicos, explicitados abaixo:

- a) compreender os termos relacionados a temática ambiental para que possamos depois, identificarmos no contexto das bibliotecas os impactos decorrentes dos resíduos
- b) apresentar as normativas que orientam as questões de sustentabilidade socioambiental em bibliotecas;
- c) apresentar as práticas, identificar os benefícios e as dificuldades de uma gestão de sustentabilidade socioambiental nas Bibliotecas Universitárias brasileira.

## 2 CONCEITOS RELACIONADOS A TEMÁTICA AMBIENTAL

Antes de identificar os impactos ambientais decorrentes das atividades das bibliotecas, utilizando práticas de sustentabilidade ambiental, importa expor alguns conceitos referente ao tema no sentido de situar o leitor quanto à importância da sustentabilidade, assim como, o cuidado com o meio ambiente.

**Sustentabilidade:** segundo o Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa sustentabilidade é “[...] s.f. Qualidade de sustentável” (FERREIRA, 1989). O portal de Pesquisa Temática e Educacionais ([200-?]), define de forma mais clara esse termo mencionado que sustentabilidade é um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja, a sustentabilidade está diretamente

relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro. Seguindo estes parâmetros, a humanidade pode garantir o desenvolvimento sustentável.

**Desenvolvimento sustentável:** é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas.

**Resíduos:** é qualquer material gasoso, líquido ou sólido que sobra de um processo de produção, transformação, extração de recursos naturais, execução ou consumo de produtos e serviços (ASBEA, 2012, p. 127).

**Impacto ambiental:** qualquer alteração das propriedades físico-químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota (conjunto de todos os seres vivos de uma região), as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, enfim, a qualidade dos recursos ambientais (ASBEA, 2012, p.122).

**Meio ambiente:** O dicionário Online ([200?]) define Meio ambiente como uma reunião do que compõe a natureza, o ambiente em que os seres estão inseridos, bem como suas condições ambientais, biológicas, físicas e químicas, tendo em conta a sua relação com os seres, especialmente com o ser humano: a empresa avaliava os impactos da obra para o meio ambiente.

**Análise de ciclo de vida:** Técnica para investigação e avaliação abrangente dos aspectos ambientais e dos impactos potenciais associados a um produto, compreendendo as etapas que vão desde a retirada da natureza de suas matérias primas elementares e que entraram no sistema produtivo até a disposição do produto final, envolvendo processos de manufatura, questões relacionadas com embalagens, transporte, consumo de energia não renovável, impactos de uso, aproveitamento e reuso do produto, ou mesmo questões relacionadas com o descarte de seus resíduos finais, recuperação e reciclagem (ASBEA, 2012, p.116).

**Gestão:** é o processo, atividade, técnica e prática de conduzir uma ação, ideia, intenção ou organização na direção dos objetivos estabelecidos. O gerenciamento abrange múltiplos aspectos, com destaque para os papéis (nos diferentes níveis decisórios e operacionais), as funções (formais e informais) e os objetos (pessoas, instituições, materiais, bens e serviços, até mesmo desejo e aspirações) (ASBEA, 2012, p.122).

**Gestão ambiental:** é o processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço, visando garantir, com base em princípios e diretrizes previamente acordados/definidos, a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais/naturais, econômicos e socioculturais às especificidades do meio ambiente. A gestão ambiental visa o uso de

práticas e métodos administrativos que reduz ao máximo o impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos da natureza. (LANNA 1995).

**Paradigma:** etimologicamente, este termo tem origem no grego *paradeigma* que significa modelo ou padrão, correspondendo a algo que vai servir de modelo ou exemplo a ser seguido em determinada situação. O entendimento conceitual do paradigma é importante para situar o nosso leitor quanto a nosso discursão e quanto ao paradigma holístico (Teixeira, 1996).

**Alterglobalização:** é o conceito que explica o processo de construção de alternativas ao paradigma dominante – há aproximadamente duas décadas – da globalização econômica, financeira e informativa (Teixeira, 1996).

Posto estes conceitos, vale frisar que o conceito de sustentabilidade vem sendo debatido desde a década de 1970. Porém, o conceito e o uso deste ainda é pouco utilizado na prática. Percebe-se que é necessária uma conscientização dos cidadãos, pois somente através disto é que ocorrerá uma sensibilização e motivação para que venha existir uma mudança de comportamento assim como o desenvolvimento de competências para a efetiva construção de uma sociedade mais justa para as futuras gerações.

Sendo assim é de extrema importância para a sociedade repensar sobre o uso dos recursos naturais. O cuidado com o meio ambiente é de responsabilidade de todos os cidadãos. E a política tem uma importante função na criação de leis, projetos assim como diretrizes que acrescentem aos sistemas de gestão e seus colaboradores proporcionando uma administração que tenha preocupação com a questão ambiental. Com efeito, não se pode falar sobre impactos ambientais decorrentes das atividades das bibliotecas, sem compreender a distinção entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

## 2.1 Discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

Gadotti (2008), argumenta que a sustentabilidade é maior do que o desenvolvimento sustentável. O modelo de desenvolvimento dominante atualmente no planeta aponta para a insustentabilidade planetária, o conceito de desenvolvimento sustentável dirige para a sustentabilidade planetária dessa forma, desdobra a sustentabilidade em dois eixos: o primeiro, relativo à natureza e o segundo relativo à sociedade.

Além de problematizar o tema da sustentabilidade no contexto da globalização, sugerindo um estilo de vida sustentável e a construção de um novo paradigma, um paradigma holístico. Sempre destacando o conceito de sustentabilidade como uma ampla oportunidade para os sistemas educacionais conseguirem renovar seus princípios, suas diretrizes e suas práticas.

A força mobilizadora do conceito de desenvolvimento encontra-se no modelo que predomina atualmente e que aponta para a sustentabilidade planetária. Porém, é aí que consiste o desafio de mudar

de direção e caminhar em direção à sustentabilidade por uma outra globalização, por uma que seja alterglobalização. Diante disto, podemos afirmar que sustentabilidade é maior do que o desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, nós temos o paradigma holístico. Teixeira (1996) menciona que, o paradigma holístico surge de uma crise da ciência, de uma crise do paradigma cartesiano-newtoniano, que postula a racionalidade, a objetividade e a quantificação como únicos meios de se chegar ao conhecimento.

Esse paradigma busca uma nova visão, que deverá ser responsável em dissolver toda espécie de reducionismo. A holística força um novo debate no âmbito das diversas ciências e promove novas construções e atitudes, sobretudo no âmbito da gestão ambiental em que as atividades das bibliotecas não fogem as normativas.

### **3 A GESTÃO AMBIENTAL.**

Os recursos naturais foram consumidos e considerados por muitas décadas como inesgotáveis. Porém, sabe-se que esses recursos são limitados e muitas vezes escassos. A partir daí advém a preocupação com a questão ambiental e as exigências de controle, certificação, e de adoção de boas práticas de gestão ambiental, uma vez que a sociedade tem cobrado que as empresas produzam com menos impacto (FEDERAÇÃO, 2013).

Para melhor entender essa preocupação dentro da biblioteca e sua responsabilidade social importa mostrar a responsabilidade do gestor e os objetivos da gestão ambiental, suas normativas e gestão de resíduos.

A gestão ambiental é cobrada tanto das grandes, quanto das pequenas empresas e deve estar presente em seu dia a dia, nas atividades das organizações, por meio da adoção de medidas simples ou algumas vezes complexas, mas sempre viáveis.

Tendo em vista os objetivos da gestão em organizações sociais, podem ser utilizadas pelos gestores de biblioteca a teoria dos três “R” que consiste em Reduzir, Reutilizar e Reciclar, buscando sempre utilizar os materiais de forma racional reduzindo os impactos ambientais e o desperdício, proporcionando uma melhor gestão dos resíduos que são produzidos em bibliotecas, possibilitando assim uma gestão ambiental eficaz e prática.

Por isso, os gestores das pequenas e grandes empresas e também das organizações sociais como as bibliotecas devem ter um novo senso de responsabilidade em relação aos membros do corpo funcional. (TACHIZAW, 2011, p.55) afirma que:

A responsabilidade social e ambiental pode ser resumida no conceito de ‘efetividade’, como o alcance de objetivos do desenvolvimento econômico-social. Portanto, uma organização é efetiva quando mantém uma postura socialmente responsável. A efetividade está relacionada à satisfação da sociedade, ao atendimento de seus requisitos sociais, econômicos e culturais.

A Gestão ambiental preocupa-se em usar os recursos naturais de forma racional, utilizando métodos que visem a manutenção da biodiversidade com adoção de sistema de resíduos sólidos, tratando e reutilizando água e outros recursos naturais dentro do processo produtivo, criando produtos que provoquem o mínimo possível de impacto ambiental, utilizando sistemas que garantam a não poluição ambiental. Ex. sistema carbono zero. (TACHIZAWA, 2011).

Para que os principais objetivos da gestão ambiental sejam alcançados é necessário que sejam realizados treinamentos de funcionários para que conheçam o sistema de sustentabilidade da empresa, sua importância e formas de colaboração, juntamente com a criação de programas de pós-consumo para retirar do meio ambiente os produtos, ou partes deles, que possam contaminar o solo, rio dentre vários outros. Tendo como modelos/ex. o recolhimento e tratamento de pneus usados, pilhas, peças de computador entre outros.

A gestão ambiental é de grande importância para as diferentes organizações por inúmeros motivos, dentre os quais podemos citar como associar a imagem da empresa com o da preservação ambiental, o que traz melhorias na redução dos custos, desperdícios e reutilização de materiais que antes eram descartados. Essas mudanças proporcionam melhor interação com empresas que seguem os princípios de gestão ambiental o que pode ampliar sua relação comercial e a imagem das marcas de seus produtos, a partir das normativas, que como dissemos no caso das bibliotecas não fogem as regras.

### 3.1 Normativas que orientam a questão da preservação ambiental

Atualmente, existem diversas normas de gestão ambiental, como as normas britânicas, BS 7750 e BS 8555 (**British Standard**), o padrão da União Europeia, Management and Audit Scheme (EMAS) e as normas da série **Organização Internacional para Padronização (ISSO)**.

A ISO é uma das normativas que orienta a questão da preservação ambiental. A ISO 14001:2015 foi publicada pela primeira vez em 1996, para atender as empresas que utilizam recursos retirados da natureza e/ou causam algum dano ambiental decorrente de suas atividades.

Segundo informações extraídas da norma ISO, no ano de 2004 foram feitas alterações na ISO 14001 para esclarecimento da primeira edição com a finalidade de auxiliar o seu entendimento e melhorar a compatibilidade com a ISO 9001. No ano de 2015 foi introduzida a gestão de risco e oportunidades da organização ao longo de toda a norma, inclusive o foco na liderança, assim como o direcionamento estratégico.

A nova edição tem como tema: modelo de um sistema de gestão ambiental - ISO 14001:2015. Algumas das mudanças em com relação a gestão ambiental, liderança, proteção do meio ambiente, comunicação, documentação, desempenho ambiental, perspectiva do ciclo de vida e riscos associados a ameaças e oportunidades.

O capítulo 8 da Agenda 21 descreve a integração do meio ambiente e do desenvolvimento para a tomada de decisões. Dessa forma pode-se descrever as principais normativas: ISO 9001 (gestão da qualidade), ISO 14001 (gestão ambiental), *Occupational Health and Assessment Series* (OHSAS 18000) e a *Social Accountability* (SA 8000) que são empregados na integração e para unir o sistema de gestão ambiental com o desenvolvimento da corporação. Desta forma este capítulo descreve a relação do sistema de gestão ambiental com seu sistema de gestão gerencial, formando um controle. E, de transformar estas informações em vantagens estratégicas competitivas para os *stakeholders* (é uma pessoa ou um grupo, que legitima as ações de uma organização e que tem um papel direto ou indireto na gestão e resultados dessa mesma organização).

A ISO 14001 implanta condições para o gerenciamento de sistemas de gestão ambiental, porém não define a metodologia e o grau de profundidade que devem ter ou possuir ou auferir. Nesse caso permite que a corporação estruture suas próprias metodologias com base nas exigências da norma, incluindo até estratégias próprias, e nessa lógica confere-lhe uma utilização universal adaptando-se independente do porte ou da região na qual a corporação se localiza (BABAKRI, 2004; OLIVEIRA; SERRA, 2010).

É possível observar que a ISO 14001 define requisitos que permitem que as organizações desenvolvam um sistema de gestão ambiental próprio com uma política e objetivo baseados em requisitos legais. Ela menciona quatro requisitos os quais são fundamentais para utilização da ISO 14001, que são planejar, executar, verificar e atuar. Para o cumprimento da norma e da sua aplicabilidade terá de ter em consideração:

- a) **dimensão da sua organização** - a biblioteca poderá refletir em termos de serviços / espaços.
- b) **complexidade da estrutura orgânica** - quantas áreas dispõe, quantos técnicos afetos a cada área e quais os riscos potenciais para a sustentabilidade da biblioteca.
- c) **atividade, produtos e serviços** - a biblioteca promove eventos, fornece serviços e pode inclusive produzir brindes de publicidade que podem, a qualquer momento, ser revisto e enquadrados numa Política de sustentabilidade Ambiental. (DIAS, 2015, p.6).

Para o cumprimento dessas normas, no âmbito das organizações e das bibliotecas é importante conhecer os termos relacionados a gestão e suas classificações para que possamos depois identificar, no contexto das bibliotecas, os impactos decorrentes dos resíduos.

### 3.2 A Gestão ambiental e as classificações dos tipos de resíduos

O termo sistema de gestão ambiental refere-se a um conjunto de políticas e estratégias administrativas e operacionais que buscam atender a legislação na área da saúde e da segurança das

pessoas e a prevenção do meio ambiente. “A gestão ambiental engloba o planejamento, a organização, e a orientação corporativa para alcançar metas ambientais específicas” (NILSSON, [s.p.] 1998).

A citação de Nilsson evidencia a importância do sistema de gestão ambiental, pois ela é fundamental no processo de Gestão de resíduos.

Assumpção (2011, p.119), por sua vez, define que “[...]a organização deve estabelecer, documentar, implementar, manter e continuamente melhorar um sistema da gestão ambiental em conformidade com os requisitos desta norma e determinar como ela irá atender a esses requisitos.”

### 3.3 As Classificações dos resíduos segundo a lei

Segundo o Sistema Firjan (FEDERAÇÃO, 2013), os resíduos são aqueles que se encontram nos estados sólido, ou semissólido, ou líquidos cuja característica seja inviável para o seu lançamento na rede pública de esgotos ou rios e lagos.

[...] O Brasil ganhou recentemente sua política de resíduo sólido (PNRS). A lei nº 12.305/2010 estabeleceu o macro regulatório para os resíduos no país. Segundo a lei, “resíduo” é o lixo que pode ser reaproveitado ou reciclado, enquanto “rejeito” é aquilo que não é passível de reaproveitamento. (FEDERAÇÃO, 2014, p.13).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi instituída pela Lei nº 12.305/10. Essa lei contém instrumentos importantes para permitir o controle e enfrentar os principais problemas ambientais, sociais e econômicos, decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

A mesma Lei prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, propondo a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos.

A Lei tem papel fundamental, pois cria metas importantes que irão contribuir para a eliminação dos lixões e institui instrumentos de planejamento em nível nacional, estadual, microrregional, intermunicipal, metropolitano e municipal; além de estabelecer que os particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Para que se alcancem os resultados concretos na redução dos resíduos sólidos é de suma importância a participação da população civil nesse processo, procurando orientação nos órgãos competentes para a não disposição inadequada dos materiais descartados.

Nesse sentido, para auxiliar na gestão de resíduos, a norma ABNT NBR 10.004:2004 estabeleceu critérios para classificá-los como perigosos ou não-perigosos e os dividiu em classes:

Classe I: são considerados resíduos perigosos aqueles que apresentam uma ou mais das características que serão mencionadas a seguir: a) Inflamável; b) Corrosivo; c) Relativo (exemplo, em contato com a água ou em condições específicas de temperatura e pressão); d) Tóxico (contém algum dos contaminantes previstos na norma ABNT 10.004:2004; e) Patogênico (contém substância capaz de provocar doenças em homens, animais ou vegetais).

Classe II: São considerados não perigosos pois não apresentam nenhuma das Características mencionada anteriormente: Classe II A: São subdivididos em não inertes, quando apresentam propriedades como biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água. Classe II B: São considerados Inertes se não apresentarem propriedades da classe II A. (FEDERAÇÃO, 2013, p.7).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), abrange todos os tipos de resíduo sólidos e incorpora conceitos atualizados de gestão de resíduos e apresenta novas ferramentas à legislação ambiental brasileira. Ela foi planejada com base no estilo de vida da sociedade brasileira e propõe alternativas para o consumo consciente, a redução da geração e um aproveitamento mais eficiente dos resíduos, bem como de estruturação e implementação de sistemas de logística reversa.

### 3.3.1 logística reversa

A definição de logística reversa segundo o sistema (FIRJAN, 2014 p. 14), diz que, ela “[...]é um conjunto de ações e procedimentos para coletar e devolver os resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou para que a empresa dê aos resíduos outra destinação final ambientalmente adequada.”

De acordo com a PNRS, são exigidos que sejam implantados a logística reversa, aos setores de: agrotóxico, seus resíduos e embalagens; pilhas e baterias; pneus; óleo lubrificantes, seus resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; produtos eletroeletrônicos.

### 3.3.2 produtos químicos

Cassares, Tanaka (2008) mencionam que existem fatores que aceleram a velocidade das reações químicas tais como a temperatura e esta é responsável por acelerar as reações químicas instaladas no papel. Já a umidade e luz favorecem as reações ácidas por meio de hidrogênio, da composição da água o que leva a proliferação de microrganismos.

Além deste fator, Cassares, Tanaka (2008) citam que existe também a participação do homem nesse processo de perdas de acervo o que ocorrem quando são realizadas intervenções inadequadas.

A utilização dos produtos químicos é frequente dentro das empresas. Nesse sentido é necessário que, o empreendedor conheça os produtos que são usados em sua empresa, assim como a melhor forma de geri-los. Os produtos químicos apresentam riscos, os quais podem ser controlados se forem utilizados e aplicados em condições de uso e armazenamento adequados. Os produtos químicos que são utilizados pela empresa devem ser identificados, armazenados em local e de forma adequada sempre com a devida sinalização de produto perigoso. Os produtos devem ser mantidos em suas

próprias embalagens, ou em embalagens próprias para fracionamento. Alguns exemplos de produtos químicos: tintas e vernizes; sabões e detergentes; cloro; produtos e limpeza; acetona; álcoois; soda cáustica; fertilizantes; óleos lubrificantes; ácidos sulfúrico e clorídrico.

### 3.3.3 gestão de água e efluentes

A legislação brasileira ao fazer referência aos recursos hídricos, fala a respeito da disponibilidade de água nas condições de qualidade e quantidade necessária para cada região. Assim sendo, torna-se de grande relevância observar em quais contextos e com quais finalidades se dão a utilização da água (nos escritórios: é utilizada nos toaletes, vestuário e bebedouro; nos refeitórios: é usada para preparar as refeições, lavar as louças e na limpeza em geral; nos pátios e jardins: usada na lavagem de pátio e áreas livres, rega de gramados e resfriamento; nas linhas de produção: usa-se nos processos, limpeza, enxágues, banhos e resfriamento; nas caldeiras: usada na formação do vapor, tratamento de água, lavagem de veículo (FEDERAÇÃO, 2014).

Portanto, toda a água já utilizada para que possa ser lançada nos corpos d'água necessita passar por um processo de tratamento, obedecendo às normas descritas na Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) sendo, nestas condições, chamada de efluentes (FEDERAÇÃO, 2014).

Além disso, as resoluções do Comana descrevem que a qualidade e a quantidade dos efluentes lançados devem ser constantemente monitoradas. E para que exista uma gestão adequada da água e efluentes é preciso: a) cadastrar-se no Cadastro Nacional de Usuário de Recurso Hídricos (CNARH), caso realize captação ou lance efluente em água superficial ou subterrânea; b) verificar se o uso da água por seu empreendimento / atividade precisa de outorga do órgão ambiental e, em caso positivo, solicitá-la; c) receber o boleto de cobrança e realizar o pagamento, caso a empresa tenha outorga e precise pagar pelo uso de água; d) realizar limpeza e higienização dos reservatórios de água a cada seis meses; e) Caso seja fonte potencialmente poluidora das águas e não seja dispensada pelo órgão ambiental, apresentar até o dia 31 de Março de cada ano a Declaração de Carga Poluidora e / ou atender ao Procon Água do INEA.

### 3.3.4 emissões atmosféricas

A Resolução do Conama nº 03/1990, menciona que:

Art. 1º [...] Entende-se como poluente atmosférico qualquer forma de matéria ou energia com intensidade e em quantidade, concentração, tempo ou características em desacordo com os níveis estabelecidos, e que tornem ou possam tornar o ar: I - impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde; II - inconveniente ao bem-estar público; III - danoso aos materiais, à fauna e flora. IV - prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade. (BRASIL, 1990, p.1)

Os impactos ambientais podem prejudicar a qualidade do ar, no local, ou contribuir com o aumento do efeito estufa, por exemplo, efeito global. Saber diferenciar estes impactos é de grande importância, uma vez que auxilia o gestor a identificar os diferentes impactos resultantes de suas atividades (FEDERAÇÃO, 2014).

Vale ressaltar, que é o próprio Conama quem identifica, durante o licenciamento ambiental, se uma atividade precisa ter suas emissões de poluentes atmosféricos monitoradas. O objetivo é controlar aqueles empreendimentos que possuem fontes fixas com emissões significativas de poluentes, o que costuma acontecer entre empresas de maior porte.

A qualidade do ar é monitorada pelos órgãos ambientais estaduais. O que determina a qualidade do ar é um grupo de poluentes definidos como indicadores universais, devido a sua maior frequência de ocorrência e pelos efeitos adversos que causam ao meio ambiente e à saúde. São eles o dióxido de enxofre (SO<sup>2</sup>), dióxido de nitrogênio (NO<sup>2</sup>), monóxido de carbono (CO), ozônio (O<sup>3</sup>), hidrocarboneto totais (HC) e o material em suspensão (PTS) e partículas inaláveis (PM 10, partículas de diâmetro inferior a 10 micrômetros, que penetram no aparelho respiratório). (FEDERAÇÃO, 2014, p.26).

A Política Nacional de mudanças climáticas é importante para que se alcance a redução de Gases de Efeito Estufa (GEE), e de seus impactos ambientais. Após conhecer os termos relacionados a gestão e suas classificações podemos agora apresentar e discutir no contexto das bibliotecas os impactos decorrentes dos resíduos.

### **3.4 Resíduos gerados pelas bibliotecas**

No contexto da biblioteca, podemos identificar os resíduos que podem ser reaproveitados ou reciclados, enquanto “rejeito” e aqueles que não são passíveis de reaproveitamento. Na Biblioteca, por exemplo, existe um grande consumo de papel, que por vezes pode ser desnecessário e, portanto, substituível. Para isso, seria de grande relevância analisar a real necessidade da impressão em papel, com o incentivo da impressão frente e verso e posterior substituição para os suportes digitais. Os comprovantes de devolução de livros, ainda bastante utilizados em via impressa, também poderiam ser substituídas por um comprovante eletrônico e encaminhada por e-mail ao usuário. Questões relacionadas a quantidades de embalagens, tempo de vida do produto, consumo de energia e oportunidade de reciclagem, também podem ser consideradas.

Além disso, a disponibilidade e a correta colocação de coletores de produtos recicláveis tanto no ambiente da Biblioteca como no campus universitários, com a devida conscientização de todos os usuários por meio de campanhas educativas, também contribuiria positivamente com a ideia de manejo sustentável.

Já no que se refere a Logística Reversa, “A logística reversa está diretamente relacionada ao conceito de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.” (BARBOSA; IBRAHIN, 2015, p. 127).

É importante observar que a vida de um produto não termina quando se faz a entrega ao cliente. Para que a logística reversa seja efetivamente implementada, é preciso organizar pontos de recepção, meios de transporte adequado, sistema de armazenagem de produtos, processamento e reaproveitamento, o que representa um custo adicional ao fabricante e ao estabelecimento comercial. Tendo em vista isto, é necessário que a sociedade esteja envolvida na busca de alternativa que possibilitem a mudança de hábitos e que minimizem os impactos ambientais. (BARBOSA; IBRAHIN, 2015, p. 128).

Contudo, os gestores das bibliotecas possuem dificuldades em fazer a destinação certa dos seus produtos que são considerados velhos e sem uso, o que demonstra complicações em definir o ciclo de vida de seus produtos (BARBOSA; IBRAHIN, 2014).

Conforme Barbosa; Ibrahin (2014), para que se possa viabilizar o retorno dos resíduos em seus setores produtivos seria preciso fazer uma implementação e operacionalização da logística reversa efetiva, sendo necessário algumas medidas por parte das empresas, como por exemplo, disponibilizar postos de entrega de resíduo recicláveis, atuar em parceria com cooperativas e associações de catadores, dentre outros.

Dessa forma, podemos afirmar que a logística reversa representa um fluxo reverso da logística. Sendo assim, ela procurará identificar e coletar, na biblioteca, os produtos considerados velhos, obsoletos, danificados ou inúteis e os movimentará de modo a fornecer disposição final ou tratamento adequado, podendo ser a reciclagem, a reutilização, a remanufatura, o coprocessamento dentre vários outros que possam vir a existir no ambiente da biblioteca.

A contribuição da logística reversa está, tanto no desenvolvimento sustentável, quanto no fato de trazer benefícios indiretos à biblioteca como, economia no custo de produção, diminuição da extração da matéria prima da natureza, economia de energia e diminuição da contaminação do meio ambiente e dos gastos com a gestão dos resíduos, além incentivar diversas operações capazes de trazer resultados econômicos positivos a curto e longo prazo à biblioteca (BARBOSA; IBRAHIN, 2014).

Já no que se refere a **Gestão de águas e efluentes**, observa-se, nas bibliotecas, alguns pontos negativos, tais como: o grande desperdício de água oriundos de vazamento das torneiras, bebedouros, dos banheiros, encanamentos e há também problemas com a drenagem além de treinamento e orientações insuficientes aos servidores e aos usuários. Ao buscar medidas adequadas de como resolver esses problemas, Barbosa (2014), afirma, por exemplo, que um sistema eficiente de drenagem, poderia oferecer um escoamento rápido das águas superficiais, em que poças, lamaçais e água estagnada poderiam ocasionar um ambiente sujo e insalubre, dentre outros vários problemas. O manejo e a drenagem dessas águas evitariam inundações, alagamentos, proliferação de doenças etc. Além disso:

Os líquidos residuais devem ser devidamente tratados, no intuito de atenuar ao máximo as alterações físicas e biológicas de sua composição, e, com isso, prevenir os impactos ambientais decorrentes do seu lançamento na rede pública e corpo d'água, que de acordo com a sua origem, são classificados como: Esgoto doméstico: despejo líquido resultante do uso da água para a higiene e necessidades fisiológicas. Esgoto industrial: despejo líquido resultantes dos processos industrial, respeitando os padrões de lançamento estabelecidos. Esgoto pluvial: são os esgotos provenientes das águas de chuva. (BARBOSA; IBRAHIN, 2014, p. 18).

Desse modo, visando o consumo sustentável da água nas bibliotecas, se poderia, por exemplo, pensar em sistemas mais econômicos de descargas, ou ainda, na instalação de torneiras temporizadas e em métodos de limpeza predial mais eficientes, além de equipes agindo, preventivamente, no sentido de evitar quaisquer desperdícios, tais como vazamentos. Outra medida possível de ser implementada, diz respeito a captação de água da chuva para reutilização na lavagem de calçadas e manutenção de jardins, por exemplo. Todas estas ações podem ser citadas como formas de manejo sustentável.

Outro ponto que merece atenção, diz respeito a utilização frequente de **produtos químicos** pelas empresas e demais instituições como verniz, água, álcoois, sabões, acidez do papel, poluição atmosférica, tintas, pigmentos etc. Neste sentido, as bibliotecas não fogem à regra. Assim sendo, se utilizados de forma inadequada tais produtos podem influenciar negativamente e elevar, por exemplo, a acidez dos papeis, danificando conseqüentemente livros, periódicos e mapas.

Além disso, há riscos a outros materiais, tais como: aparelhos eletrônicos, estantes, móveis em geral, além de cd's, dvd's, documentos filmográficos, documentos fotográficos, documento iconográfico, documentos sonoros, dentre outros. A esse respeito, pode-se destacar também o descarte inadequado de pilhas, baterias, lâmpadas e embalagens dos produtos de limpeza. Porém, sabe-se que, quando utilizados de forma adequada (como, por exemplo, informando e treinando os servidores, armazenando os produtos químicos em local e de forma adequada, mantendo-se a devida sinalização de produtos perigosos, ou ainda mantendo-os em suas embalagens originais), os riscos provenientes da utilização dos produtos químicos são poucos e controláveis (FEDERAÇÃO, 2014).

Acondicionar corretamente o lixo separando-os de acordo com a sua classificação oficial é importante para a prevenção da poluição e da contaminação direta e indireta com produtos tóxicos. O ideal é que a limpeza das Bibliotecas seja realizada com produtos ecológicos.

### 3.4.1 emissões atmosférica

Um dos principais fatores de degradação referem-se aos agentes biológicos: temperatura, umidade relativa do ar, qualidade do ar (CASSARES; TANAKA, 2008). A esse respeito, sugerem que uma ventilação inadequada contribui para a acumulação de poluentes, o que leva conseqüentemente a proliferação de micro-organismos, bactérias, fungos, insetos, traças, baratas, cupins, brocas, piolhos,

roedores, além da geração de gases nocivos. A presença destes, faz com que a vida útil dos materiais que a Biblioteca possui seja reduzida. Portanto, é necessário atenção e cuidado com a refrigeração das Bibliotecas, visando prevenir a ocorrência de perdas prematuras dos materiais nela acondicionadas (DIAS, 2015).

Com isso, observa-se que um sistema de ventilação natural pode ser o mais adequado, sendo seu uso o mais indicado quando as condições assim o permitir. “Os sistemas de ventilação natural, exaustão e renovação do ar devem ser previstos em projetos, já os sistemas de condicionamento artificial do ar, quando necessários, devem levar em conta os procedimentos e a sua periodicidade de manutenção”. (ASBEA, 2012, p. 86).

Assim sendo é importante, também, manter o controle da umidade relativa do ar. Com relação a esse assunto, Costa (2003) alerta para o fato de que níveis inadequados de umidade aumenta significativamente a desintegração dos materiais. Ainda, de acordo com o mesmo autor, para que haja uma boa conservação do papel, do ponto de vista químico e físico, aconselha-se manter a temperatura entre 18 e 22o C e a umidade relativa entre 45 e 55%. Para tanto, a medição desses índices pode ser feita por meio de aparelhos termohigrometros, devendo ser realizadas diariamente. Além de ampliar a vida útil dos materiais armazenados na biblioteca, a qualidade do ar é fundamental para o bem-estar dos usuários.

Com relação a isso, Dias (2015) reforça que a saúde e o bem-estar de toda equipe da Biblioteca e dos seus utilizadores dependem da qualidade do ar. Assim sendo, podemos pensar também na possibilidade de criação de espaços verdes (jardins, bosques), que além de embelezar e aumentar de forma natural à renovação do ar que respiramos, também se apresenta como um espaço atrativo a uma boa leitura e a produção de conhecimento.

Outo item a ser discutido, diz respeito aos desperdícios observados na construção e reabilitação de edifícios. Observa-se que boa parte das construções das Bibliotecas são realizadas sem racionalidade, causando impactos ecológicos e ambientais. Nesta perspectiva, Dias (2015, p.11) afirma que: “As bibliotecas poderão repensar os seus edifícios, quer em casos concretos de obras de readaptação e manutenção, como principalmente em casos de construção de equipamentos novos, de raiz, em que o bibliotecário poderá assumir um papel mais interventivo e atento”.

Para isso, Dias (2015), argumenta que a sustentabilidade consiste em construir com racionalidade, procurando obter o mínimo de impactos ecológico e ambientais, através da utilização racional das matérias, otimizando os ciclos naturais do ar e da água e com estratégias passivas de produção de energia e por meio de uma gestão eficaz de resíduos.

A preocupação com a adequação ambiental das Bibliotecas é algo que está sendo difundida em nível internacional. Por este motivo, vários sistemas são desenvolvidos para avaliar esse desempenho, como por exemplo: Building Research Establishment Environmental Assessment Method (BREEAM)

utilizado no Reino Unido, Leadership in Energy and Environment Design (LEE) utilizado nos Estados Unidos da América, Comprehensive Assessment System for Built Environment Efficiency em uso no Japão, Sustainable Building Tool (SBTool) utilizado no Canadá, SBToolIPT e o LiderA foram ajustados à realidade das Bibliotecas de Portugal. Cabe as bibliotecas Universitárias do Brasil adaptar e assimilar parâmetros e critérios dos sistemas, conforme a realidade de cada biblioteca do país.

Além do desperdício na construção, há também o **desperdício energético**, que tem como causas principais: a ineficiência de processos, fuga de energia, instalações inadequadas de equipamentos e o uso irracional da energia dentro das instituições (DIAS, 2015).

Segundo Dias (2015), ainda que cada biblioteca apresente necessidades específicas em si mesma, várias são as estratégias que poderão ser adotadas para se obter uma maior eficiência energética (utilização de lâmpadas de baixo consumo, construir prédios com adaptações que permita o uso da luz solar em alguns períodos do dia, desligar os aparelhos elétricos quando não utilizados, instalações de fontes de energia renovável: como painéis fotovoltaicos ou painéis solares, manutenção preventiva de portas e janelas), reduzindo-se assim o consumo e os pontos de fuga de energia.

Outro ponto que merece atenção diz respeito as **aquisições** da biblioteca. Observa-se que em muitas situações, as aquisições são feitas sem levar em conta o quesito sustentabilidade. O que representa um fator negativo considerando o caminho atual, que vem ampliando a ideia de manejo sustentável. O que por sua vez, chama atenção para a necessidade de repensar as práticas de aquisição.

Para Dias (2015), os processos de aquisição podem variar desde a atualização do fundo documental e do acervo, até à compra de mobiliário. Assim sendo, o mesmo autor afirma que, em um primeiro momento, poderão ser colocadas as seguintes reflexões: se é mesmo necessário comprar; se é possível reaproveitar materiais para substituir; se o produto terá um uso comum e partilhado e se a segunda unidade comprada é considerada necessária.

Ao adquirirmos um produto, os aspectos negativos decorrentes de seu uso podem ser reduzidos, necessitando para isso que haja especial atenção às características de sua fabricação e consequentes impactos gerados por sua produção, utilizando-o e promovendo seu descarte de forma adequada.

#### **4 SUGESTÕES DE MEDIDAS A SEREM ADOTADAS E APLICADAS PELAS BIBLIOTECAS E SEUS BENEFÍCIOS**

Além de fazer o uso e manejo correto dos resíduos, algumas medidas podem ser adotadas e aplicadas pelas bibliotecas universitárias, visando divulgar as questões ambientais e com isso buscar conscientizar e demonstrar o valor social que as bibliotecas possuem tanto na formação intelectual quanto na questão ambiental.

Isso poderia, por exemplo, ser feito por meio da criação de um Jornal ou “Mural Ambiental”, que permitiria a divulgação de uma maior quantidade de informações a respeito das questões ambientais (divulgação das associações da região, de sites relacionados a temática; reportagens com atividades sustentáveis, dentre outros). Ou ainda, divulgando informações de como confeccionar produtos reciclados: desenhos, poesias e textos que promovam o respeito ambiental.

Um painel eletrônico seria ainda mais viável para fazer essa divulgação uma vez que gera menos resíduo. Além disso, se poderia pensar ainda na viabilidade de se construir espaços que levasse os frequentadores a refletirem ou a observarem a teoria dos três “R’s” (Reduzir, Reutilizar e Reciclar). Como, por exemplo, por meio da confecção e exposição de produtos reciclados, tais como: pufs de garrafas pet, criação de assentos de caixotes de madeira. A Biblioteca poderia ainda organizar exposições bibliográficas ou temáticas destacando a importância do consumo sustentável; criar parcerias com outras instituições que trabalhem seguindo os princípios da gestão sustentável, objetivando a troca de informações, o trabalho em equipe e a cooperação.

Essas medidas são viáveis e Blewitt (2001), menciona alguns benefícios de se utilizá-las nas instituições de ensino: a) contribuir para o desenvolvimento da ética sustentável; b) prima pelo bem-estar, saúde e segurança; c) reduz os desperdícios; d) aprimora as atividades ambientais curriculares; e) monitora o consumo de água e energia; e f) motiva a participação da comunidade local e regional. Ao adotarem estas medidas, as Bibliotecas poupam recurso os quais ainda podem ser revertidos em valor para investimento sustentável na própria Biblioteca.

Tauchen e Brandli (2006), afirmam ser necessário que as instituições de ensino superior, façam em primeiro lugar o devido **planejamento**, que inclui: a auditoria ambiental, o diagnóstico dos impactos diretos ou significativos, o guia com boas práticas sustentáveis, o treinamento e a sensibilização da equipe de funcionários e dos alunos, com soluções baseadas no padrão de gerência ambiental da ISO 1400.

O plano seguinte refere-se ao da **Ação, que objetiva** a melhoria contínua e soluções baseadas no padrão de gerência ambiental da ISO 14001. O terceiro passo consiste em fazer a **verificação**, que consiste na criação de ferramentas para que ocorra a análise da sustentabilidade, a coleta de indicadores ambientais, desenvolvendo e editando assim, materiais de avaliação ambiental. Por último, vem a **execução**, que se refere a inclusão de conteúdo, nos currículos, de sustentabilidade ambiental, com programas voltados à conscientização da população a respeito da questão ambiental. Além disso, há o desenvolvimento de projetos de pesquisa, controle do uso de combustíveis, controle do consumo e reuso da água, controle do uso da energia, controle de efluentes, alimentação orgânica, sistema de saúde e segurança, parceria com outras universidades, disseminação dos projetos, programas de reciclagem - gestão de resíduos, organização de eventos na área ambiental, criação de departamento para gestão ambiental, curso de formação de gestores ambientais, construções e reformas com padrões

sustentáveis, promoção da biodiversidade dos ecossistemas, critérios ambientais com fornecedores e por fim, espaços verdes – controle da vegetação (TAUCHEN, BRANDLI, 2006).

São muitos os motivos para que sejam adotadas medidas para que as Bibliotecas sejam mais sustentáveis, utilizando para isso alternativas e manejo adequado para um consumo consciente, com redução de geração e um aproveitamento mais eficiente dos resíduos.

Ao adotarem tais práticas, as instituições de ensino poderão obter vários resultados positivos, dentre os quais: economia financeira pelo melhoramento da produtividade e da redução no consumo de energia; água e materiais de expediente; o estabelecimento das conformidades com a legislação ambiental, reduzindo, assim, os riscos de incorrer em penalidades ou gerar passivos ambientais. A evidência de práticas responsáveis também gera melhorias na imagem externa da instituição. Isso posto, apresentam-se no próximo capítulo algumas dificuldades na implantação da gestão de planos de sustentabilidade socioambiental.

## **5 AS DIFICULDADES NA IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE PLANOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.**

Oliveira e Serra (2010, p. 436), argumentam que "[...]os colaboradores são resistentes em relação ao processo de auditoria interna de acordo com a norma NBR ISO 14001". A principal causa é o aumento de custos para as empresas pesquisadas no gerenciamento do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), com base na norma NBR ISO 14001. Desse modo, Oliveira e Serra (2010, p. 436) argumentam que: “Na implantação e gerenciamento de um SGA ISO 14001, alguns investimentos são comuns e contribuem para elevação dos custos empresariais, tais como: adequação da estrutura organizacional, intensificação de treinamentos, desenvolvimento de programas de conscientização, modernização de equipamentos, instituição de auditorias etc.”

Outras causas ainda influenciam a resistência: a falta de conhecimentos adequados; de informação; de habilidade e capacidade de direção ou liderança; causas emocionais relacionadas com a mudança; hábitos e rotinas instituídos na organização; insegurança perante o desconhecido; a ideia preconcebida que a “mudança” pode ser prejudicial; a “ausência” de tempo para se criar uma política ambiental para assim adotarem a política de gestão ambiental, para que seja possível implementar medidas de sustentabilidade ambiental (OLIVEIRA; SERRA, 2010, p. 436).

Mais especificamente, no que se refere ao contexto das bibliotecas, há ainda afirmações quanto a ausência de uma verba destinada para melhorias de prevenção ambiental; quanto a dificuldades de se criar locais para a correta separação de resíduos “ecopontos” além de existir problema com relação ao espaço para que sejam feitas a separação e armazenagem até seguirem para o processo reciclagem ou aproveitamento. Muito se discute também com relação as dificuldades em se promover a

sensibilização interna dos técnicos para a prática de ações ambientalmente sustentáveis. O que demonstra que a equipe da biblioteca não se encontra devidamente sensibilizada para as questões ambientais. (ARRUDA, GOMES, 2011)

Foi realizado uma pesquisa tipo Survey por Otávio José de Oliveira e José Roberto Serra no segundo semestre de 2008, que abordava os benefícios e as dificuldades da adoção de Sistemas de Gestão Ambiental ISO 14001 em empresas industriais do Estado de São Paulo.

Os resultados demonstraram que:

Com relação à questão aberta sobre as dificuldades relativas ao SGA ISO 14001, os itens mais citados para complementar as afirmativas foram: barreiras orçamentárias; falta de estrutura dos órgãos ambientais, que são lentos nas respostas às demandas; necessidade de contratação dos serviços de especialistas devido à falta de informação dos órgãos ambientais e excesso ou duplicidade de relatórios; existência de poucas empresas confiáveis para destinação de resíduos, gerando altos custos para o descarte em virtude da grande demanda e falta de concorrência; processos burocráticos e demorados junto à CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Governo do Estado de São Paulo) para liberação do CADRI (Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais); e falta de conscientização das autoridades municipais e estaduais e da população, em geral, sobre a importância do controle ambiental. (OLIVEIRA; SERRA, 2010, p.436).

Ao fazer uma comparação, observa-se que as bibliotecas possuem dificuldades com a ISO 14001, semelhante aos resultados encontrados na pesquisa descrita anteriormente.

Contudo, cabe destacar que apesar de todas essas implicações, observa-se cada vez mais a importância de se adotar uma gestão ambiental para as Bibliotecas. Lozano e Diaz (2006), por exemplo, afirmam que não é fácil conseguir mudar essa imagem da biblioteca. Porém, destacam que é preciso ações para que possamos garantir os recursos necessários para as futuras gerações. O que sugere a necessidade de se ampliar o debate e a busca por medidas ambientalmente sustentáveis nas Bibliotecas Universitárias.

Ao tratar sobre esse assunto, Pinto (2009), apresenta a importância de o bibliotecário também ser inovador, no sentido de procurar constantemente soluções novas e sustentáveis para a comunidade a que atende profissionalmente. Ainda nesse sentido, Silva (2010) faz uma reflexão crítica sobre a função social que o bibliotecário tem a desenvolver no *locus* profissional. Destaca o dever que esse profissional tem de responder ao público interno e externo, como agente transformador e possuidor de uma consciência cidadã, desconstruindo a imagem de que o bibliotecário está restrito a função de catalogar, classificar, emprestar e devolver livros. Defende a premissa de que o espaço que a biblioteca ocupa no fazer da sua instituição, em sua grande parte, deve-se ao fazer do profissional que nela atua, dessa forma, o profissional deve ter domínio não somente do conhecimento técnico que a formação profissional requer, mas também no desenvolvimento de habilidades e atitudes ligadas às questões socioculturais, políticas e ambientais. Complementando, Tachizawa (2011) lembra que esse profissional, dos novos tempos, tenderá a trabalhar em organizações menos hierárquica, cujo ambiente

informativas possibilitará que várias pessoas possam comunicar-se rapidamente por redes informatizadas.

Como reflexo da implementação dessas tecnologias da informação para a gestão ambiental e responsabilidade social, obter-se-ão ganhos consideráveis na redução do consumo de papel, eliminação do uso de mídias magnéticas para arquivamento de informação (disquetes, CD's, pendrive e dispositivo de backup e meios de armazenamento digital equivalente). Outro ganho considerável seria a maior eficácia em sistema de monitoramento da proteção ao meio ambiente e do gerenciamento da responsabilidade social como suporte dos recursos da informática. Tais resultados impactam de forma positiva a gestão ambiental e a responsabilidade social nas organizações à medida que contribuem para um menor impacto ambiental (e até sua completa eliminação) e, de outro lado, melhoram o desempenho sistêmico da gestão ambiental e da responsabilidade social. (TACHIZAWA, 2011, p. 31).

Desse modo, quando as instituições fizerem um planejamento, incluindo a questão da sustentabilidade e colocar em ação as normativas que orientam esta questão, criando ferramentas de análise da sustentabilidade e verificar a execução do que for desenvolvido, será possível iniciar a redução dos impactos ambientais causados pelas bibliotecas.

## 6 CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DOS USUÁRIOS

Além dos desafios, em adotar as práticas de sustentabilidade ambiental nas Bibliotecas universitárias observa-se também a necessidade de se discutir em conjunto a educação dos usuários. Existe um enfoque interdisciplinar, presente na Lei N° 9.795/99 e reforçado nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental:

Art. 8º - A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (BRASIL, 2012, p.70).

Além disso, Demojorovic (2012) menciona que deve-se:

[...] levar o indivíduo a aprender a aprender, o que se manifesta pela capacidade de refletir, analisar e tomar consciência do que sabe, dispor-se a mudar os próprios conceitos, buscar novas informações, substituir velhas verdades por teorias transitórias, adquirir os novos conhecimentos que vêm sendo requeridos pelas alterações existentes no mundo, resultantes da rápida evolução das tecnologias da informação. (DEMOJOROVIC; SILVA, 2012, p. 47).

Com relação a isso, Arruda e Gomes (2011), falam da necessidade da conscientização e como ela pode colaborar para a educação ambiental. Destaca que se trata de uma conscientização urgente e que as práticas sustentáveis devem ser incorporadas nas pequenas atividades diárias, ocasião para as bibliotecas entrarem como colaboradoras no que se refere a educação ambiental, trabalhando junto à população.

Dessa forma o objetivo da Educação Ambiental dos usuários da Biblioteca representa colocar em evidência os problemas de sustentabilidade no ambiente da Biblioteca e conscientizar os usuários de como esses problemas podem afetar toda a sociedade e não somente o ambiente da Biblioteca. A ideia é fazer da Biblioteca um espaço vivo, com informação satisfatória para seus usuários, uma vez que a conscientização pode sensibilizar e levar a mudança de comportamento e ao desenvolvimento de competências para a efetiva construção de uma sociedade mais justa.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscamos identificar os impactos ambientais decorrentes das atividades das bibliotecas, utilizando práticas de sustentabilidade socioambiental que pudessem ser aplicadas pelas bibliotecas. Para alcançar esse objetivo foi necessário elaborar uma abordagem que apresentasse conceitos relacionados a temática ambiental.

Apresentamos as normativas que orientam as questões de sustentabilidade socioambiental em Bibliotecas. Foram ainda discutidas e apresentadas noções de sustentabilidade socioambiental que podem ser aplicadas pelas Bibliotecas Universitárias brasileiras. Com essas discussões e reflexões foi possível observar os benefícios e descrever as dificuldades na gestão de planos de sustentabilidade socioambiental e o desafio de conscientizar os usuários quanto a necessidade de se adequarem as novas formas de gestão.

Após analisar a temática ambiental chega-se a um consenso de que o meio ambiente é parte integrante da nossa vida e da importância de que exista o estabelecimento de ações práticas no sentido de ampliar a manutenção dos ecossistemas e também da preservação, conservação, manutenção das práticas ecologicamente adequadas, considerando também a equipe que trabalha nas Bibliotecas.

Sugere-se aos gestores das bibliotecas que utilizem os três “R’s” que consiste em Reduzir, Reutilizar e Reciclar para se obter uma maior eficácia na gestão dos resíduos produzidos nas bibliotecas, ressaltando que para atingir os principais objetivos da gestão ambiental é necessário que sejam realizados treinamentos de funcionários para que venham a conhecer o sistema de sustentabilidade, sua importância e formas de colaboração, juntamente com a criação de programas de pós-consumo para retirar do meio ambiente os produtos, ou partes deles, que possam contaminar o solo, rio dentre vários outros.

Vimos que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi instituída pela Lei nº 12.305/10, a qual possuem instrumentos importantes para permitir o controle e enfrentar os principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

A norma ABNT NBR 10.004:2004 estabeleceu critérios para classificar os tipos de resíduos, classificando-os como: perigosos ou não-perigosos e os dividiu em classes: na classe I são considerados

resíduos perigosos aqueles que apresentam uma ou mais das características: Inflamável, corrosivo, reativo (exemplo, em contato com a água ou em condições específicas de temperatura e pressão), Tóxico (contém algum dos contaminantes previstos na norma ABNT 10.004:2004). Já a classe II A: subdivide-se em não inertes (quando apresentam propriedades como biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água), e classe II B (consideradas inertes se não apresentarem propriedades da classe II A).

As organizações podem desenvolver seu próprio sistema de gestão ambiental com políticas e objetivos baseados em requisitos legais podendo realizar isto através das normativas existente (dentre ela a ISO 14001). Sugere-se esta por possuir requisitos fundamentais, tais como: planejar, executar, verificar e atuar. Com a utilização destes requisitos.

É possível agilizar a criação de ferramentas que análise a sustentabilidade e colete os indicadores ambientais desenvolvidos, e editar matérias de avaliação ambiental através do uso do plano de ação traçado com a ISO 14001.

É possível incluir nos currículos, conteúdos que abordem a questão da sustentabilidade ambiental, programas voltados à população de conscientização ambiental, desenvolvimento de projetos de pesquisa, controle do uso de combustíveis, controle do consumo e reuso da água, controle do uso da energia, controle de efluentes, alimentação orgânica, sistema de saúde e segurança, parceria com outras universidades, disseminação dos projetos, programa de reciclagem- gestão de resíduos, organização de eventos na área ambiental, criação de departamento para gestão ambiental, curso de formação de gestores ambientais, construções e reformas com padrões sustentáveis, promoção da biodiversidade dos ecossistemas, critérios ambientais com fornecedores e por fim espaços verdes - controle da vegetação.

A lei nº 12.305/2010 caracteriza os resíduos sólidos no contexto da biblioteca, identificando o lixo que pode ser reaproveitado ou reciclado, enquanto “rejeito” e aqueles que não é passível de reaproveitamento. Identificamos os impactos causados pelas bibliotecas e foram descritas sugestões de como reduzir esses impactos (tais como: reduzir o consumo de papel na biblioteca onde por vezes o consumo é em excesso observar a questão da quantidade de embalagens, tempo de vida do produto, consumo de energia e chamando ainda atenção para a oportunidade da reciclagem).

Há dificuldades na Logística Reversa em fazer a destinação certa aos seus produtos que são considerados velhos ou inutilizáveis, já que possuem dificuldades em definir o ciclo de vida de seus produtos. Concluímos que logística reversa contribui tanto no desenvolvimento sustentável, quanto no sentido de trazer benefícios indiretos a biblioteca como, economia no custo de produção, diminuição da extração da matéria prima da natureza, economia de energia e diminuição da contaminação do meio ambiente e dos gastos com a gestão dos resíduos, além incentivar diversas operações capazes de trazer resultados econômicos positivos a curto e longo prazo a biblioteca.

Os desperdícios no que se refere a questão da gestão de águas e efluentes, se refere a drenagem, onde se procurou destacar a necessidade de que sejam criados sistema eficiente para oferecer um escoamento rápido das águas superficiais, em que poças, lamaçais e água estagnada poderiam ocasionar um ambiente sujo e insalubre.

No caso dos produtos químicos, caso haja erros em sua gestão ambiental ou de forma inadequada, estes podem causar danos aos materiais existentes na biblioteca, podendo inclusive, danificar os materiais e móveis que a Biblioteca possui. Mas que, ao serem utilizados de forma adequada os riscos são poucos ou controláveis.

Revelou-se a importância de se ter um sistema de ventilação adequada, como forma de prevenir perdas, e as vantagens da ventilação natural e até mesmo da criação de espaços ecológicos como forma de conscientização no que se refere ao uso sustentável nas bibliotecas.

Os desperdícios na construção e reabilitação de edifícios precisam ser repensados, pois boa parte das construções das bibliotecas são edificadas sem racionalidade, o que causa impactos ecológicos e ambientais. É preciso ainda o melhor uso da energia com ações de novas tecnologias que garantam mais economia e menos desperdício. Observa-se também, a necessidade de repensarmos a questão da sustentabilidade ao se planejar as novas aquisições para as Bibliotecas, analisando nestas ocasiões o custo-benefício dos materiais a serem adquiridos.

A partir da implantação de práticas de responsabilidade socioambiental nas bibliotecas pode ocorrer também a conscientização dos usuários, no sentido de se atentarem para o fato de que a utilização inadequada e, por vezes, sem controle, dos recursos naturais podem afetar não somente aquele espaço da Biblioteca Universitária, mas toda a sociedade.

Portanto, cabe a todos os setores da sociedade (governo, empresas, Bibliotecas, servidores e usuários), adotarem posturas mais realistas e condizentes com a realidade atual, que aponta cada vez mais para a urgência e a necessidades de práticas sustentáveis que venham a garantir a manutenção dos recursos naturais e o surgimento das futuras gerações.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Milton Ruiz. **Metodologia Científica**. 3. ed. Rio de Janeiro: CBO, 2013.

ARRUDA, Ylka Danielle Lima Prado de; GOMES, Oriana Gonçalves. Educação Ambiental na Biblioteca. In: Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da informação, 14., 2011, São Luís (MA). **Anais...** São Luis: EREBD N/NE, 2011.

ASBEA. Grupo de trabalho de Sustentabilidade. **Guia sustentabilidade na arquitetura**: diretrizes de escopo para projetistas e contratantes. São Paulo: Prata Design, 2012.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14001: sistemas da gestão ambiental: Requisitos com orientações para uso.** Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- BABAKRI, K. A. Recycling performance of firms before and after adoption of the ISO 14001 standards. **Journal of Cleaner Production**, [S.l.], v. 12, p. 633-637, 2004.
- BARBOSA, Rildo Pereira; IBRAHIN, Francine Imene Dias, **Resíduos sólido: Impactos, Manejo e Gestão Ambiental.** São Paulo: Érica, 2014.
- BLEWITT, J. **Good Practi in Sustainable Development Education: Evaluation Report and Good Practice Guide.** [S.l.: s.n.], 2001. Disponível em: <<http://www.lsd.org.uk/research/sustainability/goodpractive.psf>> Acesso em: 29 mar. 2017.
- BRASIL. Planalto. Presidência da República. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. 12 /02/1998. Disponível em:<<http://www.planalo.gov.br>> Acesso em: 28 jun. 2016.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 3, de 28 de junho de 1990.** Publicada no DOU, de 22 de agosto de 1990, Seção 1, páginas 15937-15939, Correlações: · Complementa a Resolução no 5/89. Brasília: MMA, 1990. Disponível em: <<http://mma.gov.br>>. Acesso em:
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. DOU no 116, Seção 1, Págs. 70-71 de 18/06/2012. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://mma.gov.br>>. Acesso em:
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira: Ações Prioritárias.** Brasília, 2004.
- BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. **Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos.** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9, 1994, São Paulo **Anais...** São Paulo: USP, 1994. p. 16-29. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/abntnabr6023.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.
- BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development of concepts. In: RODGERS, B. L.; KNAFL, K. A. (editors). **Concept development in nursing: foundations, techniques and applications.** Philadelphia,USA: W.B Saunders Company, 2000. p. 231-50.
- CAMPOS, Lucila Maria de Souza, LERÍPIO, Alexandre de Ávila. **Auditoria Ambiental.** São Paulo: Atlas, 2009.
- CASSARES, Norma; TANAKA, Ana Paula H. **Preservação de acervo bibliográficos: Homenagem a Guita Mindlin.** São Paulo: Imprensa oficial, 2008.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 242p.
- COSTA, Marilene Fragas. **Noções básicas de conservação preventiva de documentos.** São Paulo: [s.n.], 2003. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/normas\\_conservacao\\_fio\\_cruz\\_1358966008pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/normas_conservacao_fio_cruz_1358966008pdf)> Acesso em: 10 set. 2016.
- DEMAJOROVIC, Jacques; Silva, Hélio Cesar Oliveira da. Formação interdisciplinar e Sustentabilidade em Curso de Administração: Desafios e Perspectivas. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 13, n. 5, p. 39-64, 2012.

DIAS, Sandra Maria Moura. **Sustentabilidade ambiental aplicada aos sistemas de informação: estudos e proposta para as bibliotecas de informação**: estudo e proposta para as bibliotecas públicas em Portugal. 2015. 172f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e informação) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal. Disponível em: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22486/1/ulfl199965\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22486/1/ulfl199965_tm.pdf)> Acessado em: 25 jun. 2016 às 15:37:20

OS DICIONÁRIOS. [S.l.: s.n.], [20–z]. Disponível em: <<http://www.osdicionarios.com/c/significado/meio-ambiente>> Acesso em: 2 abr. 2017.

FEIL, Alexandre André; NAIME, Virgílio José Sbrasburg. Análise sobre as normas e dos indicadores de sustentabilidade e a sua integração para corporativa. **Perspectiva em Gestão e Conhecimento**, João Pessoa, PB, v. 3. n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.uffpb.br>>. Acesso em:

FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **ISO 14001:2015**. São Paulo: FIESP, 2015. Disponível em: <[www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br)> Acesso em 5 nov. 2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Gestão Ambiental**: para Micro e Pequenas Empresas: cartilha empresarial do SENAI. 2. ed. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2014.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, Antonio Carlos, **Como elaborar um projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, L. G. F. F. **Novela e sociedade no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1998.

GURGEL, C. Reforma do Estado e segurança pública. **Política e Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 15-21, set. 1997. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/abntnubr6023.pdf>> Acesso em: 10 set. 2016.

GESSER, J.; PFITSCHER, Ed. Análise de sustentabilidade ambiental: Estudo Na Biblioteca de uma Universidade Pública Federal. **Revista da UNIFEBE**, Santa Catarina, v. 1, n. 10, p. 1-19, jul.\dez. 2012. Disponível em: <[periodicos.unifebe.edu.br](http://periodicos.unifebe.edu.br)> Acesso em 27 nov. 2016

NEVES JÚNIOR, Bernadino; TEIXEIRA, Vilmaria; RODRIGUES, Lúcia. **Desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental**: SGA Para o campus de Barbacena - Universidade Presidente Antônio Carlos. In: CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE DE, 12, Poços de Caldas, 2015. Poços de Caldas, MG: [s.n.], 2015.

GESTÃO AMBIENTAL: para Micro e Pequenas Empresas: cartilha empresarial do SENAI. 2. ed. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2013.

LANNA, Antonio Eduardo Leão. **Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos**. Brasília: IBAMA, 1995.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Jeanne Sawaya, Catarina Eleonora F. da Silva. 12. ed. São Paulo; Brasília/DF: Cortez: UNESCO, 2001.

NILSSON, W. R. Services instead of products: experiences from energy markets - examples from Sweden. In: MEYER-KRAHMER, F. (Ed.). **Innovation and sustainable development: lessons for innovation policies**. Heidelberg: Physica-Verlag, 1998.

OLIVEIRA, Otávio José de; SERRA, José Roberto. **Benefícios e dificuldades da gestão ambiental com base na ISO 14001 em empresas industriais de São Paulo**. Produção, [S.l.], v. 20, n. 3, p. 429-438, jul./set. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65132010000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132010000300011)> Acesso em: 25 mar. 2017.

PERUSSI, Arthur. et.al. **Planejamento do sistema de gestão ambiental na biblioteca da Unesp, Rio Claro/ Sp**. SemEAR, Primavera do Leste, MT, v.1, n. 1, p. 32-35, set. 2013. Disponível em: <[http://igce.rc.unesp.br/Home/Graduacao29/engenhariaambiental/semear/trabalho-011-arthur\\_semear-2013.pdf](http://igce.rc.unesp.br/Home/Graduacao29/engenhariaambiental/semear/trabalho-011-arthur_semear-2013.pdf)> Acesso em: 10 de out. 2016.

PINTO, Marli Dias de Souza. Bibliotecário: contexto de mudança e inovação necessária. **Revista ACD**, Santa Catarina, v. 14. n. 2, 2009. Disponível em: <[http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia\\_biblio.pdf](http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia_biblio.pdf)> Acesso em: 12 ago. 2016.

PORTAL DE PESQUISA TEMÁTICAS E EDUCACIONAIS. **Sua pesquisa.com**. [S.l.: s.n.], [20—?]. Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/gestao\\_ambiental.htm](http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/gestao_ambiental.htm)> Acesso em 04 nov. 2016 às 16:54.

ROMANO, Giovanni. Imagens da juventude na era moderna. In: LEVI, G; SCHMIDT, J. (Org.). **História dos jovens**. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 7-16.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVEIRA, Eduarda; PFISTSCHKE, Elisete Dahmer; UHLMANN, Vivian Osmari. Análise de sustentabilidade ambiental em uma biblioteca universitária. **Revista Pretexto**, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, p. 1-16, out. / dez 2012. Disponível em: <<http://nemac.ufsc.br/files/2012/12/19-1386-2196-1-SM.pdf>> Acesso em 5 nov. 2016.

SOUZA, L. S.; BORGES, A. L.; REZENDE, J. O. Influência da correção e do preparo do solo sobre algumas propriedades químicas do solo cultivado com bananeiras. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE FERTILIDADE DO SOLO E NUTRIÇÃO DE PLANTAS, 21, 1994, Petrolina. **Anais...** Petrolina: EMBRAPA, CPATSA, 1994. p. 3-4. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/abntnabr6023.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

TACHIZAWA, Takeshe. **Gestão ambiental e Responsabilidade Sócio Corporativa: estratégias de Negócios focados na realidade Brasileira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TEIXEIRA, E. Reflexões sobre o paradigma holístico e holismo e saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, SP, v. 30, n. 2, p. 286-90, ago. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v30n2/v30n2a08>> Acesso em: 28 mar. 2017.

SUSTENTABILIDADE. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 3.ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 2128.

# 10

## MAPEAMENTO SOBRE A EMPREGABILIDADE DO EGRESSO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFMT

Celia Alves de Sousa

Bacharel em Biblioteconomia - Universidade Federal de Mato Grosso

### 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Oliveira (2013, p. 2), “o mercado de trabalho vem se transformando para o profissional bibliotecário rapidamente, sobretudo com o surgimento de novas tecnologias de tratamento, armazenamento e recuperação de informação. Diante disso, Silva (2015) argumenta que a Universidade Federal de Mato Grosso e o curso de Biblioteconomia cumprem importante papel social na Região e no Estado, pois criou e ampliou as vagas públicas para a formação de bibliotecários. Mas se por um lado o estado de Mato Grosso cumpre esse importante papel na sociedade, por outro surge as dúvidas: As vagas de trabalho existentes no mercado de trabalho têm sido suficientes para absorver os novos profissionais? Quanto tempo levaram para conseguir o primeiro emprego após a conclusão do curso? De que forma aconteceu e em qual local?

Parte-se do pressuposto de que, após a conclusão de um curso de graduação, uma das preocupações de todo o formando é saber o que lhe aguarda ao final da jornada universitária e início da profissional. Afinal são anos de dedicação e um aprendizado que será submetido ao teste no mercado de trabalho.

Nessa direção, Figueiredo (2007, p. 10) observa que, “a literatura da área nos traz muitas informações do profissional bibliotecário que o mercado exige, bem como sobre as possibilidades de atuação. No entanto, pouco nos apresenta sobre a real empregabilidade do profissional, ou seja, onde e como ele está atuando”.

Em outra observação, Santos et al. (2016, p. 16) salientam que a empregabilidade dos profissionais da informação tem sido abordada em pesquisas desenvolvidas em diversas localidades até com abrangência nacional. Contudo, são poucas as pesquisas desta natureza que tenham como foco o bibliotecário atuante em Mato Grosso como Bibliotecário. Assim o objetivo dessa pesquisa tem como finalidade identificar a empregabilidade do bibliotecário formado pela UFMT, com a intenção de

verificar se os mesmos estão conseguindo inserção no Mercado de Trabalho na sua área de formação, e verificar as competências mais exigida pelo mercado.

Para alcançar os objetivos propostos, aplicamos um questionário para identificar se os egressos estão inseridos e atuantes no mercado de trabalho, detectar se a área que está atuando faz referência com sua formação, verificar os campos de atuação, classificado em públicos ou privados, bem como média salarial obtidas pelo seu trabalho.

Ao final do processo, pretende-se ter um documento que possa auxiliar os alunos do Curso de Biblioteconomia da UFMT a minimizar suas dúvidas e angustias quanto ao mercado de trabalho. De posse de informações como campo de atuação, faixa salarial predominante, habilidades necessárias para o sucesso na busca por um emprego, objetiva-se aproximá-los do cenário real das unidades de informação, seja ela como e onde for.

Destaca-se ainda que, para esse mercado possa estar cada vez mais promissor, é necessário que esse profissional esteja imbuído do compromisso com a gestão da informação e com consciência do seu papel social na eliminação de barreiras de acesso à informação, seja de natureza política, tecnológica, econômica educacional, cultural e recreativa. Sobretudo, de forma dinâmica, que sua prática esteja voltada aos anseios e interesses da comunidade, contribuindo para solução de problemas sociais e abrindo oportunidades em novos segmentos além dos já existentes.

## **2 BIBLIOTECONOMIA: ASPECTO HISTÓRICOS**

Levando em consideração, que essa pesquisa teve como foco os egressos do curso de Biblioteconomia da UFMT e sua empregabilidade, considera -se importante traçar breves aspectos históricos do curso. Isso auxilia-nos a compreender a evolução do perfil do profissional Bibliotecário bem como os saberes e as práticas profissionais operadas em diferentes momentos.

A ideia é conhecer a evolução do próprio ensino da Biblioteconomia, que passou por distintos e marcantes períodos na sua grade curricular. Com o objetivo de adapta a tecnologia ao máximo no processo de tratamento, armazenagem, busca e recuperação da informação.

Segundo Almeida e Baptista (2013) o primeiro Curso de Biblioteconomia no Brasil foi criado em 1911, dando início em abril de 1915 na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, com duração de um ano. O curso era estruturado em quatro disciplinas principais: Bibliografia, Paleografia, Diplomata, Iconografia e Numismática.

Para Muller (1985), tais disciplinas foram rigorosamente escolhidas e ministradas pelos próprios chefes da organização para atender exclusivamente a Biblioteca Nacional. A escolha teve como influência o modelo Frances, marcado por características humanísticas e, por sua vez ligado a cultura e a arte. A influência Europeia persistiu até 1922 quando o curso foi extinto, voltando a funcionar onze

anos depois, e reiniciado com uma pequena alteração na grade curricular e na duração que passa para dois anos.

O Muller (1985) salienta que foi acrescentado a esse modelo a disciplina de História da Literatura, e as demais disciplinas - Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Cartografia, não sofreram alterações, sendo que esse currículo em que prevaleceu a influência francesa foi adotado até 1944.

No entanto, o modelo humanístico Francês não contemplava mais as necessidades da época, pois, a Biblioteca Nacional se tornou depositária de todas as publicações produzidas no País pelo Decreto nº 1825 de 20/12/1907 passando a receber mais de 450 obras diariamente.

Diante desses altos volumes de produção bibliográfica e disseminação e tratamento da informação, demandava-se a necessidade de preparação de profissionais hábeis em técnicas que, agilizassem a organização para a disseminação informacional. Daí justifica-se então, a adoção pelo modelo norte-americano com profissionais treinados para lidar com a organização de bibliotecas baseadas em técnicas especialmente desenvolvidas, aliadas à catalogação e classificação (LIMA, 2008).

Em outubro de 1929 na Mackenzie College, hoje Universidade Mackenzie, deu-se início ao segundo curso de Biblioteconomia, em São Paulo. Ao contrário do curso do Rio de Janeiro, as disciplinas refletiam a orientação técnica norte-americana. A bibliotecária Dorothy Muriel Gueddes, foi trazida dos Estados Unidos, para organizar a biblioteca do Instituto Mackenzie.

Mas, de acordo com Mueller (1985) e Lima (2008), a necessidade de preparar mais bibliotecários, deu início a segunda turma de Biblioteconomia no Brasil, as disciplinas escolhidas para grade curricular foram: Catalogação, Classificação, Referência e Organização, voltadas para organização de bibliotecas baseada em técnicas especialmente desenvolvidas, diante da necessidade de sistematizar a biblioteca. Após algumas interrupções por falta de apoio, o curso ministrado no Instituto Mackenzie e na Prefeitura de São Paulo, Aquele curso de Biblioteconomia firmou-se na Escola Livre de Sociologia e Política, sendo adicionada a disciplina História de Livro.

Observa-se então a preocupação com sistematização do acervo, com a administração da biblioteca e com outros tipos de clientela, impulsionando a adaptação curricular frente as novas exigências do mercado de trabalho e com profissionais qualificados.

Diante desse cenário, em 1944 a Biblioteca Nacional sofre também mudanças na própria estrutura fazendo com que o curso de Biblioteconomia precise ser reformulado, uma vez que não mais se limitaria a formar profissionais para atuarem na Biblioteca Nacional e sim profissionais versáteis para atuarem em qualquer tipo de instituições, com serviços especializados e direção de bibliotecas.

Nessa premissa, O curso superior passou a conter as seguintes disciplinas: Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação e Classificação, História da Literatura e disciplinas optativas

como: Noções de Paleografia, Catalogação de Manuscrito [...] e outras disciplinas do ensino superior cujo conteúdo fosse de interesse da Biblioteconomia (MUELLER, 1985).

Com a inclusão dessas novas disciplinas, nota-se a aceitação do tecnicismo, em decorrência da necessidade de adaptação curricular frente as novas exigências do mercado, justificando as mudanças ocorridas no curso da Biblioteca Nacional a partir de 1962. Neste mesmo ano ocorreu a tão almejada regulamentação da profissão e também um novo currículo, com duração de três anos e com as disciplinas de Técnica do Serviço de Referência, Bibliografia em Geral, Introdução a Catalogação e Classificação, Organização e Administração de Bibliotecas, História do Livro e da Bibliotecas no primeiro ano.

No segundo ano, as disciplinas se concentram em Organização e Técnica de Documentação, Bibliografia Especializada, Catalogação e Classificação, Literatura e Bibliografia Literária, Introdução a Cultura e História e Sociologia; já o terceiro ano ficou destinado às disciplinas de Catalogação Especializada, Classificação Especializada, Reprodução de Documentos, Paleografia, Introdução a Cultura Filosofia e Artística.

Vale ressaltar que o curso de Biblioteconomia era ministrado somente em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas vieram alunos de outros estados para estudarem, e que ao termino do curso, retornaram às suas cidades de origem e passaram a organizar cursos em novas escolas. Em 1971 havia 17 cursos funcionando, formando Bacharéis em Biblioteconomia em Salvador, Porto Alegre, Recife, Manaus, Belo Horizonte, Curitiba, Formiga entre outros.

Mas à medida em que a profissão do bibliotecário se tornava cada vez mais conhecida em todo território Nacional e suas respectivas atividades requisitadas pelos órgãos, institutos e empresas de várias regiões, aumentava também a demanda por renovação de seus currículos, fato evidenciado por muitos profissionais que não se sentiam aptos a atender tais necessidade das novas organizações (LIMA, 2008).

Em resposta as mudanças e pressões por parte da profissão, Muller (1985) afirma que no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação que aconteceu em 1971, na cidade de Belo Horizonte, foi proposto a criação da Associação Brasileira de Escola de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD).

Essa pressão perdurou por toda década, com a necessidade de atualização do Currículo dos Cursos de Biblioteconomia, levando o Conselho Federal de Educação (CFE) em parceria com a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) e colaboração de alguns professores da área a elaborarem o segundo Currículo Mínimo de Biblioteconomia. Assim, em agosto de 1982, foi aprovado um currículo que procurava contemplar matérias divididas em três grupos: Fundamentação Geral, Instrumentais e de Formação Profissional (PINTO, 2015).

Em 2001, mesma época em que se cria o curso de Biblioteconomia em Mato Grosso, o Ministério da Educação deixa para cada universidade a responsabilidade de definir o currículo

específico além do que as mesmas terão o dever social e político de discutir com a categoria profissional. (JOB, OLIVEIRA, 2006).

## 2.1 Biblioteconomia em Mato Grosso

O curso de Biblioteconomia foi criado pela Universidade Federal de Mato Grosso, em 1999, porém, começou a funcionar no ano de 2000 no Campus Universitário de Rondonópolis, o qual obteve autorização de funcionamento pela Resolução CONSEPE nº 63 de 2/8/1999 que dispõe sobre a criação e implantação do Curso de Biblioteconomia.

A Resolução CONSEPE nº 116, de 11 de dezembro de 2000 aprovou o primeiro currículo pleno do curso de Biblioteconomia e que vigorou entre os anos de 2000 e 2006. Em 2007 a Resolução CONSEPE nº 4, de 22 de janeiro de 2007 aprovou a nova estrutura curricular do curso de Biblioteconomia, a qual vigora atualmente. Neste ínterim de tempo, o curso obteve o reconhecimento de funcionamento pela Portaria MEC nº 4398, de 29 de dezembro de 2004, com duração de 4 anos.

O Professor Javert Melo Vieira, foi o primeiro Coordenado do Curso, entre fevereiro de 2000 e junho de 2002. O Professor Alexandre Oliveira de Meira Gusmão, que ingressou em na UFMT em julho de 2002, foi coordenador entre julho de 2002 à setembro de 2005. Sendo sucedido pela Professora Joliza Chagas Fernandes que assumiu a coordenação entre outubro de 2005 à fevereiro de 2008. Os três professores foram os principais incentivadores da formação acadêmica e juntamente com outros professores, vêm contribuindo muito para o desenvolvimento da área biblioteconômica em Rondonópolis. Em noticiário publicado no site da UFMT no dia 26 de novembro de 2015 destaca-se que:

O curso de Biblioteconomia do Campus de Rondonópolis, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), alcançou nota 4 na avaliação do Ministério da Educação (MEC). Para Alexandre Gusmão, é resultado do esforço da UFMT em possuir um dos melhores cursos de Biblioteconomia do Brasil, com confirmação pela recente avaliação do Inep/MEC, e nítida a comprovação de que estamos no caminho certo. O professor Renato José da Silva sublinhou que a UFMT está desenvolvendo um trabalho sério e isso se reflete no bom desempenho perante as avaliações do MEC. Quanto à nota 4, Silva a exaltou garantindo que é uma importante conquista para o curso de Biblioteconomia e para a educação superior em Rondonópolis. (UFMT, 2015 p. 1).

Na mesma direção, Pena (2016) destaca que o egresso deverá associar os saberes, as práticas e os valores tratados no transcorrer do curso para assumir uma atitude voltada a alcançar realização profissional, relações sociais capazes de lhe permitir interagir no processo de gestão da informação, com visão interdisciplinar, dos diversos setores da sociedade. Gusmão (2009), já argumentava que novos postos de trabalho são criados, dependendo diretamente de mão de obra especializada, ou seja, de profissionais qualificados para ocuparem estes postos. Gusmão (2009 p. 6) também argumenta que:

Apesar de esse novo mercado de trabalho estar cada vez mais promissor para o bibliotecário, é necessário que esse profissional esteja apto a desenvolver suas atividades de mediador entre a informação e os interesses institucionais, com qualidade, eficiência e eficácia, para que esse mercado possa continuar cada vez mais crescente e abrindo oportunidades em novos segmentos além dos já existentes.

Além disso podemos observar que o perfil dos novos Bibliotecários está em constante modificações. Pena (2016) afirma que o perfil almejado para os Bibliotecários formados pelo Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Mato Grosso é de um profissional qualificado para trabalhar a organização e o gerenciamento de bibliotecas e de coleções, além de atuar no ciclo informacional.

### **3 O ATUAL PERFIL DO BIBLIOTECÁRIO FORMADO PELA UFMT**

A formação do perfil que atenda as demandas profissionais é um dos mais importantes aspectos para o desenvolvimento social, cultural, econômico e tecnológico da sociedade atual. O domínio da informação perpassa todas as áreas do conhecimento.

Neste contexto de demandas informacionais é que se insere o bibliotecário, um profissional da informação multi e interdisciplinar capaz de atuar como administrador da informação, sendo indicado pela Classificação Brasileira de Ocupações, como um profissional que disponibiliza informação em qualquer suporte. Além disso, o Bibliotecário é o único profissional responsável por administrar, organizar e sistematizar uma biblioteca.

Por esse motivo o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Mato Grosso, vem capacitando profissionais para atuarem na organização, disseminação e gestão da informação registrada em qualquer tipo de suporte físico e/ou digital, bem como, na direção e execução de serviços técnicos.

Mas será que isso é o suficiente para o concluinte ingressar no mercado de trabalho? Figueiredo e Souza (2007), argumentam que tanto no campo da Biblioteconomia como em qualquer campo de atuação profissional, a conclusão de um curso superior não garante o ingresso do formando no mercado de trabalho. Cabe, portanto, ao bibliotecário capacitar-se cada vez mais e estar sempre atualizado para acompanhar os avanços tecnológicos, e não ficando retido apenas a funções básicas e técnicas desenvolvidas na biblioteca.

Neste sentido, Oliveira (2013, p.7) argumenta que os bibliotecários devem estar imbuídos do compromisso com a gestão da informação e com consciência do seu papel social na eliminação de barreiras de acesso à informação, seja de natureza política, tecnológica, econômica educacional, cultural e recreativa, voltado aos interesses da sociedade e contribuindo para solução de problemas sociais.

Além disso, cabe também a esse profissional, estar munido de conhecimentos, competências e habilidades para discutir e solucionar questões relacionadas à seleção, à coleta, à organização, à

representação, ao tratamento, à disseminação, acesso à informação e ao conhecimento em diferentes meios, formatos e suportes (PENA, 2016).

Portanto o curso tem dentre tantos compromissos com os graduandos, o de formar profissionais conhecedores das novas tecnologias da informação, autossuficiente em conhecimentos necessários para interagirem no processo de transferência e mediação da informação.

A esse profissional fica a tarefa de possuir uma visão interdisciplinar, com clara consciência de cidadania, sobretudo, preocupando-se com a formação de futuros leitores, profissional habilitado a atender as necessidades informacionais oriundas dos diversos setores da sociedade.

#### **4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO**

Ao bibliotecário fica a tarefa de se qualificar constantemente, que só será possível se ele buscar acompanhar as transformações socioculturais, mantendo retroalimentação informacional permanente, capaz de oferecer respostas às necessidades informacionais de seus usuários, ou seja, possuir um vasto e denso conhecimento dos mecanismos informacionais que estão ao seu alcance e ao alcance da comunidade.

Para Rossi, Costa e Pinto (2014, p. 112), os profissionais precisam de capacitação continua para estar aptos à prestação dos serviços de informação, acompanhando as mudanças tecnológicas e sobressair a qualquer dificuldade encontrada no meio da profissão diante das transformações proporcionadas a área da informação, especialmente a partir da inserção da tecnologia.

Assim, neste capítulo identificamos as competências mais exigidas do profissional a fim de promover uma capacitação adequada visando a melhoria dos serviços prestados e o desenvolvimento profissional dentro das organizações.

Nessa premissa, entre as principais exigências estão: Interagir e agregar valor nos processos de geração de informação, transferência e uso da informação em todo e qualquer ambiente; Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza; Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte mediante a aplicação conhecimento teóricos e práticos de coletas, processamento, armazenamento e difusão da informação; Realizar pesquisas relativa a produto de informação; Desenvolver e utilizar as novas tecnologia, pró-atividade, esta atualizado quanto aos recursos informacionais online (mídia digital) entre outras.

Diante disso, podemos observar a demanda por profissionais munidos de habilidades e competências. Dutra (2006, p. 178) já argumentava que “esses novos atributos não são mais assegurados pela formação acadêmica. O diferencial competitivo no mundo do trabalho atual baseia-se nos valores

que se agregam a esta formação, ou seja, habilidades e competências individuais”. Dutra (2006, p. 178) ainda afirma que:

Neste contexto, os profissionais da informação contemporâneo não tem mais seu espaço de atuação profissional garantido, simplesmente por ser bibliotecários, jornalista, arquivista, analista de sistema, economista ou administradores. Mas sim por reunirem, independentemente da formação acadêmica, um conjunto de habilidade e competências que lhe possibilite gerenciar a informação enquanto recurso.

Nesse sentido, podemos dizer que competências dizem respeito às capacidades e experiências adquiridas por um profissional de qualquer área do conhecimento, que quando colocadas em prática agregam valor tanto às pessoas quanto à organização, ou seja, a competência pode ser aprendida ou melhorada através de treinamento, conhecimento que vem de um conjunto de informações que a pessoa possui pela experimentação, Habilidade que é um talento natural ou aperfeiçoado que ao praticarmos gera bons resultados, e Atitude que é, o querer ser e querer agir.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, torna-se evidente que o profissional dá informação necessita adotar posturas que lhes possibilitem tornar-se um empreendedor, traçando metas e objetivos, agindo com ética, flexibilidade, criatividade, espírito inovador e bom relacionamento interpessoal para aproveitar um leque de oportunidades que o mercado de trabalho tem a oferecer (DUTRA, 2006).

## **5 O BIBLIOTECÁRIO EMPREENDEDOR**

Empreender significa agregar valor, saber identificar oportunidades e transformá-las em um negócio lucrativo. O empreendedor é um indivíduo que não espera as coisas acontecerem, por isso é uma pessoa proativa, ou seja, faz as coisas acontecerem (SILVA, 2013).

Um empreendedor está altamente motivado, tem boas ideias e preocupa-se em como implementá-las de forma a alcançar os seus objetivos, ou seja, o empreendedor é alguém que não tem medo de iniciar projetos de uma forma arrojada. Por esse motivo, é bastante comum um empreendedor assumir a direção de uma empresa.

Com a explosão informacional a partir de década de 1950, o bibliotecário mais que nunca possui um leque de opções para empreender. Neste caso, o profissional deve estar habituado a prestar diversos serviços e conhecer diversas técnicas relacionadas a recuperação da informação.

De acordo com Conti, Pinto e Davok (2009), atualmente espera-se que o bibliotecário tenha, além das competências técnicas tradicionais da área, também competências empreendedoras para competir nesse mercado mutante com maior eficácia. A gestão de serviços de informação torna-se uma oportunidade de negócio e forte tendência para o bibliotecário empreendedor, principalmente, no que tange à entrega com qualidade e eficiência do pacote de serviços que o cliente deseja.

Nesse contexto, Maciel (2017) argumenta que o bibliotecário não precisa atuar apenas em bibliotecas ou outras unidades de informação, mas pode empreender, vendendo seus serviços para pessoas físicas e jurídicas. Tal afirmação, parte do pressuposto de que, atualmente, diversas empresas criadas por bibliotecários vêm se consolidando no mercado, demonstrando diferentes possibilidades nas quais este profissional pode atuar. Para esse mesmo autor, existem algumas empresas já criadas por Bibliotecários e que estão localizadas em diferentes regiões brasileiras e que possuem objetivos bastante específicos da profissão.

Com o objetivo de facilitar a compreensão, resolveu-se classificá-las nas categorias de: empresas de consultoria, empresas de gestão de documentos, empresas de capacitação e qualificação para bibliotecários, de conservação de documentos, de normalização de documentos e outros ramos de negócio (MACIEL, 2017, p.23).

Caso o bibliotecário não almeje abrir seu próprio negócio, ele pode canalizar suas habilidades e competências empreendedoras para dentro da organização em que trabalha, tornando-se intraempreendedor ou o empreendedor corporativo. Mas para se tornar um empreendedor, o bibliotecário deve estar preparado e disposto a enfrentar mudanças que vêm ocorrendo no atual cenário em que o mercado do trabalho se encontra na busca de informação de maneira rápida e confiável (CONTI, PINTO, DAVOK, 2009).

Assim, para além do conhecimento técnico, o bibliotecário na atual conjuntura da sociedade da informação, precisa possuir habilidades e competências, liderança, poder de negociação, excelência na comunicação, participação em redes além de visão empreendedora, ser criativo, flexível, inovador, ter visão do negócio em que atua e estar sensibilizado para a necessidade de atualização permanente (conhecimento, técnicas e métodos de trabalho).

Apesar do empreendedorismo ser um tema recente e ainda em construção, no atual cenário, o empreendedorismo na Biblioteconomia encontra-se em condições favoráveis para ascender, pois já está presente na Biblioteconomia por meio de práticas profissionais em diferentes campos de atuação.

## **6 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Para contemplar o objetivo proposto, cujo o qual é apresentar o mercado de trabalho dos egressos do curso de Biblioteconomia da UFMT, bem como as competências exigida por esse mercado, fez-se necessário, obter conhecimento a respeito do campo de atuação desse profissional. Para o levantamento do referencial teórico, estudamos artigos da área de Biblioteconomia publicados em revistas científicas da área disponíveis no portal da CAPES, SciELO e Google Acadêmico, selecionando artigos que abordassem o tema. Em um segundo momento, realizamos uma coleta de dados via questionário juntos aos egressos do curso de Biblioteconomia da UFMT utilizando a plataforma SurveyMonkey. Foi aplicado um questionário contendo 7 perguntas, sendo 4 fechadas

oportunizando aos respondentes assinalarem as alternativas, e 3 abertas para os entrevistados redigir suas próprias respostas às questões apresentadas e têm total liberdade total para redigir suas próprias resposta uma vez que são inúmeras as competências que o mercado espera desse profissional.

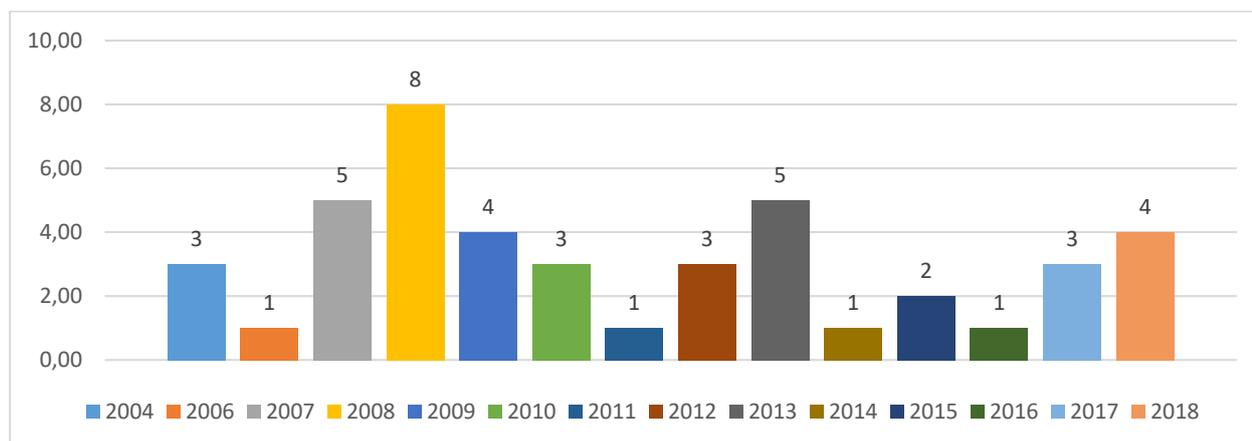
O questionário visava identificar a empregabilidade, informação sobre rendimento médio mensal, o perfil e as competências exigidos no mercado por esse profissional. De forma mais específica, investigar as instituições onde atuam, se é pública ou privada, e as atividades que desenvolvem: se é na área de sua formação ou não. Procuramos também acolher sugestões e críticas, quanto à formação acadêmica pela Universidade Federal de Mato Grosso, em Rondonópolis. A pesquisa teve caráter quantitativo e amostragem de 44 entrevistados de um total de 123 remessa de convite pelo Whatsapp para participara da pesquisa, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2018. A seguir são apresentados os resultados da pesquisa.

## 7 ANÁLISE DOS DADOS

Para a representação dos dados obtidos do questionário, utilizaremos Figuras e Quadros, de forma a proporcionar uma melhor compreensão dos resultados por parte do leitor.

A Figura 1 indica um diversidade de anos de formação dos egressos que participaram da pesquisa, com destaque para os egressos de 2007, 2008 e 2013.

Figura 1 - Ano de conclusão do Curso de Biblioteconomia na UFMT.

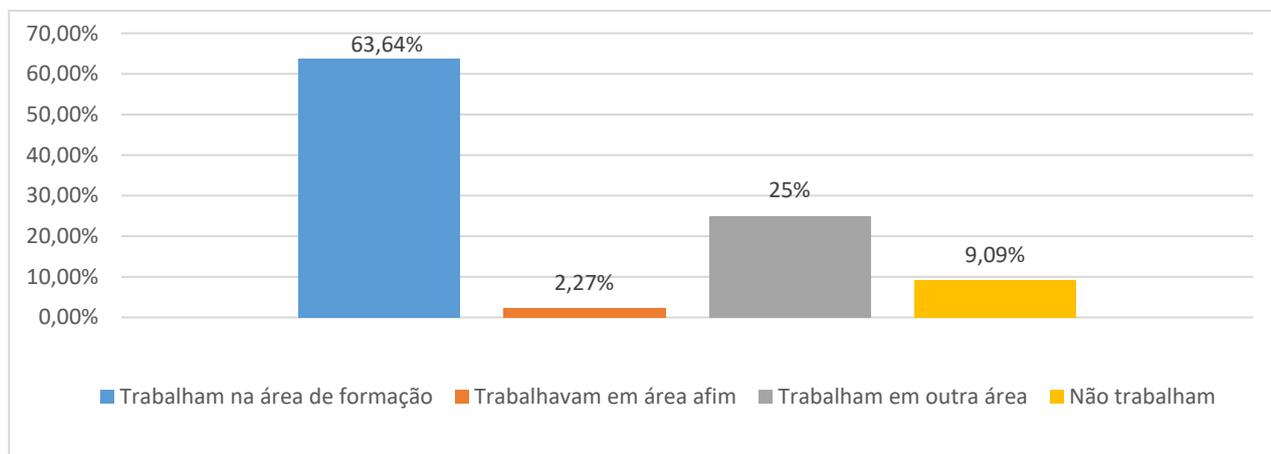


Fonte: pesquisa realizada pela autora em 2018

A Figura 2 indica a área de atuação dos egressos após conclusão do Curso. Detecta-se que 63,64% dos egressos (28) do curso de Biblioteconomia estavam empregados e atuando na sua área de formação, enquanto que 2,27% dos egressos (1) trabalhavam em área a fim, seguido de 25% dos egressos (11) que trabalhavam em outra área. Enquanto que 9,09% (4) dos entrevistados que não estavam trabalhando.

Esses resultados vão coincidir com a argumentação do Professor Alexandre Gusmão o qual argumenta que isto “é resultado do esforço da UFMT em possuir um dos melhores cursos de Biblioteconomia do Brasil, com confirmação pela recente avaliação do Inep/MEC, é nítida a comprovação de que estamos no caminho certo (UFMT, 2015).

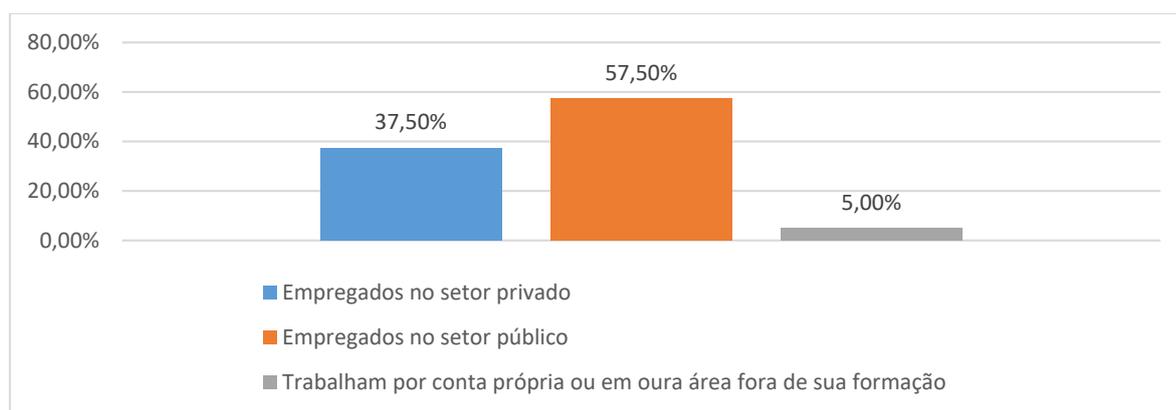
Figura 2 - área de atuação dos egressos após conclusão do Curso.



Fonte: pesquisa realizada pela autora em 2018

A Figura 3 indica o ambiente de trabalho do egressos que estavam trabalhando após conclusão do Curso. Detectando-se que 37,50% dos egressos (15) estavam empregados no setor privado, 57,50% dos egressos (23) estavam empregados no setor público e 5,00% dos egressos (2) trabalham por conta própria ou em outra área fora de sua formação.

Figura 3 - Ambiente de trabalho do egressos que estavam trabalhando após conclusão do Curso.



Fonte: pesquisa realizada pela autora em 2018.

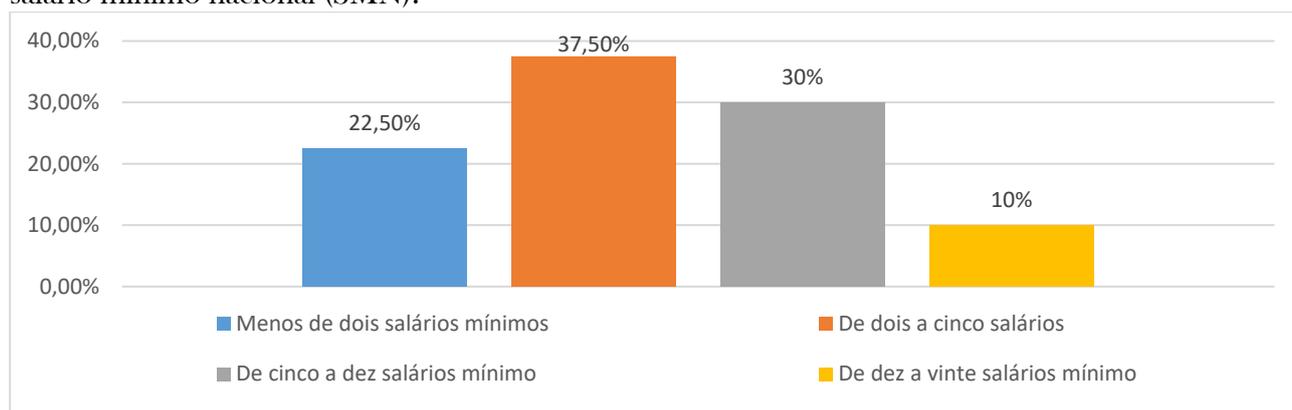
Os resultados expressam a diversidade de instituições empregadoras dos egressos do curso de Biblioteconomia da UFMT e que o setor público ainda prevalece fonte empregatícia de 57,50% dos egressos. O mercado de trabalho para os egressos do curso de Biblioteconomia está cada vez mais

competitivo, mas, os profissionais também conseguem emprego na iniciativa privada, exigindo em ambos os ambientes competências e habilidades.

O curso de Biblioteconomia está em constantes tentativas em fazer com que os egressos se tornem cada vez mais reconhecidos por suas habilidades e competências, e ocupem espaço em seus lugares natos que são as bibliotecas, principalmente as bibliotecas escolares e públicas que estão sendo ocupados por outros profissionais não habilitados para exercer as atividades bibliotecárias.

A Figura 4 indica o rendimento médio mensal bruto [proveniente do trabalho], tomando como referência o salário mínimo nacional (SMN). Nesta perspectiva detecta-se que não há um padrão de remuneração mínima. Sendo que 22,50% dos egressos recebem menos de dois salários mínimos, o qual em nossa visão é um valor baixo para remuneração de um bibliotecários (profissional de nível superior), 37,50% dos egressos recebem de dois a cinco salários, 30,00% dos egressos recebem de cinco a dez salários mínimo e 10,00% dos egressos recebem de dez a vinte salários mínimo.

Figura 4 - Rendimento médio mensal bruto [proveniente do trabalho], tomando como referência o salário mínimo nacional (SMN).



Fonte: pesquisa realizada pela a autora em 2018

O Quadro 1 indica as competências mais importantes exigidas pelo mercado de trabalho para um profissional d área na visão dos egressos, os quais podiam fazer mais de uma indicação. Nesta perspectiva a competência mais citadas pelos egressos, diz respeito ao domínio do conhecimento técnico e tecnológico, pois o conhecimento técnico é a condição básica para que o profissional possa atuar em sua área ou função. E o conhecimento tecnológico possibilita otimizar a produção, o acesso e, principalmente, aumentar a disseminação das informações e permitinso mudar os paradigmas.

A segunda competência mais citada é a observancia à ética profissional. Ser ético, é agir dentro dos padrões convencionais de uma categoria profissional, é proceder bem, e não prejudicar o próximo. O indivíduo que tem ética profissional cumpre com todas as atividades de sua profissão, seguindo de princípios determinados pela sociedade e pelo seu grupo de trabalho.

A terceira competência citada como mais importante é a busca constante pela inovação profissional. Inovar não é apenas ação da empresa, deve ser compromisso de todos, ou seja, de todos os profissionais que participam de dessa empresa. Funcionários inovadores além de usufruírem de boa reputação no mercado, tendem a ter melhores salários e conseguir melhores posições. E isso exige em parte, não só nível de conhecimento e acesso à informação, mas também requer postura e atitude.

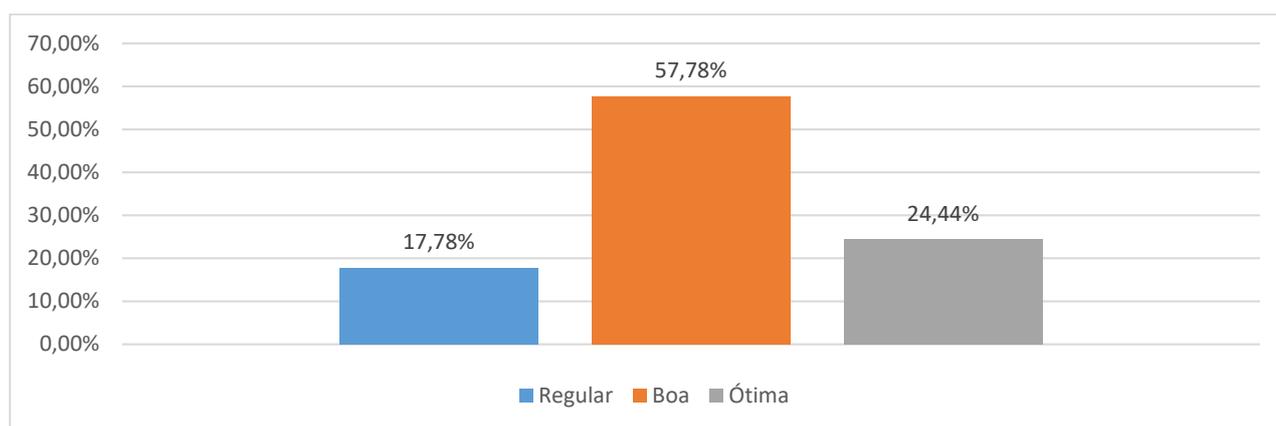
A competência técnica, a proatividade e habilidade de trabalhar em equipe também fazem parte das competências mais desejadas pelas empresas. O rol de competências indicadas pelos egressos totaliza 35 competências que em maior ou menor nível, na visão dos egressos, são exigidas pelas empresas

<b>Competência</b>	<b>Frequência de indicação</b>
Conhecimento técnico e tecnológico	15
Ética profissional	7
Inovação profissional	7
Competências técnicas	5
Proatividade	5
Trabalhar em equipe	5
Comprometido profissional	4
Dinamismo	4
Responsabilidade profissional	4
Atualização profissional e tecnológica	4
Relacionamento interpessoal	3
Comunicação verbal e escrita	2
Criatividade	2
Eficiência	2
Empreendedorismo	2
Liderança	2
Acessibilidade nas bibliotecas (conhecer sobre)	1
Atender ao público	1
Autonomia	1
Captação de recursos	1
Carisma	1
Cooperativismo	1
Desenvoltura	1
Disponibilidade em auxiliar a equipe	1
Enfrentar desafios	1
Flexibilidade	1
Formulação e execução de políticas institucionais	1
Gestão de pessoas	1
Gestão de processos	1
Inglês	1
Iniciativa	1
Interdisciplinaridade	1
Lúdico	1
Resolução de conflitos	1
Responder às demandas	1

Fonte: pesquisa realizada pela a autora em 2018

A Figura 5 indica a percepção da qualidade da formação acadêmica recebida durante o curso de Biblioteconomia na UFMT pelos egressos entrevistados. Sob esta perspectiva, detecta-se que 17,78% dos egressos avaliam como regular a qualidade da formação acadêmica que obtiveram durante a realização do Curso, 57,78% dos egressos avaliam com boa enquanto que 24,44% dos egressos avaliam com ótima.

Figura 5 - Avaliação da qualidade da formação acadêmica durante o curso de Biblioteconomia.



Fonte: pesquisa realizada pela autora em 2018

Diante disso, podemos observar que esse resultado pode ser decorrente do esforço da UFMT em investir para possuir um dos melhores cursos de Biblioteconomia do Brasil. Bem como do esforço e dedicação dos discentes em investir e construir um Curso com qualidade. Não é uma tarefa fácil: recursos financeiros limitados, há uma alta rotatividade de docentes apesar do Curso ser de uma universidade federal, entre outros fatores. Em contraposição e favorável a melhorar a qualidade do Curso há as aulas de campo nas quais os discentes têm contatos com as novas tendências da atuação profissional e de valorização do Curso e da carreira bibliotecária.

Torna-se manifesto o compromisso do Curso com os graduando, o qual procura formar profissionais conhecedor das novas tecnologias da informação, autossuficiente adquirir conhecimentos necessários para interagirem no processo de transferência da informação. Preocupado em formar cidadãos críticos e não apenas mão de obra descartável. Formar um profissional que tenha visão interdisciplinar com clara consciência de cidadania, sobretudo, preocupando-se com a formação de futuros leitores e que seja habilitado a atender as necessidades de informação oriundas dos diversos setores da sociedade.

Para finalizar a apresentação dos dados, foi solicitado aos egressos que indicassem sugestões para melhoria do Curso afim de facilitar e melhorar o aprendizado dos futuros bibliotecários. Desse modo, dos 44 egressos entrevistados, conseguimos obter as seguintes sugestões de melhorias do Curso de Biblioteconomia: houveram 9 sugestões para o Curso de Biblioteconomia contemplar mais

conteúdos voltados a realidade do mercado de trabalho e principalmente da área pública. Bem como, preparação para trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, proatividade, elaboração de projetos para captação de recursos, apresentação das tendências para o futuro da área. Seguida de 7 sugestões para o Curso atuar mais fortemente na área das novas tecnologias de informação e comunicação: adquirir programas de automação de bibliotecas para os laboratórios, trabalhar com novas ferramentas digitais, direcionar mais tempo para apresentar as bases de dados e processos de inovação tecnológica, acompanhar as mídias digitais e acessibilidade, bem como Internet 4.0 e Internet das coisas.

Houveram 5 sugestões para o curso aumentar a carga horária das aulas práticas e dos estágios supervisionados, bem como cadastrar mais instituições para oferta de estágios. Em seguida têm-se 3 sugestões para acréscimo de disciplinas como Filosofia, Sociologia, Gestão de Pessoas, Administração Pública e, preparar o acadêmico para concursos públicos. Na sequência houveram 2 sugestões para o curso de Biblioteconomia trocar experiências e conhecimentos e até promover intercâmbio com outras instituições. Seguidas de 2 sugestões para criar o curso de mestrado na área, 2 sugestões para a Coordenação de Biblioteconomia promover mais eventos entre egressos e os alunos do curso de Biblioteconomia, abordando os aspectos de atuação e legislação da área. E, finalizando, houveram respectivamente 1 sugestão para o curso de Biblioteconomia criar o laboratório de restauração, incentivar a iniciação científica e, investir na apresentação de uma visão mais empreendedora.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo proposto neste presente trabalho, foi identificar a empregabilidade de um grupo específico - os egressos do curso de Biblioteconomia da UFMT e, por isso, não pode ser generalizado para toda a classe de bibliotecários.

Na intenção de oferecer respostas ao problema dessa pesquisa, delimitamos a população e definimos questões específicas para melhor satisfazê-la: verificar se o egresso estava inserido no mercado de trabalho, se atuava na área, se estava vinculado a instituições públicas ou privados.

Diante dos resultados obtidos com essa pesquisa, podemos argumentar que grande parte dos egressos do curso de Biblioteconomia encontram-se empregados e 63,64% dos entrevistados atuavam na área de formação e 9,09% não trabalham.

Os resultados expostos anteriormente, indicam que o curso de Biblioteconomia da UFMT teve uma boa aceitação no setor privado com 37,50% dos entrevistados atuando neste ambiente de trabalho. No entanto, o setor público ainda prevalece com 57,50% dos postos de trabalho, enquanto que 5,00% dos egressos trabalhavam por conta própria. Esta pequena parcela, recordamos Maciel (2017) quando argumentava que atualmente diversas empresas criadas por bibliotecários vêm se consolidando no mercado, demonstrando diferentes possibilidades nas quais este profissional pode atuar. Quanto a

renda mensal dos entrevistados, identificou-se que 22,50% dos egressos ainda recebiam até dois salários mínimos, enquanto que 37,50% dos entrevistado recebiam de dois a cinco salários e, 30,00% do entrevistado recebiam entre cinco a 10 salários mínimo.

Em relação às competências, que são percebidas como necessárias pelos egressos estão: interagir e agregar valor nos processos de geração de informação, transferência e uso da informação em todo e qualquer ambiente; criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza; processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte mediante a aplicação conhecimento teóricos e práticos de coletas, processamento, armazenamento e difusão da informação ; realizar pesquisas relativa a produto de informação; desenvolver e utilizar as novas tecnologia, proatividade, está atualizados quantos aos recursos informacional online (mídia digital) entre outras.

Quanto às sugestões ao Curso de Biblioteconomia, foi aconselhado pelos egressos: a necessidade de contemplar mais conteúdos voltados a realidade do mercado de trabalho e principalmente da área pública. Bem como, preparação para trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, proatividade, elaboração de projetos para captação de recursos, apresentação das tendências para o futuro da área. Seguida desugestões para o Curso atuar mais fortemente na área das novas tecnologias de informação e comunicação: adquirir programas de automação de bibliotecas para os laboratórios, trabalhar com novas ferramentas digitais, direcionar mais tempo para apresentar as bases de dados e processos de inovação tecnológica, acompanhar as mídias digitais e acessibilidade, bem como Internet 4.0 e Internet das coisas.

Ao questionarmos aos egressos sobre a qualidade da formação acadêmica recebida, detectou-se que 17,78% dos entrevistados acham que a formação recebida pelo curso foi regular, enquanto 57,78% consideram boa e 24,44% aprovam o curso como ótimo.

Esses resultados traçam o perfil do curso de Biblioteconomia da UFMT baseado na percepção dos egressos e contribui também apresentando dados inéditos sobre o curso de Biblioteconomian da UFMT.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neília Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E Ciências DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais do CBBB**. Florianópolis: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciências da Informação, 2013. p. 1-13. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1508/1509>. Acesso em: 13 abr. 2019.

CONTI, Daiana Lindaura; PINTO, Maria Carolina Carlos; DAVOK, Delsi Fries. O PERFIL DO BIBLIOTECÁRIO EMPREENDEDOR. **Revista Acb: Biblioteconomia em Santa Catarina**,

Florianópolis, v. 1, n. 14, p.27-46, mar. 2009. Semestral. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/650/718>. Acesso em: 06 nov. 2018.

DUTRA, Tatiana N. Augusto; CARVALHO, Andréa Vasconcelos. O profissional da informação e as habilidades exigidas pelo mercado de trabalho emergente. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 178-194, dez. 2006. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11n22p178>. Acesso em: 28 mar. 2019.

FIGUEIREDO, Marco Aurélio Castro de; SOUZA, Renato Rocha. Aspectos profissionais do bibliotecário. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 12, n. 24, p. 10-31, dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n24p10>. Acesso em: 19 abr. 2018.

GUSMÃO, Alexandre Oliveira de Meira; SOCORRO, Osvaldo José. Mercado de trabalho para os bibliotecários nas empresas de rondonópolis - Mato Grosso. **Biblios: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Mato Grosso, v. 23, n. 1, p.231-246, 2009. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1288/578>. Acesso em: 10 abr. 2019.

JOB, Ivone; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Marcos históricos e legais do desenvolvimento da profissão de bibliotecário no Brasil. **Revista ACB**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 259-272, dez. 2006. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/449/565>. Acesso em: 21 jul. 2018.

LIMA, Diego Dias de. **Biblioteconomia para cidade de Rondonópolis: A necessidade de uma adaptação curricular**. 2008. 37 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal de Mato Grosso Campus Universitário de Rondonópolis, Rondonópolis, 2008.

MACIEL, Sávio Ricardo Gonçalves. **Empreendedorismo bibliotecário no estado do Pará: uma realidade?** 2017. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Pará Instituto de Ciências Sociais Aplicadas Faculdade de Biblioteconomia, Belém, 2017. Disponível em: [http://bdm.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/107/1/TCC\\_EmpreendedorismoBibliotecarioEstado.pdf](http://bdm.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/107/1/TCC_EmpreendedorismoBibliotecarioEstado.pdf). Acesso em: 06 nov. 2018.

MULLER, Suzana Pinheiro Machado. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 3-15, 1985.

OLIVEIRA, Orestina Mariana Lopes Siqueira. **Biblioteconomia e Empregabilidade no Contexto de Rondonópolis, Mato Grosso**. 2013. 15 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2013. Cap. 15. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1504/1505>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PENA, André de Souza. **Biblioteconomia como opção profissional**. 2016. Disponível em: <https://www.atribunamt.com.br/2016/01/16/a-Biblioteconomia-como-opcao-profissional/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

PINTO, Elton Mártires. **História do ensino de Biblioteconomia no Brasil: da fundação na Biblioteca Nacional a criação na Universidade de Brasília**. 2015.65 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) –Universidade de Brasília. Brasília, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/11200>. Acessado em: 25 de set. 2018.

ROSSI, Tatiana; COSTA, Marília Damiani; PINTO, Adilson Luiz. Competências requeridas aos bibliotecários na prestação de serviços de informação em Bibliotecas Universitárias. **Revista ACB**, [S.l.],

v. 19, n. 1, p. 111-123, mar. 2014. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/941>. Acesso em: 28 mar. 2019.

SANTOS, Priscila Reis dos et al. Inserção no mercado de trabalho e a empregabilidade de bacharéis em Biblioteconomia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 14-32, jun. 2016. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2563>. Acesso em: 19 abr. 2018.

SILVA, Edileusa Regina Pena da. **Biblioteconomia em Mato Grosso**. 2015. Disponível em: <https://www.atribunamt.com.br/2015/06/20/Biblioteconomia-em-mato-grosso/>. Acesso em: 13 abr. 2019.



O domínio da leitura e compreensão dos textos científicos, das técnicas de pesquisa e de sistematização para produção de novos conhecimentos devem ser aspectos inerentes aos egressos de nível superior. Esses egressos estão principiando no mundo da pesquisa científica, da aquisição de experiência e sabedoria. E, a pesquisa é vista como um instrumento de mediação entre o ensino e a aprendizagem, que pode promover autonomia e pensamento crítico e reflexivo do acadêmico. Ademais, o investimento na iniciação à pesquisa científica permite aos discentes e egressos: a) desenvolver novas técnicas de estudo; b) melhorar o aprendizado; c) conquistar amadurecimento acadêmico; d) agregar valor ao currículo profissional e; e) almejar crescimento profissional.

Desse modo e compreendendo que os Desafios e Aplicações em Biblioteconomia estão em constante sintonia com os anseios da sociedade, esta coletânea inclui artigos de pesquisas originariamente apresentados como Trabalho de Conclusão de Curso de egressos do curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Mato Grosso e da Universidade Federal de Rondonópolis. A escolha dos participantes deu-se pela similaridade e proximidade com o tema central desta coletânea e com o enfoque aplicado à Biblioteconomia e Ciência da Informação em suas diversas instâncias.

Professor Doutor Alexandre Oliveira de Meira Gusmão

ISBN 978-655606306-5



*A luta dos bibliotecários pela implantação da lei nº 12.244 é diária e poderá influenciar na empregabilidade daqueles profissionais que não estão atuando na área atualmente.*